

LAURIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**CASAS E A MEMÓRIA: ESTUDO SOBRE AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS  
DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

**Linha de Pesquisa: Crítica, interpretação e história das formas da arte.**

MANAUS-AM  
2022

LAURIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**CASAS E A MEMÓRIA: ESTUDO SOBRE AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS  
DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas com área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos

**Linha de pesquisa: Crítica, interpretação e história das formas da arte.**

MANAUS-AM  
2022

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

O48ccc Oliveira, Lauriane Teixeira de

Casas e a Memória : estudo sobre as edificações  
residenciais do Centro Histórico de Manaus / Lauriane  
Teixeira de Oliveira. Manaus : [s.n], 2023.  
224 f.: color.; 30 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
em Ciências Humanas - PPGICH/UEA - Universidade  
do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.

Inclui bibliografia

Orientador: Santos, Tatiana de Lima Pedrosa

1. Casas. 2. Memória. 3. Patrimônio. 4. Identidade.  
5. Cultura. I. Santos, Tatiana de Lima Pedrosa (Orient.).  
II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Casas e a  
Memória

LAURIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**CASAS E A MEMÓRIA: ESTUDO SOBRE AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS  
DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas com área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Tatiana de Lima Pedrosa dos Santos

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora-Presidente Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tatiana de Lima Pedrosa Santos (PPGICH-UEA/SEC-AM)

---

Examinador Interno Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle (PPGICH-UEA)

---

Examinadora Externa Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Evany do Nascimento (PPGLA-UEA)



## AGRADECIMENTOS

A palavra ou o termo *gratidão* nos permite mesmo que minimamente, representar em palavra a grandiosidade e subjetividade desse sentimento.

Dito isso, agradeço primeiramente ao nosso mentor do Universo, que nos concedeu o milagre da vida, e nos permite trilhar caminhos e conquistas como esta.

Agradeço aos meus queridos avós, Joaquim Francisco Teixeira e Laurinda Leite Teixeira, que não tive oportunidade de conhecê-los pessoalmente, mas que me amparam espiritualmente.

Agradeço a minha querida mãe, Maria de Fátima, com sua doçura e simplicidade por todo apoio, ajuda e compreensão. Ao meu querido tio/pai, Jorge Leite Teixeira, por toda orientação, generosidade e conselhos extremamente valiosos e necessários. Ambos são meus grandes incentivadores e sempre acreditaram na minha capacidade e determinação. Essa conquista é nossa!

Aos meus filhos amados, Lívia Suzana e Marcus Vínicius, que são minha força e inspiração nessa vida, e o motivo de buscar e acreditar que a educação é e sempre será o caminho justo e honesto. Agradeço a compreensão nos dias difíceis e toda a forma de amor.

Agradeço as boas e verdadeira amizades que cultivei ao longo de minha vida e que posso confiar. A minha querida amiga Thaís, que faz parte de outro plano agora, mas sei que se orgulha de mim. As minhas queridas amigas Ketlem, Cibele e Sayane pela parceria, cumplicidade, generosidade e lealdade de todos esses anos. As novas amizades e partilhas genuínas de Mayra e Priscilla. A todos os outros amigos, colegas e conhecidos que cruzaram meu caminho e que contribuíram de alguma maneira nesta pesquisa.

Agradeço minha querida orientadora, Profa. Dra. Tatiana Pedrosa, por toda a dedicação, os ensinamentos e conhecimentos partilhados e que são reflexos da minha trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço aos queridos professores e pesquisadores que me acompanham de longa data, Profa. Dra. Evany Nascimento e Prof. Dr. Otoni Mesquita. E aos professores do Programa Prof. Dr. Geraldo Valle e Prof. Dr. Edson Matarezio pelas brilhantes contribuições.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH-UEA pela oportunidade de fazer parte de um programa de extrema relevância e por permitir a realização desta pesquisa. Agradeço a todos os professores do Programa, pelo enriquecimento e adensamento na produção científica. Agradeço aos colegas do curso de mestrado pela parceria e aprendizado compartilhado.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa contribuindo com as despesas da pesquisa e ajuda financeira.

E finalmente, agradeço a partilha de extrema importância nesta pesquisa, pelas narrativas da Profa. Maria Arminda Mendonça, do advogado Augusto Stanislaw Mendonça e do administrador Roger Péres. A pesquisa gentilmente me oportunizou em tê-los como amigos queridos. Agradeço muitíssimo pela colaboração generosa, pois foi justamente as narrativas e as memórias dessas famílias que nos permitiu produzir essa pesquisa.

Muitíssimo obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise crítica e discursiva sobre o patrimônio, memória, lugar, identidade e cultura e suas interações e articulações com três edificações residenciais localizadas no Centro Histórico de Manaus. O Centro da Cidade é resultado de seu processo histórico de formação e apresenta construções, como edifícios, palacetes, praças e monumentos com elevado padrão arquitetônico e urbanístico. No Centro Antigo é possível encontrar edificações residenciais com as mesmas características do período de sua construção. Portanto, a análise consiste em compreender a dinâmica do processo de formação histórica, socioeconômica e cultural, essenciais na interpretação desses fatores aplicados a produção arquitetônica e urbanística da cidade, e principalmente, dessas edificações. Incluem-se as discussões e apontamentos da trajetória conceitual e epistemológica do patrimônio cultural, e suas interações legais na gestão patrimonial, bem como a discussão conceitual de Centro Histórico, e a caracterização da área onde estão situadas essas casas. Além disso, se buscou relacionar e discutir criticamente sobre o modelo eclético e a vertente denominada *Belle Époque* que influenciaram e determinaram os melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos, implicando na adoção de materiais e técnicas construtivas, assim como assimilação e imposição cultural de valores e costumes estrangeiros, relacionando esses aspectos na produção desses casarios e suas características. E por fim, a contribuição das narrativas obtidas através de entrevistas com os proprietários dessas casas, no que concerne suas memórias e suas vivências com as abordagens teóricas e conceituais de memória e lugar, e as interações e contribuições das narrativas dos entrevistados e de suas famílias para a memória e a identidade da cidade. Levantando-se assim apontamentos sobre a gestão do patrimônio, suas aplicabilidades e funcionalidades, e as novas perspectivas no acautelamento do patrimônio edificado. Buscou-se, portanto, evidenciar a relevância dessas narrativas na contribuição memorial e identitária, na arquitetura histórica e simbólica dessas edificações e suas interpretações interdisciplinares nos estudos sobre patrimônio e cultura.

Palavras-chave: Casas; Memória, Patrimônio, Lugar, Identidade, Cultura.

## **ABSTRACT**

This research proposes a critical and discursive analysis of heritage, memory, place, identity and culture and their interactions and articulations with three residential buildings located in the Historic Center of Manaus. The Historic Center of the city is the result of its historical process of formation, and that presents constructions, such as buildings, palaces, squares and monuments, with high architectural and urbanistic standards. In the Old Center it is possible to find residential buildings with the same characteristics of the period of their construction. Therefore, the analysis consists in understanding the dynamics of the historical, socioeconomic and cultural formation process, which is essential in the interpretation of these factors applied to the architectural and urban production of the city, and especially of these buildings. The discussions and notes of the conceptual and epistemological trajectory of the cultural heritage and its legal interactions in heritage management are included. As well as the conceptual discussion of Historic Center, and the characterization of the area where these houses are located. In addition, it sought to relate and critically discuss the eclectic model and the slope called Belle Époque that influenced and determined the urban and architectural improvements, implying the adoption of materials and construction techniques, as well as assimilation and cultural imposition of foreign values and customs. Relating these aspects in the production of these houses and their characteristics. And finally, the contribution of the narratives obtained through interviews with the owners of these houses, relating their memories and their experiences with the theoretical and conceptual approaches of memory and place. In addition to the interactions and contributions of the narratives of the interviewees and their families to the memory and identity of the city. The study also pointed out the management of heritage, its applicability and functionality, and the new perspectives for safeguarding the built heritage. It was sought, therefore, to highlight the relevance of these narratives in the memorial and identity contribution, in the historical and symbolic architecture of these buildings and their interdisciplinary interpretations in studies on heritage and culture.

**Keywords:** Houses; Memory, Heritage, Place, Identity, Culture.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC)  
Centro Cultural Palácio Rio Negro (CCPRN)  
Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)  
Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)  
Departamento de Patrimônio Histórico (DPH)  
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)  
Fundação Getúlio Vargas (FGV)  
Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)  
Instituto de Educação do Amazonas (IEA)  
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)  
Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB)  
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)  
Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)  
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)  
Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)  
Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN)  
Ministério da Cultura (MinC)  
Ministério Público Federal (MPF)  
Organização das Nações Unidas (ONU)  
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)  
Organização Mundial da Saúde (OMS)  
Partido Democrático Trabalhista (PDT)  
Partido Nacional Trabalhista (PNT)  
Partido Social Trabalhista (PST)  
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)  
Sociedade Unificada de Ensino Superior (SUAM)  
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPURB)  
Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação (SEUIP)  
Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)  
Secretaria de Educação do Estado (SEDUC)  
Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC-AM)  
Tribunal de Contas da União (TCU)  
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)  
União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (UESA)  
Universidade São Paulo (USP)  
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Unidades de Interesse de Preservação (UES)

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Prospecto da Fortaleza do Rio Negro.....                                                                             | 18  |
| Figura 2. Planta da Cidade de Manaós de 1852 – Administração de Tenreiro Aranha.....                                           | 25  |
| Figura 3. Catedral Metropolitana – Igreja da Matriz de Manaus.....                                                             | 89  |
| Figura 4. Palácio da Presidência – Atual Museu Paço da Liberdade.....                                                          | 91  |
| Figura 5. Palácio Rio Negro.....                                                                                               | 92  |
| Figura 6. Palacete Vila Fany.....                                                                                              | 94  |
| Figura 7. Trecho da Avenida Joaquim Nabuco – Ano 1910.....                                                                     | 96  |
| Figura 8. Palacete Silvério Nery.....                                                                                          | 97  |
| Figura 9. Anuário da residência – Ano da construção – 1908.....                                                                | 99  |
| Figura 10. Rua Municipal, atual Av. Sete de Setembro, em 1932 como imóvel geminado em destaque aos fundos do Cine Guarany..... | 99  |
| Figura 11. Residência pertencente à família de Maria Arminda Mendonça (À esquerda).....                                        | 101 |
| Figura 12. Residência pertencente à família de Augusto Mendonça.....                                                           | 103 |
| Figura 13. Entrada pela lateral – Edificação de Augusto Mendonça.....                                                          | 104 |
| Figura 14. Fachada com a presença de gateiras com gradil.....                                                                  | 106 |
| Figura 15. Residência pertencente à família de Roger Péres.....                                                                | 107 |
| Figura 16. Pinturas parietais da edificação da família de Roger Péres.....                                                     | 109 |
| Figura 17. Cais do Porto – Estrangeiros adentram a cidade de Manaus.....                                                       | 112 |
| Figura 18. Casa de Schopps – Localizava-se na Avenida Eduardo Ribeiro.....                                                     | 116 |
| Figura 19. Bonde elétrico e a circulação de pessoas na Avenida Eduardo Ribeiro.....                                            | 119 |

## LISTAS DE MAPAS

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1. Localização das Edificações Residenciais no Centro Histórico de Manaus.... | 42 |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                                                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                         | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS: PROCESSOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>                  | <b>16</b>  |
| 1.1 Historiografia Manauara: A origem e formação da fortaleza .....                                             | 17         |
| 1.1.1 Uma nova fase - Segunda metade do século XIX .....                                                        | 24         |
| 1.1.2 A política econômica da borracha – O ciclo da goma elástica.....                                          | 32         |
| 1.2 Caracterização da localização das Edificações Residenciais.....                                             | 40         |
| 1.2.1 Centro Histórico – Da definição ao tombamento.....                                                        | 42         |
| 1.3 Edificações: patrimônio histórico e seus parâmetros legais .....                                            | 47         |
| 1.3.1 Patrimônio: Discussões Conceituais .....                                                                  | 47         |
| 1.3.2 Patrimônio: Estados Nacionais e a identidade nacional.....                                                | 52         |
| 1.3.3 Patrimônio: Do Universal ao Nacional .....                                                                | 56         |
| 1.3.4 Patrimônio: Gestão das políticas públicas no contexto internacional .....                                 | 59         |
| 1.3.5 Patrimônio: Políticas públicas no contexto brasileiro .....                                               | 65         |
| <b>CAPÍTULO 2 - ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS.....</b>                 | <b>76</b>  |
| 2.1 Embelezada e urbanizada: reflexos do Ecletismo.....                                                         | 77         |
| 2.2 Aspectos da arquitetura eclética da Paris dos Trópicos .....                                                | 84         |
| 2.2.1 Características da Arquitetura das Edificações Residenciais no Centro Antigo de Manaus .....              | 93         |
| 2.2.2 Casarios – características da residência de Maria Arminda Mendonça .....                                  | 99         |
| 2.2.3 Casarios – características da residência de Augusto Mendonça .....                                        | 102        |
| 2.2.4 Casarios – características da residência de Roger Péres .....                                             | 104        |
| 2.3 Arquitetura Cultural: hábitos, costumes e consumos da Belle Époque. ....                                    | 110        |
| <b>CAPÍTULO 3 - RUGOSIDADES DA MEMÓRIA.....</b>                                                                 | <b>123</b> |
| 3.1 Casarios – moradia das memórias.....                                                                        | 126        |
| 3.1.1 Casarios – as memórias de Maria Arminda Mendonça de Souza e sua mãe Sra. Carmélia Esteves de Castro ..... | 133        |
| 3.1.2 Casarios – as memórias de Augusto Mendonça.....                                                           | 146        |
| 3.1.3 Casarios – as memórias de Roger Péres.....                                                                | 154        |
| 3.2 O lugar da memória: identidade e pertencimento .....                                                        | 157        |
| 3.2.1 Identidade Memorial – contribuição das narrativas .....                                                   | 165        |
| 3.2.2 Protagonismo memorial – presenças marcantes.....                                                          | 175        |
| 3.3 O lugar e suas permanências: revalorização e novas perspectivas. ....                                       | 179        |
| 3.3.1 A gestão do patrimônio tombado edificado .....                                                            | 181        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                | <b>193</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                        | <b>196</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                             | <b>202</b> |

## INTRODUÇÃO

### *Casas e a memória: estudo sobre as edificações residenciais do Centro Histórico de Manaus*

Caro leitor, a pesquisa aqui referida me acompanha ao longo da trajetória acadêmica, contudo, foram as particularidades e experiências, e toda a sensibilidade (modéstia à parte) e subjetividade nas relações construídas no Centro Antigo de Manaus que realmente me motivaram. Diria que todo pesquisador é dotado de curiosidade, de questionamentos que os induzem a prática das análises de certos fenômenos que fazem parte do nosso convívio humano e social.

A relação com o Centro Histórico é íntima, pois sou moradora desse trecho da cidade desde meu nascimento, residente na Avenida Joaquim Nabuco, famosa por sua carga histórica e memorial. Meus avós maternos eram portugueses e vieram a Manaus assim como muitos imigrantes, e aspiravam ter aqui nessa terra uma vida tranquila, feliz e confortável.

Meu avô, Sr. Joaquim Francisco Teixeira, trabalhou como marceneiro e produziu vários exemplares de móveis e objetos para seus conterrâneos e para outras famílias, inclusive produziu o altar em *marquetaria* sob encomenda da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que fica localizada na Avenida Leonardo Malcher. Esse altar foi demolido em 1980 em função de uma reforma realizada na igreja. Além disso, fabricou móveis sobre a encomenda da Cúria do Amazonas. Entre essas produções, fabricou a cadeira que mais tarde foi utilizada pelo Papa João Paulo II em sua passagem ao nosso estado.

Minha avó, Sra. Laurinda Leite Teixeira (minha mãe, Sra. Maria de Fátima batizou-me por Lauriane, em homenagem a pessoa que foi minha avó), trabalhou como lavadeira para muitas famílias tradicionais, de “posses” e portuguesas. Com muita dificuldade conseguiram efetuar a compra do imóvel localizado na Avenida Joaquim Nabuco, como acima citei. Para não me alongar muito, quis narrar apenas essa singela memória pessoal para que se possa transportar a esta pesquisa.

A relação com a casa que pertenceu aos meus avós e por todas as histórias compartilhadas comigo por minha mãe Sra. Maria e meu tio/pai Jorge Leite (irmãos e filhos de Joaquim e Laurinda) despertaram em mim um laço afetivo, tanto pela carga material da casa quanto pelas vivências e memórias nela experimentadas. Inerentemente, as relações com o entorno e com o Centro Histórico foram o “estopim” da alma curiosa que habita em mim.

Com minha mãe caminhei muito pelas ruas do Centro e sempre me encantava com os casarios, com as suas fachadas e a beleza arquitetônica, com a dinâmica, própria desse trecho da cidade. Sempre tive curiosidade de saber quem residia nelas, ou quem residiu, ficava imaginando como era a vida naquela época. Essas curiosidades foram estimuladas pelas muitas histórias que minha mãe e meu tio me narravam sobre as famílias, as casas e os “causos” da vida no Centro.

Frequentei durante minha infância e adolescência as escolas do Centro, assisti filmes no auge dos cinemas dos anos 2000, frequentava a casa das minhas amigas e vizinhas, brincávamos nas ruas e suas imediações. Portanto, foram essas relações que condicionaram esse “olhar” sobre as casas e sobre as memórias compartilhadas e vivenciadas com muito saudosismo. Foram as curiosidades, os questionamentos sobre como a vida era produzida, as memórias, as características arquitetônicas, que me conduziram até aqui.

Ao longo da graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, duvidei da minha escolha pelo curso por algumas vezes, pois apesar de ser uma área das Ciências Humanas, notava dificuldades em encontrar meu caminho na prática da pesquisa. O espaço geográfico é o principal conceito e o objeto de estudo dessa ciência, e que nos fornece uma gama de vertentes e interpretações. O espaço pode ser compreendido a partir das interações da sociedade com seu meio, ou seja, é resultado das relações sociais que dinamizam e determinam sua configuração, sem a vida que as anima, não há sentido.

Contudo, foi ao final da graduação que pude de fato, mergulhar nessa proposta de estudar as casas com suas memórias e suas contribuições históricas. No Trabalho de Conclusão de Curso, iniciei esse interesse, ao realizei uma pesquisa sobre a edificação residencial do Centro Antigo. Mas, certamente, foi a oportunidade de realizar a pesquisa no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH-UEA,



que me possibilitou discutir, analisar e produzir a pesquisa efetivamente sobre as edificações localizadas no Centro Histórico, evidenciando a importância e relevância desses casarios na interpretação e contribuição cultural. E assim pude aprofundar meu conhecimento e explanar a pesquisa ancorada em autores e pesquisadores sobre a temática que envolve o patrimônio, como conceito e normativas legais, além da discussão conceitual de memória, identidade e cultura extremamente essenciais e pertinentes nessa discussão.

Diante disso, o Centro Histórico de Manaus abriga muitas edificações e construções resultado de seu processo histórico. O ciclo econômico da borracha, a administração pública e o expressivo contingente estrangeiro foram os responsáveis por boa parte dessa produção arquitetônica e urbanística da cidade. Entre as produções, podemos citar edificações públicas como palácios, palacetes, praças, monumentos, e especialmente as edificações residenciais com sua exuberante arquitetura.

A seleção das edificações foi realizada através de indicação de professores e pesquisadores que já realizam trabalhos sobre patrimônio, memória e identidade na cidade. Levando em consideração também a proximidade e o vínculo da pesquisadora com essas edificações. Para esta pesquisa foram selecionadas três edificações residenciais. Entre os critérios de delimitação, primeiramente a localização dessas edificações, todas inseridas dentro da área de tombamento de Centro Histórico de Manaus, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Como critérios, ainda se incluem as características arquitetônicas das edificações, com as possíveis técnicas e materiais utilizados na sua produção que permitem identificar o período de sua construção e por ainda exercerem a funcionalidade de residência.

Para esse empreendimento de análise, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa visando articular os fenômenos sociais, suas interações e articulações com o objeto de pesquisa e suas variantes. Tendo ciência também da multiplicidade e dinamismo que as abordagens são possíveis, e na interpretação material e imaterial propiciada pelo conceito cultural. Logo, ancora-se em autores e pesquisadores que abordam essas perspectivas e dialogam com as temáticas relacionadas ao patrimônio, à memória, à identidade e à cultura dentro de uma análise interdisciplinar.

Esses procedimentos metodológicos foram essenciais nas análises e interpretações do objeto de estudo. Primeiramente, consistiu em levantamento bibliográfico, fontes documentais, leis e normativas de instituições públicas, sites oficiais. A consulta foi realizada na literatura relevante em geral, a consulta de documentos legislativos e normativos legais, bem como acesso a iconografias. Nessa primeira etapa, foram tabulados os dados e realizados fichamentos ou anotações para assim articular e discutir com os autores e fontes, e fundamentar teórica e criticamente os conceitos e abordagens acima mencionados.

A abordagem metodológica consistiu também na fase essencial da pesquisa através da obtenção de fonte oral, realizada por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, orientadas por um roteiro de perguntas específicas e de perguntas abertas, conforme a permissão do entrevistado. As entrevistas ocorreram de forma remota, em comum acordo a todos, totalizando o número de três entrevistados.

As entrevistas permitiram o levantamento da memória oral e das narrativas dos entrevistados no contexto em que as edificações foram construídas, suas características arquitetônicas, das interações familiares, das relações afetivas e das vivências nessas edificações. Permitindo assim realizar as interlocuções das falas, com a memória da cidade, e suas interações com os conceitos e apontamentos de memória, identidade e cultura, essenciais na interpretação e compreensão desses fenômenos.

Desse modo, o primeiro capítulo compreende os processos históricos da formação da cidade de Manaus, ancorados em autores relevantes como Márcio Souza (1977), Otoni Mesquita (2019), Antônio Loureiro (2008), entre outros, além de arquivos e documentos históricos. Inclui ainda análises e apontamentos sobre a formação da cidade, e seus reflexos nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Ainda neste capítulo é realizado a caracterização e descrição da área em que estão situadas as edificações, bem como a construção teórica, conceitual e prática de Centro Histórico de Manaus. Finalizando o capítulo, é feita a trajetória conceitual, epistemológica e normativas do Patrimônio Cultural, em suas diversas escalas e configurações dentro da perspectiva patrimonial, que permeia a instrumentalização e gestão dos bens patrimoniais do global ao local.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem analítica e crítica da introdução de padrões arquitetônicos e urbanísticos na cidade de Manaus, em específico, o Centro Histórico. Incluem-se as vertentes transformadoras da configuração espacial, como a adoção do modelo eclético nas configurações arquitetônicas e urbanas da cidade. Por fim, aponta-se os melhoramentos urbanísticos financiados pelos lucros da produção da borracha amazônica associadas a administração e gestão do poder público.

Além disso, nesse segundo capítulo, apresenta-se as características da arquitetura das construções presentes no Centro Histórico, das edificações residenciais da época e dos entrevistados, tecendo considerações e comparativos na aplicação e uso de materiais e técnicas dessas construções. Além disso, a análise e criticidade da introdução de costumes, valores e hábitos estrangeiros, pela imposição e assimilação da vertente cosmopolita *Belle Époque*, que influenciou diretamente na valorização estética e arquitetônica, bem como na adoção de civilidade e sociabilidades, articulando a interdisciplinaridade conceitual de Cultura.

O terceiro e último capítulo apresenta a análise e apontamentos sobre as memórias e os casarios, as edificações como sendo materialidades que promovem as relações de afetividade. Essa análise se dá através da apresentação e da interpretação das narrativas dos entrevistados estabelecendo sua relação com as memórias pessoais e coletivas e articulando com os conceitos de memória e lugar, além das interações dessas narrativas com a memória e identidade da cidade.

Evidenciando, portanto, as narrativas e se tecendo comparativos e considerações sobre as sociabilidades, trazendo a contribuição de famílias e personalidades importantes no cenário memorial, bem como a importância dessas contribuições na interpretação e perpetuação da memória da cidade. Por fim, a gestão do patrimônio edificado, levantando as críticas sobre suas fragilidades, funcionalidades, penalidades, e as considerações do cenário atual, e as novas perspectivas pensadas e executadas para o acautelamento patrimonial edificado.

Buscou-se, nesta pesquisa, uma estruturação, articulação e interlocução entre os capítulos através das análises, apontamentos e críticas envolvendo as edificações residenciais no Centro Histórico de Manaus, no que tange suas aplicabilidades e funcionalidades, e incorporando as narrativas memoriais dos entrevistados com a memória da cidade, sendo e fazendo parte dela, contribuindo na interpretação de possíveis

lacunas da história e memória da cidade. A intencionalidade deste trabalho é justamente essa, de enaltecer a relevância, importância e necessidade de compartilhar as memórias dessas famílias, e que sejam valorizadas, perpetuadas e compreendidas como parte integrante da história, bem como nos estudos sobre patrimônio, memória e cultura.

## **CAPÍTULO 1 - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS: PROCESSOS HISTÓRICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL**

A cidade de Manaus, especificamente o Centro Histórico da cidade, apresenta características do modelo de produção arquitetônica e urbanística diretamente relacionado ao processo histórico de sua formação, sobretudo, uma forte influência do período econômico baseado na produção gomífera. No Centro Histórico de Manaus, estão presentes edificações públicas e/ou particulares, palacetes, monumentos e praças, que representam valores estéticos, arquitetônicos e culturais do seu processo histórico.

Este capítulo apresenta os processos históricos da formação da cidade de Manaus, pautados em arquivos históricos, documentos e bibliografias consideradas relevantes para a compreensão. Entre eles estão autores como Márcio Souza (1977), Mário Ypiranga Monteiro (2012), Antonio Loureiro (2008), Otoni Mesquita (2019), por exemplo. Essa análise é essencial para compreender a produção e formação da cidade a partir do viés histórico, político, econômico, social, e suas articulações, no qual foram decisivas nas transformações da cidade, em especial o Centro Histórico.

Neste capítulo inicial, apresento a descrição da localização de três (3) edificações residenciais localizadas no Centro Histórico de Manaus e que contemplam a proposta desta pesquisa. Além disso, se constrói a definição de Centro Histórico, que conforme Salcedo (2015) e Meneguello (2005) representam os traçados iniciais da cidade e configuram as manifestações e estruturas das múltiplas interações sociais em tempos históricos distintos e sucessivos. E por fim, uma trajetória conceitual e epistemológica sobre Patrimônio Cultural em uma escala internacional e nacional, e sua configuração histórica, institucional e a efetivação como instrumento para gestão e preservação dos bens patrimoniais.

A diversidade cultural da humanidade revela uma ampla e complexa construção e classificação de uma identidade cultural. Segundo Corá (2011), o patrimônio engloba um conjunto de manifestações, de narrativas, de materialidades, e sobretudo, imaterialidades, que permitem tanto a construção e identificação quanto uma representatividade identitária, originária e acima de tudo múltipla. E, portanto, a instrumentalização nas diversas esferas, de instituições e do poder público na execução e prática de técnicas e projetos que de fato, possam resguardar e preservar. Diante disso, devem ser pensadas políticas públicas para a proteção e conservação do patrimônio histórico e cultural.

### 1.1 Historiografia Manauara: A origem e formação da fortaleza

De acordo com a historiografia manauara, a origem da cidade remonta ao século XVII com a intensa exploração espanhola e portuguesa na região Amazônica. São relatos e registros de cronistas, pesquisadores, historiadores, missionários, viajantes, políticos, personalidades importantes que contribuíram para compreensão de uma parcela significativa dessa história.

A busca por escravos indígenas foi uma das finalidades dessa exploração portuguesa, o que culminou com a fundação do primeiro povoamento. De acordo com Mesquita (2019, p. 23 apud SAMPAIO, 1825, p. 95) o relato do ouvidor Francisco Ribeiro Sampaio, no Diário de Viagem em visitação as povoações da capitania de São José do Rio Negro, descreve que era uma Missão Carmelita a um grupo de oitocentos indígenas tarumãs em uma área ocupada que hoje representa a cidade.

Segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a intencionalidade dessa ocupação europeia era a de garantir o domínio da Coroa Portuguesa na região, que fora fortificada nesse período entre 1580 e 1640 pela unificação das coroas da Espanha e Portugal. Nesse processo de conquistas, era importante fixar território para impedir possíveis invasões, como exemplo os Holandeses, como relata Souza (1997):

A colonização portuguesa, portanto, consistiu em referir os interesses econômicos à região conquistada. Em fundar a grande empresa colonial pela restituição à própria região de suas experiências nela. Era fazer viver o novo mundo sua própria linguagem, mas em prol dos interesses mercantilistas. Isto era organizar a vivência colonial no próprio discurso regional. A colonização portuguesa se preocupou em interpretar economicamente e depois demonstrar pela experiência concreta. (1977, p. 45)

Esse processo de territorialização e domínio português deu origem a criação dos primeiros povoamentos e da construção de um forte fundado em 1669 denominado de São José da Barra do Rio Negro (figura 1, a seguir) e localizado mais precisamente à margem esquerda do rio Negro, pois “sendo o rio Negro uma das áreas mais densamente povoadas naquela época, a população indígena tornar-se-ia logo uma das maiores fontes de mão-de-obra do colonialismo.” (SOUZA, 1977, p.47). Nesse sentido, Mesquita (2019) acrescenta:

Em geral, a historiografia local tem repetido que em torno da fortaleza foram reunidos índios Barés, Banibas, Passés, Manaós, Aruaque, Juris, além de outras etnias retiradas de outras regiões, juntamente com alguns poucos brancos, que iniciaram um processo de miscigenação. Assim formaram o primeiro núcleo populacional, se mantendo com uma predominância indígena até meados do século XIX. (2019, p. 24)

**Figura 1 – Prospecto da Fortaleza do Rio Negro**



Fonte: Autor: Eng. João André Schwebel, 1756. Acesso:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095066/mss1095066.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.pdf)

Os registros historiográficos mencionam que no ano de 1832 o povoamento teve seu nome alterado para Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, e posteriormente, elevado à categoria de vila, e ao passo dos anos, precisamente em 1848, sendo novamente denominada de Cidade da Barra do Rio Negro, ao receber a elevação à categoria de cidade, conforme retrata Mesquita (2019):

A singela construção da fortaleza se destacava no verde da paisagem do Rio Negro e determinava algumas variações da denominação do lugar, que passou a ser reconhecido como Fortaleza da Barra, Fortaleza de São José do Rio Negro, mais frequentemente, Barra, Lugar da Barra, depois Vila da Barra do Rio Negro e, finalmente, Cidade da Barra. Somente na segunda metade do século XIX recebeu, definitivamente, o nome de Manaus. (2019, p. 24)

Mesquita (2019) destaca ainda, de acordo com os relatos e observações feitas em 1786 pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no Diário de viagem filosófica pela Capitania, que houve um desenvolvimento muito reduzido, contando apenas com a

divisão desse povoamento em dois bairros: “a população do lugar era de 301 habitantes, dos quais 243 eram índios, 47 brancos e 11 escravos negros. A povoação tinha uma igreja matriz, uma olaria, uma casa para construção de canoas e 45 casas residenciais. “ (MESQUITA, 2019, p. 24 apud FERREIRA, 1971, p. 576).

Os rumos dessa história mudariam com a relevante participação de Lobo D’Almada. No ano de 1788, D’Almada assumia uma importante liderança, na qual ficou responsável pela direção da Capitania de São Jose do Rio Negro. Isso representou a necessidade da transferência da sede, determinada por aspectos econômicos e políticos, e sobretudo, para reduzir as chances de invasões. “Essa resistência de Lobo D’Almada e a mudança da capital seriam de grande alcance para o progresso futuro da Barra.” (MONTEIRO, 2012 p.79). Monteiro (2012) destaca ainda que D’Almada tratou de realizar os melhoramentos com os recursos disponíveis, a fim de alavancar a “moral’ da Barra, já que estava sempre sob forte e iminente ameaça de se tornar uma simples “tapera”<sup>1</sup>.

“A capacidade de trabalho de Lobo D’Almada não se resumiu em dotar a Barra de edifícios públicos, de melhoramentos nos serviços administrativos. Foi mais longe.” (MONTEIRO, 2012, p. 81). Na sua gestão, foram introduzidas atividades na produção de panos de algodão, de tecidos, mesmo diante de uma insuficiente aparelhagem industrial. Souza (1977, p. 47) destaca que, nessa época, “o braço indígena era largamente utilizado na exploração das drogas, produtos naturais e no garimpo vegetal, o que prejudicava, naturalmente, suas milenares atividades agrícolas de sustentação. Nessa fala de Souza (1977) se evidencia e reafirma a intencionalidade mais acima citada, sobre a justificativa da exploração portuguesa massiva no território e na sua população nativa local.

Souza (1977) discorre também que o interesse dos portugueses não estava diretamente relacionado aos “tesouros da selva”, dando referência ao garimpo vegetal ou produtos vegetais, mas as potencialidades até então observadas em outras cidades, como o cultivo de cana-de-açúcar, bem como o garimpo mineral, e que poderiam de fato lhe garantir e consolidar a posse das terras amazônicas.

Na grande experiência do rio Negro, o Estado interveio diretamente na execução do plano pombalino. Introduziu o cultivo do café, cana-de-

---

<sup>1</sup> De acordo com o dicionário tapera significa residência ou fazenda em ruínas, tomada pelo mato.



açúcar, anil e algodão. Foi mesmo ensaiada a primeira estrutura industrial, com artífices, serraria e estaleiro (SOUZA, 1977, p.48).

De acordo com Souza (1977), o segundo governo do período colonial, sob a administração de Lobo D'Almada (1779) foi muito propício para de fato efetivar tais atividades. No dito popular, “caiu como uma luva”, visto que essa mão-de-obra indígena já estava “domesticada e disciplinada” pelos missionários, tanto quanto ao processo de miscigenação.

“Lobo D' Almada tinha à mão os primeiros caboclos amazônicos, invólucro biológico que a miscigenação inventou para enfrentar a região.” (SOUZA, 1977, p. 48). O que não podia se prever naquele período era que esse processo de produção mercantilista, estava com os dias contados. Ainda que Lobo D'Almada tivesse a todo custo adotado medidas, como a expulsão dos jesuítas e da aplicação de políticas mais severas, não poderia lutar contra a profunda transformação iminente causada pelo capitalismo.

O equilíbrio do mercantilismo na América dura enquanto pode, quase cinquenta anos de rotina e recuos, com soluções vindas de cima para baixo, até que uma crise administrativa e econômica se instalará. O Amazonas desgarrar-se e os sucessores de Lobo D'Almada não são capazes de solucionar os novos desafios. (SOUZA, 1977, p. 49).

As transformações observadas na administração de D'Almada tiveram sua contribuição significativa, e dava indícios de um progresso, porém a mudança da sede não foi muito bem quista, como discorre Mesquita (2019), pois essas melhorias teriam causado certa instabilidade e preocupação do então governador do Grão-Pará D. Francisco Coutinho devido a fragilidade em perder seu cargo. Entretanto, essa medida e seus resultados foram politicamente prejudiciais para a carreira de Lobo D'Almada, e sob a Carta Régia de 1798, teve que “transladar” a capital de volta para Barcelos. (MESQUITA, 2019, p. 25)

Após o fim da gestão de Lobo D'Almada, a Capitania então ficou sob administração de uma junta governativa até o ano de 1801, e de acordo com Mesquita (2019), nesses anos iniciais os demais governantes não tiveram tanto prestígio e importância. Em 1804, D. Marco de Noronha e Brito, conde dos Arcos, substituiu Coutinho na direção do Grão-Pará e decidiu transferir a capital da capitania para o Lugar da Barra. (MESQUITA, 2019, p. 33).

Essas mudanças ocasionaram certa estagnação e instabilidade, devido aos entraves políticos que a administração de D'Almada sofreu, contudo, o retorno para o Lugar da Barra, significou a possibilidade de novos rumos frente ao desenvolvimento, o que fica claro nos relatos de naturalistas que visitaram a capitania durante esse período. Mesquita (2019) aponta no relato feito em 1809 pelo Henry Walter Bates, naturalista inglês, que a cidade sofreu um certo crescimento e que havia casas consideradas mais confortáveis, além disso descreve que a cidade detinha um contingente numeroso tanto de portugueses, quanto de próprios brasileiros.

Porém o que se observa também nos relatos dos naturalistas, religiosos, entre outros, nos anos seguintes, é que não houve desenvolvimento urbano equivalente ao crescimento populacional. De acordo com Mesquita (2019), o relato dos alemães Karl von Martius e Johan von Spix em 1819 descreve as irregularidades nos traçados urbanos e das casas de um pavimento, feitas de pau a pique cobertas com folhagens, além disso eles observaram que o aumento na população estava relacionado aos festejos religiosos e a ausência de profissionais como médicos e professores.

Já em 1823,

O lugar foi descrito pelo padre José Maria Coelho (op. Cit., p. 121) como uma reduzida povoação com apenas onze pequenas ruas e uma “praça quadrada”, mas notou que já construíam alguns “edifícios nobres”, que eram cobertos com telhas, mas o Palácio do Governo, a Secretaria da Provedoria, assim como o aquartelamento militar eram cobertos de palha e estavam ameaçados por incêndios, que naquela época eram comuns e que havia ocorrido alguns “já bem desastrosos” (MESQUITA, 2019, p. 33).

Ademais, Mesquita (2019) discorre o relato do tenente inglês Henrique Lister Maw a um jornal de Londres no ano de 1828, o qual apontava que naquele momento a população local contava com cerca de 3 mil habitantes, e boa parte dessa população advinha dos festejos como o de São João e Páscoa, por exemplo, o que reforça os relatos dos viajantes e naturalistas sobre a ocupação na Barra.

Contudo, é importante salientar que a descrição urbana se apresenta mais densa e na qual se informa a presença de construções com mais destaques, o que inclui fábricas de louças e algodão; de um hospital, no qual o descreve como “grande e edificado”, e que apesar dessas da presença dessas construções mais modernas, não compunham uma única

rua ou avenida, ou seja, estavam distantes uma das outras, em ruas distintas, não havendo um ordenamento urbanístico.

As mudanças que estariam por vir nos anos seguintes, principalmente, nos aspectos políticos, foram determinantes nas dinâmicas socioespaciais, sobretudo em relação às manifestações de movimentos populares. “Desde 1820, com a revolução constitucionalista no Porto, o Amazonas vivia uma situação indefinida: não era uma capitania e não se tornara província. Vivia nessa situação irregular, à margem.” (SOUZA, 1977, p.49). A notícia sobre a Proclamação da Independência tardou a chegar em Belém, mas assim que souberam, as autoridades locais trataram de submeter e servir ao governo. Assim como não tardou de surgir as inquietações e o descontentamento da população cabocla, devida as injustiças as quais manifestavam em relação as ações administrativas.

No ano de 1833, segundo Mesquita (2019), o governo paraense dividiu o seu território em três comarcas: Grão-Pará, Alto e Baixo Amazonas, no qual substituiria a Capitania do Rio Negro pela comarca do Alto Amazonas, e o Lugar da Barra seria denominado e atenderia a condição de vila, além de ser definida como a capital da comarca. Decisões essas determinadas pelo Código Criminal promulgado pela Regência:

Termina com esses sucessos a fase colonial da Barra, e entramos em plena evolução política do Brasil Império. A Barra, entretanto, mesmo dotada da capacidade de governar-se a si mesma como município, continuaria sofrendo as mesmas decepções e vexames de outrora. Impossibilitados de atingirem os nossos representantes a capital do Império, durante a fase agitada da independência, e consequentemente de defenderem a nossa autonomia, continuou o Amazonas como Província agregada ao Pará, sem as predicações levadas às outras pela Constituição votada em 1823 (MONTEIRO, 2012, p. 169).

“Em 1835, ocorreram as primeiras manifestações da Cabanagem, movimento popular de cunho nativista que era integrado por uma população pobre, denominada de cabanos, porque habitavam em cabanas.” (MESQUITA, 2019, p. 34). Esse movimento culminou com a insatisfação da população considerada miserável composta por mestiços, índios, caboclos e trabalhadores.

A guerrilha espalhou-se por toda a região por cinco anos, com lutas na selva e nas cidades. Em certa ocasião, Belém chegou a ser invadida, e Manaus ficou em poder dos rebeldes por seis meses. Nesse período, Eduardo Angelin, o líder do movimento, tomou, interinamente, a presidência da comarca do Alto Amazonas, sendo reconhecido pelas administrações das vilas da região, as quais deixaram de acatar as ordens do Grão-Pará. Durante aqueles seis meses, a comarca do Alto

Amazonas cortou relações com o Grão-Pará. (MESQUITA, 2019, p. 35).

Esse conflito já demonstrava que a população local almejava por mais independência e autonomia na região, pois mesmo considerada distante do restante do país, a Província do Grão-Pará mantinha uma relação muito próxima com Portugal, mas essa localização geográfica também implicava na demora para se obter notícias e informações.

A inquietação da maior parte da população formada por índios destribalizados, índios aldeados, negros e mestiços era justamente a insatisfação na ausência de mudanças econômicas favoráveis e as condições consideradas miseráveis, daqueles que viviam as margens dos rios e igarapés. Principalmente, em relação à restrição aos cargos e aos recursos públicos serem destinados apenas a elite (comerciantes) e, sobretudo, aos portugueses.

Compreende-se que um povoado, nas condições sociais e econômicas em que se encontrava aquele, não poderia arcar com a imensa responsabilidade que se lhe atirava os ombros (MONTEIRO, 2012, p. 173). A Cabanagem era então uma guerra de libertação nacional, talvez a maior que o Brasil já tenha conhecido. (SOUZA, 1977, p. 51). Na verdade, essa estratificação era nítida e intencional, e a população servia como mão-de-obra sob as estruturas de um regime escravista. Diante das circunstâncias, a exigência e o desejo do povo era a formação de um governo popular, na indicação de uma pessoa de confiança, que eles mesmos iriam eleger.

Os cinco anos de conflito foram marcados por extrema violência, uma questão considerada delicada, visto que as leis e princípios adotados pelo grupo eram de extermínio. Em alguns anos, porém, os rebeldes foram vencidos, e em 1839 foi decretada anistia ampla para os envolvidos no movimento, contudo, somente em 1840 os cabanos se renderam. (MESQUITA, 2019, p. 35 apud REIS, 1989, p. 175-180). Mesmo diante das atrocidades que os primeiros habitantes sofreram com a imposição e colonização europeia, a brutalidade não era justa, algo que nunca foi, nem do lado dos opressores e nem dos oprimidos.

### 1.1.1 Uma nova fase - Segunda metade do século XIX

Essa segunda fase apontava as mudanças e as inter-relações com os processos econômicos, nos melhoramentos materiais e nas manifestações culturais, que seriam determinantes na intensificação e consumo material, tanto quanto nas transformações e assimilações da forte expressão cultural que há muito, assolava a realidade amazonense. E, sobretudo, as ações políticas fundamentais para articulação desses processos.

Em 1848, a Vila de Manaus foi promovida a cidade, passando a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro e, em 5 de setembro de 1850, a comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de província. Sob estas novas condições, iniciava-se a segunda metade do século XIX com algumas mudanças significativas na história da cidade, e a região passou a despertar um crescente interesse internacional, atraindo grande número de viajantes: pesquisadores, cronistas, cientistas e aventureiros que eventualmente divulgavam os relatos de suas investigações e observações sobre vários aspectos da cidade (MESQUITA, 2019, p. 35).

A cidade estava mesmo que a passos lentos, ganhando visibilidade no cenário internacional. Os relatos, naquele período, já tinham se tornado fonte de pesquisa e informações sobre os mistérios e encantos da fauna e flora da floresta tropical. Os interesses eram múltiplos, mas a intencionalidade era clara, o potencial econômico.

As narrativas descritas nesse período pelo naturalista inglês Alfred Russel Wallace intitulado *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, ainda ressaltam as irregularidades sobre os aspectos urbanísticos da cidade. Descreve a presença das ruínas da fortaleza, as poucas construções, como, por exemplo a igreja, as moradias consideradas inferiores e salienta em suas observações a forte e expressiva miscigenação, referindo-se que, provavelmente ali não teria nenhum “sangue inteiramente europeu” (MESQUITA, 2019).

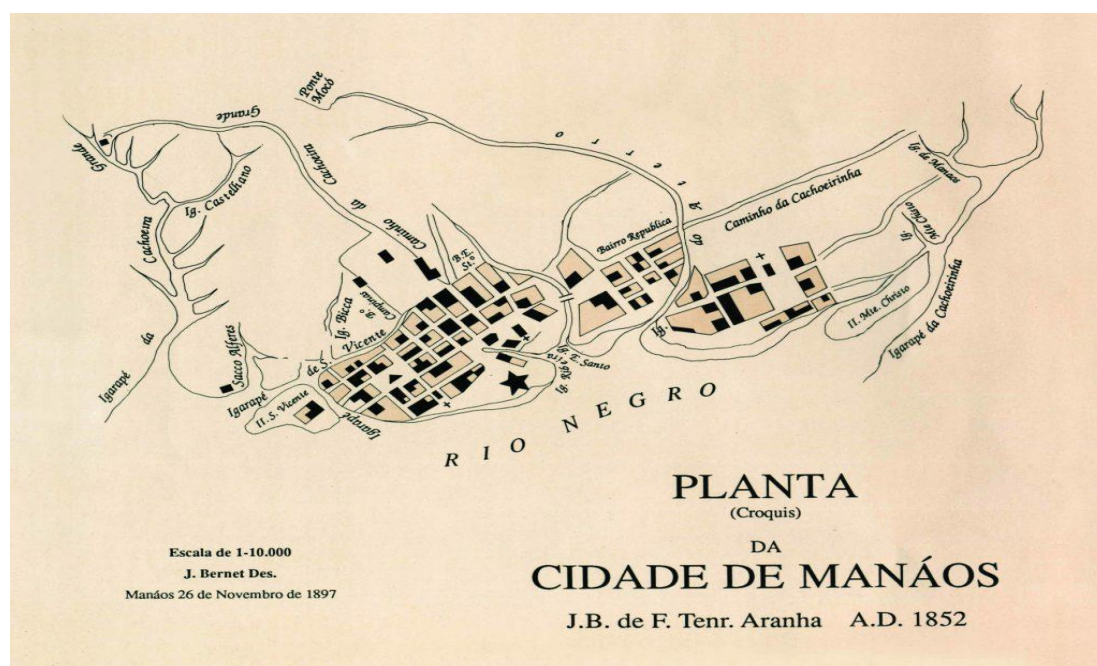
É de 1850 a transformação radical do ruralismo para o urbanismo, mesmo levando-se em conta que o título de cidade que Manaus possuía desde 24 de outubro de 1848. Quarenta e seis anos depois, as famosas “rocinhas” que constituam o cinturão econômico desapareceram absorvidas pela expansão da rua e pela abertura das ágoras. Muitas praças, praças que governos recentes, na imprevidência costumeira, alienaram em prejuízo já não digo da estética urbana, mas de ameaça climática (MONTEIRO, 2012, p. 93).

Segundo Mesquita (2019), o presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha ao desembarcar na Barra demonstrou certa insatisfação com a situação das obras

públicas (figura 2, adiante). Em seus relatórios, descreve que a maior parte das construções dos outros governantes se encontrava em ruínas, como se em todo esse tempo, não tivessem empregado na cidade os devidos melhoramentos materiais. Além da ação do tempo, a distância dificultava, entre tantas coisas, a demora na obtenção e aplicação de recursos.

Apesar de o Amazonas ter sido elevado à categoria de província desde setembro de 1850, a instalação de fato só ocorreu em 1º de janeiro de 1852, quando desembarcou em Barra o seu primeiro presidente, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha que, em seu relatório de 30 de abril daquele ano, lamentava as péssimas condições em que se encontravam as obras públicas da cidade (MESQUITA, 2019, p. 36).

**Figura 2 - Planta da Cidade Esde Manáos de 1852 - Administração de Tenreiro Aranha**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. **In:** Um olhar pelo passado, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

Os americanos William Herndon e Ladner Gibbon, oficiais da marinha, descrevem em seus relatos sobre a topografia da cidade, no qual observam a presença de ravinas, e de pontes para a locomoção, além disso descrevem que as casas em sua maioria eram apenas de um único piso, outras poucas tinham dois andares. Relatam ainda que o então presidente levou alguns funcionários do governo e de uma parcela significativa em contos de réis, destinados a pagar as despesas até que a alfândega pudesse lhe dar o

retorno financeiro, o que causava os mesmos prejuízos para o Tesouro Público (MESQUITA, 2019).

Em 1853, o vice-presidente Manuel Gomes de Miranda (1853, p. 3) apontava a falta de materiais e de pessoas que arrematassem os trabalhos como a principal causa do pouco andamento de muitas obras de urgência, tais como: a Igreja da Matriz, o cemitério e pontes. Além desses inconvenientes, “lutava-se” com a falta de um engenheiro, mas mesmo assim, naquele ano, foi assinado o contrato para a construção da Casa da Câmara com Francisco Tapajós (MESQUITA, 2019, p. 37 apud PENNA, 1853, p.3).

Ainda no ano de 1853, conforme Mesquita (2019), Herculano Ferreira Penna, o presidente conselheiro, recebeu do Ministério do Império uma certa quantia em contos de réis, bem como a ajuda de um engenheiro para a realização das obras públicas. Em seus relatos, ressalta a abundância de recursos e materiais disponíveis como pedras e madeiras, contudo releva a ausência de mão-de-obra específica, como exemplo de pedreiros e carpinteiros, além de ferramentas para a execução das atividades.

Diante dessas adversidades, Ferreira Penna contratou mão-de-obra portuguesa através da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. No quadro de funcionários, além dos trabalhadores, foram incluídos “africanos livres”, um “sentenciado” grupo esse enviado pelo Ministério do Império, e para “completar o quadro de trabalhadores” e sob uma estrutura escravista, fizeram parte uma parcela significativa de indígenas do Alto Rio Negro, conforme aponta Mesquita (2019):

A utilização de mão de obra indígena e escrava nas obras públicas foi de uma prática tradicional no Brasil até meados do século XVIII, pois a partir da criação da Diretoria do Índio, em 1845, estabeleceu-se uma legislação proibindo o trabalho indígena forçado, entretanto a prática não foi totalmente extinta até o final do século XIX, e alguns administradores praticamente ignoravam a lei de proteção, submetendo os índios a trabalhos em sistema semisservil, ainda que remunerados (2019, p. 39).

A “queixa” dos administradores era justamente encontrar uma alternativa para a ausência e carência de mão de obra. Essa carência de mão de obra era percebida como um atraso nas obras públicas, na manutenção e reparos dos bens. Mais do que isso, uma preocupação quanto à formação do quadro de profissionais, que nada estavam preparados para a execução de tais atividades. Logo, é evidente que as ações administrativas e públicas foram essenciais nos avanços arquitetônicos e urbanísticos.

“Desde maio de 1856, a Repartição de Obras Públicas mantinha-se sob a direção do engenheiro Theodoro Antônio de Oliveira que, segundo o presidente, prometia grandes vantagens no ramo, pois era talentoso e dedicado (MESQUITA, 2019, p. 38) ”. Mesmo sob a direção de competentes gestores, de acordo com os relatórios, ainda apontavam o déficit na mão de obra.

“A denominação de Manaus decorreu da aplicação da Lei nº 68, de 4 de setembro de 1856, da Assembléia Provincial amazonense, cujo projeto é de autoria do deputado João Inácio Rodrigues do Carmo (MONTEIRO, 2012, p. 178)”. Mesmo diante de inúmeros esforços, a denominação ainda não implicava em grandes feitos e mudanças, consoante apresenta Mesquita (2019):

Para o naturalista inglês Henry Walter Bates (op. Cit., p.133), que em 1859 retornava à cidade depois de nove anos, o lugar encontrava-se em decadência porque os índios, que, até então, eram a “única e numerosa classe trabalhadora”, começavam a retirar-se rapidamente da cidade ao tomarem conhecimento das leis que os protegiam contra “a servidão forçada” (2019, p. 39).

O relato do naturalista não era meramente descritivo, mas suas observações continham críticas sociais pertinentes. A narrativa evidenciava a escassez de alimentos, a precariedade da produção e consumo, e o privilégio do consumo de importados e outros produtos destinados às famílias das autoridades. Além da escassez, o custo pelos alimentos era considerado por ele uma cobrança injusta.

A passagem do médico alemão Robert Avé-Lallemant (MESQUITA, 2019) resultou em observações relevantes sobre as características urbanas e arquitetônicas. De modo geral, descreveu que a cidade exibia um forte contraste nas construções, e assim revelava construções com traços nativos com a utilização de materiais locais e com construções com elementos europeus. A cidade, naquele momento, não acompanhava a modernidade que alguns países europeus já usufruíam.

O traçado da capital da província do Amazonas obedecia praticamente aos ditames da natureza: era desenhada por vários igarapés, seu relevo era bastante acidentado, com morros e ladeiras, além disso, era comum nas construções residenciais o uso de materiais da região, tais como a madeira, a palha e o barro. (MESQUITA, 2019, p. 40).

Assim como Bates, o médico alemão teceu suas críticas direcionadas aos péssimos hábitos observados na população, independente da classe social. Descreveu que “ninguém se apressava em engrandecer a nova capital da Província do Amazonas [...] tudo parecia



esperar alguma coisa que deveria dar o verdadeiro impulso” (MESQUITA, 2019, p. 41 apud LALLEMANT, 1980, p. 102-103 e 150).

Por isso, previu que enriquecer em Manaus não estava “na ordem do dia”, ao contrário, notava a “decadência” dos abastados e concluía que o povo era pobre porque não queria ‘trabalhar nem fazer esforços’, vivia no meio da riqueza, portanto merecia a pobreza, dizia “sem compaixão”. Todos “mandriavam”, ou seja, viviam na ociosidade, sem distinção de classe social: branco, negro, índio, escravo, liberto ou senhor. (MESQUITA 2019, p. 41).

O período entre 1861 e 1863 (MESQUITA, 2019) representou o processo de regularização da Repartição de Obras Públicas pelo então presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha. Os relatórios evidenciavam a escassez na mão de obra, que não era considerada qualificada para atender as especificidades das obras públicas. Além da escassez e demora de entrega de materiais importados, acarretou custos e despesas, tanto quanto dificultava o processo de desenvolvimento.

A intencionalidade era a de garantir a realização das obras previstas, visto que passado todos esses anos, pouco se tinha avançado a respeito da finalização de algumas obras públicas, destacando-se a Igreja da Matriz. As observações que Elizabeth Cary Agassiz, esposa do zoólogo Louis Agassiz, teceu na expedição científica realizada em Manaus, em 1865, retrata justamente as boas condições e características de localização, além de evidenciar as qualidades arquitetônicas percebidas até então, ressaltando a fragilidade na finalização dessas obras (MESQUITA, 2019).

Entre outras obras públicas que demandavam mão de obra e recursos, estavam a construção do Cais da Praça Tamandaré, bem como a do Cemitério São José. As olarias a vapor tiveram também contribuição importante no fomento da construção civil. Segundo Ramos Ferreira, era ““o primeiro ensaio da indústria” na província, cujos produtos já estavam sendo utilizados em algumas obras públicas e particulares” (MESQUITA, 2019, p. 45).

Em relatório de 25 de março de 1870, o presidente João Wilkens de Mattos (1870, p. 18 e 20) comunicava ter promulgado, no ano anterior, o novo regulamento da Repartição de Obras Públicas e informava que, durante o ano de 1869, a repartição continuava sob a direção do engenheiro Luiz Martins da Silva Coutinho, que muito auxiliara no “intento de dotar esta capital com diversos melhoramentos materiais”, executados ou iniciados naquele ano. A construção da Igreja da Matriz tivera “grande impulso”, apesar do reduzido número de operários nela empregados, e a Igreja dos Remédios foi reformada, ficando mais espaçosa e arejada (MESQUITA, 2019, p. 46).

Incluía-se nesses regulamentos não somente a construção e reforma de obras edificadas, previa também o pavimento e calçamento das ruas, bem como a higienização destes ambientes. Essas ações foram essenciais na formulação de medidas que visavam uma boa manutenção desses espaços. Nesse período, o que mais chama a atenção é justamente que, nesse processo modernizador, tenha surgido as primeiras inquietações de ordem ambiental.

O processo de ocupação e exploração europeia em terras amazônicas foi avassalador. Embora fosse evidenciado toda a exuberância, excepcionalidade e misticismo da densa floresta e seus habitantes primitivos, nada conteve os avanços exploratórios massivos, ancorados em ideais revolucionários e ditos civilizados. Perpassando assim todos esses aspectos cronológicos e históricos experimentados até esse período.

Não distingue propositadamente o visto e o acontecido, o relatado do observado, constituindo uma louvação desenfreada da natureza exuberante, mas uma natureza de exuberância utilitária, abrindo as portas à sua destruição ecológica. O espírito simulador da literatura colonial legou o velho e gasto conceito da “Amazônia, celeiro do mundo”. Sua permanência é hoje a comemoração do assalto indiscriminado da floresta, da transformação da área em deserto e que pela retórica verga a espinha para as medidas integracionistas do poder (SOUZA, 1977, p. 62).

As narrativas contraditórias das ações efetivadas na cidade pela ocupação portuguesa são pertinentes para dar “gancho” aos debates que estão por vir. Diante dessas intensas modificações ocorridas na cidade a preservação do meio ambiente ganha visibilidade:

A preservação do meio ambiente na área da cidade já parecia ganhar a atenção das autoridades da época, pois em 13 de março de 1868, o presidente aprovou algumas posturas municipais solicitadas pela Câmara Municipal. Entre elas, destacam-se as seguintes proibições: “o corte de árvores, varas e arbustos maiores de cinco palmos em todos os riachos ou igarapés” que ficavam dentro dos “limites da cidade e nos seus subúrbios, em zonas de 60 palmos de largura a partir do leito dos mesmos riachos e igarapés” (MESQUITA, 2019, p. 45).

A implantação dessas normativas e condutas impostas pela Câmara Municipal, implicava em proibições passíveis de multas e detenção por parte dos julgados infratores.

As punições eram aplicadas atendendo a danos de ordem tanto patrimonial, quanto à conduta ética e moral:

Em 1º de junho de 1872, a lei nº 247 promulgava o Código de Posturas Municipais da Cidade de Manaus, rico em punições, previa multas que oscilavam de um a oito dias de prisão para a infração de qualquer um de seus artigos. (MESQUITA, 2019, p. 46)

Entre as medidas restritivas, e atendendo um dos critérios que visava o embelezamento da cidade e das áreas de subúrbios, destacavam-se as especificações quanto à estrutura e materiais que deveriam ser utilizadas para a construção das moradias. O que incluía, a não utilização de palha na cobertura das casas, de escavações para retirada de barro em estradas públicas, além do corte de árvores (MESQUITA, 2019).

O processo modernizador impunha a cidade um ordenamento e planejamento extremamente estético, que se espelhava nos padrões urbanísticos vigentes na Europa, devido a presença de edificações e monumentos com detalhes e expressões artísticas, de praças devidamente arborizadas e sincronizadas. A paisagem natural há muito tempo modificada era considerada rústica.

Em 1874, o diretor das Obras Públicas, engenheiro Leovigildo Coelho (1874, p. 4 e 7), comunicava ter mandado buscar no Pará “30 renovos de palmeira barrigudas” para arborizar a Praça Vinte e Oito de Setembro, informava que em janeiro daquele ano haviam iniciado os trabalhos para a conclusão do Palacete Provincial, enquanto que a obra da Matriz foi retomada pelo “mestre de pedreiro” José Cardoso Ramalho ao regressar da Europa, pra onde fora tratar a saúde (MESQUITA, 2019, p. 47).

“Confrontando o número de obras públicas realizadas nas décadas de 1850 e 1880 daquele século, constata-se um aumento considerável neste último período, apesar de mantidas várias dificuldades (MESQUITA, 2019, p. 49). De acordo com o autor, o ano de 1882 já apresentava a conclusão de algumas obras, como a Ponte de Ferro dos Remédios, a conclusão do calçamento de ruas, além do reparo de outras obras públicas.

Os anos que se seguiram entre 1883 e 1888 foram de intensa produção e melhoramentos nas obras públicas. Os relatórios dos responsáveis das obras públicas estavam sempre no mesmo compasso, tanto evidenciavam a escassez de recursos financeiros, de materiais e as adaptações necessárias, quanto à conclusão e construção das obras, além de destacaram as ações e estratégias utilizadas para execução dessas obras.

Em 14 de julho de 1888, o engenheiro Lauro Bittancourt foi dispensado do cargo de diretor da Repartição de Obras Públicas, sendo substituído interinamente pelo engenheiro Leopoldo Carvalho Ribeiro. Naquele mês, o presidente Joaquim Cardoso de Andrade (1888, p. 9-10) solicitava atenção para o serviço de arborização da cidade e esperava que a Câmara Municipal fosse habilitada para executá-lo convenientemente, porque reconhecia que em “um clima ardente” como o de Manaus a arborização das ruas tornava-se uma medida urgentemente reclamada” (MESQUITA, 2019, p.52).

Novamente em pauta, a arborização se torna um elemento importante não somente pela estética urbanística, mas, sobretudo, para atender aos aspectos climáticos, que visavam certo conforto térmico. A preocupação, na verdade, estava longe de atender as causas climáticas, visto que todo o interesse era precisamente o potencial econômico. Para tanto, buscava-se alternativas para “compensar” a falta de arborização, um ideal progressista extremamente contraditório a realidade amazônica. A fim de atender essas especificações, umas das medidas definidas foi a contratação e substituição de profissionais habilitados e qualificados nas áreas de engenharia, matemática e agrimensura, como exemplo.

Em 1889, com a Proclamação da República do Brasil, encerrava-se o sistema monárquico no país, iniciando uma nova fase da política brasileira. No Estado do Amazonas despontava um período de prosperidade econômica evidenciado pelo número crescente de obras públicas realizadas em Manaus (MESQUITA, 2019, p. 53)

Não há dúvidas quanto às intensas transformações que a cidade experimentou ao longo da segunda metade do século XIX. Transformações essas vistas timidamente tomando espaço em passos cadenciados, das taperas aos palacetes, das ravinas e igarapés aos calçamentos e pontes. Na metade de um século, a cidade tomou proporções, que já desafiava o imaginário tanto dos nativos, quanto de seus ditos governadores.

É incontestável os esforços dos governantes em tornar a cidade na selva, os olhos do mundo. As configurações da paisagem natural, das reformulações espaciais e urbanas, foram sendo reconfiguradas ao passo das imposições, primeiramente, as de ordem colonizadora, atendendo ao regime monárquico, de estratégias econômicas e de uma reformulação social.

A mudança não se restringiu apenas aos traçados urbanos, e nada timidamente, a “simbiose amazônica” originou as primeiras miscigenações. O caboclo amazônico, acompanhou esse processo transformador, mas do que isso, protagonizou a produção

desses espaços, embora não pudesse e/ou não fizesse parte dele. Em meio as todas essas afirmações e contradições, a cidade e seus habitantes, caboclos e estrangeiros, nitidamente traduzem essas manifestações.

### **1.1.2 A política econômica da borracha – O ciclo da goma elástica**

Findava-se o século XIX em meio a mudanças significativas no cenário político, e, sobretudo, no sistema econômico do país. Uma linha muito tênue dividia essas ações políticas das econômicas. No cenário nacional, as elites políticas e econômicas, estreitadas pela produção cafeeira, fortaleciam seus laços na troca de favores e de interesses para ambas as partes. Não muito distante da produção cafeeira, despontava na região Norte, mais precisamente Manaus e Belém, a produção da goma elástica.

Durante o Primeiro Reinado, o Amazonas tinha vivido de maneira turbulenta. A República apanharia a província em mudança operacional, adaptando-se ao regime natural de crédito e institucionalizando a figura do comprador de safra e do financiador. Este quadro econômico, típico do Segundo Reinado, iria oferecer riscos de solvência e amparo adequado para a monocultura do látex. Está claro que a atmosfera de *vaudeville* que se abateu por trinta anos sobre região foi condicionada pelo nível de importância que a matéria-prima borracha adquiriu em relação ao imperialismo (SOUZA, 1977, p. 89).

É importante salientar as transformações no cenário internacional que serão fundamentais nessas articulações políticas e econômicas voltadas para a cidade. O cenário econômico internacional despontava com o adensamento do consumo. Essas transações comerciais se intensificaram tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Isso se deu devido a reminiscência do processo da Revolução Industrial, no qual as investidas e aperfeiçoamento das técnicas fabris, da própria evolução científica, intensificaram essas relações. Esse processo produtivo impunha duas frentes dinamizadoras: a produção de matéria-prima e as indústrias, o que culminou com a intensificação da utilização dos meios de transporte em predominância a forte representação marítima, e não menos importante a crescente produção automobilística.

Configurado o sistema de interação econômica, o mundo assumiu o contorno a seguir, de um lado, os países produtores de artigos industrializados, de outro, os países produtores de matérias-primas indispensáveis aos primeiros. Nesse contexto, ganha realce o recém-nascido Brasil republicano do período. Após se livrar de alguns entraves inerentes à condição imperial, sobretudo os ideológicos, o país que se apresentava na transição de séculos destacava-se como um grande

produtor de matéria-prima e de gêneros alimentares tropicais, a saber, a borracha, o café, o cacau, o algodão (CEZAR, 2014, p. 60-61).

“O capitalismo inglês e norte-americano vai aos poucos “domesticando” a goma elástica, ampliando o seu uso e sua tecnologia manufatureira” (SOUZA, 1977, p. 93). O crescimento demográfico percebido em alguns países da Europa e dos Estados Unidos exigiu uma demanda e uma necessidade por gêneros alimentícios, na mesma proporção do progresso industrial. De fato, esses fatores foram condicionantes na inserção do país no circuito econômico mundial (CEZAR, 2014).

Esse progresso do Norte brasileiro, entretanto, não se deve apenas a fatores externos. Além da destacada ascensão republicana – responsável, entre outras coisas, por uma nova mentalidade nas decisões políticas e econômicas do país – é preciso ressaltar a importância interna da abertura dos rios da bacia amazônica à navegação universal em 1867. Já desde os meados do século XIX, a Corte brasileira apresentava medidas a fim de diminuir o isolamento nacional e internacional da então província do Grão-Pará (CEZAR, 2014, p. 61).

“Esta expansão nacional, primeiro feita a remo, não seria possível sem a participação do barco a vapor, meio de transporte que viabilizou a conquista desta imensa bacia hidrográfica” (LOUREIRO, 2008, p. 17). Duas grandes companhias teriam destaque na articulação fluvial, a Marinha de Guerra e a Companhia de Comércio e Navegação do Alto Amazonas pertencente ao barão de Mauá. O que daria impulso para a navegação de embarcações de outras companhias e sendo essas as empresas pioneiras na *aviação*<sup>2</sup> (idem).

A operação extrativista do látex na Amazônia já demonstrava os seus primeiros passos junto às primeiras expedições. Segundo Loureiro (2008) a utilização da borracha remonta aos povos pré-colombianos entre 300 a. C a 600 d. C., e o uso está relacionado a um tipo de jogo ritualístico.

Por isto o seu uso não passou despercebido aos primeiros cronistas espanhóis, entre os quais Sahagun e Torquemada, que a citaram, ainda nos séculos XVI e XVII, quando dos seus contatos com os povos da América Central e do México (LOUREIRO, 2008, p. 15).

---

<sup>2</sup> Aviação - termo cunhado na Amazônia, derivado do aviamento, foi um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito, consolidado durante o período colonial, no sistema de comercialização no Ciclo da produção da borracha.

“A borracha foi descoberta aos poucos como matéria-prima, numa lenta aceitação que não previa a importância que iria adquirir nos anos subsequentes. Os índios já conheciam suas propriedades” (SOUZA, 1977, p. 91).

Foi o que ocorreu quando Charles Marie de la Condamine, no Equador, em 1736, relatou suas primeiras experiências com a goma elástica, em carta dirigida à França. Mais tarde, em 1745, no *Relato Abreviado de uma Viagem feita no Interior da América Meridional* informava que os “portugueses” da Amazônia fabricavam seringas sem êmbolos, trabalho aprendido no seu trato com os cambebas (LOUREIRO, 2008, p. 15).

“Nesses primeiros anos de comércio da borracha, a exportação de manufaturados predomina em relação à matéria-prima” (SOUZA, 1977, p. 92). De acordo com Loureiro (2008), a produção inicial da borracha era feita pela mão de obra indígena, sendo considerada uma mínima participação, tendo em vista que o processo colonizador impôs servidão, escravidão e crueldade.

Para Cezar (2014, p. 62), “a borracha de procedência amazônica se tornou um imprescindível componente industrial após um histórico dos mais diversos experimentos”. As investidas científicas foram muito promissoras, permitindo a aplicabilidade para diversas utilidades, como exemplo a descoberta de seu uso para apagar escritos feitos a lápis.

Mas a borracha ainda não possuía tecnologia adequada, pois sob a ação de solventes impróprios, tornava-se dura e quebradiça com o frio do inverno, e pegajosa, no calor do verão, o que limitava o seu uso em escala industrial. A correção destes inconvenientes coube a Goodyear, nos Estados Unidos, em 1839, descobridor do processo de vulcanização, simples mistura de goma elástica ao enxofre, pela ação do calor que a tornava mais estável, permitindo seu emprego em um grande número de objetos e, daí, um maior interesse na sua produção, em face do consumo sempre crescente (LOUREIRO, 2008, p. 16).

“A partir da descoberta da vulcanização, inúmeros avanços tecnológicos tiveram na borracha um material acessório indispensável, tornando-o um produto estratégico” (LOUREIRO, 2014, p. 19). A invenção do telefone foi uma dessas invenções, que possibilitou a comunicação e que fez essa matéria-prima uma necessidade e utilidade urgente.

Em 1850, a borracha passou a revestir aros de roda, e, finalmente, em 1890, houve a introdução do pneumático nessa última aplicação, o que contribuiu de modo definitivo para que a borracha se transformasse em

uma das mais importantes matérias-primas da indústria automobilística (CEZAR, 2014, p. 62).

Essa urgência já ditava as estruturas e articulações sobre a produção e exportação. Ou seja, com a exigência e urgência para suprir uma demanda imediata era necessário ter um maior controle sobre sua produção e transporte. Para que houvesse a intensificação dessa comercialização, a logística já tinha se tornado um fator crucial.

Os transportes internos e externos, imprescindíveis a comercialização da borracha, estavam controlados. O comércio exterior seria por intermédio de um número reduzido de casas exportadoras estrangeiras, que se estabeleceriam com o correr dos anos. A difícil tarefa de produzir e financiar a produção ficaria com os brasileiros e alguns portugueses, na dependência dos interesses internacionais (LOUREIRO, 2008, p. 19).

Aponta Loureiro (2008) que as companhias de navegação da Amazônia foram aos poucos sendo compradas por companhias transoceânicas, no período entre 1871 e 1876. Tendo como exemplo a companhia The Amazon Steamship Navigation Ltda., além da Booth & Company. O que ditaria muitas regras nesse processo de comercialização, bem como aponta o autor no trecho a seguir:

O ano de 1876, com estes resultados, marcaria a primeira incorporação da Amazônia, sob o controle inglês, ao mercado mundial, como principal fornecedora de uma matéria-prima de interesse vital para o conforto humano- a borracha (LOUREIRO, 2008, p. 19).

Embora tivesse se tornando um produto altamente solicitado no mercado, os desafios eram diversos e não se restringia somente a dificuldade de logística. A distribuição das espécies da *hevea brasiliensis* era ditada pela natureza, o que já havia despertado o interesse na manipulação e produção em escala produtiva. Esse só seria mais um exemplo de biopirataria experimentado ao longo processo colonizador.

A Amazônia estava despovoada e o deslocamento de grandes contingentes populacionais levaria muito tempo e gastaria muitos recursos, fatores impeditivos da possibilidade do plantio, exploração e conservação de grandes seringais, pois tais tarefas exigiam muita mão-de-obra, de preferência pouco exigente e sem independência política. Estas condições ideais e necessárias, na percepção da época, estavam associadas em uma região ecologicamente semelhante à Amazônia – o Sudeste Asiático (LOUREIRO, 2008, p. 19-20).



Com esse aumento da demanda de produção e exportação mundial, deu-se início ao intenso processo de imigração, em destaque a migração nordestina, ocorrendo a partir de 1870. Movimento esse que impulsionou a vinda de muitos nordestinos na promessa de obter riquezas advindas do ouro branco. Uma falácia que se espalhou quase como um “vírus” e que culminou em muitos casos, ceifando sonhos e a vida desses trabalhadores.

“Um dos maiores problemas que se apresentava, para a extração de látex, era a mão-de-obra. Conseguir mão-de-obra competente significava, principalmente, reunir homens jovens e fortes” (BAZE, 2005, p. 31). A demanda de mão de obra, naquele momento talvez fosse obstáculo maior do que a própria exportação do produto, visto que a disposição das seringueiras era desfavorável.

Em 1941, estimava-se em 34.000 o número de seringueiros na região, produzindo nada menos que 18.233 toneladas de borracha. Com a tentativa de aumentar a produção, foi necessário um grande esforço para conseguir trabalhadores para a região. Nada menos de 25.000 homens foram incorporados. Todo este esforço buscava a meta de produzir 32.300 toneladas até 1945 (BAZE, 2005, p. 31).

“O seringueiro, retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo” (SOUZA, 1977, p. 100). De acordo com Loureiro (2008), ainda no recrutamento a informação dada era de que não haveria nenhuma relação de submissão, e que seria disponibilizado crédito para manter suas despesas e da sua família.

Normalmente, as despesas com o recrutamento eram financiadas pelo dono do seringal com a finalidade de fixar, ao menos, 1000.000 homens em toda a Amazônia. A extração do látex era feita de modo primitivo, com os seringueiros a trabalharem sozinhos ou com as suas famílias. A produção individual era baixa, precisamente porque as seringueiras cresciam espalhadas pelas florestas, sem nenhuma ordem (BAZE, 2005, p. 31-32).

Nesse mesmo processo de recrutamento, o trabalhador já acumulava dívidas antes mesmo de iniciar seu trabalho. Os custos da viagem, dos itens e do aluguel do “barraco”, estavam inclusos e que prejudicava ainda mais o saldo devedor. A quantia recebida por tal função não era suficiente para quitar sua dívida inicial. Ao chegarem no seu destino, já haviam acumulado uma dívida, em muitos casos, propositalmente difícil de quitar. O salário mal supria as necessidades básicas, o que dificultava o envio de valores para as famílias e para aniquilar seu débito.

Cada seringueiro, sozinho, colhia aproximadamente 500 quilos de borracha por ano. O seringueiro trabalhava em duas estradas, em dias alternados. Retirava o látex de 125 a 150 árvores em cada estrada, deixando-o coagular na sua cabana. Depois de preparar várias bolas, com o peso aproximadamente de 45 quilos cada uma, entregava-as ao seringalista que, por sua vez, as embarcava para Belém ou Manaus (BAZE, 2005, p. 32).

Esse processo migratório financiado pelos “coronéis da borracha” e pelo poder público tratou de evidenciar os interesses dessa elite. O sucesso promissor da elevada produção gomífera se deu a muito custo, com suor, lágrimas e muitas vezes com a própria vida desses trabalhadores.

O seringueiro foi, portanto, a base da cadeia desse sistema econômico, tendo sua contribuição direta na elevada produção e, conseqüentemente, na exportação do produto final. Logo, dentro desse sistema de produção e comercialização viviam todos em um regime de exploração e miséria.

O avanço nas atividades extrativistas da borracha e seu processo de produção e a intensificação das exportações para suprir a demanda internacional resultaram em riquezas nunca antes vistas em terras amazônicas. Contudo, com “os olhos e bolsos” voltados somente aos lucros advindos da borracha se tornavam cada vez mais dependentes desse modelo produtivo e econômico. Ancorados na ideia de detenção absoluta da matéria-prima e de não possuírem concorrentes no mercado se viram na oportunidade do aumento do preço:

Em 1888, um fato novo veio aumentar, ainda mais, a procura da borracha. Naquele ano Dunlop redescobriu o pneumático para bicicletas, logo aperfeiçoado para o tipo desmontável, em 1891, pelos irmãos Edouard e André Michelin, que, em 1895, adaptaram-no para o automóvel. Daí em diante a indústria automobilística cresceu vertiginosamente. O mercado mundial exigia sempre mais pneus, e as safras amazônicas não poderiam supri-lo a preços baratos (LOUREIRO, 2008, p. 21).

É incontestável que a borracha havia se tornado item indispensável na indústria automobilística. O que a tornava item muito cobiçado, despertando o interesse estrangeiro para além da compra do produto, no qual já se visionava a plantação da seringueira em escala produtiva. A relação de comercialização e exportação ficou sob o controle inglês, visto que boa parte das transportadoras fixadas na capital eram de origem inglesa. Diante

desse cenário, uma boa parte das companhias de navegação foram adquiridas por empresas inglesas, a exemplo a “Booth & Compay”.

Um dos maiores exemplos de biopirataria na Amazônia estava prestes a ocorrer. O elevado preço que alcançava a borracha, impulsionava os empresários estrangeiros na busca de uma alternativa mais rentável e prática.

Na realidade, a idéia da formação artificial de seringais, fora do major João Martins da Silva Coutinho, o mesmo explorador do Japurá, Purus e Madeira, quando, em 1863, teve publicado, apenso ao relatório do presidente provincial Sinval Odorico de Moura, o trabalho “Breve Notícia sobre a Extração da Salsa e da Seringa – Vantagens de sua Cultura”, no qual alertava às autoridades sobre a produção predatória da salsa e preconizava o cultivo dos seringais. Esta obra não teve repercussão em nível nacional, mas chegou à Inglaterra, onde foram iniciados estudos sobre sua viabilidade (LOUREIRO, 2008, p.20).

Mesmo que a Amazônia apresentasse fatores que poderiam dificultar a plantação em outro país, isso não impediu empresários e pesquisadores de colocarem em prática seus estudos para a tentativa de viabilizar o cultivo em outro continente. Logo, se percebeu as condições ideais para cultivo, conservação e, conseqüentemente, a exportação, o que culminava na necessidade de um ambiente com as mesmas e/ou similares características ambientais e climáticas. Fora observada certa semelhança climática e ecológica do Sudeste Asiático com a Amazônia e intencionalmente foi Clement R. Markham, que determinou a vinda de Henry Wickham, com a finalidade de pesquisa e de apanhar sementes das seringueiras (LOUREIRO, 2008).

Chegando à Amazônia, Wickham estabeleceu-se em Santarém, passando-se por colecionador de orquídeas. Por volta de 1875 já conseguira recolher 70.000 sementes de árvores adultas, entre o Madeira e o Tapajós, logo contrabandeadas, pelo vapor inglês Amazonas, como sendo pacotes de orquídeas. Em Kew brotaram 7.000 sementes, obtendo-se as primeiras mudas, levadas para o Jardim Botânico de Heneratgoda, no Ceilão, em 1876, onde permaneceram produzindo mudas e sementes, à espera do momento oportuno para a sua difusão (LOUREIRO, 2008, p. 20).

“Chegara o momento propício para as árvores de Heneratgoda espalharem-se pelo Oriente” (LOUREIRO, 2008, p. 21). Segundo Mesquita (2019), os grandes problemas enfrentados na produção da borracha estavam relacionados aos altos preços, as moléstias que afetavam os trabalhadores, o que implicava na redução de mão de obra, além das seringueiras serem acometidas por pragas. Entravam nessa lista ainda a concorrência eficaz no processo produtivo oriental, além também da dinâmica do consumo estrangeiro.

A situação financeira da Amazônia estava bastante abalada em decorrência da grande crise que, em 1907, afetou as principais praças europeias e norte-americanas, desequilibrando suas economias e refletindo em vários setores da indústria, resultando no fechamento de várias fábricas e atingindo com intensidade aquelas que consumiam a goma elástica como matéria-prima (MESQUITA, 2019, p. 37).

De um lado, “a partir de 1908, as plantações e a produção do Oriente cresceram avassaladoramente, dobrando de ano para ano, o mesmo ocorrendo com o consumo” (LOUREIRO, 2008, p. 22). Por outro lado, embora houvesse crescimento contínuo da plantação, a produção brasileira ainda conseguia permanecer com seus preços estáveis no mercado.

A estratégia produtiva implantada pela Coroa Inglesa foi decisiva para desbancar a produção brasileira. A disposição das seringueiras por serem nativas dificultava o acesso, a retirada e a coleta do látex, enquanto que a estratégia utilizada pelos ingleses foi justamente pensada em uma produção racional, na qual os investimentos e as técnicas estavam baseadas num sistema produtivo em larga escala, oferecendo ao mercado mundial um produto com custo mais baixo.

Em 1910, o valor da borracha atingira o seu preço máximo e a exportação do produto alcançou a soma de 377.000 contos (24. 646.000 libras-ouro), que representou quase 40% do total da exportação do país, numa fase em que o café assumia a cifra de 385.000 contos, um pouco mais de 40% do total (MESQUITA, 2019, p. 37).

“A produção da borracha brasileira vinha num ritmo crescente até 1912, ano em que atingiu o ponto mais alto de sua produção apresentando a cifra de 43.370 toneladas” (MESQUITA, 2019, p. 37). No entanto, apesar da produção brasileira ter tido esse crescimento, ao mesmo tempo houve um elevado crescimento da produção oriental, o que veio de fato consolidar a derrocada do monopólio brasileiro, conforme retrata Mesquita (2019):

Em 1920, estava definitivamente confirmada a falência da borracha na região. No ano anterior, o Brasil participava somente com 34.000 toneladas numa produção mundial de 423.000 toneladas, enquanto o Oriente entrara com 382.000. Decididamente, o primitivo sistema extrativista não fora capaz de acompanhar a rapidez e a qualidade da produção planejada na Ásia. Assim a Amazônia despedia-se definitivamente de sua fase áurea e mergulhava numa estagnação econômica que se manteria por várias décadas (2019, p. 38).

“A cidade de Manaus perdeu o ritmo efervescente e artificial proporcionado por uma situação financeira bastante favorável, ainda que displicentemente administrada desde a última década do século XIX” (MESQUITA, 2019, p. 38). Essa crise surtiu efeito cascata na cidade onde vários segmentos da sociedade rapidamente se modificaram.

Entre esses segmentos, o comércio dependente da borracha foi um dos primeiros a perder com a crise. A população estrangeira e uma parte da elite local preferiu se retirar tão breve da cidade e logo se foi perdendo a intensa movimentação e caindo em um marasmo profundo. Da mesma maneira ocorreu com as obras públicas e todos os projetos foram suspensos.

Diante do exposto, é importante salientar que o processo econômico teve sua contribuição significativa na execução de obras públicas, nos melhoramentos urbanísticos e arquitetônicos, o que de fato transformou a dinâmica da capital e impregnou fortemente uma cultura estrangeira. A cidade de Manaus, especialmente, o Centro Histórico de Manaus, ainda apresenta em sua dinâmica espacial, nas ruas, nos casarios e palacetes, nos monumentos e edificações a forte expressão que esse período foi capaz de produzir.

## **1.2 Caracterização da localização das Edificações Residenciais**

As edificações residenciais, objeto de estudo desta pesquisa, estão inseridas no bairro Centro, localizado no município de Manaus. O Centro Histórico ou Centro Antigo fica situado em uma área urbana do município de Manaus, capital do estado do Amazonas. É definido como a área urbana, considerada como a origem da fundação da cidade, decorrente do processo de ocupação e colonização na Amazônia que remonta desde o século XVII. Para tanto, se faz necessário espacializar quanto à localização da cidade:

A cidade de Manaus possui uma área de aproximadamente 11.458,5 km<sup>2</sup>, o clima é quente e úmido. Seus limites são: ao norte, Presidente Figueiredo; ao sul, Iranduba e Careiro da Várzea; a leste, Rio Preto da Eva e Itacoatiara; e a oeste, Novo Airão. Manaus localiza-se à margem esquerda do rio Negro, próximo ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões, no centro da planície amazônica e a leste do Estado do Amazonas (NASCIMENTO, 2014, p. 34 apud PONTES FILHO, 2011, p. 145).

O bairro Centro fica localizado na Zona Sul do município. A Prefeitura de Manaus determina a divisão territorial da cidade de acordo com a Lei nº 1.401 de 14 de janeiro de

2010, no qual dispõe sobre a criação e divisão dos bairros. No ANEXO I se encontra as definições de descrição e delimitação do perímetro:

1 – CENTRO Ponto inicial - Ig. do Educandos com o Rio Negro. Definição do Perímetro - Começa no Ig. do Educandos com o Rio Negro; deste último até o Ig. de São Vicente; deste até o beco Casemiro; deste até a Rua Pe. Agostinho; desta até a rua Luiz Antony; desta até o Ig. da Castelhana; deste até a Avenida Constantino Nery; desta até a Av. Álvaro Maia; desta até a rua Major Gabriel; desta até a rua Ramos Ferreira; desta até o Ig. do Mestre Chico; deste até o Ig. do Educandos e deste até o Rio Negro.

A seleção dessas edificações residenciais fora estabelecida atendendo aos critérios de recrutamento definidos pela pesquisadora, e seguiu um padrão de escolha orientada por critérios que incluem a localização, e estabelecidos pela delimitação de Centro Histórico de Manaus.

Além disso, os próprios aspectos arquitetônicos que demonstram as possíveis técnicas e materiais utilizados na sua produção que remontam ao período de sua construção, e por se tratar ainda de serem edificações que ainda exercem a funcionalidade de moradia, bem como as relações de afetividade e pertencimento através da memória. Essas edificações estão situadas em ruas e avenidas consideradas as principais vias do centro, além de terem sua contribuição histórica para a cidade.

A primeira edificação residencial em estudo pertence à família de Maria Arminda Castro Mendonça de Souza (Apêndice – TCLE), e fica localizada na Avenida Sete de Setembro, localizada bem ao centro da avenida, entre o trecho da avenida Joaquim Nabuco e Getúlio Vargas. A edificação é geminada, portanto, é constituída por dois imóveis, sendo um deles com uso residencial da proprietária Maria Arminda, de nº 1202, e outra de uso comercial (que não pertence à mesma família).

A segunda edificação residencial pertence à família de Augusto Mendonça (Apêndice – TCLE), e fica localizada na Avenida Joaquim Nabuco nº 1641. A edificação está presente no trecho entre as avenidas Ramos Ferreira e Leonardo Malcher. A terceira edificação residencial pertence à família de Roger Péres, na pessoa do próprio Roger Péres (Apêndice – TCLE). Está situada no cruzamento entre as ruas Lima Bacuri e Dr. Almino. A edificação compreende em dimensão edificada as duas ruas aqui situadas onde a porção da edificação compreende a rua Lima Bacuri e a outra porção na rua Dr. Almino.

## Mapa da localização das Edificações Residenciais no Centro Histórico de Manaus



**Fonte:** Moreira, L. 2022.

### 1.2.1 Centro Histórico – Da definição ao tombamento

As cidades são produtos da sociedade e que demonstram sucessões de tempos distintos, num movimento dinâmico. Toda cidade tem seu ponto de partida, um marco inicial e que fica expresso através das marcas do tempo, materializadas no espaço urbano. Nessa perspectiva, as relações desenvolvidas pela sociedade, no modo de uso e apropriação das formas, no ritmo das atividades econômicas e sociais, constituem e constroem os centros históricos.

O centro histórico de uma cidade é, regra geral, a área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade moderna, e que coincide normalmente “com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (SEBASTIÃO, 2010, p. 20 apud DGOTDU, 2005, p.128)

Os centros históricos são carregados de simbolismos e significados. Justamente por abrigarem essa relação de materialidade, do concreto e da imaterialidade, fruto das relações primárias e das formas de reprodução social. Um núcleo originário, que abriga construções edificadas, monumentos, espaços de socialização, sejam de finalidade comercial ou para lazer.

Essas construções primárias são de fato o nascimento dessas localidades, ou seja, a ideia e projeção inicial, que constitui a base, a fundação propriamente dita. E enfatizam a valorização de cunho cultural, social e como consequência a fomentação de atividades turísticas.

Percebemos que os centros históricos são compreendidos não somente pela sua carga histórica, na produção social manifestada através da imposição e assimilação cultural, dos costumes, do compartilhamento e fragmentação da memória, mas, sobretudo, pela infraestrutura, e de atividades realizadas nesses espaços como o comércio e os serviços.

Bem como discorrem Cushman & Wakefield (2008, p. 106 apud Sebastião, 2010, p. 56) “que o comércio, os serviços e os equipamentos têm um papel muito importante na animação e dinamização dos núcleos históricos das cidades e, como tal, devem ser revitalizados numa óptica integrada, devolvendo a essas áreas a animação e prestígio de outros tempos”. Ademais,

Os centros históricos representam principalmente o traçado inicial da cidade, são estruturas urbanas e arquitetônicas que expressam as manifestações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, das formações sociais dos diferentes períodos históricos (SALCEDO, 2007, p.15) Vestígios dessas expressões materializadas no espaço se apresentam como testemunhos de civilizações do passado (SALCEDO et.al, 2015, p 1).

Discorre Meneguello (2005) que essa conceituação de “centro histórico” é considerada recente, ganhando uma atenção de urbanistas e arquitetos depois da segunda Guerra Mundial. Os países europeus buscavam criar novos espaços, já que parte de sua história havia sido devastada, enquanto os Estados Unidos vivenciavam a fragmentação das cidades centrais, com a criação de *shopping centers*, do surgimento de subúrbios. Isso resultou em uma reestruturação social e que se aplica na reformulação urbana.

Em julho de 1951, o centro definido como “coração da cidade”, foi o tema do Oitavo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), na pequena cidade de Hoddesdon, próxima a Londres. Naquele encontro falou-se das cidades americanas e seus subúrbios, da criação de zonas centrais para pedestres nas cidades inglesas, suecas e holandesas e da importância dos



centros históricos das cidades italianas. O centro urbano passava a ser o elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes (como o que disse Sert em sua fala), o repositório da memória da coletividade (como o disse Gropius, no mesmo congresso), e o local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana. (MENEGUELLO, 2005, p.2)

Conforme menciona Meneguello no trecho acima, as áreas centrais das cidades, ganham visibilidade não somente pela finalidade conceitual de historicidade, mas, sobretudo, pelo significado atribuído ao sentido coletivo de compartilhamento de memórias e experiências. O conceito de centro histórico não foge de sua conceituação a partir dos elementos de infraestrutura, de serviços, porém revela uma dimensão simbólica:

Desde tempos imemoriais que as cidades são produto das sociedades que as fisicamente construíram e culturalmente edificaram, num processo contínuo e intemporal. De facto, as cidades, desde as pequenas aglomerações urbanas da antiguidade às actuais metrópoles globais, sempre polarizaram importantes funções sociais, económicas, patrimoniais e cívicas, constituindo-se um legado das sociedades passadas e, uma plataforma para as vindouras, sendo um espaço de transição por excelência. (SEBASTIÃO, 2010, p.20)

São esses elementos presentes nos centros históricos que os tornam, na maioria das vezes, catalizadores, atraindo pelas atividades e serviços nela encontradas por visitantes e por seus habitantes. Para além disso, o centro histórico, portanto, [...]“permanecerá sempre como a parte antiga, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na actualidade seja a sua imagem simbólica”. (SEBASTIÃO, 2010, p. 20 apud CAVÉM, 2007, p.16)

Segundo Teresa Barata Salgueiro (2005: 259), os centros históricos para além de serem “as partes mais antigas da cidade”, constituem-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”. (SEBASTIÃO, 2010, p.20 apud SALGUEIRO, 2005, p. 259).

Diante disso, é importante salientar a multiplicidade conceitual e simbólica dos centros históricos. Ao mesmo tempo que revelam em suas características urbanas e arquitetônicas, elementos e infraestruturas de valor e interesse histórico e cultural, despertam, sobretudo, ao coletivo, a ideia de pertencimento e afetividade, em torno do compartilhamento das experiências e memórias.

A ideia de centralidade não se restringe apenas as definições de localização geográfica, mas são essenciais e lógicas nas práticas econômicas. A concentração de uma

variedade de serviços (privados ou públicos) e da diversidade comercial as tornam atrativas e acessíveis. Além de se tornarem polarizadores na forma de encontros, da troca de informações e na criação de sociabilidades.

Tanto Sebastião (2010) quanto Meneguello (2005) apontam a importância e a necessidade de preservação desses núcleos históricos diante da carga relevante que esses espaços físicos representam a fim de contribuir para valorização e compreensão das sociedades contemporâneas na salvaguarda desses elementos.

De facto, é necessário manter os centros históricos e “revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vector indispensável face os perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea. (SEBASTIÃO 2010, p. 22 apud SALGUEIRO, 1999, p. 392)

Essa valorização vai além dos debates, conceituações e apontamentos científicos. Essa importância desses centros históricos é evidenciada através de documentos internacionais e oficiais na definição de centros, bem como defendem e constituem parâmetros para sua salvaguarda. Como esclarece Meneguello sobre a Recomendação de Nairóbi<sup>3</sup> (2005):

No que tange a parâmetros oficiais na definição de centros, em especial a definição e preservação do tecido histórico urbano, destaca-se a Recomendação de Nairóbi – cunhada pela Unesco em 1976. Esta foi a primeira carta patrimonial a falar claramente da preservação de “conjuntos” (o que inclui os centros históricos) e a buscar compatibilizar a preservação e as exigências contemporâneas, apoiada pela administração local e municipal, associações de moradores e de bairros e de órgãos técnicos (2005, p.2).

Incluem-se nesses “conjuntos históricos”, conforme definição da Recomendação de Nairóbi, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos. E, nesse contexto, apesar do amparo que vemos nessas normativas, em muitos casos, a realidade é o oposto. O processo de expansão das cidades e dos próprios centros urbanos evidencia também o crescente abandono, descaso e deterioração desses espaços. O que salienta ainda mais a importância da proteção nas esferas políticas, econômicas e sociais:

O vasto processo de reestruturação das aglomerações urbanas, afectou os seus núcleos históricos de forma mais notória, devido às fraquezas inerentes à estrutura da base económica destas áreas e à sua “incapacidade de se adaptarem

---

<sup>3</sup> UNESCO, Novembro DE 1976 – 19ª Sessão UNESCO – Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.

aos novos requisitos de comércio e infra-estruturas” (SEBASTIÃO, 2010, p. 24 apud ROBERT; SYKES, 2004, p. 25).

A partir dessas considerações é possível traçar os aspectos que norteiam tanto a definição quanto às medidas e instrumentos que são necessários para reconhecimento e proteção desses centros históricos. Fazem parte todos os objetos construídos, as impressões culturais expressas nessas formas, e que demonstram as características desses modos produtivos, talvez aquele mais evidente, como foi o caso do período econômico da produção gomífera na cidade de Manaus.

O centro histórico da cidade de Manaus representa, em primeiro lugar, localizações antigas que passaram a condicionar as novas localizações. Parte-se das alterações trazidas pelo processo de ocupação, ocorreu em aproximadamente um século sofreu e intensas modificações e se alternou, de tal forma, o significado das ocupações e a utilização das construções referentes a casas e estabelecimentos foram parcialmente apagadas, ou seja, alguns imóveis foram perdendo o significado histórico de uso, porém outros, como o Teatro Amazonas ainda mantém o seu valor simbólico. (NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 23)

O Centro Histórico de Manaus apresenta características da arquitetura e das formas urbanísticas, resultado do planejamento urbanístico atribuído a gestão administrativa do final do século XIX, processo esse que ganha bastante relevância nesse cenário. Essa arquitetura é evidenciada através da presença de edificações, palacetes, monumentos e praças. Esse conjunto de bens patrimoniais e culturais, reforçam a justificativa para a delimitação e reconhecimento do Centro Histórico de Manaus.

Desse modo, a gestão do patrimônio cultural, e, principalmente, a definição, delimitação e reconhecimento do Centro Histórico de Manaus, prevê a adoção de instrumentos e procedimentos administrativos e técnicos que garantam a preservação, recuperação e revitalização através das instituições e órgãos responsáveis nas esferas políticas.

Diante do exposto, evidenciamos as políticas na esfera municipal que atendem as especificações acima citadas. A primeira, o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus<sup>4</sup>, regulamenta pela Lei Complementar nº 002, de 16 de janeiro de 2014, título II – Das Estratégias de desenvolvimento, Art. 2º, constituem estratégias para o desenvolvimento do Município de Manaus:

---

<sup>4</sup> O Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus foi publicado em 16 de Janeiro de 2014, no Diário Oficial do Município, edição 3332 e constitui o instrumento básico da Política Urbana e Ambiental, do município de Manaus, nos termos do Estatuto da Cidade.

II - Zona Sul: constitui principal referência cultural e arqueológica, em especial pela localização do seu Centro Histórico, constituído pelo Setor 1 e Subsetores Centro Antigo e Sítio Histórico, conforme o Anexo VI desta Lei, além de ser o maior centro de negócios da Cidade; (Redação dada pela Lei Complementar nº 014/2019).

Ainda de acordo com o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município:

#### TÍTULO II DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 8º Compete ao Município: IX - promover o tombamento, e a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação específica;

Em seguida, a Lei Orgânica do Município de Manaus nº 12/2001 confere ao bairro centro o tombamento, assim disposto no seguinte artigo:

Art. 342 Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

Em especial, as edificações residenciais que estão presentes no Centro Histórico são as que resistiram a severa sucessão do tempo. Essa definição e reconhecimento desses tecidos urbanos evidencia, portanto, as medidas de proteção a estes casarios. Justamente por estar dentro desse perímetro de delimitação, essas edificações se enquadram aos critérios de gestão e salvaguarda. O que se pretende nas descrições seguintes é apresentar e analisar os instrumentos, e a gestão do patrimônio nas diversas esferas que a compreendem, bem como os projetos de recuperação e revitalização. Propõe-se diante disso apontar as teorias, conceitos e possíveis experiências a despeito do tombamento de centro histórico e patrimônio edificado.

### **1.3 Edificações: patrimônio histórico e seus parâmetros legais**

#### **1.3.1 Patrimônio: Discussões Conceituais**

A discussão sobre a definição, conceituação, categorização de patrimônio, assumiu diversas frentes nos contextos históricos e culturais, não somente nas ciências humanas ou sociais, apesar de ter sua origem vinculado ao pensamento ocidental. Essa discussão manifestou-se em diferentes culturas no globo, demonstrando expressões diversificadas. No trecho seguinte, Gonçalves (2002, p. 22) reforça essa ideia:

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados

nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos, que assumidos por ela, podemos dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais.

Isso se deve não somente pela diversidade semântica, mas, sobretudo pela representação que acompanha no mundo. Antes mesmo da sua definição, a sua aplicação e entendimento está vinculado à materialidade, e ao mesmo tempo a imaterialidade. Aquilo que se atribui aos objetos, aos amuletos, ou mesmo os rituais, manifestações, simbologias que se aplicam aos mesmos. Ou seja, na acumulação de objetos, de riquezas, que em diferentes grupos sociais, vão ganhar significados e expressões distintos.

É o que exemplifica Funari e Pelegrini (2009) sobre o entendimento que atribuímos aos bens, aqueles com valor de mercado, representados mais popularmente pela herança de imóveis, de joias ou automóveis, e aqueles bens de pouco ou nenhum valor comercial, mas com enorme valor sentimental e afetivo, como, por exemplo, exemplo uma fotografia ou um livro.

“Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro” ” (GONÇALVES, 2002, p. 22). Contudo, explica esse mesmo autor que nem todos os grupos humanos apresentam essa tendência acumulativa, na construção de patrimônios. Muito pelo contrário, o que se observa é justamente, que esse processo patrimonial pode se manifestar na realocação dos objetos, ou mesmo na materialização construtiva, na ideia de abrigo, até mesmo na sua destruição.

Para Gonçalves (2002, p. 23) “a categoria patrimônio tal como é usada na atualidade nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas”. A concepção de patrimônio, portanto ao longo da construção social coletiva não se apresentou linear, mas um processo transformador e dialético. Nesse contexto de construção e percepção do patrimônio é que se evidenciam as noções de patrimônio não somente de cunho material, mas, sobretudo do intangível.

Nessa nova categoria, estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas

e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações. (GONÇALVES, 2002, p. 24)

O que de acordo com Gonçalves (2002) possibilitou uma releitura e uma nova vertente de interpretação sobre a categoria patrimônio, principalmente, nas reflexões em âmbito nacional. De fato, releva o caráter multidisciplinar sobre a análise e aplicação da categoria nos estudos atuais, não mais meramente por compor estruturas, formas ou infraestruturas fixas, concretas, mas, sobretudo, a reflexão produzida através do imaginário, o idealizado, místico ou afetivo.

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2002, p. 24)

“Nesse sentido, entende-se que o processo de patrimonialização está relacionado à construção da memória e da identidade dos indivíduos” (CORÁ, 2011, p. 73). É também uma manifestação da construção histórica, tendo origem na unidade e ganhando multiplicidade no coletivo. Uma carga fortemente ancestral, ou seja, essas relações dos indivíduos são originadas nos núcleos iniciais, dentro do ambiente familiar. Ocorrendo a expansão dessas relações, sendo inseridas e compartilhadas a um grupo maior, no bairro, na cidade.

Para Funari e Pelegrini (2009) essa carga ancestral detém um valor imensurável, visto que a simples perpetuação de ensinamentos, por exemplo, configura um tipo de patrimônio espiritual. Aquele manifestado nas relações vivenciadas pela passagem de gerações sejam através de conselhos, gírias, provérbios, cartas ou mesmo receitas de família.

As coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes. Uma mesma pessoa pode pertencer a diversos grupos e, no decorrer do tempo, mudar para outros. Passamos, assim, por grupos de faixa etária: crianças, adolescentes, adultos, idosos. Passamos ainda de estudantes a profissionais, e, em seguida, a aposentados. São, portanto, inúmeras as coletividades que convivem em constante interação e mudança (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 13-14).

Processos esses percebidos na diversidade dos grupos sociais, suas tradições, crenças, costumes e manifestações artísticas. E mesmo diante dessa variedade de interpretações, essa construção da concepção de patrimônio tendeu a unificar, no sentido de agrupar todas essas referências, a fim de criar uma identidade única, e que representasse essa diversidade. A criticidade surge, nesse contexto, quanto à definição e à delimitação de patrimônio, caminhando num sentido contrário a tudo o que se propôs. Porque afinal de contas, qual seria a finalidade de reconhecer essa diversidade, se a intencionalidade seja a unificação?

O que reforça Corá (2011) apud Rodrigues (2007) sobre a concepção de patrimônios nacionais, é do fortalecimento a todo custo do sistema capitalista e também do fortalecimento da nação, o que resultaria na unificação da nação, através da criação de uma identidade cultural e linguística nacional, na sobreposição de tradições e costumes regionais, denominando de “costumes nacionais” como formalização dessa identidade nacional. A imposição não se tratava apenas da hegemonia capitalista, mais de uma concepção patrimonial que atendesse ao mesmo objetivo.

Tanto Hall (2006) quanto Gonçalves (2007) apontam que essa formação da identidade cultural está inteiramente relacionada com a formação de uma identidade nacional, ou seja, a partir da percepção do indivíduo no singular, e a consciência de fazer parte de um grupo, que atenda as especificidades desse coletivo. “Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2006, p. 47). De acordo com Hall (2006) a concepção de identidade nacional não é inerente ao indivíduo, mas sim um processo mutável e transformador, condicionado a partir de contextos de representação.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (veja *Penguin Dictionary of Sociology*: verbete “*discourse*”)(HALL, 2006, p. 50-51)

Segundo Gonçalves (2007) apud Handler (1985), a identidade individual ou a coletividade está diretamente ligada à posse de bens. Novamente citando Handler (1988) Gonçalves aponta que dentro da ideologia do nacionalismo, a abordagem se dá a partir dessa análise, em que a detenção de bens, através da posse, é o que define a identidade

cultural ou o próprio patrimônio cultural. Assim, representando justamente essa concepção de que na posse de algo, atribuindo valor, o mesmo deve ser preservado.

“Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico, etc” (GONGALVES, 2007 p.121). Em outras palavras, isso significa dizer que os bens de um indivíduo podem caracterizar sua identidade, isso também equivale para que os bens culturais da coletividade tendem a caracterizar a identidade de uma nação.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetizações universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade (HALL, 2006, p. 49-50).

A formação de uma identidade cultural também não pode ser considerada linear, como bem já foi discutido aqui. O próprio processo histórico-social que o Ocidente experimentou tratou-se de uma sucessão de imposições (neo)imperialistas fortemente políticas e culturais. A intencionalidade de unificação de uma identidade cultural estaria relacionada à representação de uma única cultura, que em muitos casos, se exemplifica como soberania cultural. Ao qual atendessem a certos interesses de um único grupo.

Como exemplo de unificação, Hall (2006) aponta o processo de identidade cultural inglesa. Como qualquer outra nação, o processo histórico é fortemente ligado a contradições, violações e crueldades. E essa identificação da cultura “britânica” não se tratou de uma estruturação homogênea, mas de uma sobreposição as culturas irlandesas e escocesas, por exemplo. A cultura inglesa, portanto, se definiu a partir da uma representação própria, que estava mais densamente localizada ao sul do país.

Uma forma de unificá-las tem sido a de representá-las como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”. A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo. É tentador, portanto, tentar usar a etnia dessa forma “fundacional”. Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As *nações modernas são, todas, híbridos culturais*. (HALL, 2006, p. 62)



Muito embora essa tendência de unificação, (por vezes, unilateral) tivesse se manifestado, o que permaneceu foi a incorporação da diversidade. A discussão não estava direcionada somente ao meio científico, acadêmico, filosófico, mas cruzou as fronteiras e ganhou visibilidade da sociedade, dos pequenos grupos e tribos sociais, e sua força representativa. E é nesse contexto, que a concepção contemporânea tomou seu espaço:

O patrimônio passa a ser reconhecido como o conjunto de narrativas, de comportamentos, de bens, de objetos ou de testemunhos que assumem a representação de valores simbólicos e que por isso permitem a criação de uma identidade que une e fortalece culturalmente o grupo detentor de tal patrimônio. Isso porque os grupos incorporam os patrimônios no seu cotidiano como uma referência da sua cultura, por meio das representações e dos rituais que fortalecem suas identidades. (CORÁ, 2011, p. 74)

É importante ressaltar quanto às delimitações ao processo de estudo desta pesquisa. É indiscutível, no entanto, a variabilidade e as divisões estabelecidas para essa categoria de pensamento, e que pertencem a construções históricas e culturais distintas. E que não se anulam ao haver ciência também das suas construções mais modernas, ou ditas contemporâneas. Apenas para aspectos mais específicos quanto às produções sociais e culturais, mediante do recorte temporal e espacial. Especificamente no que tange as definições de patrimônio em relação às construções edificadas que ainda exercem finalidade de moradia.

### **1.3.2 Patrimônio: Estados Nacionais e a identidade nacional**

No século XVIII, com o fortalecimento das nações e das identidades nacionais é que o patrimônio vem se solidificando, mais do que uma simples categoria, se consolida como uma ferramenta e referência para legitimar bens móveis e imóveis.

A hegemonia cultural ao qual se propunha era extremamente similar a intencionalidade do sistema econômico capitalista, ou seja, nada mais nada menos que a imposição de um único modelo de representação simbólica e cultural. E como muito já foi dito, o modelo ancorava-se na construção de uma identidade nacional, sobrepondo-se à diversidade particular e regional.

Mas antes de adentrarmos nessa identidade nacional, vamos abrir um parêntese e explicar um pouco dessa construção histórica e social do patrimônio. De acordo com Funari e Pelegrini (2009), os primeiros indícios da utilização do termo ou conceito de patrimônio remontam dos antigos Romanos, ao qual estava diretamente relacionado à figura do pai:

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista e interesses aristocráticos. Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 17).

Logo, “o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (Funari e Pelegrini, 2009, p. 18), embora estivesse relacionada com a figura patriarcal, essa simbologia aplicava-se somente a elite romana. Como aponta Funari e Pelegrini (2009) além dessa configuração do caráter aristocrático, ampliam-se as simbologias no aspecto religioso, através da intervenção e crescimento do cristianismo. Eram os aristocratas que colecionavam esculturas, e com a difusão do cristianismo, adotou-se o culto e celebrações aos santos, o que resultou numa relação de valorização dos rituais e dos objetos.

Ampliam-se também a configuração dessas materialidades, os cultos aos santos e os rituais cristãos, se estendendo a construção de igrejas e catedrais, e que simbolizam a coletividade patrimonial, ainda restrita a aristocracia.

Embora a ideia de patrimonialização estivesse ainda restrita, a junção desses fatores e materialidades resultaram nessa representação. Segundo Gonçalves (2007), essa representação está associada à relação de identidade através dos simbolismos e valores atribuídos aos objetos e edificações monumentais, uma relação de pertencimento e identidade nacional.

“Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado” (GONÇALVES, 2007, p. 123), bem como aponta esse mesmo autor no trecho a seguir:

No contexto brasileiro, as igrejas barrocas de Minas Gerais, enquanto “monumentos nacionais”, são vistas em termos de uma suposta relação de continuidade com o passado colonial brasileiro. Assim como um “monumento nacional” como o terreiro Casa Branca, em Salvador,

pode ser visto através de sua relação com o passado dos negros e, por extensão, do Brasil (GONÇALVES, 2007, p. 123).

A Igreja e a religiosidade cristã exerceram muita influência nas relações sociais, e muito além de ditarem regras sociais, também tinham participação ativa nas decisões políticas e uma fatia generosa de impostos e tributos. A relação estreita da Igreja com os reinos, em especial o da França, foram decisivas nas transformações e concepção do conceito de patrimônio.

A França era um reino de direito divino, conhecida como Filha Primogênita da Igreja, por sua ligação com a hierarquia católica. Desde seu início, o reino dos francos baseava-se na sua legitimação pela Igreja, com o ápice da canonização do rei, São Luís. No reino, falavam-se diversas línguas e os súditos espalhavam-se não apenas pela Europa, mas também pela América, como até hoje o atesta a província de Quebec, no Canadá. A realeza era de origem germânica; os francos eram de origem variada, gaulesa e romana. Havia uma plethora de estatutos jurídicos que separavam os súditos (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 27-28).

A relação da França com a igreja construiu uma imagem de supremacia e divindade, porém o reinado estaria com seus dias de supremacia contados, as transformações que se anunciavam mudariam o curso dessa história. As insatisfações dos camponeses e trabalhadores aliada a classe emergente burguesa inspirado em ideais iluministas buscavam romper com as instituições feudais e o regime absolutista.

A Revolução Francesa viria a destruir os fundamentos do antigo reino. Ao acabar com o rei, toda a estrutura do Estado perdia sua razão de ser. A República criava a igualdade, refletida na cidadania dos homens adultos. E precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns. Por meio da escola, foi possível, aos poucos, difundir a língua nacional, o francês, que antes era falado apenas pelas elites (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 28).

“O melhor exemplo de criação do Estado nacional moderno talvez seja a França, a partir da revolução de 1789. Não por acaso, como veremos, foi lá que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio” (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 27). Esses novos ideais ao qual se ancoravam, visava a ruptura com os padrões enraizados de uma classe aristocrata. O processo revolucionário é uma manifestação social, da busca de igualdade, de concretudes pensadas antes utópicas, de confirmação de uma identidade originária.

O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação. Os estudiosos modernos chamaram isso de introjeção ou doutrinação interior, que visava a imbuir o jovem, desde cedo, de sentimentos e conceitos que passavam a fazer parte de sua compreensão de mundo, como se tudo fosse dado pela própria natureza das coisas (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 29-30).

A construção dessa identidade estava baseada no pertencimento e teve sua origem associada a natureza das coisas. Incorporada como uma identidade herdada naturalmente e, desse modo, deveria ser socialmente assimilada. A doutrinação religiosa que a Igreja impunha era uma ideologia com interesse de manipulação e poder. Diante dessas afirmações, fica evidente a disputa das classes e dos grupos sociais por uma nova configuração, ao qual reafirmasse a busca e legitimação dessa identidade.

Cabe então uma pequena reflexão sobre o poder simbólico de Bourdieu (1989), que retrata justamente a busca da construção de uma realidade, atribuindo valores e instrumentos que validem, que permitam dar sentido ao mundo. Os conflitos entre os diferentes grupos e classes demonstram os interesses aos quais se conectam diante de sua realidade. Portanto, o que move esses grupos, seja através da vida cotidiana ou das lutas, é o idealismo que se considera legítimo. Para tanto, se utilizam de estruturas e mecanismos sociais que produzam e afirmem essas intencionalidades.

“Os novos Estados nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos” (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 31). O idealismo que motivou o processo revolucionário francês tratou de aguçar a busca de uma identidade que os representasse, que simbolizasse genuinamente suas ações, crenças e suas relações. “Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 32). Portanto, a construção dessas identidades nacionais, também contribuíram para a concepção de patrimônios nacionais, no qual o reconhecimento e simbolismo aos objetos e materialidades ganham representatividade ao coletivo. Nesse sentido,

Os modernos discursos do patrimônio cultural constituíram-se articuladamente ao processo de formação dos Estados nacionais e, dialogicamente, em contraposição ao modo como os objetos que vieram

a integrar os “patrimônios nacionais” eram concebidos na sociedade do “antigo regime”. Neste último, não havia um patrimônio “nacional”, mas tão somente os patrimônios de diversos estamentos sociais, da nobreza, do clero, em mãos de quem estavam esses bens. Na medida em que os Estados nacionais se constituem, simultaneamente se formam “patrimônios nacionais” cujo acesso passa a ser obrigatoriamente universal, aberto a todos os cidadãos (GONÇALVES, 2007, p. 148).

Os processos revolucionários na história da humanidade, em sua maioria, resultaram em invasões, conflitos, lutas e violência, além da degradação e destruição dos territórios ocupados. É justamente nesse cenário de conflitos e destruição que experimentou a França durante a revolução, que se intensificaram os debates sobre essa forma de preservação dos bens e monumentos. Esse contexto fez surgir as primeiras medidas de proteção aos monumentos, bem como posteriormente, o intuito também de preservar os bens do antigo regime.

### **1.3.3 Patrimônio: Do Universal ao Nacional**

Entendemos que a revolução francesa e a formação dos Estados Nacionais de fato contribuíram para a criação de uma identidade nacional, e para além disso, a construção de um patrimônio cultural que legitimasse sua nação. Entre o nacionalismo e a identidade, temos o sentido ao pertencimento, ao coletivo, que se constitui justamente na cultura. São as afirmações e perpetuações das crenças, tradições e ações no social que relacionados no cotidiano, se tornam culturalmente sua expressão.

A cultura nacional procura criar unidade entre indivíduos que pertencem a classes, etnias e gêneros distintos em torno de uma mesma identidade. No entanto, muitas vezes não se consegue anular ou superar todas essas diferenças. A maioria das nações é formada por culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista e pela tentativa de supressão forçada das diferenças. Para a edificação de um nacionalismo, estas origens violentas devem ser esquecidas, prevalecendo o mito da união dos povos (AGUIAR, 2015, p. 83).

Diante desse processo do nacionalismo é que o patrimônio nacional vai ganhando visibilidade. Mesmo diante da diversidade de grupos sociais, a nação impunha uma hegemonia cultural, e o patrimônio se torna o elo nessa tentativa unificadora. Segundo Funari e Pelegrini (2009), a criação das legislações de proteção para esse patrimônio nacional francês, só teria efetivação em 1906.

Temos, portanto, durante e após o período da Revolução Francesa como sendo a trajetória inicial da configuração de legislação e diretrizes voltadas a gestão dos bens patrimoniais. O próprio desenrolar da história da humanidade esteve envolto nessas revoluções e avanços que possibilitaram ampliar as teorias e novas concepções do patrimônio. Desse modo, a revolução industrial, os avanços científicos e tecnológicos, e as guerras mundiais, foram fatores decisivos no campo da preservação do patrimônio.

A ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Alguns exemplos extremos mostram como mesmo os vestígios mais distantes, no tempo e no espaço, podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 40).

O nacionalismo, apesar de apresentar uma ideologia com a finalidade de unificação igualitária, passou bem longe da sua intencionalidade. A construção do nacionalismo nas distintas nações, na realidade, se mostrou aniquiladora, onde legitimar uma nação, resultou em muitos casos, a supressão, a inferiorização, e além disso a disputa de uma nação primeira, originária e única.

Os exemplos mais claros, de acordo com Funari e Pelegrini (2009), da impregnação do nacionalismo, são os países como Itália, Inglaterra e Alemanha. Para os italianos, a construção da sua identidade estava estreitamente relacionada aos romanos, tidos como herdeiros dos patrimônios e suas simbologias. Já para a Inglaterra a construção de sua identidade nacional estava relacionada também com os romanos, os mesopotâmios e egípcios.

Enquanto para a Alemanha, sua ancestralidade estava relacionada com os povos germânicos, o que na sua concepção nacionalista lhe dava direito de reivindicar outros territórios e poderia justificar a invasão. Além disso, o nacionalismo alemão considerava os gregos como sendo também sua identidade ancestral, afirmando que suas técnicas e estratégias militares tenham sido herdadas pelos gregos.

Do surgimento da consciência nacional até a formação das sociedades contemporâneas, o nacionalismo passou por uma série de modificações e adaptações em função de regimes políticos e diversidades territoriais. No entanto, podemos identificar algumas continuidades. Toda nação moderna, por exemplo, possui representações próprias ou produtos culturais que se originam a partir de processos históricos de disputas

entre grupos que procuram a todo momento impor suas visões sobre da nação aos demais. A partir das recorrentes imagens das identidades e símbolos nacionais, verifica-se um processo de naturalização dessas representações. Nesse processo, a cultura nacional, muitas vezes, passa a ser vista como “expressão natural de um povo”, sem historicidade (AGUIAR, 2015, p. 84).

O período entre as duas grandes guerras mundiais findou definitivamente o modelo nacionalista. Diante desse novo cenário, os danos causados foram catastróficos, pois além dos danos materiais, não há mensuração dos danos humanitários, ao qual ficou conhecido como o maior genocídio da história da humanidade.

A repugnação social frente as motivações da guerra não se limitaram somente ao nacionalismo fascista, os ideais democráticos das nações como Estados Unidos e a Inglaterra também sofreram duras críticas, visto que também assumiram uma postura considerada racista (FUNARI e PELEGRINI, 2009). O período pós-guerra evidenciaria os novos rumos dessas discussões:

O fim da guerra foi, portanto, um marco essencial que trouxe novos agentes sociais, com interesses diversos, para o centro da ação social e política. Os povos colonizados intensificaram a luta contra as potências coloniais e obtiveram resultados positivos, como no caso pioneiro da Índia, independente em 1947. Estado multiétnico e democrático, a Índia representava a inclusão de novos agentes sociais no cenário internacional e era um sinal claro da falência dos modelos nacionalistas que enfatizavam um patrimônio homogêneo (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 45-46).

O processo pós-guerra tratou de intensificar os novos modelos ideológicos e econômicos. Em meio a difusão das ideologias capitalista e socialista, despontavam as lutas sociais, de minorias, os direitos civis e humanos. Uma reconfiguração tanto social quanto urbanística ficava cada vez mais evidente. Logo intensificaram as relações de trabalho, o modo produtivo, e a paisagem acompanhava drasticamente essas transformações. De acordo com Hobsbawm, a industrialização, potencializada com o advento do capitalismo, seria mais um agente influenciador:

Com o triunfo da cidade e da indústria, uma divisão cada vez maior se interpunha entre de um lado os setores "modernos" das massas, quer dizer, os urbanizados, os instruídos, aqueles que aceitavam o conteúdo da cultura hegemônica – a da sociedade burguesa – e de outro lado, os setores "tradicionais" cada vez mais minados (HOBSBAWM, 1977, p. 305).

As lutas sociais e a diversidade de seus interesses, cada vez mais se distanciava da concepção do patrimônio nacional. Com a urgência das lutas sociais, outro movimento surgia para ampliar a noção e concepção de patrimônio, o meio ambiente se tornou pauta de defesa, e ao final da década dos anos 50, a legislação já previa amparos e proteções legais (FUNARI E PELEGRINI, 2009). De igual modo, os movimentos sociais também influenciaram as manifestações de entidades e organizações internacionais:

O nacionalismo, associado ao imperialismo, seria superado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, a Organização das Nações Unidas, e da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, ambas em 1945. Embora desde 1937, sob a égide da antiga Sociedade das Nações, a Conferência de Atenas tenha defendido a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade, apenas no novo contexto pós-guerra se desenvolveram abordagens mais abrangentes e menos restritivas de cultura (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 42-43).

Para Funari e Pelegrini (2009), embora essas organizações tenham feito parte de Estados nacionais, a própria mobilização das instituições e o envolvimento de diversas nações, culminaram com o enfraquecimento do nacionalismo. Esse enfraquecimento daria vez a pauta e a discussões de maior relevância e de valoração a nível universal, como a diversidade de caráter humano e ambiental.

A crescente mudança tinha um forte fator social, na qual as impressões culturais comunitárias, regionais e étnicas estavam sendo representadas e valorizadas como parte da diversidade patrimonial. Ao patrimônio entendia-se que a unidade universal estaria ao alcance da pluralidade e multiplicidade.

#### **1.3.4 Patrimônio: Gestão das políticas públicas no contexto internacional**

A diversidade social e cultural estava cada vez mais evidenciada através da reprodução de condutas e ações, resultado dos interesses e dos embates na busca por direitos mais igualitários e de inclusão. Essas mudanças ocorreram em função da discordância com as normas e padrões da vida em sociedade, e se intensificaram em consequência das punições, restrições e dos julgamentos que teriam em oposição as regras sociais. Esses padrões já poderiam ser observados por esses mesmos grupos, além disso



presente nas pesquisas, e sobretudo, discutidos e interpretados por profissionais de áreas distintas, por exemplo, antropólogos e sociólogos.

Entre as primeiras discussões sobre preservação na França, em fins de século XVIII e as décadas de 60 a 90 do século XX, as concepções sobre o patrimônio de uma nação sofreram, evidentemente, diversas transformações. Acompanhando o debate, surgiram obras de caráter teórico sobre o patrimônio histórico e artístico nacional nos mais diversos campos. Nas áreas que possuem maior influência das técnicas, como a história da arte, a arquitetura e o urbanismo, há abundantes publicações, principalmente sob a forma de artigos, discutindo técnicas de restauração, a realização de inventários, formação de mão-de-obra e descrições de trabalhos realizados pelas instituições encarregadas de preservação pelo mundo (AGUIAR, 2015 p. 85).

Funari e Pelegrini (2009) apontam que a interpretação nos grupos sociais de suas individualidades e suas representações coletivas refletiram diretamente nos padrões ditos normativos. O comum era uma sociedade homogênea com regras bem definidas e estabelecidas, e o cumprimento dessas regras definiria uma boa conduta social. Contudo, os questionamentos estavam mais latentes, e esses modelos já não poderiam mais representar a diversidade.

O reflexo dessas interações se estendeu aos conceitos de cultura e meio ambiente, revelando a importância e o caráter dessas interpretações não serem mais unilaterais. A incorporação dessa análise sobre a diversidade e de sua dinâmica interação permitiu a formulação de uma identidade patrimonial cultural e que visava além da materialidade. As várias perspectivas sobre a vida cotidiana e suas interações com o meio ambiente contribuíram efetivamente com a concepção de patrimônio cultural.

Para Corá (2011) o patrimônio ganha dimensão e compreensão por fazer sentido e estar integrado a vida cotidiana das pessoas. Mais do que isso, que o patrimônio como um bem cultural e de representatividade possa efetivamente estar alinhado aos interesses e as demandas, visando não somente sua preservação e proteção, e sobretudo, esteja articulado às atividades de trabalho. Ainda de acordo com Corá (2011) ao se intensificarem essas relações, tanto se contribui para o fomento das atividades turísticas e a circulação de renda quanto se contribui para uma crescente valorização e entendimento de proteção dos bens patrimoniais de uso público e até mesmo privado.

Efetivamente, é nessa articulação diversa e em escala universal que o patrimônio se consolida como instrumento essencial na gestão das materialidades e, com ênfase, nas imaterialidades. Ademais, a partir da identificação da presença de elementos, monumentos e objetos, seja de maneira isolada ou em conjunto, e sua carga extremamente simbólica e cultural, e a importância desses espaços, é que se justifica a necessidade e relevância do reconhecimento desses bens.

A implementação de definições e parâmetros para o patrimônio não somente surgiu no âmbito dos movimentos sociais, esse tem sua devida relevância, porém os reflexos das guerras mundiais podem ser consideradas o estopim para a definição de políticas voltadas para a proteção do patrimônio. Por conseguinte, o que de fato dinamizou essas ações em âmbito internacional é o papel da UNESCO<sup>5</sup>, conforme discorre Corá (2011): “A Convenção constitutiva da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi aprovada em 16 de novembro de 1945, em Londres, tendo entrado em vigor em 04 de novembro de 1946” (p. 78).

Nesse contexto surge a UNESCO<sup>6</sup> com o intuito de gerir e propiciar instrumentos, estratégias e políticas de preservação para todas as esferas do patrimônio. A organização também fomentou a divulgação e a criação de convenções, definições e protocolos em escala internacional que envolvam essa temática, consoante destaca Funari e Pelegrini (2009):

A primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural foi adotada pela conferência geral da Unesco em 1972. A partir do reconhecimento da importância da diversidade, a grande novidade consistiu em considerar que os sítios declarados como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo (2009, p. 53).

---

<sup>5</sup> UNESCO – (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é uma agência da ONU (Organização das Nações Unidas) fundada em 1945, com sede em Paris. O papel da Unesco tem como objetivo contribuir internacionalmente para o desenvolvimento nas áreas da saúde, da cultura e da educação. Além disso procura estabelecer e garantir a paz entre as nações.

<sup>6</sup> FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 53-54

Segundo essa convenção, subscrita por mais de 150 países, o patrimônio da humanidade compõe-se de:

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.

Segundo Fernandes (2021) a concepção de Patrimônio Cultural da Humanidade se inseri em um contexto mundial. A Unesco se torna referência nessas diretrizes e definições no que tange o patrimônio, de modo que as decisões e condutas postas deveriam ser aceitas ao demais países membros. De acordo Corá (2011) apud Peixoto (2000) atribui-se mérito a Unesco e suas convenções sobre a construção de um acervo comum a humanidade, considerado como uma herança de valor excepcional e de extrema necessidade, para o presente e as gerações futuras.

Dessa forma, por meio da UNESCO e dos documentos resultantes de convenções, houve a construção de instrumentos normativos que têm influenciado a legislação e as políticas públicas de cultura adotadas por muitos países, entre eles o Brasil. A UNESCO, desde sua fundação, realizou uma série de convenções relacionadas à cultura e ao patrimônio (CORÁ, 2011, p. 78-79)

Antes da participação relevante da UNESCO nas conferências e convenções, temos que citar a conferência internacional que ocorreu somente em países europeus. Essa conferência voltada à salvaguarda de monumentos históricos também colaborou com a implantação de princípios que seriam utilizadas na ampla definição de proteção que prevê o patrimônio:

A primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos realizou-se em Atenas, apenas em 1931. Dois anos antes da conferência dos CIAM que, sobre os mesmos locais, elaborou a célebre Carta de Atenas, esse acontecimento foi a ocasião para levantar a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade e de desenvolver a esse propósito ideias e propostas opostas e, todavia, sob muitos pontos de vista, mais avançadas do que as da Carta (CHOAY, 2001, p. 175).

Para Choay (2001) o que também muito contribuiu para universalização dos conceitos e princípios para a salvaguarda e proteção patrimonial se deve a difusão ocorrida pela Conferência geral da Unesco em 1972. O documento oficial da conferência definiu efetivamente o conceito de patrimônio cultural e monumentos históricos, o que segundo Choay, ainda estava relacionada ao pensamento ocidental.

As Convenções realizadas pela Unesco (1954) tiveram demasiada relevância, pois formalizaram documentos como referência única e universal. Podemos citar como uma das convenções, a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, esse sendo o primeiro documento universal sobre a preservação do patrimônio cultural mundial,

assinado em 14 de maio de 1954 em Haia, e de acordo com o documento oficial estabelece que danos causado a qualquer patrimônio cultural da humanidade será reconhecido como atentado, indicando a condição que cada nação tem sua contribuição na cultura universal.

Aponta Corá (2011) apud Peixoto (2000) que a convenção não compactua com qualquer dano ao patrimônio em caso de guerras ou conflitos, e que a punição se trata da interdição do Estado, e além disso configura como uma obrigação preservar e proteger os bens patrimoniais. Bem como discorre o documento sobre a proteção de bens em caso de conflitos armados:

Considerando que os bens culturais sofreram graves danos durante os últimos conflitos e que eles se encontram cada vez mais ameaçados de destruição devido ao desenvolvimento da tecnologia de guerra; Convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o património cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial; Considerando que a conservação do património cultural apresenta uma grande importância para todos os povos do mundo e que importa assegurar a este património uma proteção internacional; Guiados pelos princípios respeitantes à proteção dos bens culturais em caso de conflito armado estabelecidos nas Convenções da Haia de 1899 e de 1907 e no Pacto de Washington de 15 de abril de 1935; Considerando que, para ser eficaz, a proteção destes bens deve ser organizada em tempo de paz através de medidas quer nacionais quer internacionais (UNESCO, 1954, p. 1).

Ainda nesse contexto das Convenções, um marco muito importante promovido na Conferência Geral da Unesco foi a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural que ocorreu em Paris no ano de 1972. Essa Convenção se consagrou como o instrumento máximo e mais importante na ordem de definição, criação e conceituação de patrimônio mundial, afirmando a valorização de sítios, monumentos e expressões culturais com valor universal. Para tanto, essa Convenção prevê em seu Art. 1º quanto à definição de patrimônio cultural e natural serão considerados os seguintes aspectos:

*Os monumentos.* – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm

valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, grifo nosso).

Discorre Corá (2011) que essas definições junto à Unesco favorecem a assistência em diferentes partes do mundo, tendo em vista suas peculiaridades e particularidades, quanto à proteção desses ambientes e objetos que o compõem. Tanto que, na carga de expressão cultural que exprimem o patrimônio intangível, a difusão de preservação desses espaços e suas representatividades para o coletivo.

É importante salientar também, que a Convenção estabelece critérios de atuação direta para o Estado, o qual se torna responsável por assegurar, articular os mecanismos de proteção, preservação e valorização, conforme disposto no Art. 5º nas alíneas d); e):

Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património. Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio (UNESCO, 1972, p. 4).

Cabe-se então reforçar a necessidade, a relevância e o papel da Unesco na articulação e propostas realizadas nas conferências, nas convenções e todos os demais encontros. Efetivamente, foram esses encontros que difundiram e consolidaram as definições e parâmetros adotados para o patrimônio.

Diante das intensas transformações que ocorrem na humanidade, principalmente, entre os séculos XX e XXI, destacamos, conforme citado, a significativa atuação da Unesco na propagação do conceito do patrimônio sob uma perspectiva integradora e inserção universal. O que reforça mais ainda, não somente a atuação da Unesco, mas sobretudo, em caráter excepcional, as responsabilidades jurídicas, políticas e éticas dos Estados e suas nações, além do comprometimento e desenvolvimento para a proteção e preservação do patrimônio.

É claro que essas transformações e articulações em escala global influenciariam diretamente as noções, ações e definições quanto ao patrimônio em se tratando de Brasil.

Tendo conhecimento que o Brasil, um país signatário da Unesco, aplicaria as recomendações e propostas para a proteção do patrimônio brasileiro. No entanto, os critérios utilizados, a aplicação do conceito e sua articulação com os mecanismos estariam condicionados a implicações de especialistas e da representação governamental, a qual se atribuía valor de identidade nacional.

### **1.3.5 Patrimônio: Políticas públicas no contexto brasileiro**

A discussão patrimonial em território brasileiro não esteve isolada de fato, mas experimentou igualmente as transformações ocorridas no cenário internacional, o que influenciou diretamente na adoção de medidas para a proteção do patrimônio. Essa discussão incluía também a incorporação da definição de patrimônio cultural, tendo em vista a própria identidade nacional.

Em nosso país, as políticas públicas voltadas para a área cultural, particularmente aquelas referentes à proteção patrimonial, têm oscilado entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes. Certo é que a maior parte das iniciativas nesse campo se inscreveu nas esferas do poder federal, e que, não raro, suscitaram interpretações díspares (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 97).

Algo muito importante para se elencar, e que não se restringe apenas a discussão de patrimônio cultural, mas é a questão da própria construção da identidade sob uma perspectiva memorial. Essa construção está relacionada à raiz do processo de independência do país e, conseqüentemente, do processo de formação do estado nacional, o que resultaria em disparidades na identidade e memória, e mais precisamente que objetos e monumentos traduzam essa representatividade (FUNARI E PELEGRINI, 2009; FERNANDES, 2010).

Essa questão da memória social, tão dependente da preservação sistemática de segmentos de Patrimônio Cultural, tem sido tratada com seriedade somente agora nos tempos recentes, a partir dos primeiros movimentos europeus da segunda metade do século XIX (LE MOS, 2000, p. 22).

O que não se pode negar é que o processo histórico nacional foi ditado culturalmente pelos colonizadores. O prisma dos condicionantes culturais e sua relação com a diversidade aqui encontrada, tratou de intensificar e incorporar as sociabilidades

consideradas adequadas. Os atrativos encontrados em solo brasileiro pelos viajantes, pesquisadores e muitos curiosos iam além das riquezas e mistérios naturais, a miscigenação racial tornou-se alvo de interesse e pesquisas científicas (LEMOS, 2000; FERNANDES, 2010).

É a definição de uma nacionalidade, cuja memória está justamente alinhavada ao longo de sucessivas transformações e evoluções havidas lentamente através dos tempos, devido tanto ao progresso tecnológico e seus meios de comunicação como ao aprimoramento intelectual e, também, aos facilitados contatos entre povos diferentes, estando nessa miscigenação o centro maior de interesse da compreensão do que seja Patrimônio Cultural de uma nação de populações algo diferenciadas como ocorre no Brasil (LEMOS, 2000, p. 25-26).

As reflexões e as discussões sobre a gestão e preservação do patrimônio cultural no país estavam diretamente relacionadas com a construção de uma identidade nacional. Essa noção da identidade estava restrita a narrativa de grupos específicos, como políticos, intelectuais e a própria elite brasileira.

As narrativas de uma identidade cultural estavam fixadas em ideais que circulavam nesses grupos, numa construção de memória e identidade nacional homogênea. Percebemos que a própria população brasileira, não estava inserida nessas discussões, a identidade “pensada” e imposta para o coletivo, e que, por conseguinte, não oferecia a mínima participação ou representatividade da massa.

Essa mentalidade, como reforça Fernandes (2010), esteve presente na história social nacional, amplamente debatida pelos intelectuais e assim revelando uma forte tendência governamental de “popularizar” uma identidade voltada aos seus próprios interesses. Nessa mesma linha de raciocínio, estava a concepção de patrimônio adotada pela elite brasileira, e que de acordo com Lemos (2000), proteger os bens patrimoniais representava uma forma de perpetuar a memória, as tradições familiares, a fim de legitimar seu passado de glória, ostentação e prestígio.

Embora essa tendência de identidade nacional e patrimonial estivesse em evidência e de certa forma com interesses restritos, essa discussão também se ampliava, para além dos intelectuais das ciências e sociais e humanas, pois esses tanto demonstravam interesse quanto profissionais, como arqueólogos, engenheiros, arquitetos e artistas. De forma ascendente, também despontava a interpretação frente aos naturalistas,

aos biólogos e aos ecólogos, sob a vertente imaterial, das crenças, tradições e festejos populares.

“Os historiadores, os arqueólogos, os antropólogos, os músicos, os intelectuais variados, sempre procuram preservar, de um jeito ou de outro, bens culturais ligados ao seu campo de ação” (LEMOS, 2000, p. 31). Diante de interesses múltiplos, a temática ganhava cada vez mais destaque, assim assevera Fernandes:

Em pleno século XIX, logo após nossa emancipação política, vão ser criadas instituições educacionais e científicas no país, cujo objetivo primordial era formar os quadros da burocracia estatal, mas que, ao abrigar parte influente da inteligência nacional, serviu para definir o que era o “nacional”. Assim, tivemos os Institutos Históricos, os Museus Etnográficos, as Faculdades de Medicina, as Escolas Politécnicas e, principalmente, as Faculdades de Direito, que irão fornecer os quadros da elite burocrática do Império e dos primeiros anos da República (FERNANDES, 2010, p.3).

Segundo Lemos (2000), a construção histórica nacional sobre a proteção e reconhecimento de patrimônio é considerada recente, e já sinalizava os primeiros sinais de preservação com as declarações do português Conde de Galveias sobre as modificações feitas no Palácio das Duas Torres em Pernambuco. Tal indagação por parte do Conde não surtiu o efeito desejado, pois além do silêncio dos governantes, houve uma tentativa de apagar vestígios de tempos de opressão, e os poucos cuidados com a preservação atentavam-se aos objetos com algum valor artístico, considerado pelos então intelectuais da época.

De acordo com Funari e Pelegrini (2009), ao se adentrar no século XX, foram observadas que essa temática patrimonial já estava em pauta nas cartas constitucionais. A preocupação em preservar bens identitários da cultura brasileira também se manifestou em meados do século XX. Essa preocupação com os bens considerados artísticos e arquitetônicos, intencionava, conter a exploração e comercialização internacional (muitas das vezes, a exportação ilegal de bens culturais) desses itens (FERNANDES, 2010). De igual modo, nesse cenário, Lemos (2000) retrata:

[...] já o deputado Luiz Cedro, em 1923, apresentara um projeto de lei destinado a salvar nosso Patrimônio sugerindo a criação de uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional”. E, em 1925, a pedido do governador mineiro Presidente Mello Vianna, o



jurista Jair Lins também tratou de defender os bens representativos de nosso passado, mas apresentando um progresso na eleição dos bens a serem guardados pelo seu projeto de lei: “os móveis ou imóveis, por natureza ou destino, cuja interação possa interessar à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência” (LEMOS, 2000, p. 37).

De fato, essa preocupação se tornou pauta no parlamento brasileiro. A discussão se estendeu positivamente na Câmara dos Deputados entre o período de 1917 e 1925, em que apontavam propostas e medidas, que visavam a criação de órgãos para a proteção patrimonial (FERNANDES, 2010). A incorporação definitiva do Estado garantiu a implementação de leis e normativas de amparo ao patrimônio, além de configurar o surgimento de uma política cultural, intensificada pela ação do Ministério da Educação e Saúde Pública, sobretudo, com amparo legitimado pela Constituição Federal de 1934, enaltecendo e valorizando tanto o patrimônio quanto a cultura (CORÁ, 2011).

A proposta pioneira de defesa de bens culturais partiu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, através de seu sócio, Wanderley Pinho, em 1917, o que bem revela o papel que os Institutos Históricos tiveram em todo o país como guardiões pioneiros da memória nacional. Essa proposta não previa a proteção legal do Estado (FERNANDES, 2010, p. 7).

É importante ressaltar que mesmo com a atuação do Estado mais fortemente ativa, as instituições para a proteção tiveram sua relevante contribuição, visto que são elas, juntamente aos demais profissionais especializados, que efetivamente atuam na proteção e preservação patrimonial. O Instituto Geográfico da Bahia atuava com uma comissão composta por 11 membros. Essa comissão tinha como objetivo atuar na preservação patrimonial de modo a realizar um levantamento dos patrimônios e catalogá-los. (FERNANDES, 2010):

Por possuírem notável acervo de bens culturais coloniais, Bahia e Pernambuco são os estados pioneiros na criação de órgãos regionais de proteção ao Patrimônio Histórico local. Em 1927, é criada na Bahia a "**Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais**", o mesmo ocorrendo em Pernambuco, no ano seguinte (FERNANDES, 2010, p 8, grifo do autor).

“Somente em 1936 é que realmente ganhamos um projeto digno de elogios, de autoria do escritor paulista Mário de Andrade, homem cuja inteligência fora do normal

levou-o à produção literária de alto nível” (LEMOS, 2000, p 38). Essa década marca a atuação mais efetiva de caráter político, graças à intervenção do presidente do Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a quem realizou a indicação e convite para o intelectual Mário de Andrade (FERNANDES, 2010).

Embora houvesse amparo político, havia incompreensão do projeto sugerido por Mário de Andrade, como bom intelectual muito à frente de seu tempo, a concepção do conceito de patrimônio artístico nacional, abarcava não somente os bens, mas visionava a interpretação das manifestações populares (FERNANDES, 2010). Dentro do contexto político, esse projeto se apresentava um tanto audacioso, o que por um tempo sofreu certa resistência até ser, posteriormente, aceito e formalizado legalmente.

No seu texto, definia Mário de Andrade: “ Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (LEMOS, 2000, p. 38).

Como mencionado, o projeto de Mário Andrade se tornaria a peça-chave para a incorporação do patrimônio cultural brasileiro, pensado fundamentalmente na variedade de bens culturais e patrimoniais, acima de tudo, o patrimônio imaterial. Podemos citar como exemplo, a arte ameríndia e arqueológica, os instrumentos, objetos de caça e agricultura, os elementos da paisagem, além disso, incluíam-se os cantos e o vocabulário (LEMOS, 2000).

As construções arquitetônicas estrangeiras, as construções ameríndias, as construções afro-brasileiras, todas elas, compõem a concepção do patrimônio cultural brasileiro. Para além disso, enaltece a importância da iconografia, os livros, mapas, elementos capazes de contribuir na construção da história, memória e identidade nacional. Para Lemos (2000), não se poderia esperar menos do que um projeto inovador e visionário, de tal intelectual. Menciona-se que a “clarividência” de Mário de Andrade incorporaria conceitos e elementos, que só seriam tratados mais atualmente em tempos considerados mais “modernos”, como bem assevera Corá:

A importância da participação de Mário de Andrade dá-se pela luta em trabalhar cultura como norte das políticas públicas e, mais ainda, por pensar cultura como algo diretamente ligado ao cotidiano das pessoas,

desconsiderando-a, portanto, como exclusivamente voltada para as artes eruditas (CORÁ, 2011, p. 109).

Uma das dificuldades encontradas diante de tal projeto visionário e inovador, seria justamente a inexistente estrutura e capacidade administrativa, o que incluía a destinação de verbas para implementar e pôr em prática as medidas previstas. Embora houvesse essa fragilidade, foi na gestão de Capanema, frente ao Ministério da Educação ambientando ao governo Vargas, que de fato se institucionalizou as políticas culturais nacionais (CORÁ, 2011).

O ano de 1937 é considerado o marco inicial dessa institucionalização. No início desse mesmo ano é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) ainda na gestão de Gustavo Capanema. Mas foi somente ao final do ano, especificamente, em 30 de novembro, após o golpe militar, que o Decreto Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas oficializa e institucionaliza o SPHAN, efetivando-o como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Com essa institucionalização, o SPHAN se torna uma autarquia e oficializa a política federal de proteção ao Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, além da implementação do tombamento como instrumento jurídico de preservação e gestão dos bens (CORÁ, 2011, FERNDANDES, 2010, LEMOS 2000). De acordo com Lemos (2000) é a partir da institucionalização do SPHAN que se define oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEMOS, 2000, p. 43).

Eram muitos os desafios encontrados nessa primeira fase de institucionalização do SPHAN, devido às atribuições e atividades necessárias para preservação, que estavam principalmente com entraves jurídicos de ordem e interesse políticos na gestão de bens particulares ou públicos, o que dificultava a guarda, a conservação e fiscalização, bem como as próprias questões burocráticas e administrativas na aplicação dessas leis (LEMOS, 2000). Um dos desafios, por exemplo, seria colocar em prática as definições dispostas de acordo com o protejo de Andrade:

Mário de Andrade sugere ainda que haja quatro Livros de Tombamento para que sejam inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que serão oficialmente pertencentes ao patrimônio artístico nacional, conforme as oito categorias de arte previamente definidas. Os livros são: Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico (arte arqueológica, ameríndia e popular); Livro de Tombo Histórico (arte histórica); Livro de Tombo das Belas Artes (arte nacional e estrangeira); e Livro de Tombo das Artes Aplicadas (artes aplicadas nacionais e estrangeiras) (CORÁ, 2011, p. 131).

De acordo com Lemos (2000), embora o projeto de Mário de Andrade abrangesse uma concepção mais ampla sobre o que se entende por patrimônio cultural, o que promulgava a lei atendia somente aos interesses públicos. E que seria um papel muito difícil e trabalhoso incluir todos esses bens ao livro do tombo diante da realidade prática da época. Nas gestões seguintes e com o passar do tempo, trataram de tornar invisível todas as propostas do projeto inicial de Andrade, e deixaram de lado muitas das manifestações de cunho popular.

As ações práticas da gestão de preservação estavam direcionadas aos bens materiais. As referências arquitetônicas adotadas foram do período colonial, com forte expressão europeia presente nas edificações, palacetes, igrejas, praças e monumentos. A política preservacionista do SPHAN através do tombo vinculou a memória nacional a um estilo arquitetônico denominado barroco. A memória nacional, naquele momento, estava relacionada apenas a um segmento da sociedade, a elite nacional e estrangeira, que impôs uma arquitetura que representasse certo conforto e status social (FERNANDES, 2021, FERNANDES, 2010).

Os conceitos de monumentalidade do bem e de excepcionalidade de seu valor nortearam, na prática, a política de preservação do Patrimônio Histórico no País e em diversos Estados e Municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposto pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada "pedra e cal", em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção histórica, valor que justificasse a sua preservação (FERNANDES, 2010, p.12).

Do projeto inicial de Mário de Andrade até a institucionalização do patrimônio cultural nacional houve mudanças significativas, e nem sempre positivas. Pelo fato de

“privilegiar” bens culturais materiais como representativo de uma identidade nacional, por conseguinte, se excluem todas as outras formas de construções e produções arquitetônicas. Embora não fosse a proposta, as construções e edificações que não estivessem dentro desses critérios arquitetônicos ou não apresentasse características com certa estética, eram desconsideradas. O que culminou ainda mais com as desigualdades sociais e, conseqüentemente, associando erroneamente a marginalização e produção de uma identidade nacional e cultural imprópria.

Nos anos seguintes, houve mudanças muito significativas nas políticas públicas culturais. De acordo com Corá (2011), uma delas se refere à Constituição de 1946, que inclui o artigo 174, o qual dispõe como dever do Estado o amparo à cultura, igualmente, “neste mesmo ano, 1946, o Sphan passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, institucionalizando como um órgão do governo e não mais um serviço” (CORÁ, 2011, p. 111).

Nesse cenário, aponta Fernandes (2021), que essa mudança de denominação ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 8.534 de 02 de janeiro de 1946. O SPHAN se torna DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, posteriormente, recebe nova denominação na década de 1970, sendo nomeado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN<sup>7</sup>.

Data da metade da década de 70, especificamente 1975, o surgimento de uma instituição que começaria a redirecionar os rumos até então tomados pelo patrimônio histórico no Brasil. A fundação do CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, a princípio independente do IPHAN – PCH, tinha como objetivo o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, com as seguintes características; a) adequação às condições específicas do contexto cultural do país; b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil; c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas alternativas regionais (OLIVEIRA, 2008, p.28).

---

<sup>7</sup> Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Tendo como missão promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, a responsabilidade do IPHAN implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC foi justamente uma tentativa de retomar, pelo menos em partes, a proposta do projeto de Mário de Andrade. Na gestão do CNRC, temos a contribuição relevante de Aloísio Magalhães, que tratou de colocar em pauta a cultura nacional e sua multiplicidade, e uma reestruturação efetiva nas políticas públicas de preservação patrimonial. Nesse sentido, consistia em programas de estudos nas Ciências e Tecnologia, Artesanatos e no levantamento de documentos sobre a história brasileira (OLIVEIRA, 2008).

Contudo, ainda na década de 70, com a extinção dos convênios que tinha como o Governo do Distrito Federal, CNPq, entre outros, quem assumiria a frente seria a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Foi na gestão de Aloísio Magalhães que ocorreu a junção de IPHAN e do CNRC/Pró-memória, unificação essa que viria colaborar para a ampliação de bem cultural nacional (FERNANDES, 2021, OLIVEIRA, 2008).

Enquanto estive na direção do IPHAN entre os anos de 1979 até 1982, propôs e aplicou a divisão do instituto em dois órgãos, dando origem a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que ao atuarem lado a lado, ficaram conhecidos sob a sigla SPHAN/Pró-Memória, cuja duração perdurou de 1979 até 1990 (FERNANDES, 2021, p. 41).

Essa retomada de sistematizar e ampliar o conceito de bem cultural expressou uma tentativa tanto da instituição quanto da vontade e completa conscientização de Aloísio Magalhães em impulsionar a visão complexa e multifacetada que representaria de fato a cultura nacional. A interrupção dessas ações se deu pelo falecimento de Aloísio Magalhães, em 1982, e que na ocasião não pode participar do tombamento do Terreiro da Casa Branca em Salvador em 1984. Tombamento esse possível, graças ao esforço, empenho da gestão de Aloísio na defesa e inclusão, pautada na política cultural de reconhecimento da religião afro-brasileira, como bem cultural brasileiro (FERNANDES, 2021, OLIVEIRA, 2008).

Contudo, não foi possível sustentar a política cultural pautada nessa escala mais amplamente diversificada. A criação do Ministério da Cultura em 1985 e os encontros do processo de redemocratização influenciaram em novas discussões sobre o conceito e aplicação das políticas culturais (FERNANDES, 2021, OLIVEIRA, 2008).

A Carta Constitucional de 1988 retomou os conceitos e propostas de Mário de Andrade sobre patrimônio cultural – termo considerado mais

amplo que o de patrimônio histórico por poder abarcar vários outros significados em relação ao patrimônio, inclusive enfatizando que a preservação deve existir até mesmo independente do ato do tombamento (OLIVEIRA, 2008, p. 29-30).

Em meados dos anos 90, com o processo democrático houve o incentivo e abertura de espaços, a fomentação de debates e visibilidades, e a inserção de novos agentes sociais buscando representatividade e o reconhecimento. A sociedade viu no processo democrático a chance de reivindicar a inclusão de suas manifestações populares, folclóricas, e, principalmente, a incorporação de novos conceitos que atendessem a essa pluralidade cultural. Isso se constrói devido a motivação de um discurso sobre uma participação ativa dos grupos sociais e de uma política mais participativa e inclusiva, o que não necessariamente tenha ocorrido na prática.

Essa ampliação da noção dos bens a serem preservados foi reforçada pelas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura. A Lei n.7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, constituiu, de um lado, um significativo impulso no âmbito da proteção do patrimônio. Mas, de outro, propiciou o desenfreio do desenvolvimento do marketing cultural, que se consolidou nos anos 90 (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p 115).

Como parte dessas mudanças, as políticas culturais estavam cada vez mais relacionadas com o aumento das atividades culturais visando o crescimento econômico, o que demonstrava a força da corrente neoliberalista. De certo modo, criava-se uma espécie de marketing cultural no qual as cidades, seus elementos e identidades culturais se tornavam atrativo ao mercado, aumentando um consumo cultural. Embora não seja esse o enfoque, se faz necessário comentar que essas ações no âmbito econômico também influenciaram as políticas culturais.

Diante disso, é importante salientar que a consolidação da instituição na defesa e gestão como órgão de referência e reconhecimento legal, e a reformulação do conceito de patrimônio histórico para patrimônio cultural, foi resultado de agentes distintos, contudo não menos relevantes. A coletividade, muito bem representada pelos pesquisadores de áreas diversas como historiadores, sociólogos e antropólogos, bem como a presença de representantes de comunidades, e lideranças de grupos sociais tiveram sua parcela essencial na validação do patrimônio cultural brasileiro, conforme relata Oliveira (2021):

De extrema importância, já no final da década de 1990 foi a edição do Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 (esse decreto concretizaria as propostas enunciadas na Carta Constitucional de 1988 e ampliava de forma crucial o papel a ser desempenhado pelo IPHAN), que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que viriam a constituir o Patrimônio Cultural Brasileiro e criava o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que, como podemos observar em seu artigo primeiro, a partir dos seus Livros de Registro, nos dará uma idéia bastante, significativa do que poderiam ser elencados como bens de natureza imaterial (2021, p. 31).

Embora o IPHAN represente a instância máxima vinculada ao Governo Federal, não podemos desconsiderar as ações práticas e legais que cabem as instâncias políticas de ordem estadual e municipal, além da colaboração de instituições particulares e as universidades e centros de pesquisas como agentes fomentadores. Vale ressaltar que o objetivo aqui foi apresentar o processo de construção histórica, conceituação e a consolidação das políticas públicas de amparo e defesa do patrimônio cultural brasileiro. Os estudos atuais apontam que a prática da preservação do patrimônio cultural brasileiro apresenta um aumento considerável tanto nas jurisdições e aplicações legais quanto na participação de grupos sociais e lideranças variadas, o que implica diretamente nos bens inscritos no Livro do Tombo.

Por fim, sejam ações diretas do governo, de instituições de ciência e pesquisa ou mesmo o apelo da comunidade e seus moradores, o fato é que, mesmo diante de tantos avanços, a luta continua. A conservação, preservação e perpetuação dos bens culturais brasileiros se apresentam como um enorme desafio frente ao dinamismo em que as cidades estão condicionadas, e as fragilidades da instrumentalização e validação das políticas públicas.



## **CAPÍTULO 2 - ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

O presente capítulo apresentará uma contextualização sobre os aspectos arquitetônicos e culturais da cidade de Manaus, especificamente, o Centro Histórico da cidade. A abordagem estará pautada nas vertentes do processo de produção arquitetônico e urbanístico aplicada na cidade. Processos esses que incluem a gestão das políticas públicas aplicadas as construções de edificações, além dos melhoramentos investidos nas obras públicas, com investimentos diretos do ciclo econômico da borracha.

Essa arquitetura é reflexo de uma intensa interação e consumo de costumes e hábitos estrangeiros, que ditavam as regras no cenário internacional. As autoridades locais e a emergente elite desejavam alcançar “status” de modernidade, e as disposições espaciais deveriam atender a essa tendência de progresso e civilidade.

A abordagem aqui empreendida consistirá na análise do movimento eclético, que de acordo com Bonametti (2006), foi uma expressão arquitetônica e artística consumida pela burguesia europeia, a qual se deveria traduzir elementos de grande valor estético, que representasse beleza e bom gosto. Segundo Filho (2000), essa arquitetura buscava a incorporação e o aperfeiçoamento de técnicas construtivas vigentes desse modelo eclético e, sobretudo, da inserção de tecnologias do processo industrial ascendente.

A análise também recairá a partir da aplicação dessas técnicas construtivas na construção dessas edificações, bem como da análise dessas características e outras considerações da arquitetura. Além disso, discutir-se-á sobre a inclusão de iconografias das ruas onde estão localizadas as edificações, iconografias da cidade, numa tentativa de produzir uma escala temporal, a qual se permita visualizar as mudanças no entorno e o que permanece juntamente com a presença dessas edificações. Por fim, como se deu a inclusão e a constituição das iconografias das residências.

Ademais, este segundo capítulo abordará a vertente cultural denominada de *Belle Époque*, não somente presente e materializada na arquitetura e nas disposições espaciais, mas que estão presentes justamente nos espaços de sociabilidade, as interações sociais, o que de fato faz valer o uso de tais materialidades.

A Belle Époque é incorporada fortemente na capital manauara, na arquitetura e nos costumes, “[...] a consolidação de um outro tipo de sociabilidade, que estava identificada com o padrão que estabelecia a

“vida moderna” e cosmopolita, ou seja, o perfil dos habitantes da cidade deveria estar condizente com uma nova urbanística da *Béle Époque*.” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p.3).

A impregnação de uma cultura estrangeira com seus ideais, princípios e condutas foram agentes cruciais nessa dinâmica cultural vivida pela sociedade na capital amazonense. Essa análise será feita a partir do próprio conceito de cultura, que, de acordo com Bauman (2012), traduz a incorporação da subjetividade humana em constante mutação e necessitando alcançar sempre novas configurações, logo é uma vertente dialética e que ganha força e representatividade com as condições externas.

## **2.1 Embelezada e urbanizada: reflexos do ecletismo**

É evidente que a produção arquitetônica e urbanística, ainda presente em certos trechos do Centro Histórico de Manaus, são reflexos de interesses múltiplos, como a estrutura econômica, política e social e suas relações essenciais nesse processo. Nesse sentido, Tocantins (1968, p.48) retrata que “a arquitetura de Manaus – a arquitetura mais antiga – exprime um atitude emocional e estética da burguesia enriquecida pelo comércio”.

Contudo, a implantação e assimilação de padrões arquitetônicos e estéticos estavam inteiramente relacionados aos modelos de produção urbano e social estrangeiros. E a implantação desses sistemas de produção urbana resultaria na inserção da cidade em uma dinâmica contemporânea e moderna para sua época. A todo custo esses diversos agentes almejavam “apagar” vestígios de seu passado e se empenhavam em transpor essa modernidade. Portanto, se faz necessário analisar, inicialmente, o cenário internacional, que fortemente condicionou essas mudanças na cidade, em específico, o Centro Histórico.

Um passo muito importante nessa análise é justamente compreender o fator sociológico que dinamizou essas interações no globo, e especialmente, na cidade de Manaus. Os ideais inovadores da Europa, sendo essa a referência para nossa capital, pensados para o desenvolvimento social e urbano surgiram do colapso do Renascimento, e que assim como Manaus e outras capitais brasileiras buscavam romper e apagar traços e vestígios de seu passado colonial.

A paisagem deveria traduzir esses ideais de progresso e supremacia econômica e social, e no caso a Europa, sendo essa a referência sociocultural mais fortemente aguçada com a cidade, buscava solucionar as questões urbanísticas, reconfigurando seus traçados urbanos, a fim de reduzir ou eliminar as características de uma sociedade industrial ultrapassada.

Além disso, o capitalismo fomentou uma gama de relações que fugiam diretamente de sua aplicação econômica. Tal feito se mostra na história da humanidade não somente na atuação forte do consumo, mas dos processos de transformações urbanas e sociais. O desenfreado crescimento urbano, as instalações e infraestruturas habitacionais e industriais ineficientes, e diante disso, os crescentes movimentos e lutas de classes, tornavam um cenário cada vez mais caótico.

Na maioria dos modelos utópicos havia uma forte sensibilidade quanto à higiene das cidades, onde as plantas verdes, na presença de luz, através da transformação do anidrido carbônico em oxigênio, tornou-se uma das grandes esperanças para melhorar a qualidade de vida urbana. Foram criadas condições para o aparecimento de um novo conceito, *o da higiene*, e como resultado direto disto à vegetação, o sol e o espaço são considerados como elementos essenciais para o paisagismo e urbanismo. Indo além das questões higienistas, os ideais naturalistas se apoiam nos românticos e os objetivos ecológicos começam a aparecer nos espaços verdes urbanos (BONAMETTI, 2006, p. 2).

Diante dessas circunstâncias, a Europa do final do século XIX, buscava avidamente uma reformulação urbana. Essa reformulação se ancorava num movimento crescente, que, de acordo com Bonametti (2006), denominada *Belle Époque*, uma ideologia baseada no progresso material como sendo a solução para todos os problemas sociais, urbanos e estéticos. Essa é vertente que trataremos com maior afinco em uma abordagem cultural mais adiante nesta pesquisa.

“O paradigma de modernização foi o de Paris com sua reforma urbana implementada por Georges Eugène Hausmman, entre 1853-1869” (BONAMETTI, 2006, p.2). Nesse meandro, as produções arquitetônicas vigentes na Europa seriam as referências diretas aplicadas nas cidades brasileiras. Logo, os construtores, arquitetos e engenheiros da época passaram a adotar esse estilo e composição de suas construções, sejam elas públicas ou privadas.

No fim do século XIX, os arquitetos começaram a projetar edifícios decorativos em diversos estilos. Essa arquitetura é conhecida como *Eclética*. A palavra *ecletismo* significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se. Existiam dois níveis muito distintos: o útil e o decorativo. Para a mentalidade da burguesia, o banco devia ter a aparência externa de um palácio renascentista, e a casa de campo a de um castelo feudal. Esta hipocrisia encontra sua condenação junto aos construtores com formação científica séria (BONAMETTI, 2006, p.2).

“Sob diferentes denominações, o ecletismo tornou-se, no século XIX, o estilo arquitetônico predominante em quase todo o mundo ocidental” (MESQUITA, 2019, p. 188). A introdução do ecletismo na arquitetura refletia a incorporação de expressões artísticas e estéticas que visavam essa ruptura com padrões considerados antiquados. Esse fenômeno traduziria o esforço da incorporação da sociedade em um contexto progressista e cabia materializar essas expressões no espaço, como algo tangível. Contudo, Bonametti (2006) discorre que em dado momento a arquitetura renunciaria à arte, visto que na engenharia existiria apenas a sua função utilitária.

O ecletismo, na arquitetura, tem sua origem ancorada na renovação de pensamento instaurada pelo Iluminismo. Esse movimento que se caracterizou pela valorização do progresso e da razão, aprofundou o questionamento sobre o “belo” e o “gosto” até então estabelecidos pelos cânones clássicos. A beleza e o belo tornam-se algo subjetivo ligado diretamente ao gosto do próprio artista e do seu tempo, livre de regras absolutas (COMAPI et al., 2019, p. 3).

A interpretação e configuração da arquitetura se tornava cada vez mais artística, aplicando não somente a estética, mas despertando sentidos e emoções. “Com a *Art Nouveau*, a decoração também se torna tensão, elasticidade, expressão simbólica de uma funcionalidade cujo dinamismo é característica do mundo moderno” (BONAMETTI, 2006, p. 2), com as seguintes características:

Caracterizado por exuberância decorativa, formas ondulantes, contornos sinuosos e composição assimétrica, o *Art Nouveau* procurou sempre um ritmo ascensional elegante, feito de linhas entrelaçadas que sugerem muitas vezes o mover instável das chamas (BONAMETTI, 2006, p. 2).

O ecletismo despontou visto que após o estilo neogótico havia a possibilidade da liberdade criativa. O termo “licença poética” estava relacionado justamente a liberdade de (re)criação, (re)produção, de combinar e misturar, sem padrões definidos (LEMOS, 1987). Motivo esse, em muitos casos, de haver embate com os construtores que não compreendiam a utilização de tantas técnicas na construção dessas edificações.

É importante frisar que o Ecletismo foi contemporâneo a outras tendências artísticas, os já citados neoclássico e neogótico, além do *Art Nouveau* – desenvolvido na Europa entre os anos de 1890 e 1910 – e do *Art Decó* – iniciado por volta de 1925 – conseguindo sucessivas conquistas, principalmente por ser o estilo mais apreciado e requisitado pela burguesia da época, além de ser a vertente oficial da *École Supérieure de Beaux-Arts*, criada na França por Napoleão e que teve repercussão mundial (COMAPI et al., 2019, p. 4).

Pensando na nova formulação arquitetônica, os arquitetos e construtores adotaram em seus projetos essa concepção de combinação, de justaposição, e a utilização dos elementos variados, “a arquitetura eclética interpreta e acentua essa diversidade, possibilita uma viagem romântica sonhadora e fantasista” (BONAMETTI, 2006, p. 3).

Muito embora possa parecer “poético e fantasista” a introdução do ecletismo está para além dessas concepções arquitetônicas e estéticas, e que não a desconsideram nessa interpretação, bem como dizemos popularmente, “o buraco é mais embaixo” para a historiografia arquitetônica.

Para Patetta (1987), a criticidade quanto à adoção ao modelo estava ligada ao movimento modernista que considerava o Ecletismo e a *Art Nouveau* como “inimigos”, o que obviamente resultou em muitas pesquisas envolvendo as problemáticas urbanas e as urgências na proteção patrimonial.

Reconstituir, com objetividade, os fatos e aprofundar os aspectos problemáticos do Neoclassicismo e do Ecletismo foi tarefa dos últimos decênios; primeiramente, através de uma reavaliação crítica geral (quase um “reparo” obrigatório), depois através de pesquisas específicas sobre diferentes regiões e países, sobre aspectos determinados e arquitetos, individualmente. Dois fatos -pelo menos na Europa -estimularam estes estudos e interesses renovados: por um lado, a ampliação do problema da proteção e restauração do patrimônio histórico-monumental para as estruturas urbanas e edifícios do século XIX; por outro, a crise do urbanismo do Movimento Moderno que levou a uma revisão dos princípios desta disciplina e a uma reflexão crítica, em cujo alicerce se encontram, exatamente, a cultura e a cidade do século passado (PATETTA, 1987, p. 10).

De acordo com Comapi et al. (2019), a criticidade ao movimento eclético já dava indícios desde 1852. Nessa época, os arquitetos da época acreditavam que a arquitetura deveria estar relacionada a sua funcionalidade e ao respeito ao uso dos materiais, e em movimento inverso, o ecletismo exacerbava a valorização ao estilo decorativo. Por mais que houvesse a condenação do modelo eclético por muitos arquitetos e engenheiros, o modelo encontrou apoio e financiamento das elites burguesas.

Entre os críticos, no contexto brasileiro, temos o poeta Olavo Bilac e os intelectuais Mário de Andrade e Alcântara Machado, todos discorrem sobre os aspectos da arquitetura como sendo cópias estrangeiras sem compostura arquitetônicas (MESQUITA, 2019). “A partir de 1850, as ideias do capitalismo estimulavam a indústria e juntos passaram a exercer fortes influências sobre a vida diária e sobre os costumes da sociedade ocidental” (idem, 2019, p. 193). Uma das estratégias governamentais apoiada por vários arquitetos foi o discurso sobre conforto habitacional, através da sanitização e higienização, colaborando com a implantação das reformas que planejavam (COMAPI, 2019).

Na Europa, a arquitetura greco-romana jamais foi totalmente esquecida e sempre despertou o interesse dos arquitetos, mas, a partir do século XVIII, as pesquisas históricas e arqueológicas intensificaram-se ainda mais, e apoiadas pela indústria proporcionaram o surgimento do estilo Neoclássico. Logo em seguida, desenvolveu-se o Neogótico e, a partir deste, desencadeou-se uma série de resgates dos mais diversos estilos históricos e geográficos, produzindo um movimento que foi batizado com o nome de *Revivals* e *Historicist* (MESQUITA, 2019, p. 188).

A nova tendência arquitetônica acompanhava as transformações urbanas e de ocupação do solo e desses espaços. Incluíam-se nela a inserção de vias para veículos, o crescimento de serviços e de habitantes, e a configuração espacial impunha uma higienização estética. Os muros deram lugar a *boulevards* arborizadas atendendo as estratégias paisagísticas, e a ascensão social estava cada vez mais atrelada a incorporação da estética, os detalhes arquitetônicos serviam como uma “vestimenta” para essas construções.

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida) amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto (PATETTA, 1987, p. 13).

A implantação dessa nova tendência arquitetônica acompanhava a valorização da natureza em função do processo e do avanço da urbanização. Essa tendência cultural estava em voga em toda a Europa, especialmente, na França e na Inglaterra. Nesse período, “o lazer nos espaços urbanos foi introduzido, a partir do século XVIII, em toda cidade europeia importante, que construiu seu passeio ajardinado” (BONAMETTI, 2006, p.6).

Em um primeiro momento, na forma de grandes avenidas arborizadas e boulevards e, em seguida, na forma de jardins cercados e passeios públicos, onde os habitantes iam desfrutar dos prazeres do passeio ao ar livre. O hábito de passear e desfilas nos espaços públicos se consolidou como padrão cultural europeu, sendo exportado para a América. No Brasil se incorporou aos hábitos da população a partir de meados do século XIX (BONAMETTI, 2006, p. 6).

“Em meados do século XIX, desenvolvia-se uma sociedade de consumo, ávida por adotar variados produtos lançados pela indústria e difundidos pelos meios de comunicação de massa” (MESQUITA, 2019, p. 189). Semelhantemente a Mesquita, discorre Patetta (1987) que essa “clientela burguesa” impôs e teve êxito no que o autor menciona como “autocelebração” nos investimentos atribuídos nas instalações de serviços, nas técnicas utilizadas nos sanitários das casas, nas suas disposições e configurações das edificações, bem como nos demais espaços, como teatros e bancos, por exemplo.

A preocupação com a aparência dos prédios ecléticos pode ser interpretada como um reflexo do caráter da burguesia ascendente, que de alguma forma procurava ostentar o status social alcançados pelas fachadas de suas moradas. Por outro lado, nota-se que, sob a influência do Romantismo, aquela sociedade manifestava-se preocupada com a referência histórica, com o humanismo e com o bem morar (MESQUITA, 2019, p. 190).

“Apesar de todas as críticas dirigidas ao estilo, o Ecletismo foi adotado em todas as regiões do país, sob diferentes influências, assumindo algumas variações regionais” (MESQUITA, 2019, p. 195). A boa aceitação, a adaptação das técnicas e principalmente dos materiais utilizados nos países, e em especial aqui na cidade, fomentaram ainda mais a adoção deste modelo nas produções arquitetônicas, pois “as cidades que possuíam estações ferroviárias receberam as novidades mais rapidamente” (BONAMETTI, 2006, p. 4).

A introdução de novos materiais e técnicas favoreceu os melhoramentos requeridos pela sociedade moderna, que se estruturava sob novas condições. Graças aos avanços da indústria, tornava-se possível a implantação de alguns melhoramentos higiênicos, que orientados pelas novas ideias da Medicina e Saúde, melhoravam sensivelmente as condições da vida dos cidadãos nas cidades promoviam o aumento da população (MESQUITA, 2019, p. 193).

“A arquitetura eclética que configurou a paisagem urbana brasileira, enquanto cópia de várias manifestações artísticas, teve todo o seu referencial de desenvolvimento e de *glamour* provenientes da Europa” (BONAMETTI, 2006, p. 4). Relata Mesquita (2019, p. 195 apud Severo, 1917, p. 413-417) que a independência do país e a Proclamação da República foram decisivas nas transformações ocorridas na arquitetura brasileira, na busca de uma nova nacionalidade e na tentativa de apagar vestígios coloniais. Logo, a modificação da produção arquitetônica e urbanística refletia essa vontade:

Modificavam-se as técnicas construtivas – mesmo os materiais mais tradicionais passaram a ser trabalhados de maneira mais racional e distribuídos de forma mais liberal, posteriormente, juntou-se a estas inovações a proposta de novos materiais, tais como ferro, a gusa, o vidro, o concreto. Sendo também considerável a evolução dos estudos de Geometria no sentido de representar todos os aspectos da construção (MESQUITA, 2019, p. 193-194).

“O ecletismo clássico e romântico, enquanto partido paisagístico, foram os grandes influenciadores criativos e geradores de grandes transformações na paisagem urbana brasileira” (BONAMETTI, 2006, p. 6). A construção arquitetônica acompanhava uma modelação paisagística, por isso, a relevância nas medidas sanitárias aplicadas aos espaços públicos. Essa prática cultural de romantizar a implantação desse modelo arquitetônico e paisagístico está vinculada a padronização estética e a utilização desses espaços.

A capital do Brasil teve áreas inteiras transformadas em lugares mais saudáveis, para expressar o pensamento paisagístico deste período, principalmente pelo poder público estar diretamente ligado a todo este processo, novamente a capital da nação deveria ser transformada para materializar na sua paisagem o momento político e econômico brasileiro (BONAMETTI, 2006, p. 6).



“Sem dúvida, as cidades brasileiras procuravam adotar o aspecto das metrópoles europeias e, dentre outros elementos, a arquitetura destacava-se na definição desta aparência” (MESQUITA, 2019, p. 194). Para abandonar esse passado colonial, reconfiguraram-se os traçados urbanos, com o alargamento de ruas e calçadas, com as praças e espaços de lazer todas arborizados (em sua maioria, não eram árvores e nem plantas nativas), além da instalação de iluminação elétrica.

A configuração eclética não estava destinada apenas as novas construções, os edifícios particulares e públicos também receberam “tratamento eclético”. Introduziram-se vários elementos figurativos, como cabeças de deuses gregos e romanos, de figuras mitológicas, e tudo era permitido (BONAMETTI, 2006). Na cidade de Manaus não foi diferente, ao fim do século XIX e início do século XX, ocorreram significativas modificações urbanas, e inseriu a economia amazônica no cenário mundial. Graças aos investimentos estrangeiros e a administração do governador Eduardo Ribeiro, considerados fatores decisivos para essa reformulação urbanística e arquitetônica.

## **2.2 Aspectos da arquitetura eclética da Paris dos Trópicos**

O processo de exploração da capital do Amazonas modificou definitivamente a topografia geográfica e implicou nas mudanças significativas nos traçados urbanos, mas esse processo modernizador se tornou ainda mais evidente a partir da segunda metade do século XIX.

Nos anos finais do século XVIII, o então governador da Capitania, Manoel Lobo D’Almada, transferiu a sede da Capitania que era em Barcelos para o Lugar da Barra. Durante sua gestão houve indícios de um melhoramento, que contou com a instalação de estabelecimentos, além da construção de prédios destinados aos serviços públicos (MESQUITA, 2019). Ainda discorre Mesquita (2019) que essas medidas não surtiram o efeito desejado e que logo a capital voltara a ser em Barcelos.

“Ao se iniciar o século XIX, a região do Amazonas estava mergulhada no marasmo e na decadência. Após a administração de Lobo D’Almada, a Capitania ficaria sob a administração de uma Junta Governativa, até 1801”. (MESQUITA, 2019, p. 25). De acordo com esse autor, ao passo dos anos, mais precisamente em 1832, e como justificativa de unificar leis consideradas em disformidades, a Regência brasileira

promulgou o Código do Processo Criminal ao governo paraense, documento que determinou a divisão da Província do Grão-Pará, determinando assim o então Lugar da Barra ao posto de capital da Comarca do Alto Amazonas.

A questão dos “ melhoramentos materiais” em Manaus ganhou maior atenção depois de sua elevação à categoria de cidade e capital da Província do Amazonas, é partir desta data que a documentação oficial (exposições, fala dos presidentes da província e relatórios dos diretores e chefes de várias repartições públicas) permite comprovar que tais questões receberam um tratamento destacado pela administração pública local. (MESQUITA, 2019, p. 28)

As características topográficas e a localização geográfica foram fatores que naquele período dificultavam essas transformações. As descrições dos naturalistas e viajantes narravam as belezas e as adversidades e hostilidades do viver em floresta densa e de fauna e flora misteriosa. Por outro lado, a abundância de recursos naturais foi um dos atrativos que fincaram essa ocupação, “Manaus era a capital provincial localizada na região mais distante da Corte, para chegar a ela era necessário empreender longas, lentas e nem sempre cômodas viagens fluviais” (MESQUITA, 2019, p. 25).

O clima, os acidentes geográficos, a topografia e os hábitos regionais atuavam de forma determinante na definição das características da cultura local, apresentando uma imagem exótica que misturava elementos ocidentais aos traços nativos. (MESQUITA, 2019, p. 27)

Os desafios eram inúmeros, e justamente, por estar mais distante da Corte nesse período, muito dificultou seu pleno e rápido desenvolvimento, pois mesmo sendo uma cidade com uma diversificada riqueza natural, no qual dispunha de plantas, ervas, árvores frutíferas e da abundância de rios e igarapés, com peixes e água, a pequena e incipiente população vivia em condição de pobreza e miséria. Tudo isso devido a gestão deficiente das autoridades, em que as atividades agrícolas e comerciais não atendiam a população local, e o pouco estaria concentrado no poder público e seus servidores.

Sob essas condições, torna-se possível projetar uma imagem figurada da capital da Província do Amazonas como uma das filhas do Império, esquecida nos confins e que, de acordo com o ditado popular, além de morar longe, era pobre e feia. Em matéria de obras públicas, apesar do aparente esforço de alguns administradores, pouco foi realizado na província e sua capital exibiu pouquíssimos exemplares da arquitetura tradicional (MESQUITA, 2019, p. 56).

“Durante todo o período provincial, os presidentes da Província do Amazonas alegavam empreender grandes esforços para promover as obras públicas de Manaus” (MESQUITA, 2020, p. 171). Contudo, ao adentrar o período republicano havia poucas obras arquitetônicas de destaque, além das ineficientes infraestruturas urbanas.

Os bairros eram compostos por poucas ruas, em geral curtas e irregulares. A topografia da cidade era bastante acidentada, com morros e ladeiras. As casas erguiam-se nos limites desenhados pela sinuosidade dos igarapés que serpenteavam pela cidade e determinavam sua extensão. Em geral, as construções eram feitas com material da região, tal como madeira, a palha, a pedra e o barro (MESQUITA, 2020, p. 172).

“O conjunto de obras públicas construídas em Manaus, durante o período provincial, indicava um gosto arquitetônico bastante diversificado, demonstrando, nessa tendência, uma preferência pelas influências ecléticas” (MESQUITA, 2020, p. 174). De acordo com Mesquita (2020), autores amazonenses como Luís de Miranda Corrêa, Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis em suas análises relatam como exemplo de obras de destaque na arquitetura ainda do período provinciano, a Prefeitura Municipal de Manaus e o Colégio Amazonense D. Pedro II.

Os investimentos aplicados a capital no período provinciano estavam diretamente vinculados à Coroa portuguesa devido aos fatores políticos e geográficos que dificultavam a gestão dos recursos públicos aplicados aos melhoramentos urbanos, que consistiam na dificuldade de obter materiais e mão de obra, conforme já apresentado por esta pesquisa no capítulo um.

Mas a produção *gomífera* na cidade é considerado o fator econômico responsável por dinamizar essas relações, pois “a borracha, porém, abriu uma nova era. O dinheiro que o Estado arrecadava e aquele que os particulares movimentaram nas empresas comerciais, trouxe a Manaus uma prosperidade californiana” (TOCANTINS, 1968, p. 38). Consoante a tenra ideia, Mesquita (2019) aponta que:

As novas condições obtidas com a prosperidade financeira tornavam possível atender a antigas aspirações e financiar os projetos capazes de proporcionar e de conferir à cidade uma configuração mais de acordo com sua condição e status de uma das capitais da borracha (2019, p. 35).

Todavia, o crescimento e desenvolvimento da cidade nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos está atribuído a gestão do governador do Estado Eduardo Ribeiro (1892-

1896). Nesse período, os recursos foram muito bem aplicados ao planejamento e ordenamento da cidade na intenção de atrair mais investidores para a cidade.

Grande parte das obras públicas foi iniciada durante a administração do governador Eduardo Ribeiro, período em que os cofres do Estado estiveram em sua melhor situação, uma época favorável para o financiamento dos mais variados projetos de melhoramento urbano, graças aos excedentes produzidos pelo comércio da borracha no mercado internacional (MESQUITA, 2019, p. 197).

“O Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus implantado por Eduardo Ribeiro é a oficialização de uma política pública de voltada ao embelezamento da imagem da cidade” (MESQUITA, 2020, p. 255). Pois,

Além das intervenções na malha urbana, as obras arquitetônicas ocupavam lugar de destaque no plano de Ribeiro e proporcionavam maior visibilidade às transformações que se processavam. Seguindo as tendências do modelo adotado, com a intenção de promover o embelezamento da cidade, o governador valorizava a monumentalidade das construções e a ornamentação da fachada dos edifícios (MESQUITA, 2020, p. 261).

“A cidade, que despertou a admiração de quantos estrangeiros visitantes, nas primeiras décadas dos 1900, surgiu como encantamento” (TOCANTINS, 1968, p. 36). Nesse cenário, “pelas condições de sua origem, a cidade desde muito cedo manifestou forte tendência ao Ecletismo: a convivência de diferentes culturas no mesmo espaço propiciava este tipo de manifestação” (MESQUITA, 2019, p. 198).

Com a República, e com a população de 20.000 habitantes, a capital começou a sofrer o impacto do “rush” da borracha. Teve o Estado a ventura de contar então, com um governador do porte de Eduardo Ribeiro, que foi, sem favor algum, o grande construtor de Manaus. Entre os decantados méritos de Eduardo Ribeiro, como grande estimulador de reformas e construções, deve-se assinalar o de ter realizando o primeiro e único Plano Urbanístico da cidade (OITICICA, 1968, p.34).

Tratar dos aspectos urbanísticos da cidade ao longo de seu processo histórico evocou condenações e muitas insatisfações de pesquisadores, escritores entre outros, justamente pela desconfiguração local da topografia natural. A criticidade é pertinente e de fato contribuiu negativamente ocasionando diversos problemas de infraestrutura e saneamento desse trecho da cidade, e que no decurso dos anos apresentou inúmeros problemas ambientais.

Contudo, nesta pesquisa não se desconsidera essa perspectiva, mas o caminho que aqui se pretende é evidenciar os aspectos arquitetônicos que tiveram sua relevância e que foram palco das histórias de muitas famílias nessa cidade.

Em função da sua topografia, de suaves ondulações de morros e colinas, entrecortados, por igarapés, e pela influência de países e cidades europeias, Manaus poderia ter se transformado numa Veneza (TOCANTINS, 1968). Na verdade, a urgência era implantar modelo de cidade cosmopolita como Paris e Londres. “Mas o Governador Eduardo Ribeiro preferiu aterrar os caudais em benefício de um urbanismo funcional, que lutou contra a natureza, até fazer secar os pequenos cursos de água, transformados, agora, em amplas vias públicas” (idem, 1968, p.37). Desse modo, os resquícios de uma “aldeia colonial” foram efetivamente apagados com a reforma urbana financiada pela goma elástica.

Aterrando os igarapés do Espírito Santo e do Aterro e construindo onde antes enorme lamaçal, Eduardo Ribeiro pôde dar expansão à cidade, que teria que crescer assustadoramente. Assoreado pelo engenheiro João Miguel Ribas, deixou obra que fornece a Manaus, até hoje, um aspecto urbanístico invejável (OITICICA, 1968, p.34).

O aterramento do igarapé do Espírito Santo deu lugar a famosa avenida Eduardo Ribeiro que muito se assemelha a avenida Rio Branco no Rio de Janeiro. Alguns poucos igarapés como o do Educandos e o da Cachoeirinha ainda permaneceram em função da instalação de pontes de ferro com expressiva engenharia inglesa (TOCANTINS, 1968).

Embora o Ecletismo em Manaus tenha adotado o padrão de um gosto internacional e tenha sido introduzido, mais ou menos, sob as mesmas condições de outras cidades, distingue-se por revelar algumas características próprias do contexto local (MESQUITA, 2019, p. 199).

Para Otoni Mesquita (2019), a arquitetura de Manaus é caracterizada pelo termo *revivals*, no qual aponta construções ecléticas, bem como destaca a presença de três tendências. A primeira, é a do Neoclassicismo, como exemplo, a arquitetura da Igreja da Matriz; a segunda, é a Neorrenascentista observada nos prédios públicos e oficiais devido a participação expressiva de artistas e construtores italianos, conforme menciona a seguir:

Incluem-se, neste grupo, não só as construções que possam ter sido influenciadas pelo desenho de traços simples do estilo como foi desenvolvido pelos franceses, mas também as construções mais decoradas e recortadas, comprometidas com a tradição italiana e principalmente com o Palladianismo do Renascimento. (MESQUITA, 2019, p. 200).

A terceira tendência, segundo Mesquita (2019), é marcada pelo ecletismo sem a presença de muitos exemplares extravagantes, ou seja, com a combinação de elementos de diferentes estilos, como o neoclassicismo e o neorrenascentista. O Palácio Rio Negro é uma construção típica que apresenta elementos da arquitetura eclética, bem como descrito:

Pode-se dizer que desde o momento em que se construíram, no mesmo espaço, prédios com tendências estilísticas diversas, criou-se um conjunto eclético. Notando-se que estas obras procuravam ser fiéis a determinado estilo e que, a partir da última década do século XIX, surgiram os primeiros exemplares de aparência mais indefinida, mesclando elementos de diferentes estilos, às vezes, dificultando sua classificação (MESQUITA, 2019, p. 201).

“A Catedral, por exemplo, (figura 3, a seguir) muita pura em seus traços neoclássicos, é a igreja mais bonita de Manaus. Iniciada em 1858, contou com donativos em dinheiro da bolsa particular do Imperador” (TOCANTINS, 1968, p. 37). Logo, “a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi a primeira grande obra arquitetônica construída em Manaus e a mais importante do Período Provincial” (MESQUITA, 2019, p. 72).

**Figura 3- Catedral Metropolitana - Igreja da Matriz de Manaus**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. Álbum Vistas de Manaus. Foto: George Huebner. 1890 circa.

Sua fachada é dividida em dois andares, distinguindo-se três seções verticais centrais e duas torres laterais. O primeiro andar das três seções centrais é vazado por três portas em arco pleno, emolduradas com frontão reto em cantaria talhada (MESQUITA, 2019, p. 73).

“A igreja está localizada sobre uma pequena elevação em frente ao Porto da Cidade. A sua aparência é bastante simples, com o predomínio de linhas retas, sendo quase destituída de elementos ornamentais” (MESQUITA, 2019, p. 72). Embora não apresente muitos elementos decorativos na sua fachada, a construção é um exemplar de destaque mais antigo e relevante na história arquitetônica da cidade, datada de 1878.

Seu estilo é definido como Neoclássico e o único elemento de sua fachada que foge um pouco a este estilo são as coberturas dos campanários, que apresentam um desenho mais sinuoso, mas que não chegam a perturbar a todo da composição (MESQUITA, 2019, p. 73).

“O prédio da Prefeitura Municipal de Manaus (figura 4) é um dos primeiros exemplares neoclássicos construídos na cidade. Durante o Período Provincial, era uma das poucas construções comprometidas com a tradição clássica em Manaus” (MESQUITA, 2019, p.85).

E se falo de formas gregas é justo que logo faça referência ao prédio da Prefeitura Municipal, antigo palácio dos Presidentes de Província, na Praça Pedro II, construído dentro das linhas do neoclassicismo brasileiro de Grandjean Montigny. Seu tranquilo pórtico de colunas gregas e frontão reto empresta-lhe majestade imperial. É o mais harmonioso edifício da capital (TOCANTINS, 1968, p. 37).

“Numa primeira análise do aspecto formal desse prédio, pode-se interpretar a sua aparência como um ensaio do estilo Neoclássico, que, posteriormente, seria plenamente empregado na construção do Liceu Provincial” (MESQUITA, 2019, p. 85). Ademais, “o conjunto edificado foi restaurado pela Prefeitura Municipal de Manaus, que resgatou aspectos originais da construção, sobretudo com a retirada de construções anexas, que descaracterizavam a edificação histórica” (MESQUITA, 2019, p. 84).

**Figura 4 - Palácio da Presidência – Atual Museu Paço da Liberdade**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. **Acervo:** Biblioteca Samuel Benchimol.

De igual modo, o Centro Cultural Palácio Rio Negro (figura 5, adiante) está localizado na Avenida Sete de Setembro e está inserido no complexo do parque urbano - Parque Senador Jefferson Péres. O parque foi um projeto de revitalização associado ao projeto Casarão da Sete, “a edificação foi recuperada e recebeu uma nova cromatização em 1998, quando passou a integrar o projeto piloto de recuperação de imóveis denominado Casarão da Sete (MESQUITA, 2019, p. 237).

[...]o Projeto-Piloto da SEC intitulado “Casas da Sete”, também chamado de “Projeto Canteiro-Escola Casas da Sete” ou Projeto Piloto “Fachadas da Sete de Setembro”, que consistia na recuperação da fachada de 11 imóveis – de usos residenciais e/ou comerciais – no entorno do Centro Cultural Palácio Rio Negro (CCPRN), localizado na Avenida Sete de Setembro entre a Ponte Romana I e a Ponte Romana II. Os casarões que tratamos nesta pesquisa compõem este projeto que é pioneiro na restauração de conjunto de edificações históricas na Avenida Sete de Setembro (FERNANDES, 2021, p. 78).

“O Palácio Rio Negro foi tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual em 3 de outubro de 1980, logo após uma restauração que resgatou algumas de suas características originais” (MESQUITA, 2019, p. 237), assim “a sede do executivo amazonense – o Palácio Rio Negro – é uma mansão do gosto francês do início do século em que se nota certo hibridismo entre o neoclássico (mais pronunciado) e o “art nouveau” (TOCANTINS, 1968, p. 38).



**Figura 5 - Palácio Rio Negro**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte.

“A mansão foi construída por um comerciante alemão Ernesto Scholtz, que o vendeu ao Estado em 1917, no governo Pedro Bacelar” (TOCANTINS, 1968, p. 38). Contudo, de acordo com Mesquita (2019), a residência era de propriedade do comerciante alemão Waldemar Scholz.

Desfigurado internamente pelo mau trato e pelos arranjos de pintura de mau gosto, o atual Governo decidiu restaurá-lo, obedecendo à risca o seu estilo tradicional e as conveniências de austeridades e graça discreta essenciais a uma Casa de Governo (TOCANTINS, 1968, p. 38).

“Apesar da reduzida quantidade de obras realizadas durante o período provincial, em Manaus, elas são consideráveis, ao imprimirem uma ligeira transformação no desenho da cidade” (MESQUITA, 2020, p. 175). É o caso dos exemplos aqui mencionados, como a Igreja da Matriz e a Prefeitura Municipal – Museu do Paço, que são construções arquitetônicas que apresentam tipologias e técnicas com referências neoclassicistas e o neorrenascentistas do período provinciano.

O Renascimento greco-romano foi bastante utilizado nas edificações públicas, como as residências de governantes e a sede dos governos, enquanto o Renascimento gótico estava relacionado às construções de igrejas e universidades, e em algumas edificações públicas.

“Nessa paisagem, o ecletismo surge como um traço incipiente, mas bem marcado. As tendências apresentadas, nessa fase da história arquitetônica de Manaus, denotam a opção por um estilo” (MESQUITA, 2020, p. 175-176). O Palácio Rio Negro contempla ambas as tendências e com o acréscimo da vertente eclética com a expressiva *Art nouveau*.

“A ação cultural dos arquitetos estrangeiros e seus discípulos no Brasil contribuiu não apenas para a modificação formal dos ambientes, mas também para o aperfeiçoamento e mesmo certo apuro das formas de construir” (FILHO, 2000, p. 119). Isso se evidenciou “na última década do século XIX, quando aumentou o volume dos excedentes econômicos, o que possibilitou o financiamento de maior número de obras” (MESQUITA, 2020, p. 176). Por fim, a arquitetura das obras públicas e de várias edificações já demonstravam a assimilação dessa tendência, o que veremos fortemente nas edificações residenciais.

### **2.2.1 Características da Arquitetura das Edificações Residenciais no Centro Antigo de Manaus**

“A forma de habitação mais comum, na segunda metade do século XIX e mesmo no início do século XX, era a residência com entrada lateral, à qual em geral estava associado um jardim” (FILHO, 2000, p. 170). As transformações ocorridas na arquitetura manauara não estavam direcionadas apenas aos prédios públicos, as elites estrangeiras e a elite ascendente buscavam transpor tais *status* na construção de suas residências.

As novas moradias – os palácios e palacetes – exibiam espaços distintos das antigas construções coloniais, térreas e assobradas, tanto nos elementos estéticos quanto na sua tipologia e implantação no terreno. As preocupações com a salubridade dos ambientes, em particular dos quartos, efetiva-se com a iluminação das antigas alcovas, a construção do porão alto e a implantação no terreno, agora com jardins e entrada lateral, rompendo definitivamente, com a antiga tradição colonial (COMAPI, 2019, p. 8).

A exuberância dessas edificações estava associada, naquela época, aos investimentos oriundos do expressivo contingente estrangeiro e da elite burguesa local que vislumbravam à contínua prosperidade da cidade. Portanto, as edificações residenciais, que apresentam essas características no Centro Antigo, estão relacionadas às famílias ricas estrangeiras e locais. As edificações pertenceram às famílias de empresários

estrangeiros e brasileiros, de políticos, de pessoas com influência e de destaque no cenário da “Bela época”.

Mas o que empresta um encanto particular às vias públicas de MOnaaus é a presença de inúmeros palacetes, residências dos antigos *Lords* do comércio: chefes de Casas Aviadoras, seringalistas, donos de empresas de navegação, exportadores de borracha, corretores. A força-motivo de todos os negócios era única, imperialmente: a borracha (TOCANTINS, 1968, p. 38).

Leandro Tocantins (1968) descreve sobre essa presença de edificações residenciais com bastante relevância arquitetônica no Centro Antigo da cidade, “na rua Joaquim Nabuco nota-se a alta silhueta da “Villa Fanny”, palacete que pertenceu à família Oliveira, um velho sobrado português com influência francesa” (TOCANTIS, 1968, p. 38).

“Ali se realizaram grandes bailes e muitos casamentos de ingleses com amazonenses”, costumavam informar ao visitante. Cita-se o caso de Lucy Ward, *née* Lucy Pais Barreto, que ali se casou e hoje reside em Londres ( há um capítulo sociológico a escrever sobre a influência inglesa em Manaus: na arquitetura, nos costumes, no progresso econômico e social (TOCANTIS, 1968, p. 38).

**Figura 6 – Palacete Vila Fany**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. Acervo: Biblioteca Samuel Benchimol



**Fonte:** Site do Hospital Samel. **Acesso:**

[https://www.samel.com.br/unidade\\_medica/samel-hospita](https://www.samel.com.br/unidade_medica/samel-hospita)

A edificação ainda permanece com as características originais de sua fachada (figura 6, acima), o que inclui a mureta e o gradil de ferro. Não se sabe ao certo, se as disposições internas ainda mantêm seu estilo original. Atualmente, o prédio compõe o complexo hospitalar do grupo Samel. Ainda na avenida Joaquim Nabuco, descreve Tocantins (1968), a edificação que atualmente funciona como a Sede do Tribunal de Contas da União - TCU. O prédio do poder público ainda mantém as características originais com sua fachada e belas escadas laterais, conforme mencionado:

Prosseguindo pela Rua Joaquim Nabuco pode-se apreciar a sede da Legião brasileira de Assistência, um gracioso chalé estilo fazendinha Império, com porão e um andar, lance duplo de escadas e varandas laterais rodeados por um grande quintal (TOCANTINS, 1968, p. 38-39).

Na análise de Tocantins (1968) sobre a arquitetura das edificações residenciais se relata a presença de alguns exemplares que já não mais existem. É o caso da edificação localizada na Avenida Joaquim Nabuco, ao lado onde funciona o prédio do Tribunal de Contas da União. A edificação deu lugar a um prédio contemporâneo que, atualmente, funciona a Escola Estadual Prof. Francisco das Chagas Souza de Albuquerque. Na narrativa descritiva é possível identificar suas características arquitetônicas:

Ao lado uma bonita casa portuguesa, também do início do século, com azulejos de fachada, platibandas e balaústres coríntios encimados por estatuetas de inspiração grega, em cerâmica da fábrica de Santo Antônio do Porto (TOCANTINS, 1968, p. 39).

A Avenida Joaquim Nabuco é uma das principais avenidas do Centro Histórico (figura 7, adiante), e na sua longa extensão ainda encontramos inúmeros casarios como os aqui mencionados, inclusive a edificação da família do entrevistado Augusto Mendonça, que logo mais estaremos descrevendo também suas características. Dentro dessa descrição narrativa de Tocantins (1968) ainda temos que comentar a imponente residência da família do ex-Governador Silvério Nery.

Mais para baixo, na mesma rua (que é uma das mais extensas) aprecia-se o Palacete da família Nery, que deu ao Amazonas dois governadores. Neoclássico francês com frontão triangular Shereaton. Os gradis de ferro do porão, muito bem trabalhados, ao gosto do estilo império francês (TOCANTINS, 1968, p. 39).

**Figura 7 - Trecho da Avenida Joaquim Nabuco – Ano 1910**

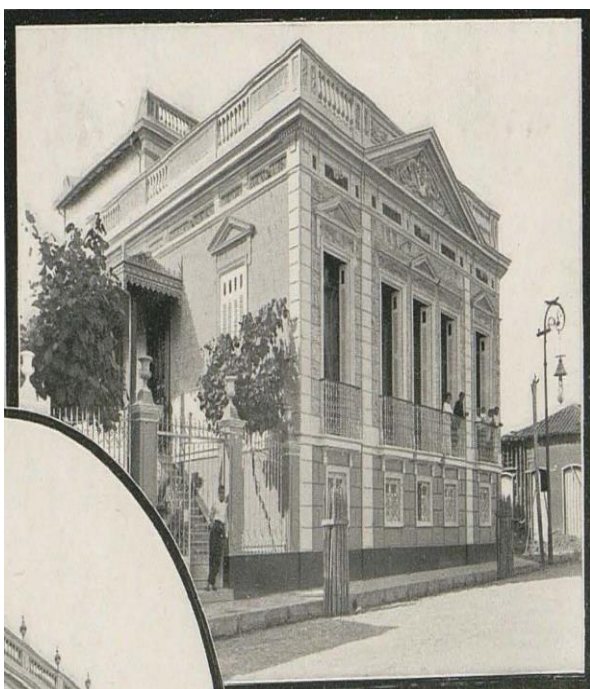


**Fonte:** Instituto Durango Duarte. **Acervo:** Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas/Anuário de Manaós 1913-1914.

De acordo Márcia Honda Castro (2021), o projeto da residência (figura 8, a seguir) que pertenceu ao Governador Silvério Nery foi idealizado pelo engenheiro italiano Filinto Santoro. O anuário da edificação dispõe que a construção é datada de 1899 e fora construída no cruzamento da Avenida Joaquim Nabuco com a rua dos Andradas, o que permite o acesso por ambas as ruas.

Todavia, conforme já esclarecido, o Palacete Nery seguiu o modelo surgido na segunda metade do século XIX, quando, embora ainda se mantivessem os alinhamentos frontais, iniciava-se o desprendimento em relação aos limites dos terrenos, com entrada possibilitada pelo alpendre (CASTRO, 2021, p. 27).



**Figura 8 – Palacete Silvério Nery**

**Fonte:** Honda, Márcia. 2021. Acervo: ALBUM, 1901-1902.



**Fonte:** Jornal Acrítica. **Acesso:**

<https://www.acritica.com/manaus/estudo-sobre-reforma-do-palacete-silve-rio-nery-revela-fragilidade-nas-leis-de-patrimonio-historico-manauaras-1.8890>

As narrativas e considerações de Tocantins (1968) foram essenciais nessas interpretações tanto para a época quanto para o contexto atual, nos permitindo então tecer nossas próprias impressões sobre a arquitetura que ainda permanece no espaço. Como grande entusiasta da temática sobre as residências com sua arquitetura e memórias, poderia me estender sem limites, contudo é preciso fazer recortes.

Na apresentação das características dessas edificações, Tocantins (1968) menciona o Palacete Bessa, Mello Rezende, Brestislau de Castro, Fernandinho e o Palacete Miranda Corrêa, todas essas edificações estão presentes em ruas e avenidas do Centro Antigo, como a rua Dr. Almino e avenida Eduardo Ribeiro.

Todos os palacetes mencionados possuem características muito similares, com produções mistas de engenharia portuguesa, italiana, combinações neoclássicas com a presença da *art nouveau*. A influência artística italiana e francesa estão presentes nos detalhes decorativos, pois o intuito é que essas edificações fossem projetadas como “obras de arte” e deveriam ser admiradas como tal.

Manaus está assim, cheias de palacetes, além de casas assolaradas, todas com porão, seguindo o academicismo francês já dominado, porém, pelo estilo “art nouveau”. Boas e vistosas construções, socialmente um grau abaixo dos palacetes, essas vivendas, bastante numerosas, possuem frontispícios somente trabalhados no cenário frontal. Uma simbiose de concepções portuguesas de arquitetura e de estilos franceses (TOCANTINS, 1968, p. 39).

É incontestável a influência da arquitetura Europeia nessas construções, pois apesar de todo o criticismo da vertente eclética na aplicação arquitetônica, é justamente essa combinação e justaposição de elementos que exprime algo próprio dessa assimilação em nossa cidade.

A arquitetura tradicional de Manaus representa, assim um esforço de adaptação de processos e estilos europeus. É uma mescla de teorias, conceitos e tecnologias várias, principalmente de Portugal, França e Inglaterra, por intermédio dos quais também chegaram influências italianas: o classicismo de Brasmanete, Sangrallo, Palladio. Sem esquecer o orientalismo de Veneza, importado diretamente e o estilo vertical das cervejarias alemãs (TOCANTINS, 1968, p. 39).

A reflexão sobre essa concepção arquitetônica nessas edificações evidencia essas particularidades da vida produzida, da mentalidade e percepção dada a época. Os estrangeiros optaram por essas construções para além de representar luxo e riqueza, mas uma forma de transpor um pouco de sua origem, de sua cidade, de seu lugar. E assim, de representar um sentimentalismo do lugar, das feições e da paisagem, de um outro continente.

As edificações residenciais de famílias manauaras e de suas relações com as famílias estrangeiras está presente também nesse limiar. Apesar de o intuito ser o de ostentação, essas construções sempre perpassam a linha imaterial, vinculado aos desejos, anseios e aspirações de pessoas, embora ganhe força no coletivo. Acredito que essas aspirações pensavam num contínuo progresso de riquezas e que seria mais uma cidade moderna a integrar o mundo. A breve passagem da fase do ouro branco deixou suas marcas na arquitetura e nas memórias, de sonhos e esquecimentos.

### 2.2.2 Casarios – características da residência de Maria Arminda Mendonça

A edificação residencial, conforme dispõe o anuário, tem como data de construção 1908 (figura 9, abaixo), pertencentes aos irmãos judeus portugueses Jacob e Benjamin Levy, que estabeleceram residência na cidade de Manaus e pertencentes a uma família abastada, e detinham ainda como bem a Drograria Universal. Os irmãos imigrantes compraram um terreno na Avenida Sete de Setembro, que, na época, se chamava Rua Municipal (figura 10), onde realizaram a construção da edificação.

**FIGURA 9 - ANUÁRIO DA RESIDÊNCIA – ANO DA CONSTRUÇÃO - 1908**



**Fonte:** BARATA, Humberto. 2016

**FIGURA 10 - RUA MUNICIPAL, ATUAL AV. SETE DE SETEMBRO, EM 1932 COM O IMÓVEL GEMINADO EM DESTAQUE AOS FUNDOS DO CINE GUARANY**



**Fonte:** BARATA, Humberto 2019 - Arquivos DPH/SEC.



Um desses irmãos retornou ao seu país de origem por não ter se adaptado a região e antes mesmo da finalização da construção deixou aos cuidados do outro irmão. A casa foi alugada pouco tempo depois de sua partida, sendo utilizada como Escola Primária por aproximadamente um ano, e em seguida, foi posta novamente a aluguel. Posteriormente, readquirida através de negociação pelo avô de Maria Arminda.

Eram duas casas geminadas, ou seja, edificações com estruturas iguais, apenas uma parede central fazendo a divisão, não havendo ligação interna apenas externa, e que constituíam um padrão arquitetônico elitizado. A edificação geminada, que não pertence à família, teve sua forma e função modificadas, e, atualmente, é uma loja comercial. A parte de cima continua sendo a residência de uma família e a parte de baixo funciona como um porão adaptado para atender às necessidades da loja. A edificação geminada pertencente à família de Maria Arminda Mendonça e está localizada à esquerda.

Segundo informações da proprietária, essa edificação passou a pertencer à família entre 1912 e 1915, quando seu avô Alfredo Alves Pereira de Castro, natural de Portugal, que exercia a profissão de industrial e “regatão”, em uma de suas visitas à Manaus convenceu um dos irmãos a realizar a venda do imóvel. Em seguida, iniciou-se obras na residência, realizando uma reforma e aumentando a edificação com novos cômodos. Podemos observar que essa edificação permanece ainda com suas características do período de sua construção, conforme dispõe a figura 11, adiante.

**Figura 11- Residência pertencente à família de Maria Arminda Mendonça (À esquerda)**



**Fonte:** Acervo da autora, 2019.

A intenção de Alfredo Castro era presentear a sua segunda mulher, Arminda Esteves de Castro, imigrante portuguesa, e que não tinha conhecimento da compra dessa casa. Para a reforma e ampliação da residência, o proprietário realizou algumas viagens à Europa para obtenção de materiais, como azulejos, pisos, louças sanitárias, pigmentos e tinturas modernas à época, objetos de decoração e móveis.

Nessas edificações podemos observar a presença das platibandas, que são as faixas superiores, acima do anuário. Segundo Filho (2000, p. 162), “na maioria dos casos, o arremate das coberturas se fazia com platibandas, ocultando-se os telhados”, além da presença do frontão na fachada, elemento arquitetônico decorativo.

De acordo com Filho (2000), a entrada das edificações foi transferida para a lateral, e o acesso às dependências das casas através de escadas de ferro ou com degraus em mármore ou granito. É possível observar essa característica da entrada lateral da edificação na imagem acima (figura 11).

A edificação com toda sua arquitetura original continha os seguintes cômodos: sala de visitas, alcova do casal, sala de jantar, mais uma alcova e banheiro. A ampliação da residência contou com a inclusão de cinco cômodos e a ampliação do alpendre, os cômodos passaram a ser os seguintes: a copa-cozinha; um banheiro contendo apenas um pequeno sanitário, sendo essa louça de origem inglesa com tema decorativo; a despensa, a sala de banho produzida com requinte, considerado à época como sendo o único exemplar. Sendo possível então observar o acréscimo da casa a partir dos postigos, perceptível através do tamanho e espessura, que se diferem dos originais.

A preocupação com esse novo aspecto da composição pode ser verificada nos exemplos de alpendres e escadas externas, nos vitrais coloridos ou não e nos jardins de inverno com seus *bow-windows* onde os ricos tomavam o licor e fumavam charutos após as refeições e as senhoras passavam as tardes tricotando e conversando, numa clara imitação dos costumes europeus (FILHO, 2000, p. 176).

Filho (2000) destaca sobre a presença dos jardins de inverno como áreas de lazer no estilo europeu. A edificação dispunha de um jardim de inverno, que, segundo Maria Arminda, foi projetado e construído por seu avô Alfredo Castro para presentear sua avó Arminda Esteves de Castro que adorava plantas. Maria relata que era um ambiente encantador, pois o telhado era em vitral todo colorido que pela luz solar produzia um efeito de aurora boreal.

### **2.2.3 Casarios – características da residência de Augusto Mendonça**

Já a edificação pertencente à família de Augusto Mendonça é um imóvel que representa herança de seus avós maternos, e nela residem atualmente, o advogado Sr. Augusto Mendonça, sua esposa Lenira Mendonça, seu filho Eduardo Mendonça e sua nora Elis Santos. A edificação está localizada na Avenida Joaquim Nabuco (lado esquerdo), conforme dispõe a figura 12.

**Figura 12 - Residência pertencente à família de Augusto Mendonça**



**Fonte:** Acervo da autora, 2022.

De acordo com o proprietário a edificação data de 1910 e pertencia a um empresário alemão, que enfrentava dificuldades financeiras e para efetuar a venda, ele criou uma espécie de sorteio, no qual o avô materno do proprietário realizou a compra do imóvel através de rifa.

O proprietário discorre que a edificação já sofreu modificações estruturais, especialmente internas, desde a aquisição do imóvel por seu avô. A fachada permanece com poucas modificações, como a pintura externa e o acréscimo de toldos nas janelas. A edificação possui 2 pavimentos, com a presença de um porão, com aproximadamente 1m de altura utilizado para ventilação, como dispõe a maioria das residências datadas do início do século XX.

A edificação possui entrada pela lateral (figura 13) e com escadas. No primeiro pavimento (térreo), logo após a entrada, fica a sala de visita, ao lado a saleta de música, a sala de jantar, em seguida da copa e da cozinha, do banheiro e da dispensa. No segundo pavimento, um quarto, seguido de sala de estudos, mais um quarto, um banheiro e um último quarto.



**Figura 13 – Entrada pela lateral – Edificação de Augusto Mendonça**



**Fonte:** Acervo da autora, 2022.



**Fonte:** Acervo da autora, 2022.

As alterações mais recentes foram em decorrência a um incêndio ocorrido no ano de 2000, e que causou a destruição da estrutura interna original, bem como de bens pessoais. O incêndio afetou apenas o segundo pavimento, em decorrência de problemas no sistema elétrico. Augusto relata com certo pesar que as perdas se incluem em bens materiais e de valor afetivo, como fotografias de família, livros, quadros, entre outros objetos. Tamaña fora a destruição que o próprio telhado e o piso da residência em madeira portuguesa precisaram ser refeitos. Portanto, o proprietário ressalta a possível fragilidade iconográfica, tendo em vista que ele não possui imagens e nem registros desse cômodo e das demais dependências antes do incêndio.

#### **2.2.4 Casarios – características da residência de Roger Péres**

A casa pertencente à família de Roger Péres foi adquirida em 1966 por seus avós maternos, Sr. Henrique de Souza e Sra. Marina Pereira de Souza, casa essa que antes pertencia ao senhor Leão Ezagui, médico judeu. Seus avós tiveram 6 filhos: Marluce, Henrique Júnior, Marlise (falecida em 2022), Marlinda, Marlídice (mãe de Roger) e

Hildemar (o caçula). O entrevistado Roger Péres é filho de Marlídice e Jefferson Carpinteiro Péres<sup>8</sup>, que juntos tiveram 3 filhos: Ronald, Roger e Rômulo.

De acordo com seu relato, Roger destaca que a casa é típica do período da borracha. A residência é uma construção geminada, mas que, na ocasião em que fora adquirida foi a residência de seus avós, e posteriormente a outra residência geminada, possuindo 2 pavimentos, o pavimento principal superior e o porão. Ao adentrar a residência, a descreve com detalhes, o primeiro cômodo é a sala; seguida da alcova, ou seja, o quarto do casal, que ficava exatamente “encarapitado” como muitas casas de Manaus, entre a sala de estar e a sala de jantar; em seguida, a sala de jantar bem ampla e espaçosa, bastante ventilada, e a clássica “puxada”, o famoso corredor, de onde ficavam distribuídos os quartos. Filho (2000) também descreve essa arquitetura:

O corredor, partindo da sala e levando aos fundos, dava entrada para vários quartos, a cozinha e o banheiro, que constituía, ainda nesse tempo, verdadeira inovação. A iluminação e o arejamento das casas eram feitos por meio de pátios e corredores laterais estreitos, geralmente com um metro de largura, apenas suficientes para permitir o movimento das folhas externas das janelas e o avanço dos beirais (FILHO, 2000, p. 170).

Roger ainda descreve que o corredor era todo “enjanelado” e que permanece, atualmente, com essas mesmas características, e conta com mais dois quartos e ao final do corredor uma dispensa, estando a cozinha situada também ao final da casa com uma pequena varanda. Na varanda, a presença de uma escada dá acesso ao porão, sendo esse um outro ambiente habitável da residência e conta com as mesmas disposições que o pavimento superior.

Além do recuo, que influenciou o uso de corredores laterais nas residências, outros elementos arquitetônicos passaram a ser obrigatório por lei, como o porão gradeado, com a finalidade de trazer ventilação para o interior das edificações. O assoalho já não encostado no chão com a mesma função (SANTOS et al. 2020, p. 39 apud LEMOS, 1996)

Santos (2020) aponta que as gateiras, as janelas nos porões (figura 14) foram projetadas para garantir a ventilação da casa e como consequência um conforto térmico

---

<sup>8</sup> Atuou como professor, advogado e político brasileiro. Vereador de Manaus pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Senador Federal. <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/36>.

no ambiente. No caso da edificação da família de Roger Péres, o porão era habitável, tinha as mesmas disposições do andar superior e proporcionava conforto térmico.

**Figura 14 – Fachada com a presença de gateiras com gradil**

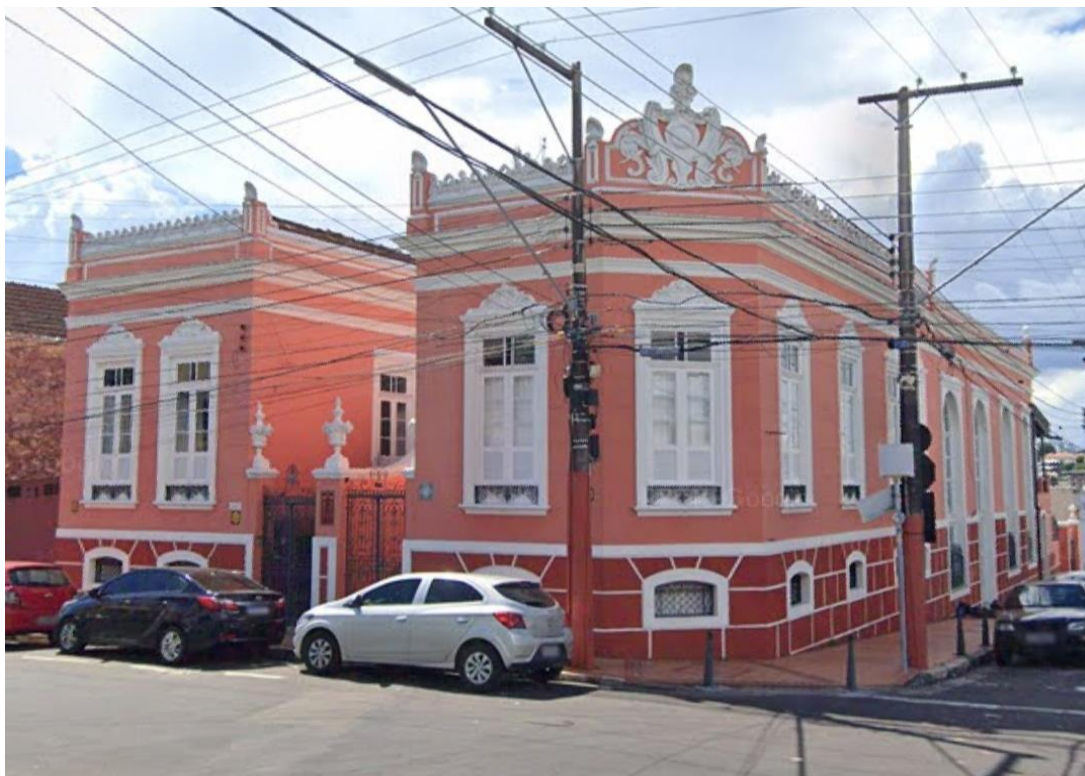


**Fonte:** Barata, Humberto, 2005 (acervo pessoal).

Quem reside, atualmente, na propriedade são suas tias Marluce e Marlinda. A residência da família de Roger Péres foi restaurada em 2001, e a geminada foi adquirida em 2006. A casa geminada já sofreu alterações estruturais e experimentou diversas ocupações, a maioria delas para as funções comerciais e prestação de serviços. Ao adquirir a edificação geminada, a família observou que a casa já havia sofrido com essas transformações e modificações, bem como discorre em entrevista: “apenas restauramos o que havia valor e fizemos as adaptações ao novo uso”.

A residência geminada adquirida em 1966 fica localizada na Rua Lima Bacuri, e a outra residência geminada, ao lado, e está localizada no cruzamento das ruas Lima Bacuri e Dr. Almino, justamente por sua construção edificada estar situada na esquina da quadra, portanto, no cruzamento destas ruas (figura 15).

**Figura 15 - Residência pertencente à família de Roger Péres**



**Fonte:** Acervo da autora, 2022.

A residência geminada situada no cruzamento das ruas Lima Bacuri e Dr. Almino foi adquirida pela Sra. Marlídice Péres em 2006, e iniciado, posteriormente, um longo processo de reforma e restauro da fachada e do ambiente interno, processo esse finalizado entre os anos de 2016 e 2017. Roger relata que o restauro da casa contou com profissionais especializados, que, na época, eram profissionais que tralhavam no ateliê de restauro da Secretaria de Cultura - SEC, ateliê esse que havia sido recentemente criado.

Discorre que o motivo da procura ao ateliê se deu em virtude de uma matéria que saiu no jornal local “A Crítica”, sobre o restauro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, e na matéria mostrava a chefe do ateliê, a restauradora Elisabete Edelvita Chaves<sup>9</sup>, fazendo o trabalho de prospecção nas pinturas parietais do IGHA. Na ocasião, o Sr. Ronald, irmão do entrevistado, entrou em contato com a profissional, e assim foi feito. A restauradora realizou então um orçamento e seu irmão Sr. Ronald

---

<sup>9</sup> Possui graduação em Gravura pela Escola de Belas Artes, UFRJ (1992); Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural, UFPE, CECI (2004) e especialização em Museologia, UFAM (2008). É Mestre em Museologia e Patrimônio Unirio (2013) e doutoranda em Museologia e Patrimônio pela Unirio (2019). Foi responsável pela implantação do Ateliê de conservação e restauro de obras de arte do estado do Amazonas.



custeou boa parte dessa obra, bem como contou com a ajuda financeira de sua mãe, Sra. Marlídice. A chefe do ateliê é carioca e não reside mais em Manaus, pois voltou ao Rio de Janeiro, e ela quem foi responsável pelo restauro da casa, coordenando a equipe dos profissionais dos quais uma parte veio de outro estado.

De acordo com o Sr. Roger, em um desses processos de restauro, com a técnica de prospecção foi possível identificar que na sala não havia mais as pinturas e que os antigos proprietários já tinham realizado alterações em relação à pintura e aplicação de argamassa nas paredes. Entre os antigos proprietários, o entrevistado pode citar que a edificação geminada foi sede do Consulado do Japão, bem como sede da Prefeitura para realização de alistamento militar do exército.

Segundo o entrevistado, foi sua avó Sra. Marina, quem teve a ideia de procurar a pintura original na casa ao lado que, na época, estava fechado, período no qual o consulado japonês havia recentemente saído. Em contato com o proprietário, tiveram acesso à chave da edificação sendo possível realizar a prospecção na pintura dessa edificação, pois deduziram que, justamente, por serem geminadas, as casas teriam a mesma pintura, e assim o fizeram.

Diante disso, relata o entrevistado, que “foi possível reproduzir as pinturas da casa da esquina para a casa da minha avó” (figura 16). Além disso, houve modificações e a reforma ocorrida, principalmente, na parte externa, a parte final que adentra para o quintal, da residência foi realizada pela Sra. Marlídice, não havendo, nessa ocasião, a participação de seu irmão, o Sr. Ronald. A Sra. Marlídice Péres investiu na reforma e restauro da casa de sua mãe Sra. Marina, bem como da edificação geminada.

**Figuras 16 - Pinturas parietais da edificação da família de Roger Péres**



**Fonte:** Acervo de Humberto Barata, 2006.

A pinturas parietais presentes na casa da família de Roger Péres apresentam-se com linhas assimétricas e ondulações, que muito se assemelham às folhagens e aos ramos de flores, características da aplicação de pintura em *art nouveau*. Além da elegância e sofisticação aplicadas às edificações, a questão do conforto habitacional e térmico se tornava mais um aspecto a se considerar nos projetos. Nas três edificações é possível observar a presença dos porões que eram utilizados com a funcionalidade de refrigerar a casa, com a circulação do ar frio. Conforme reforça Daou (2004):

O embelezamento da cidade resultava de alterações urbanísticas e arquitetônicas estimuladas por uma legislação que procurava modernizar nos espaços públicos e dotar certas características as construções, imprimindo, nas fachadas dos prédios, elegância, graciosidade e uma racionalidade condizente com as necessidades de ventilação e higiene exigidas pelo clima (DAOU, 2004, p. 31).

As três edificações também apresentam características bastante similares ao emprego de técnicas, tipologias e elementos da arquitetura eclética em suas fachadas e disposições. Todas possuem porão com gateira, e apenas na edificação de Augusto Mendonça o porão não é habitável, restrito somente a funcionalidade de refrigerar a casa. Ambas possuem entrada pela lateral, possuindo escadas laterais, com portões de ferro e gradil nas muretas.

Nas três edificações é possível identificar a presença de frontão e platibandas, que possuem a funcionalidade de “esconder o telhado” oferecendo a fachada da residência elegância arquitetônica. As edificações possuem dois pavimentos devido ao tipo de fundição. Ambas com presenças de extensas janelas com vidraçaria e portas em madeira. Em sua maioria, materiais provenientes da Europa, com maior expressividade de Portugal, conforme relato dos entrevistados.

### **2.3 Arquitetura Cultural: hábitos, costumes e consumos da Belle Époque.**

A política de embelezamento transformou a cidade em seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, e o progresso não era meramente material. A vida social, que animou a cidade, foi um capítulo à parte, processo esse considerado fundamental na assimilação e inserção de padrões estéticos urbanos e sobretudo da nova configuração social.

Como aqui já exposto, nós podemos atribuir as mudanças significativas na cidade por alguns fatores: a detenção (temporária) da produção da borracha, sendo a principal produtora mundial; a abertura dos portos, o que faz com que a capital se insira em um contexto econômico mundial, pois um enorme contingente estrangeiro adentra a Amazônia com intuito de enriquecer com o famoso “ouro branco”; além disso, a ação política administrativa e assimilação de condutas, costumes e hábitos no viver social.

“De região marcada pelo atraso, as duas maiores cidades do Norte brasileiro passaram a ocupar uma posição privilegiada no diálogo com as principais capitais mundiais, especialmente, Londres e Paris” (CEZAR, 2014, p. 61). A administração local, em especial, a do governador Eduardo Ribeiro, tratou de investir os lucros da produção gomífera nos projetos de embelezamento e de modernidade tendo como referência os grandes modelos urbanos europeus.

Eduardo Ribeiro foi o típico representante dos governantes da era da borracha no Amazonas e teve, provavelmente, a mais bem-sucedida administração. Em poucos anos, conseguiu realizar grande parte dos planos traçados, transformando radicalmente a visualidade da pequena vila, tornando-a uma moderna e graciosa cidade. Ele exerceu forte influência sobre os seus sucessores, principalmente no que tange à política de embelezamento e higiene pública (MESQUITA, 2019, p. 141).

“A cidade, como obra, materializa os sonhos, os desejos e a imaginação de seus usuários, expressando-se no sentido da virtude humana, orientando-se pelas aspirações de progresso e de modernidade da civilização” (MESQUITA, 2020, p. 97). Essa modelação proposta por Eduardo Ribeiro tinha como modelo o projeto de embelezamento da cidade de Paris, realizada por Haussman.

A produção gomífera foi também responsável pelo deslocamento de um expressivo contingente nordestino, os bravos seringueiros que compõem o cenário desolador e fatídico dessa história. Contudo, esta pesquisa pretende analisar a presença estrangeira que impregnou costumes nunca antes experimentados.

Assim como os seringueiros, o considerável contingente estrangeiro (figura 17, a seguir) que adentrou a cidade tinha algo em comum, o desejo e a esperança de enriquecer com o “fausto” da borracha. Boa parte desses estrangeiros vieram para empreender na capital em diversos tipos de serviços e atividades. Assim como destaca Cezar (2014):

Os ingleses ficaram responsáveis pelos serviços de exportação e pelos empreendimentos de engenharia, a presença britânica, na história manauense, foi de tal modo relevante que a Manaus dos primeiros anos do século passado também é referida como a *Manaus dos ingleses*. Aos árabes, portugueses e espanhóis, couberam, no mais das vezes, as atividades ligadas ao comércio. Já aos brasileiros pobres, oriundos do Pará, do Maranhão e dos Estados atingidos pela seca do Nordeste, restou a escravidão por dívidas adquiridas nos barracões (CEZAR, 2014, p. 68).

**Figura 17 - Cais do Porto – Estrangeiros adentram a cidade de Manaus**



Fonte: Instituto Durango Duarte. **Acervo:** Centro Cultural Povos da Amazônia/Álbum Renato Araújo.

Essa fase de melhoramentos urbanos e influências nas obras públicas da cidade foi financiada pelo ciclo da borracha, período esse que corresponde aos anos finais do século XIX e meados do século XX. Nessa fase, foi expressiva a quantidade de construções públicas e privadas, ocasionando a mudança visual e urbanística, considerada por Mesquita (2019) como a fase que compreende a instalação. A fase que se segue é compreendida exatamente pelas interações a nível social. Nesse cenário, a cidade, além das características modernas e de requinte, ganha visibilidade e sentindo cosmopolita.

Para descrever o processo de implantação dos projetos de embelezamento da Cidade de Manaus, adotou-se a imagem de uma vitrine, considerando que tais transformações, em grande parte, apresentam-se como um recurso artificial, revelando, muitas vezes, que a verdadeira intenção era atrair a mão de obra e o capital estrangeiro (MESQUITA, 2019, p. 143).

“A Manaus modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite “tradicional”, vinculada às atividades administrativas e burocráticas” (DAOU, 2004, p. 36). Para além da estética, a cidade deveria dispor de infraestrutura capaz de suprir as necessidades dessa nova sociedade.

Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e o sistema de tefégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha (DAOU, 2004, p. 36-37).

“Manaus cidade urbaniza-se na conquista de novos padrões de cultura. Aparecem a rua, a praça, logradouros públicos, a ponte e o mercado, o botequim a loja” (MONTEIRO, 2012, p. 91). Tendo em vista a dinâmica das interações que essas melhorias forneceram e a crescente sociedade, ávida e exigente, surge uma nova forma de sociabilidade na cidade, conforme descreve Cesar (2014):

De feições acentuadamente europeias, a maneira como os moradores manauaras passaram a se relacionar nada mais era do que a transposição para o campo das relações humanas do que já vinha se evidenciando no plano arquitetônico-urbanístico da cidade. (2014, p. 70).

Assim sendo, diria que Cesar (2014) foi muito preciso ao evidenciar que essas relações passaram do campo material para a imaterialidade, em outras palavras, as sociabilidades deram efetivamente o sentido e significado as materialidades, pois “é no dinamismo da vida social, na multiplicação das interações sociais, que a belle époque amazônica parece ter sido mais espetacular” (DAOU, 2004, p. 41). Bonametti (2006) assevera:

O final do século XIX foi denominado de Belle Époque e se caracterizou pela crença de que o progresso material possibilitaria resolver tecnicamente todos os problemas da humanidade. As cidades se tornaram um local privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade (2006, p. 2).

“A sociedade local assumiu características bastante cosmopolitas, típicas da *Belle Époque*, podendo-se fazer uma analogia dessa fase de mudanças com a montagem de uma *vitrine*” (MESQUITA, 2019, p.143). A vertente Belle Époque tem sua origem nas transformações ocorridas no final do século XIX na Europa, principalmente em Paris.

A expressão francesa Belle Époque significa bela época e ficou caracterizada por intensas transformações culturais, ancoradas nas inovações de ordem científicas e tecnológicas, no qual os espaços deveriam receber uma remodelação para atender essas novas dinâmicas. As inovações acompanhavam esse “espírito artístico e intelectual” aflorado influenciando diretamente nos modos de pensar e viver cotidiano. Ademais, determinou essas ditas sociabilidades como sendo o modelo a ser seguido de civilidade e modernidade.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2001, p.69).

A Belle Époque como uma vertente cultural, associava essas inovações como a fórmula para solucionar os problemas sociais e de infraestrutura existentes. Isso era amplamente refletido na arquitetura e na disposição urbana, e “fermentado” pelas condutas de divertimento e apreciação dessa cultura urbana. As artes como um todo foram muito evidenciadas, e por isto, os investimentos na construção de teatros, de cinema e de cabarés.

“As condições particulares em que se realizou a belle époque na Amazônia apontam para um período em que cidades como Manaus e Belém davam provas evidentes de bem estar, prosperidade e conforto doméstico” (DAOU, 2004, p. 39). Isso ocorre “não somente os elementos materiais estavam sendo repentinamente modificados em Manaus, mas também os aspectos imateriais da cultura” (MESQUITA, 2020, p. 478).

“Na Manaus antiga, a vida era social”. O comentário é de uma senhora amazonense nascida 1900, cuja família e vivência dividiam-se entre Portugal e o Amazonas, e que teve parte de sua educação recebida na Europa. Ele sintetiza a efervescência da sociabilidade na pequena Manaus da virada do século, renovada pelo afluxo de pessoas e capitais, exatamente quando as reformas urbanas possibilitaram a transformação da “aldeia” em uma “cidade moderna” (DAOU, 2004, p. 40).

O comentário que Daou (2004) nos trouxe descreve nitidamente por quem experimentou dessas vivências a essência avassaladora que a vertente impregnou na vida social na Manaus do início do século XX. A implantação do modelo urbanístico adotado pela administração pública e a inserção da elite estrangeira determinaram incisivamente

a forma do viver em sociedade. A elite ascendente manauara adotou as condutas por diversos motivos, dentre eles a ideologia de que essa forma lhe traria à contínua prosperidade financeira e o prestígio social. De igual modo, as aspirações individuais se conectavam ao coletivo.

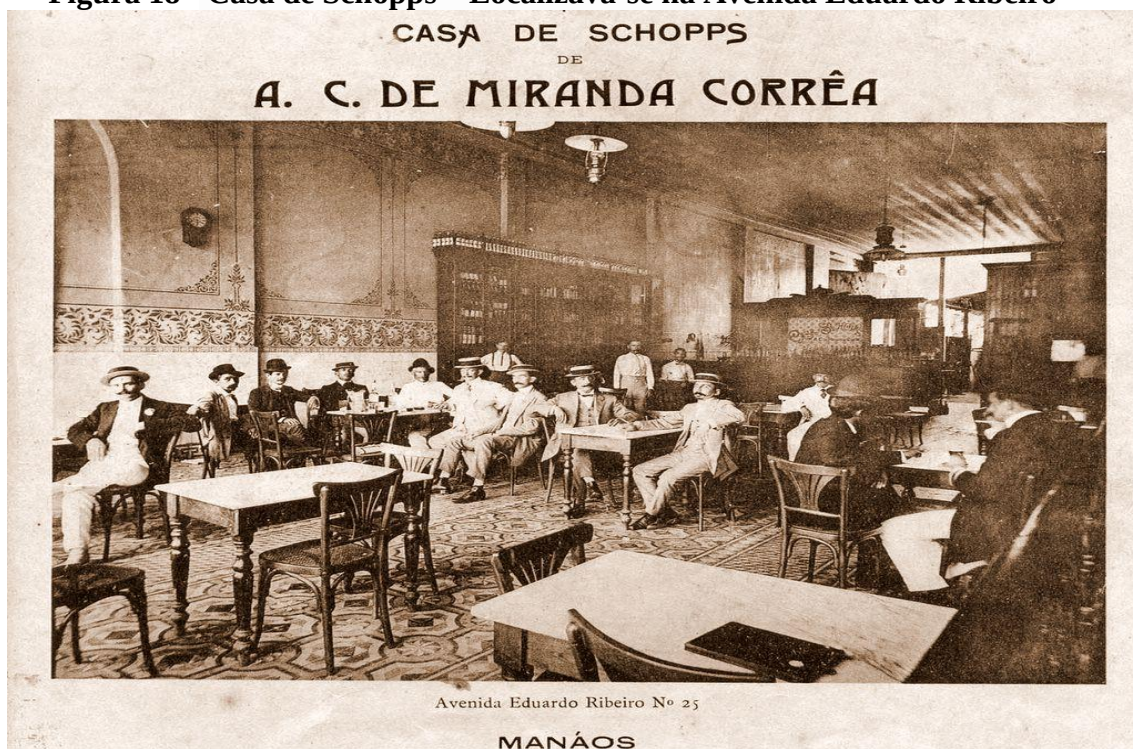
“É um argumento no sentido de que remodelar o padrão das relações sociais é reordenar as coordenadas do mundo experimentado. As formas da sociedade são a substância da cultura” (GEERTZ, 2008, p. 20). Portanto, podemos dizer que a fragilidade e a fragmentação que há tempos experimentou a sociedade manauara, não lhe permitia a recusa ou a contestação.

Primeiramente, pelo passado colonial, em que a representação da população residente manauara era composta de mestiços, caboclos, poucos índios destribalizados, e famílias portuguesas que aqui permaneceram. Em sua maioria, pessoas pobres em situação de miséria, trabalhadores que enriqueciam a incipiente elite e o custo de vida na Manaus da borracha era alto até para a crescente elite (figura 18).

O *chopp* consumido em Manaus era de origem alemã e custava 15\$000 réis e uma xícara de “mau café” no botequim do Teatro Amazonas custava 500 réis. Importavam também da Europa o queijo, a manteiga fresca, frutas, hortaliças, peixes e todos os gêneros de primeira necessidade custavam muito caro. No entanto, os sanitaristas paulistas notavam que “os gêneros de outros ramos do comércio, modas, armarinho, roupa, etc., ou melhor, os objetos de importação estrangeira” eram pouco mais caros do que em São Paulo. A diária do Hotel Cassina custava 15\$000 réis e, segundo eles, os serviços de mesa e de quarto poderiam “ser classificados abaixo de maós” (MESQUITA, 2019, p. 149).



**Figura 18 - Casa de Schopps – Localizava-se na Avenida Eduardo Ribeiro**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas de 1910.

Ou seja, não participavam de nenhuma etapa da socialização da elite, em outras palavras, não usufruíam da maioria dos serviços e instalações. Com o *boom* da borracha não foi diferente, os trabalhadores serviam de mão de obra facilitadora para obtenção de infraestrutura e serviços que não tiveram acesso.

A sociedade local mantinha-se culturalmente defasada do padrão introduzido inicialmente pelos portugueses, sua população predominantemente mestiça era composta principalmente de caboclos e índios destribalizados, muitos dos quais sem qualquer convivência urbana. Ainda mantinham estreitas vinculações com os hábitos da floresta e, naturalmente, esta formação favorecia uma atitude completamente informal nas relações sociais. (MESQUITA, 2019, p. 28)

A política de embelezamento e higienização aplicada a cidade impunha o distanciamento de condutas e pessoas que pudessem comprometer a “imagem de civilidade” que o modelo modernizador ditava. Nesse prisma, a elite estava completamente privilegiada e se sentia confortável em acompanhar o dito progresso social, “logo, as praças da Manaus da Borracha e seus usos, como outros espaços

públicos, deveriam estar em sincronia com o projeto normatizador de uma pretensa modernidade e civilidade” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 8).

A elite já consolidada apropria-se agora da cidade que conquistou como lugar privilegiado de consagração da distinção, seja pelo consumo de bens e serviços sofisticados, seja pelo contato e interação com os negociantes da borracha e muitos viajantes que deram seu caráter cosmopolita, ou ainda por ser este mais e mais o lugar privilegiado o investimento simbólico de indivíduos que se articulam como grupo (DAOU, 2004, p. 38).

“A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior"- entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11). Essa assimilação cultural influenciou nessa identidade manauara, restrita até então às elites e as suas ondulações. E como efeito muito crítico ocasionando e propagando a segregação social. Ao passo que desse desenvolvimento restrito a um grupo, e que com significados e simbolismos próprios, criavam um abismo entre a população pobre e desprovida.

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante (LARAIA, 2001, p. 67).

Os apontamentos feitos por Laraia (2001) reforçam que a difusão cultural não é grosso modo totalizante. Ao induzir um comportamento coletivo e aceitável, sempre vindo da massa dominante, e que se destoa desses padrões é recusado e considerado como má conduta social, pois “é por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive” (GEERTZ, 2008, p. 150).

Certamente, não havia um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades culturais mais eruditas ou mais atualizadas de acordo com os padrões europeus. A elite local era reduzida e sem destaque intelectual, insignificante para promover reformas culturais, ainda que o jornal Estrela do Amazonas já circulasse duas vezes na semana na cidade. Faltava uma estrutura básica, pois não havia escolas suficientes, nem bibliotecas ou museus. Os estabelecimentos comerciais eram insignificantes e a indústria inexistente, as atividades religiosas restringiam-se às missas e a formação de seminaristas. (MESQUITA, 2019, p. 27)

Por isso, que a vertente cultural da “bela época” exerceu sua força na fragilidade que até a elite experimentava. Não seria tarefa difícil, pois o ideal coletivo dessa elite era o mesmo, bastava que evento como tal fomentasse e oportunizasse tais mudanças e logo “acatavam-se as ideias importadas como algo já comprovado e que justificava as transformações e a introdução de novos serviços (MESQUITA, 2019, p. 159).

Recapitulando a infraestrutura e os serviços disponíveis na Manaus Cosmopolita, temos os serviços de sanitização e higiene, através da instalação de redes de esgoto e limpeza pública e o fornecimento e abastecimento de água. Entre os serviços de infraestrutura urbana, o alargamento e calçamento de ruas e avenidas, com trilhos para os bondes (figura 19), iluminação pública e a arborização. Já em relação aos avanços e inovações tecnológicas, temos a utilização de redes telefônicas e telégrafo.

“As elites gomíferas e autoridades públicas acreditavam piamente que a incorporação de ideais, como os de modernidade e civilidade, trariam o futuro esperado, mesmo esse sendo pretensamente unilateral” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 12). De igual modo, “o uso de roupas europeias ou “afrancesadas” era outra exigência da *Belle Époque*, mostrando o requinte de quem as usava”. (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 10).

As novas formas de sociabilidade ligam-se a uma notável ampliação das esferas de contato social, de exibição pública, e aos novos modos de interação que marcaram a vida “mundana” de cidades como Manaus e Belém no final do século XIX e início do XX (DAOU, 2004, p. 40).

**Figura 19 – Bonde elétrico e a circulação de pessoas na avenida Eduardo Ribeiro**



**Fonte:** Instituto Durango Duarte. **Acervo:** The Tramways of Brazil a 130 year survey by Allen Morrison.

“A ampliação de ruas, a abertura de *boulevards*, teatros, cafés, galerias e outras instâncias comerciais criavam um clima efervescente e alegre, estimulando bastante a vida mundana” (MESQUITA, 2019, p. 180). Muito embora, as praças fossem utilizadas pelos populares como espaço para descanso do trabalho e que, eventualmente, eram realizadas prisões por vadiagem (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Os largos calçamentos eram passarelas para a exteriorização de hábitos próprios das elites, práticas de um período em que estavam em efervescência costumes afrancesados ou/e para “inglês ver”. Eram ambientes para encenações da vida sob a égide da Avenida como cenário (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 4).

“A vida da cidade tomou as ruas. As calçadas da avenida eram ocupadas com mesinhas, “como na França” e tal qual fazia a elite carioca no apogeu de sua *belle époque*” (DAOU, 2004, p. 46). A vida social cosmopolita já era uma realidade nas ruas do Centro de Manaus observada nas vestimentas, nas formas do uso dos espaços e nas atividades realizadas no corriqueiro.

Cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de lioz importados de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, ainda no Império, energia elétrica, a partir de 1896, rede de esgotos, em construção, e bondes elétricos, desde 1895, espantando até os visitantes europeus do raiar do século, com suas alucinantes velocidades de 40 a 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta até os arrabaldes mais distantes. (LOUREIRO, 2008, p.35).

Entre as atividades realizadas para promover as sociabilidades estão o carnaval de rua, que, de acordo com Daou (2004), os governantes da época mandaram buscar carros alegóricos da Europa para desfilarem fazendo parte de um grande espetáculo. Nessa época também aconteciam bailes nos coretos das praças.

Mais afastadas, na praça dos Remédios, ao longo da Joaquim Nabuco, na praça São Sebastião, na Sete de Setembro, na Avenida Eduardo Ribeiro, na Barroso, na 24 de Maio, e outras ruas circunvizinhas, dispunham-se as residências mais ricas, magníficos palacetes construídos ao melhor estilo da época, assoalhados de acapu e pau amarelo, e pinha de Riga, ornamentados com vidraças e lustres europeus paredes e tetos decorados de pinturas em tela ou de afrescos. Seus salões exibiam luxuosíssimos móveis, porcelanas, cristais e pratarias, estando sempre abertos para festas de aniversários, banquetes e saraus, as diversões familiares da *belle époque*. (LOUREIRO, 2008, p. 36)

“Nos anos 1900, abriam-se as casas de família para encontros, palestras e música, bailes e tertúlias literárias” (DAOU, 2004, p 47). E “no repertório sobre a bela época na Amazônia, são comuns as referências às casas de ópera e aos espetáculos ali encenados” (DAOU, 2004, p 50). Essas interações caracterizavam o esforço de valorização e supremacia de uma cultura burguesa.

[...] o Teatro Amazonas é indiscutivelmente o prédio mais famosos e destacado da cidade, não somente por seu porte e aspecto arquitetônico, ressaltado por sua privilegiada localização, mas também por ter uma história que se confunde com a história do período áureo da borracha. É uma construção impregnada de fantasias próprias de uma era de sonhos e esplendor, revestindo-se com um caráter emblemático que lhe confere o *status* de símbolo da Cidade de Manaus (MESQUITA 2019, p. 220).

“O ritual da ida ao teatro oferecia à elite uma oportunidade de reconhecer a si mesma e aos comportamentos condizentes com as alterações por que a cidade e a sociedade passavam” (DAOU, 2004, p. 54). Uma das práticas sociais que fortaleciam

essas sociabilidades europeias é que os filhos de elite eram educados na França, e reforçavam a cultura europeia e a impregnação desses costumes na sociedade local (MESQUITA, 2019).

O movimentado centro comercial regurgitando de gentes de todas as raças – nordestinos, ingleses, peruanos, franceses, judeus norte-africanos, americanos, caboclos, alemães, índios, italianos, sírios, libaneses, sulistas e portugueses, tinha por eixo principal a atual avenida Eduardo Ribeiro, com maiores concentrações de estabelecimentos comerciais nas proximidades do Mercado Municipal, na Marcílio Dias, na Guilherme Moreira, na Quintino Bocaiúva, na Sete de Setembro, na Henrique Martins, na Instalação e na praça XV de Novembro, logradouros onde estavam instalados os armazéns recebedores e exportadores da borracha, as casas aviadoras, os atacadistas, os retalhistas, os bancos, os hotéis, as sedes das empresas estrangeiras, os bares, os restaurantes e algumas repartições públicas. Tudo o que o comércio internacional oferecia, á época, poderia ser encontrado nesta longínqua cidade, plantada a milhares de quilômetros dos principais centros civilizados. (LOUREIRO, 2008, p. 35-36).

Como na vida “nem tudo são flores” a grande crise que abateu a Manaus Cosmopolita foi tão avassaladora, esse adjetivo muito bem se aplica aos extremos – ao apogeu e ao declínio, que rapidamente os olhos e bolsos viraram-se e num “piscar de olhos” bateram-se em retirada a maioria dos empresários, investidores e uma farta fatia da elite sem olhar para trás. Assim como um enorme contingente adentrou a cidade pela *Manaos Harbour*, por lá também muito navios e embarcações saíram sem nem se despedir.

Era também o fim da vida. Do dia para a noite, se foram acabando o luxo, as ostentações, os esbanjamentos e as opulências sustentadas pelo trabalho praticamente escravo do caboclo seringueiro lá nas brenhas da selva. Cessou bruscamente a construção dos grandes sobrados portugueses, dos palacetes afrancesados, dos edifícios públicos suntuosos. Não se mandou mais buscar mármore e azulejos da Europa (MELLO, 1984, p. 27).

O famoso título de a “Paris dos Trópicos” simbolizou a tentativa de transpor na “cidade selva” à vida cosmopolita tida como a salvadora dos males “do atraso colonial” e, sobretudo, de apagar os resquícios da vida primitiva atribuída ao passado ancestral indígena. Foi repentino e avassalador o que experimentou a cidade de Manaus e sua sociedade. Apesar de ter sido usufruída por uma parcela significativa, a impregnação cultural adentrou os casebres e as taperas mais longínquas.

A Manaus da bela época teve seus apoiadores e seus opositores, e experimentou o apogeu e a decadência. De um modo otimista, ficam as impressões do que essa ideia de civilidade deixou de legado à população que aqui permaneceu após a crise e a falência da produção gomífera. Ficou o sentimento de esperança de fazer a cidade e seus habitantes uma sociedade acolhedora, solidária e prospera coletivamente. “E assim, acolhedora e aconchegante, espaço urbano em que predominava o convívio cordial e solidário, Manaus atravessou a metade do século” (MELLO, 1984, p. 30).

### **CAPÍTULO 3 - RUGOSIDADES DA MEMÓRIA**

Antes de mais nada caro (a) leitor (a), chegamos ao que intitulo nesta pesquisa como “rugosidades da memória”, o que também considero pelo que conhecemos popularmente como a “cereja do bolo”. Aqui de fato mergulharemos nas memórias dos proprietários das edificações residenciais. O protagonismo faz-se presente igualmente nas narrativas, nas recordações e, principalmente, nas casas. As casas são o que há muito costume chamar, de “a materialidade dotada de imaterialidade”.

O que seriam das casas sem a vida que as anima? Essa questão nos guia a refletir sobre as casas em relação a sua concretude palpável e visível, que traduz a forma como o indivíduo cria, constrói, produz e reproduz a medida de suas necessidades e anseios. E, fundamentalmente, o desenvolvimento afetivo e simbólico construído através das relações experimentadas e vivenciadas na casa e com a casa. Nessa relação, a casa ganha significado para além de sua materialidade.

Mas afinal, o que seriam “rugosidades da memória”? Primeiramente, a etimologia da palavra rugosidade define como a qualidade do que é rugoso, depressão rugosa, fenda. A palavra deriva de “ruga” que está comumente associada às depressões, vinco ou fenda na pele, causando-a marcas. A finalidade não é analisar em si as rugas na pele por uma abordagem estética ou da ciência médica. A analogia ao termo está associada ao sentido de que essas “marcas na pele” simbolizam a passagem do tempo em um indivíduo.

O termo rugosidade se tornou um conceito aplicado em diferentes áreas da ciência, contudo o conceito o qual me ancoro nesta pesquisa se faz presente nas ciências geográficas, tendo também dentro dessa ciência geográfica suas ramificações e aplicações conceituais tanto na aplicação física quanto na humana.

O conceito aplicado na ciência geográfica, em específico à Geografia Humana, tem se mostrado um verdadeiro aliado aos estudos metodológicos e epistemológicos sobre o espaço e suas interações sociais. Percebe-se que esse conceito tem sido amplamente utilizado nas ciências sociais e humanas. Fato esse evidenciado nas recentes interações e aplicações em pesquisas nas áreas do Turismo, da Arqueologia e da Arquitetura, além de estudos sobre patrimônio.



A abordagem conceitual ao qual proponho sobre rugosidade foi desenvolvida pelo conceituado geógrafo Milton Santos<sup>10</sup>, o qual aponta que as ações humanas e sua diversidade cultural vêm tecendo e produzindo marcas e impressões no espaço ao longo de seu processo histórico. São reflexos das múltiplas interações e atividades de ocupação e trabalho, que deixam marcas e registros de seus costumes, crenças e valores culturais. Registros esses através da aplicação de materiais e desenvolvimento de tecnologias aplicadas às formas de produção do espaço, em especial, o edificado. Algumas dessas construções ainda permanecem no espaço e carregam consigo todas essas informações de seu tempo e do comportamento social.

Na atualidade, não precisamos nos deslocar para outra cidade, país ou continente no intuito de visualizar construções que remontam tempos distintos da história da humanidade. A internet nos permite acessar diversos lugares do mundo e observar que ainda existem essas construções, sejam elas templos, teatros ou anfiteatros, arenas, prédios, palácios, palacetes, monumentos e praças. Importante destacar que ainda que essas construções não atendam mais a finalidade para qual foram construídos, e que tenham recebidas novas funções e uso, pode-se concebê-las dentro desses aspectos. É a partir dessa constituição que Milton Santos (2006) discorre sobre o conceito:

Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p. 92, grifo nosso).

Percebemos que essas construções coexistem no espaço urbano em meio a construções contemporâneas. Mesmo se levando em consideração o período e contexto da construção dessas edificações, os valores culturais que implicaram diretamente na arquitetura e estética e o esforço de seus proprietários em mantê-las em suas

---

<sup>10</sup> Conceituado geógrafo, cientista, advogado, jornalista, escritor e professor universitário brasileiro. É reconhecido nacionalmente e internacionalmente por ser considerado um renomado intelectual de seu tempo, além de ter contribuído na renovação da geografia no país em 1970.

configurações originais, essas edificações ainda permanecem em meio as novas configurações das ruas, dos bairros e da própria cidade. ‘

Essas edificações, casarios ou casas, não importa qual seja a sua denominação, elas representam o que Milton Santos discute como rugosidade, ou seja, construções que ainda permanecem em meio a dinâmica social, temporal e espacial. A analogia às rugas se aplica justamente nessas construções, pois são de fato as rugas, as marcas que revelam a passagem do tempo.

“As rugosidades exibem e fundamentam, pelo uso do território, os processos de preservação, memória e patrimônio, e ampliam geograficamente os significados socialmente produzidos” (ALVES *et al*, 2022, p.35905). Nesse sentido, é possível pensar nas rugosidades como a perpetuação da memória da cidade, sendo narrada a partir das vivências das famílias. As casas simbolizam as “rugosidades” e sua configuração e arquitetura demonstram sua passagem no tempo, assim como as memórias nelas experimentadas e compartilhadas.

Diante desses apontamentos, rugosidades da memória nos guia a uma análise sobre as memórias das famílias e das casas, e nos permite a partir dessas narrativas a pensar a história da cidade pela ótica de quem fez e faz parte dela.

Desse modo, o presente capítulo apresenta as narrativas e sua análise, obtida através de entrevistas com os proprietários das residências selecionadas conforme explicitada no capítulo um. As entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram realizadas com a técnica da história oral e transcritas relacionando-as com os conceitos e categorias de lugar e memória.

O lugar, por sua vez, tem sua origem na construção de relações de convivências, de experiências, a partir das relações de afetividade e pertencimento. Em especial as relações construídas com a representatividade do lar, das edificações residenciais enquanto moradia, o que apresenta Carlos (2007):

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular (2007, p. 14).

A relação com o lugar, em especial às residências, sempre manifestaram seus simbolismos e significados, presentes nas mais variadas expressões artísticas ou literárias.

As casas, são, portanto, percebidas como lugar, além de configurar também um lugar de memórias.

“A *casa*, como entidade física, é um meio de experimentarmos ser parte do mundo e também de nos revelarmos enquanto indivíduos para este mundo. Além de nos abrigarmos do mesmo” (CORDEIRO, 2015, p.23, grifo nosso). A análise aqui empreendida será realizada a partir das contribuições sobre o conceito de memória e lugar de autores como Nora (1993), Bôas (2015), Barros (2009), Carlos (2007), entre outros da literatura relevante.

Por fim, a análise recairá sobre a contribuição dessas narrativas e sua relação com a construção da identidade e memória da cidade, além de preencher possíveis lacunas na historiografia da cidade. Ressaltando assim a importância e relevância dessas histórias na perpetuação da memória da cidade.

Ademais, a discussão e apontamento sobre suas impressões a respeito das medidas de preservação e conservação de suas edificações amparadas pelas legislações de proteção e tombamento. Com isso, a abordagem também foi realizada frente às novas perspectivas da gestão do patrimônio aplicadas a essas residências e ao conjunto do Centro Histórico de Manaus.

### **3.1 Casarios – moradia das memórias**

Primeiramente, a palavra casarios, baseada em sua etimologia significa a sequência, reunião ou agrupamento de casas. O que muito se aplica a essas edificações, visto que duas das três casas selecionadas para essa pesquisa são construções geminadas, ou seja, são casas com mesma tipologia, características e arquitetura. O termo casario é também bastante utilizado na arquitetura, em estudos sobre o patrimônio edificado, onde se referem, principalmente, ao padrão arquitetônico e estético dessas construções que remetem a períodos históricos pretéritos.

Partindo desse entendimento, ao decorrer dessa discussão, o termo casarios será abordado para além desses aspectos físicos, muito embora não possamos descartá-los. Contudo, a análise consistirá na perspectiva das relações de afetividade e subjetividade experimentadas nesses casarios, e, sobretudo, nas memórias geradas nessas relações. Na

perspectiva de autores, escritores, pesquisadores e, principalmente, dos moradores desses casarios. Logo, iniciamos as construções memoriais nos casarios com o seguinte trecho:

Bem no centro do outro lado da rua ficava nossa casa. Durante a elaboração deste livro, depois de mais de trinta anos, decidi revê-la. Não mudou nada. O mesmo pátio acimentado. A varanda lateral cheia de janelas verdes. Minto: a fachada mudou. As duas janelas da frente foram unidas uma só, defendida por vigorosa grade de ferro. Me deu vontade de subir de novo a escada de madeira da entrada, de infinitos degraus na minha lembrança. Bati na porta, a mesma porta antiga, guarnecida de almofadas de cedro. (MELLO, 1984, p.215).

É indiscutível que a obra intitulada “Manaus: Amor e Memória” do saudoso poeta Thiago de Mello (1984), entre tantas outras atribuições que lhe caiba, é um manifesto poético sobre as memórias da nossa formosa cidade. Muitas dessas histórias são construídas pelas narrações das lembranças e recordações experimentadas nas casas, das histórias das famílias que se relacionam e tecem a memória da cidade ou uma parte dela, mas o elo que condiciona esta pesquisa está nesse limiar entre a casa e a memória.

“Tão importante para a vida do ser humano, o espaço da moradia tem-se transformado ao longo do tempo, contribuindo para a produção de diferentes modos de ser e existir no mundo” (CORDEIRO, 2015, p. 12). É justamente nessa forma de concepção e construção afetiva com a casa que se constroem também as memórias.

“A possibilidade de conhecer a *casa* das pessoas é, em muitos aspectos, a possibilidade de conhecê-las profundamente” (CORDEIRO, 2015, p. 14, grifo nosso). O indivíduo em essência é social, e por isso, condicionante necessária nessas relações de sociabilidades são as primeiras interações sociais são construídas nas casas ou em seus lares. Muito embora, saibamos que nem sempre o lar, a casa, a moradia esteja associada a experiências e lembranças positivas. Portanto, essa discussão sobre as moradias ou ausência delas está para além das análises aqui sugeridas, o que não desconsidera ou anula essa perspectiva.

Antes de sua concretude material, a concepção de moradia e de habitar se apresentou na história da humanidade em diversas manifestações, sejam elas materiais ou imateriais. Inicialmente, na concepção primária de abrigo, mas que, involuntariamente, pela essência

subjetiva humana, se desenvolvem e se constroem relações afetivas e de pertencimento no emprego de significados e simbolismos.

Habitar domesticamente é uma atividade que exercemos sempre em relação com o mundo. Entrar em *casa* é, na verdade, encontrar as coisas que trouxemos do mundo externo para o interno e com as quais estamos familiarizados e nos reconhecemos. Elas nos proporcionam o apoio em nosso lidar diário. Cada indivíduo pode atribuir significados e estabelecer associações muito íntimas com o lugar onde habita (CORDEIRO, 2015, p. 35).

O próprio processo produtivo das residências e das casas perpassa a subjetividade humana. A utilização de técnicas e materiais produtivos, o modo de uso e apropriação estão inteiramente relacionados com o emprego dessa simbologia. Para além de sua concretude, um espaço de aconchego e acolhimento, conforme Cordeiro (2015):

Ao se construir uma *casa* é preciso considerar tanto a materialidade e seus aspectos construtivos como volume, forma, dimensões e elementos próprios da engenharia e da arquitetura como também os elementos subjetivos como as sensibilidades, valores, costumes, crenças, os diferentes usos dos espaços e as muitas redes de relações existentes. Somente assim pode-se chegar à compreensão do conceito de habitar (2015, p.21).

Mas a *casa* carrega também a evolução simbólica e afetiva de uma sociedade. Ela também é uma síntese da afetividade humana e está impregnada de subjetividade (CORDEIRO, 2015, p.24, grifo nosso). Além dessa construção simbólica e afetiva, temos nas casas a construção imaginária, visual, figurativa e paisagística, o que também contribui para a relação afetiva. A estrutura da casa, as pinturas, as escadas, os compartimentos e os objetos são elementos físicos igualmente importantes nessa relação de afetividade, pois segundo Tuan (2013, p. 159), “a casa como lugar está cheia de objetos comuns. Nós os conhecemos através do uso, não lhe prestamos atenção como fazemos com as obras de arte. Eles são quase uma parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos”.

Evidenciamos, portanto, a relação da materialidade carregada de subjetividade, que as casas representam na vida do indivíduo e na coletividade. A casa tanto na estrutura física quanto ao significado dado a elas demonstram a relação de proteção, de realização, bem-estar e da interação do habitar.

A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões e ilusões de estabilidade. Reimaginamos constantemente sua realidade: distinguir todas as imagens seria revelar a alma da casa; seria desenvolver uma verdadeira psicologia da casa” (BACHELARD, 1993, p. 366).

De acordo com Camargo (2007), a relação com a casa, não está apenas nas interações experimentadas em seu interior, mas nas relações que experimenta em seu exterior, o que absorve e o que impregna nas formas de uso dos objetos e da própria casa. “Assim, ao entrarmos em casa e encontrarmos aquelas coisas que trouxemos do mundo *lá de fora*, com as quais já estamos tão familiarizados, sentimo-nos, enfim, *em casa*” (CAMARGO, 2007, p.51, grifo nosso). De qualquer modo, “o simbolismo da casa e pela casa é extenso em nossa sociedade. De casa vêm também casamento, casadouro e casal, expressões que denotam um ato relacional, plenamente coerente com o espaço da morada e da residência” (DAMATTA, 1997, p. 38).

“A moradia é para o ser humano algo tão necessário quanto o alimento ou o ar que respira. Diz-se isso não apenas em termos de sobrevivência, mas em termos de constituição do indivíduo” (CORDEIRO, 2015, p.12). A forma do habitar e do morar é o que condicionam as relações experimentadas nas casas e fora delas. Logo, é a certeza de que existe uma extensão do mundo, um “espaço do mundo”, mas particular e único.

A *casa* – no sentido concreto do termo – é o nosso maior referencial de espaço depois do nosso próprio corpo. Por isso é algo tão precioso no nosso imaginário. Assim, compreender os aspectos subjetivos não é suficiente e nem mesmo possível sem uma reflexão da relação entre as dimensões físicas/materiais e subjetivas/sensíveis da questão (CORDEIRO, 2015, p.21, grifo nosso).

“Todos os indivíduos relacionam-se com suas habitações, construindo diferentes hábitos de morar, reflexos de como vivem” (CORDEIRO, 2015, p.24). Os aspectos construtivos e arquitetônicos não somente exprimem valores sociais e econômicos, mas também fazem parte, e, sobretudo, é a dimensão afetiva e simbólica, que traduzem essas relações com as casas.

A forma como buscamos, através de intervenções criativas, o respaldo da fisicalidade de nossas casas para, através das relações cotidianas que estabelecemos *nela* e *com* ela, atendermos nossas necessidades, expectativas e aspirações em relação ao habitar doméstico, dá sentido à afirmação de Santos, segundo a qual o lugar habitado seria o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e

da criatividade” (CORDEIRO, 2015, p. 58 apud Santos, *ibidem*; p. 322).

A subjetividade humana é o elemento que diríamos essencial nessas articulações. A forma como percebemos e interagimos com o mundo é fruto da experiência e influência do momento histórico ao qual certo indivíduo e seus grupos estão inseridos. Nesse sentido, nossa relação com nossas casas tende a sofrer certa influência externa, seja política, artística, econômica e cultural. A dinâmica que o espaço tende a sofrer com as constantes transformações implica diretamente na maneira de morar e na sua concepção edificada.

Por meio da *casa* acessamos o mundo exterior por meio da própria materialidade da *casa* e também ao um mundo interno e subjetivo por meio das lembranças. Assim, a nossa *casa*, assume a função de entrada para dois mundos. Duas realidades. Uma concreta e necessária como abrigo do corpo, outra, subjetiva e afetiva, fundamental para o abrigo da alma (CORDEIRO, 2015, p. 26 apud RYKWERT, 2004, grifos nosso).

“Com efeito, a casa não é apenas um lugar, mas integra também os habitantes e seus pertences, sendo esses o que justifica a sua existência e lhe confere caráter” (MOREIRA, 2017, p. 25). A materialidade, a condição de concretude, envolve as condições humanas mais íntimas e profundas, como acessar e estimular sonhos e desejos, emoções e a construção de memórias.

Além da objetividade concreta que a casa representa, o abrigar, habitar relaciona-se integralmente com os objetos e as disposições espaciais dos cômodos, o que remete a traduções e assimilações diferenciadas, simbolismos e significados distintos para cada objeto, ou conjunto deles. Veja bem, habitar, para além de sua construção conceitual, demonstra certa complexidade em função da imprevisibilidade que a alma humana, ou seja, a condição subjetiva impõe.

“É no interior da *casa* onde se realizam as mais variadas e íntimas atividades humanas” (CORDEIRO, 2015, p. 26, grifo nosso). Desde as refeições, as atividades domésticas, as sociabilidades e interações familiares, como assistir TV, as brincadeiras das crianças, e até mesmo espaço para o trabalho, a casa desempenha muitas atividades, em diferentes indivíduos e suas necessidades, o que impulsionam a fantasia, sonhos e principalmente a constituição de recordações e memórias.

Roger Péres relata que na casa de sua avó as refeições eram sempre fartas, seu avô era um homem que gostava de fartura e abundância, e comenta que as festas de aniversário eram muito prestigiadas. O que para Augusto Mendonça não é diferente, ao recordar que na sua infância as refeições eram sagradas e que todos da sua família faziam as refeições juntos à mesa. Bem como na casa de Maria Arminda, tanto as refeições como as festas de aniversário eram sempre celebradas.

A *casa* nos fornece indícios dos valores, dos desejos e dos sonhos humanos. Ela também representa aquilo que nos traz felicidade ou o que nos atormenta. Cada quadro colocado na parede, cada foto colocada no porta-retratos, cada flor plantada no jardim espelham nossos comportamentos e sentimentos. Nos mostram traços de nossa personalidade e intimidade (CORDEIRO, 2015, p.31, grifo nosso).

O valor afetivo da casa é também experimentado nos móveis e objetos passados de geração para geração. Augusto relata com muito pesar a perda de móveis, iconografias e outros objetos, itens esses destruídos por incêndio ocorrido em sua residência nos anos 2000, contudo expressa valor inestimável. Na família de Maria Arminda ainda permanecem na casa sob seus intensos cuidados, quadros, fotografias, móveis e materiais construtivos originais da casa, como peça de mármore, que fora utilizada em uma escada da sua residência.

Chegamos, portanto, ao ponto crucial dessa relação com a casa, ou seja, a construção de recordações e memórias através da afetividade e da subjetividade. E essa construção é possível devido a relação que o familiar desenvolve com as materialidades e os elementos que compõem as casas e os significados empregados nelas. Para Cordeiro (2015, p. 31), “a *casa* apresenta-se então como o palco desse teatro de símbolos. Mas não apenas como o local onde se processam a efetivação, ela também é partícipe de todo o processo como protagonista da ação”.

Já a narrativa de Maria Arminda sobre a casa e suas memórias são para ela, “a pedra de toque”, justamente, pelo vínculo afetivo com a casa e a própria cidade. Maria discorre que esse vínculo afetivo se dá pelo fato de considerar que ao nascer a casa já era histórica, em função de todas as memórias e vivências nela experimentadas. Para Maria Arminda, a concepção de “histórico” não se limita apenas à antiguidade, mas relaciona-se pela carga simbólica e afetiva. Embora muito relativo, em suas palavras, finaliza que “o significado dele é o que o define como histórico”.



A afetividade pela casa está associada também aos elementos que a compõem, os objetos, os fragmentos da casa e da fábrica de seu tio. Além da relação da própria casa com a cidade, que se dá ao que descreve como: - “começa a olhar fora de seu umbigo” analogia dada à casa, e percebe sua conexão com as memórias da cidade. Como arqueóloga, chegou a produzir um texto sobre a Varig, até hoje inacabado, e que envolveu suas pesquisas arqueológicas na cidade.

“Ao absorver esses significados, nossa casa incorpora, de fato, a história, o tempo, do nosso habitar doméstico, passando a falar, fisicamente, de nós, seus habitantes” (MOREIRA, 2017, p. 94). Podemos dizer que a casa apresenta certa ambiguidade tal qual sua função concreta e fundamentalmente a simbologia nela constituída. Ela se torna parte dessas narrativas simbólicas tanto por sua representação física quanto pela representatividade afetiva.

Uma vez incorporados os sentidos de segurança, identidade, pertencimento e acolhimento em relação à casa – e, naturalmente, sem que com isto ignoremos a sua fisicalidade –, dificilmente incorremos no risco de nos concentrarmos apenas na casa como estrutura física, ou de considerá-la um objeto com um *fim em si próprio* (MOREIRA, 2017, p. 91).

Convenhamos, a casa além de abrigo é morada de sentimentos e emoções. É dotada de história, sendo e fazendo parte dela, e acima de tudo sendo parte das memórias e lembranças de quem nela habita. Diante de tudo aqui exposto, é difícil pensar na casa apenas com a finalidade socialmente imposta, o que não deixa de ser. Devemos evidenciar e enaltecer a casa como parte de nossas histórias, nossas memórias, e sendo o condicionante essencial na nossa construção identitária.

Nesse cenário de enaltecimento é exatamente como narra Roger Péres sobre a casa de sua querida avó, a senhora Marluce. Descrevendo-a como -“uma casa muito viva, muito sonora”, impressões essas desenvolvidas através das relações construídas com seus familiares na casa e com a casa. A casa era muito frequentada pelas suas tias em visitas eventuais. Ao longo do dia, o tempo inteiro ouviam-se muitas vozes, muitos sons, seja de pessoas ou dos muitos animais que também viviam na casa, tornando a experiência ainda mais sensível.

A história de vida das pessoas encontra no espaço doméstico um lugar favorável de expressão de seus sentimentos, de seu projeto de vida, de

suas esperanças e sonhos; mas também de suas angústias dores e temores (CORDEIRO, 2015, p. 32).

A análise aqui proposta segue esse caminho de evidenciar as memórias das famílias e suas casas. Mais do que isso, apresentar essas recordações, lembranças e experiências, como sendo parte dessa concepção do que representa a casa para essas famílias e para a memória da cidade. A casa se torna então o elemento fundamental nessas interpretações, visto que “ela” é protagonista dessas memórias.

Diante do exposto, esta seção intitulada “Casarios – moradia das memórias” tem essa finalidade a de evidenciar as narrativas das experiências vivenciadas, das lembranças, das recordações, do lugar da memória e da resistência. Construção baseada nas relações das famílias, dos amigos e vizinhos, e da relação com a casa e o entorno. Seguimos então com as narrativas obtidas através de entrevista e suas interações com a memória da cidade.

### **3.1.1 Casarios – as memórias de Maria Arminda Mendonça de Souza e sua mãe Sra. Carmélia Esteves de Castro**

A seguir serão apresentadas as narrativas de Maria Arminda Mendonça de Souza\*, obtidas através de entrevista, além dos relatos descritos em forma de um diário pertencentes a Sra. Carmélia Esteves de Castro, mãe de Maria Arminda. Generosamente, a entrevistada compartilha esses escritos que relatam as particularidades da vida pessoal de sua mãe, da família e dos vizinhos, dos momentos compartilhados e eternizados pelas descrições e narrativas da senhora Carmélia.

Arminda conta que nasceu na casa assim como sua mãe e que essa circunstância reforça o vínculo afetivo. Residiu no imóvel desde o seu nascimento até os 18 anos, tendo se ausentado ainda por 12 anos, sendo que um dos motivos de sua ausência ocorreu devido ao curso de mestrado. Ela comenta que estudou na Escola São Francisco de Assis, prédio

---

\* Graduação em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Celso Lisboa (1979); Mestrado em Administração de Centros Culturais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (1991); Especialização em Arqueologia pela Soc. Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - SUAM (1985); Especialização em Antropologia Amazônica pela Univ. Fed. do Amazonas - UFAM (1984); Doutorado em Curso de Docência del Tercer Ciclo/Economia e Empresa - Qualification Global de Notable pela Universitat de Illes Balears/Universidade Luterana do Brasil - ULBRA - Spanha/Brasil; Atualmente é técnica/arqueóloga - Secretaria de Estado da Cultura e Coord. Pedagógica do Curso de Arqueologia da Universidade do Amazonas - UEA.

esse que funcionou a loja Esplanada e que, atualmente, funciona uma loja da Eurosono. Na sua infância recorda que brincava no quintal da sua casa, na rua com os vizinhos e amigos e em cima dos tonéis de álcool da fábrica de seu tio.

Relata também que possui muitas cicatrizes nos joelhos, devido aos cortes feitos pelos vidros das garrafas quebradas. Agradece por nunca ter sofrido algum acidente mais grave ou sinistro, visto que esses tonéis de álcool ficavam expostos diretamente a radiação solar. Em suas narrativas, evidencia que a Avenida Sete de Setembro era o ponto de encontro das matinês dos cinemas, um lazer muito comum para época.

Como um lazer comum, as famílias levavam seus filhos ao cinema e que os maiores iam sozinhos, mas os menores entravam com os pais. Muitas vezes, as famílias aguardavam seus filhos no entorno ou na “praça da polícia” e que, frequentemente, acompanhavam “as bandas” tocando no coreto. Para demonstrar status e prestígio social, algumas famílias tinham o costume de alugar carros e realizar o passeio nesses espaços próximos ao cinema.

Sempre bem-humorada, Maria Arminda diz o seguinte- “que se fizer DNA, vai descobrir que é genético” sobre sua relação afetiva, histórica e identitária com a casa e a cidade, e essa relação tem uma conexão ímpar experimentada e compartilhada por sua mãe e avó. Relata que durante o período em que esteve morando fora, a casa foi alugada algumas vezes, e cada vez que alugava se tirava algum material, por exemplo, portas e janelas.

A Sra. Carmélia Castro lecionava no Colégio Amazonense Dom Pedro II - CADPII, e que, por muitas vezes, contou com a ajuda de seus alunos, recolhendo os restos desses materiais da casa no lixo. Em seu retorno à residência, Maria Arminda conseguiu realocar esses materiais que consistiam em tijolos, as portas da sala de jantar e a escada de arenito português, pedra portuguesa.

As memórias de Maria Arminda e de sua mãe, Sra. Carmélia Esteves de Castro,\* se conectam e se entrelaçam como a vida, cheia de dilemas, de encantos e de encontros. A Sra. Carmélia Castro, com toda a sensibilidade que lhe cabia, escreveu vários relatos

---

\*Carmélia Esteves de Castro é Especialista em História pelo CADES-MEC, exerceu Magistério no Colégio Dom Pedro II e IEA e Direção e Vice-Direção no Colégio Comercial Ruy Barbosa e Colégio Comercial São Luiz Gonzaga, respectivamente.

em forma de um diário sobre a sua vida pessoal, suas memórias, recordações e experiências compartilhadas e vivenciadas na casa, no entorno, na rua e com a vida social produzida no coletivo. Essas narrativas, em sua primeira parte, recebem o título: “Avenida Sete de Setembro: Entre a Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco - lado esquerdo”.

Essa primeira parte conta com a descrição das relações manifestadas na Avenida Sete de Setembro, entre as avenidas Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco, o lado esquerdo dessa avenida. Relata também as impressões sobre casas, seus habitantes e o entorno. Na Avenida Getúlio Vargas, ao lado esquerdo, descreve que havia o “Bar do Vasconcelos”, o qual pertencia ao Sr. Vasconcelos, uma pessoa bastante educada e de “fidalguia”, termo esse muito utilizado na época e que se refere a nobreza e generosidade.

O bar era conhecido como arena e palco dos políticos e da “pancadaria” dos alunos do Gymnasio Amazonense D. Pedro II. Descreve que para cessar essas problemáticas resolveu o Sr. Vasconcelos transformar o Bar em Sorveteria, tornando-se o ponto de encontro das famílias, além dos professores e alunos do Gymnasio e outras escolas.

Conta que passado o tempo, a sorveteria passou a pertencer à Adriano Ruiz, descendente de espanhóis, e, posteriormente, passando para a mesma empresa que compraria o Cine-Teatro. No momento em que escrevia esses fatos, relata que tanto o Bar-Sorveteria quanto o Cine estavam sob posse de uma companhia de turismo, chamada CORTEZ, Câmbio e Turismo.

Sobre o Cine Teatro Polyteama, relata que o cinema pertencia à empresa de J. Fontenelle, odontólogo e famoso poeta Jonas Fontenelle, que ainda matinha outros dois cinemas, o Cine Odeon localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, que segundo Carmélia era considerado área nobre, frequentado somente pela elite; e o outro, o Cine Popular, localizado no final da Avenida Joaquim Nabuco, destinado ao público mais popular. Ainda discorre que o Cine Teatro Polyteama tinha suas grandes e largas portas de saída para a Avenida Sete de Setembro, enquanto a bilheteria e porta de entrada ficavam localizadas na Avenida Getúlio Vargas.

Ao lado esquerdo da Avenida Sete de Setembro, que ela discorre em seus relatos, ainda como Rua Municipal havia o famoso Colégio Júlia Barjonas, conhecido pela sua metodologia educacional. O colégio passou a ser habitado por um dos membros da família

tradicional Cohen na década de 1950, que tinha em seu porão um “pé” de Bela-da-noite, a qual perfumava toda a rua. Ao lado dessa residência havia a da família do Dr. Waldemar Pedrosa, advogado emérito e que se tornou Procurador Geral da República e Senador do Amazonas.

Essa mesma residência foi o lar de Alberto Corrêa, professor do Instituto de Educação do Amazonas (IEA), e que virou alvo de comentários e curiosidades dos vizinhos ao ser transformada em um restaurante mexicano, devido a música típica tocada em alto volume, as pinturas nas paredes e a típica gastronomia. Conforme relata a Sra. Carmélia, essas duas residências se tornaram o Edifício Antônio Simões.

Descreve ainda a residência do Governador do Estado, Dr. Jonathas Pedrosa, pai de Waldemar Pedrosa, como sendo um imponente casario em estilo colonial. A edificação dispunha de dois pisos, fora construída na parte mais central e elevada do terreno, no qual a frente era para a Avenida Sete de Setembro e o portão dos fundos seria na Rua Lauro Cavalcante. Esse casario se manteve fechado por um longo tempo em função do falecimento do Dr. Jonathas Pedrosa, mas após isso foi revitalizada e passou a ser um hotel pertencente a uma francesa.

O casario administrado pelo professor Alfredo Garcia passou a ser o Colégio Santo Antônio, posteriormente, se tornando sede do Luso Sporting Clube, e em meados da década de 40 tornou-se Colégio São Francisco de Assis. Esse colégio teve como diretora Dona Barbosinha, mãe do Dr. Menandro Tapajós, que mesmo aposentada assumiu o colégio e foi responsável pela formação de muitos estudantes. Menciona também o professor Fueth Paulo Mourão, marido da afilhada de D. Barbosinha, o qual exerceu sua profissão em instituições tradicionais como, IEA, D. Pedro II, Maria Auxiliadora e Dom Bosco.

O Colégio passou a ser gerido pelo professor Fueth e sua esposa Leonor e oferecia serviços de externato, internato e semi-internato. Uma das figuras ilustres para a cidade foi a professora Emina Mustafá, ex-secretária de Educação e Cultura do Amazonas. Relata ainda que dessa relação de Fueth e Leonor nasceram os gêmeos Paulo e Dora, Malu e Mazé Assis, dessa última, descreve-a como sendo uma jornalista de destaque, mãe do bailarino internacional Marcelo Mourão.

Narra com saudade dos momentos em que ministrava aulas de piano para Paulo ou Paulinho como chamava, que saudosa lembra-se do mesmo cantarolar a uma canção do pato, comentando que a viu crescer. Conta também que Fueth tinha o desejo de construir um prédio na forma da letra “L” para Leonor, um modo de homenageá-la.

A parte do “L” foi erguida, mas o prédio antigo demolido, e esse momento marcou também a partida de Fueth. Após esses acontecimentos, discorre que o colégio entrou em colapso, tanto que naquele momento fez um convênio com a Secretaria de Educação se tornando anexo ao colégio Dom Pedro II, e funcionando, posteriormente, como Colégio Einstein e também ocupado pelo INSS.

Discorre ainda que ao lado do Colégio São Francisco havia a Vila Xavier, que tinha esse nome em homenagem ao proprietário da vila e médico Dr. Xavier de Albuquerque. Narra também que nesta vila passaram muitas famílias, a primeira seria a de Aldagisa Fleury com seu marido e que moravam na primeira casa, mas logo em seguida outra família, Alegria e Flora Cohen.

Ademais, residia a família de Castro da Usina de sal; a família Góes; a Vieira, do cirurgião plástico Cláudio Vieira; Padre Ruas e sua mãe D. Emília; as irmãs Mercedes e Vitória Ruiz. A professora Lydia Facundo do Valle, irmã de D. Yayá proprietária do Cine Avenida, localizada na Av. Eduardo Ribeiro, residia na casa ao lado, na Avenida Sete de Setembro. Por fim, e ainda pertencente ao complexo da vila na parte externa, na terceira casa viviam Alcebíades Langbeck e D. Neném.

Em seguida, discorre Carmélia, que Carlos Quinzen Rodrigues reside na casa que pertenceu às irmãs Cohen e a família de Carlos utiliza o térreo para abrigar a loja da família Foto Nascimento. Relata que a residência do casal Langbeck foi habitada pela família de Carlos Aglair e seus descendentes e “Socorrinho” teria lhe dado mais trabalho. A casa de D. Lydia pertencia a perfumaria de Madame Joly e naquela época abrigava “Lima Color”, um prédio de três andares que não mais pertenciam ao complexo da vila.

A construção erguida por Joaquim de Figueiredo, funcionário do Banco Ultramarino e também literato na sua época, foi adquirida por D. Libânia Carreira, conhecida pelos vizinhos como D. Libanita, que ministrava aulas de culinária para as senhoras da cidade. Ela residia com seu marido Jorge no primeiro piso e no térreo havia

sua doceria. No piso térreo dessa residência servia naquele momento uma casa de confecções, especializada em skate, e na parte superior residia a Nelcy Benjamim, ambos da proprietária.

Sra. Carmélia discorre ainda que o trecho do terreno baldio da Vila Xavier, seguindo pela Avenida Sete de Setembro em direção à Avenida Joaquim Nabuco, era utilizado como depósito de lenha do Sombra. Foi construído na esquina do lado direito da Avenida, uma edificação de dois blocos, uma servindo como residência para o Dr. Thury e sua esposa D. Ilma, e o outro funcionava uma escola de datilografia, chamada Royalt. Posteriormente, abrigou uma outra loja da Foto Nascimento, e onde abrigava a Lima Color está abandonada (de acordo com os escritos da Sra. Carmélia).

Em seus relatos, Carmélia menciona que o local onde abriga o atual Sombra Palace Hotel existiu um casario assombrado, sendo o primeiro andar a residência do genro Sr. Torres, conhecido como Sombra, e o térreo funcionavam várias lojas. Relata que da janela do outro lado da Avenida, ou seja, da janela de sua casa, conseguia perceber que as imagens foram se sucedendo e que a paisagem ia se modificando.

Viu a passagem de figuras ilustres, como personalidades locais e internacionais, cita como exemplos nobres políticos, como Getúlio Vargas, então presidente do país; o presidente de Portugal, Craveira Lopes; Martha Rocha, a famosa Miss Brasil, bem como, por vezes, assistiu a banda da Polícia Militar que desfilava saindo da Praça Heliodoro Balbi tocando até o Palácio Rio Negro, e que uma vez por semana era hasteada a bandeira nacional entoando marcha militares até ao termino do desfile, o que, segundo ela, fazia a alegria da garotada.

Intitula o segundo momento dos relatos como “Avenida Sete de Setembro II: Entre a Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco – Lado direito”, no qual descreve com exatidão a localização do “Cine Guarany”, que à época estava situado na confluência entre a Rua Leovegildo Coelho e prosseguia pela Avenida Getúlio Vargas com a antiga Rua Municipal, atual Avenida Sete de Setembro. No mesmo prédio funcionou o “Cine Olympia”, posteriormente o “Cine Teatro Alcazar”, cinema esse com arquitetura inspirada no Oriente, e, finalmente, se tornou o famoso “Cine Teatro Guarany”, mas que infelizmente se transformou em escombros.

Discorre ainda que o último proprietário do “Cine Guarany”, chamado Adriano Bernardino, entoava a ópera do maestro Carlos Gomes, *o Guarany*, com fogos de artifícios, todo ano no dia 6 de agosto, exatamente às 6 horas da manhã. Realizava também o “Cinema ao Ar livre”, em que se montava a tela no “Pina”, um lugar de “efervescência” sobre cultura e política. Era considerado um dos momentos mais apreciados pela população, os amantes do cinema e atraía centenas de pessoas. Nesse dia, do “Cinema ao ar livre” eram apresentados desenhos animados das 19 horas às 19h30 minutos, como os clássicos infantis “Tom e Jerry”, como Carmélia escreve, e a “Lady e o Vagabundo”, que embalaram muitos romances, muitos deles que perpetuaram por toda a vida.

As sessões do cinema iniciavam às 9 horas, a sessão matinal, voltadas ao público infanto-juvenil, enquanto a matinê ocorria às 13 horas e se detinha ao público juvenil. Depois, a próxima sessão ocorria às 16 horas ao público adolescente e a famosa sessão de gala às 20 horas destinada ao público adulto. Segundo relatos de Carmélia eram distribuídos centenas de brindes nas sessões de matinê e matinal, como balões e bombons, miniaturas de pasta de dente e sabonete, que facilmente foram substituídos por chicletes, e conta também que os meninos grudavam os chicletes nos cabelos das meninas, uma brincadeira maldosa muito comum naquela época.

O famoso “Cine Guarany”, palco de muitas histórias que se cruzaram ao longo de sua trajetória, transformou-se no que é hoje o Banco Itaú. Em seus escritos, Carmélia relata que o espaço foi palco de rebelião por conta da derrubada do cinema, estimulando movimentos distintos da sociedade, desde os intelectuais das diversas áreas do conhecimento, dos estudantes, às prostitutas e os mendigos. Este último grupo, dos mendigos e moradores de rua, por sua afeição ao patrimônio cultural não oficial, encantaram a marcha fúnebre ao primeiro bloco que se desprende um sentimento de impotência e de perda pelo referencial que foi o Cinema Guarany.

Além disso, relata que ao lado do “Cine Guarany” existia um restaurante Campestre, que pertencia a Jaime Fernandes, imigrante português, e sua esposa Javiera Fernandes. O ambiente oferecia pratos de comidas típicas, originárias de seu país, mas também serviam pratos tipicamente amazonenses. Eles ainda mantinham uma loja de móveis de segunda mão, mas de bom gosto e se encontravam em excelente estado de uso



e conservação, além de venderem também objetos valiosos os oferecendo a preços acessíveis.

Essa área que pertencia à família do comendador J.G. Araújo foi desmembrada e um desses espaços foi alugado ao Sr. Jaime Rodrigues, funcionário da Polícia Civil, e juntamente com sua esposa conhecida como “D. Zita” vendiam comidas típicas paraenses, em destaque o “tacacá”. A outra parte do terreno, mais precisamente no corpo principal, foi instalada pelos irmãos Rebello, uma loja de tecidos, em seu frontão recebia o nome de “Sport Line Nell” e vendiam materiais escolares e esportivos.

Na porção do terreno voltada à rua havia o depósito da loja Rebello, enquanto da metade para o final do terreno havia uma casa regional feita de madeira onde residia uma senhora viúva por nome de Raimunda dos Santos. Esses espaços, atualmente, deram lugar a uma loja de materiais hidráulicos e elétricos e a famosa lanchonete “Ponto dos Sucos”. Carmélia descreve na sequência sobre a casa geminada com a de sua família, habitada na parte superior pela Sra. Mirna Quinzen Rodrigues, e no térreo, o estabelecimento comercial “Foto Nascimento”. Essa casa geminada também pertencia a um dos irmãos proprietários Levy, vendida a um senhor rico de origem peruana chamado Dom Frederico Jaña, proprietário de muitas terras, e cita ainda as fazendas de São José e Santo Antônio do Amatari, ambas pertencentes ao rico peruano.

Segundo relatos da Sra. Carmélia, a casa foi comprada pelo avô da jornalista Baby Rizzato, o advogado Virgílio de Barros, que um tempo depois, por ter se mudado ao Rio de Janeiro, vendeu-a à Antônio Rebello. O Sr. Rebello alugou seu imóvel a terceiros após sua mudança também ao Rio de Janeiro. Nesse imóvel, o piso térreo foi alugado à Farias de Carvalho, poeta e emérito professor de português.

Em suas lembranças, relata que na sala dos professores do Colégio Pedro II enquanto “dedilhava” ao piano um noturno qualquer de Chopin, o poeta, Farias de Carvalho, declamava suas poesias, em destaque o poema “Baú Velho”. A família Norões ficou então com o piso superior, e lá residiam Sebastião Norões, professor de geografia; sua irmã, conhecida na época pela garotada como tia Glorinha; e seu esposo Torquato Lemos, que segundo Sra. Carmélia ele era considerado pelo governador, Arthur César Ferreira Reis, como seu fiel escudeiro.

Conta que o poema acima mencionado constava em seu livro publicado pelo “Clube da Madrugada” e fora “cremado” em uma de suas desavenças com sua esposa, Odair Pimenta de Carvalho, conhecida como “Dadi”. Discorre que a primogênita Maria das Graças Pimenta de Carvalho chamava a sala de visitas, igualmente ao cômodo que tem em sua casa, de “sala verde”. Residindo ainda no porão da família dos Norões, Farias declamou a sua obra-prima “Noção” dedicada à mulher e aos filhos. O tempo passa e o porão novamente é alugado com a mudança da família de Farias, e os novos moradores são “D. Zéfa”, professora da sua filha caçula, seu marido Mestre Pedro e seus filhos.

Carmélia relata que em um terreno de grandes dimensões, ao lado da casa geminada pertencente a sua família existia uma “estância”, que menciona no sentido português da palavra, onde abrigava uma família de baixa renda, mas que era muito sociável e de uma educação ímpar. Cita que nessa “estância”, morava “D. Isabel”, uma senhora muito requisitada na época por fazer “quitutes inigualáveis” e que as famílias lhe faziam encomendas sempre que havia uma festa, pois ela mantinha uma “banquinha” com seus quitutes famosos.

Narra que nesse lugar da “estância” encontram-se os prédios do empresário Walter Esteves de Castro, seu tio, e do também empresário José Grosso, ambos já falecidos. Naquele momento, o primeiro prédio permanecia fechado, e que o outro que dispunha de mais andares, estaria alugado para a Agência do Banco Real e o Serasa. Bem ao lado, precisamente, um muro seguido de um terreno, que servia para despejo pertencente ao Bar do Sombra, e com o passar do tempo residiram Zeca e Toninho em um apartamento no primeiro piso e os demais apartamentos também foram alugados.

Lá funcionou durante muito tempo a empresa Lavatex, uma das primeiras lavanderias da cidade, e que ficava logo abaixo do apartamento de Zeca, no térreo. Das muitas lojas que por ali passaram, cita a Discolândia, que depois se instalou do outro lado da rua, onde se situa o Hotel Sombra, bem como menciona que a família Bayma aluga o espaço para o açougue Fricarne. A senhora Carmélia relembra estes fatos e com lamento discorre: “mesmo sabendo que o tempo é inexorável, continuo a ver/sentir as mudanças ocorridas neste trecho, de uma das artérias públicas, mais movimentadas da cidade, palco de grandes e profundas transformações”.

A Sra. Carmélia Castro finda seus relatos com a terceira e última parte dos escritos intitulada: “Avenida Sete de Setembro III – Entre a Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco – Oásis de sonhos, recordações e saudades”. Ao iniciar seus relatos, descreve a localização da casa de sua família e menciona que a residência se encontra “encravada” no meio da quadra do lado direito da Avenida Sete de Setembro, entre as avenidas Getúlio Vargas e Joaquim Nabuco, e que muito se assemelha ao título referindo-se como sendo um oásis de sonhos e recordações. Nesse cenário, narra a seguinte recordação:

"Ó pequenos, vocês nem deixam eu acordar direito? Puxem-se daqui para fora, voltem para as vossas casas..." e cabisbaixos Graça Pimenta e Fran (Francisco Renato – filhos do poeta e professor Farias de Carvalho), ainda segurando na mão o pão que deveriam ter comido no café da manhã, sorrateiramente, se esgueiravam, encolhidinhos e em silêncio, ficavam sentados no batente da sala de visitas, "roendo" seus pães, esperando que a matriarca portuguesa fosse tomar seu banho matinal e posterior desjejum, para que seus coleguinhas de folguedo e moradores da casa, abrissem-lhes a porta, pois a seguir, seriam eles os porteiros que facilitariam a entrada da garotada da rua, enquanto os da casa tomavam o seu café”.

Em seguida, narra que, naquele momento acima citado, Evandro Langbeck, que mal se equilibrava de calção e chinelo, era o mais assíduo trazido pela própria mãe D. Aglair. Descreve que seus filhos, Alfredo Augusto, das Graças e Maria Arminda choravam a perda de seus bichinhos para D. Aglair. Da família dos Norões, conta que vinha Sebastião Norões Lemos, mais conhecido como “Sebastiãozinho”, no horário do almoço, e sua mãe “Glorinha” fazia o chamado, na altura do primeiro quarto, onde existiam os “postigos”, tipos de aberturas nas paredes para facilitar a ventilação.

O chamado alto era conhecido pela garotada como “telefone interfundal” e os postigos, segundo Sra. Carmélia colaboravam com a propagação do som. Relata ainda com uma doce e suave ironia que os seus filhos mais os outros três pareciam surdos a esses chamados e que acabavam por almoçar juntos.

Conta também que o Dr. Carlos José Mangabeira Silva, conhecido como “Mangabeira”, estudava com seu filho no Colégio Dom Bosco, e era conhecido por ser calado e humilde, e por estar sempre com as mãos “abarroçadas” de revistinhas infantis, e que adorava realizar a troca com as crianças da casa. Os jovens que frequentavam sua casa eram o filho da professora Dinaray, o Henel Levy, também do Colégio Dom Bosco;

Marcílio, filho do desembargador Marcílio Dias de Vasconcellos; Augusto Pinto Braga, arquiteto; seu filho Alfredo e Mangabeira, que adoravam trocar selos e revistas.

Ademais, discorre que a irmã de Marcílio, a Euza, juíza Euza Maria de Vasconcellos, já era da segunda leva e sempre estava acompanhada por “D. Dulcéia”, professora do Grupo Escolar José Paranaguá e também professora de reforço. Depois de terminarem suas tarefas de manutenção do Colégio São Francisco, Paulo e Assis Mourão, ela e os outros amigos, como Alfredo Assante; seu afilhado, João Roberto; seu primo Paulo Pinto, seguiam todos para a fábrica de guaraná “Pagé” pertencente à Castro&Cia. E menciona que, após esses fatos, a fábrica ainda existia, mas em outro espaço e pertencente a um novo dono.

A sua casa era, portanto, bastante frequentada e animada pela presença de crianças, jovens e vizinhos. Vinham pelo muro da própria casa para brincar com a Graça, sua filha caçula, e cita a presença de Graciene, Graciema e Graciete Assayag, Mário, Moysés, Simão e Élcio, e juntam-se a esses ainda, Mariene e Enésio, filhos do Enésio Sargento do Exército.

Relata que Luiz Carlos Góes, apelidado de “cri-cri”, tinha apenas quatro anos, e morava na vila “defronte”, considerado o mascote do grupo. Também era conhecido por sua curiosidade e por ser o “terror” do grupo. Ela narra um episódio, que por uma resposta “atravessada” a respeito de uma pergunta sobre a localização do Japão, Cri-Cri cavou um buraco no quintal localizado na Avenida Joaquim Nabuco e pertencente à família do Sr. Mendes, vizinhos do casario da família Assayag. O quintal, já mencionado, era o espaço preferido da garotada, segundo conta Sra. Carmélia, onde brincavam de pipa, de futebol, vôlei, e que, na época de safra, se deliciavam com manga rosa das mangueiras do quintal do Sr. Mendes.

Conta ainda que os jovens aos sábados tomavam banho no grande tanque que servia de depósito de água para lavar as garrafas da fábrica. Isso costumava ocorrer depois do almoço e da digestão, e claro sem o conhecimento do proprietário. A afilhada do industrial e sua segunda filha mantinha em segredo absoluto a criação de peixinhos. Segundo Sra. Carmélia, era um momento de folia, e isso tudo ocorria com o seu consentimento, mas sem que a Saúde Pública tivesse conhecimento.

Por fim, ao final da tarde, por volta das 16 horas, sob seus gritos de comando por cima do muro da varanda, encerravam-se os banhos, esvaziavam-no e, em seguida, lavavam o tanque, preocupados apenas de deixar um pequeno estoque de água para os peixinhos, e logo abasteciam o tanque novamente, descrevendo a atividade como uma “correria”, e iam trocando as roupas por lá mesmo ou em sua casa.

Descreve que, aos domingos, iam juntos, como em “romaria” ao Mercado Adolpho Lisboa, com o intuito de comprar os ingredientes para o que chamava de “cozido à portuguesa”, “amazonizado” pela sua matriarca, ou seja, incluírem-se ingredientes tipicamente regionais, como a batata doce, o jerimum, a banana-pacovã, e ainda outro prato com caldo cozido, recheado de toucinho, chouriço defumado, entre outros ingredientes para o preparo do pirão.

Narra que nesses domingos também tinham o costume de ir à igreja na missa das 7 horas, e frequentaram, por um tempo, no Dom Bosco, e depois, na Catedral de N. S. da Conceição, padroeira do Amazonas, a famosa igreja da Matriz. Em seguida, reuniam-se no casario, como ela discorre, para “prestigiar o cozido da Vovó Arminda”, servido com muito vinho e guaraná, ou vinho com água e açúcar, e que fechavam o domingo com sua visita a um dos cines, como o “Guarany”, “Éden” ou “Polyteama”, recordando que iam todos juntos a sessão matinê, que era exibida às 13 horas.

Em um segundo momento dessas histórias e suas lembranças é narrada uma fase de “namoricos”. Discorre que Euza Maria, a juíza; Sandra Alexandre, a professora da EFTAM; as primas Ilsa Maria e Suely Honório; Maria José Lima e Silva; Luiza e Célia Cabral passaram por essa fase de “namoricos. E que o “namorico” de Lucia Thereza Cavalcante Lemos com Élcio Judá de Oliveira Assayag, se transformou em casamento.

Frequentavam o casario os colegas de turma de seu filho Alfredo no colégio Dom Bosco, Álvaro Gazzinco e José Duarte Alecrim, e discorre que eles sofreram um acidente de carro na Ponta Negra, na Kombi de Alecrim. Narra que passaram ainda em seu casario, muitos amigos queridos, e pessoas importantes na sociedade, como Amadeu Pinto (médico e carnavalesco), José Carlos (o Búfalo), João Ricardo Lima, Marly e Sônia Ruiz, Josimar Coelho, Edna Sarquis, Miguel e seu primo Rodrigo Medina (o primeiro do Dom Bosco e o segundo do IEA), Ana Maria e sua irmã Antônia Lobo (Tunica), Antenor

Amazonas, Serafim Corrêa do Colégio Brasileiro, Maria do Socorro Abreu Langbeck (Beckinha) e tantos outros.

Conta que seu filho Alfredo, Álvaro Gazzinco e Miguel Medina foram detidos por terem jogado do alto do Teatro Amazonas pimenta do reino moída no moinho da fábrica, no meio de uma peça ou convenção da União Nacional dos Estudantes - UNE, ato que os levou à delegacia. O Dr. Gebes Medeiros quem contou o ocorrido por telefone e que havia enviado uma viatura para o casarão para deixar os garotos, estavam então desesperadas, e coube à Maria Adelaide, ao Roberto Gesta e a sua filha Maria Arminda a pé dar a notícia.

Outro momento de angústia, na eleição da União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas – UESA, seu filho Alfredo, Álvaro e Alecrim (colegas do Dom Bosco), Amazonino Mendes (o ex-governador) houve muito atrito e confusão.

Em outro momento, que concebe como uma 3ª fase dessas histórias e lembranças, ela trabalhava como professora no Colégio Amazonense Dom Pedro II, e junto com a sua filha caçula, faziam do casarão, alunos e professores uma extensão do colégio, enquanto seus filhos mais velhos estavam estudando em Curitiba. Conforme descreve a seguir:

Em todas as fases, noites regadas a guaraná e piano. Vozes no coral das diferentes gerações. Confidências conselhos, auxílio nos trabalhos de pesquisa escolares, saudades de um tempo que não volta mais, principalmente daqueles que de um outro plano, observam a vida que continua a correr no casarão da sete: Henel, Gebes, Anibal, Marcílio, Paulo Mourão, Paulo Pinto e Alfredo, meu primogenito. Como a história é cíclica, o casarão agora é frequentado pelos alunos de minha 2ª filha, pelas minhas netas, filhas da caçula Maria das Graças, suas colegas e a vida se repete.

Essa fase, segundo a Sra. Carmélia, guarda tantas lembranças quanto as anteriores, pois cada momento percorrido por ela teve sua importância no caminhar, no processo da vida, e fez parte de muitas histórias. Como mencionado no início desse capítulo, as vidas se cruzam, se entrelaçam, em um movimento dinâmico e cíclico, que deve ser exaltado e recordado como memória da família e um presente à sociedade. Assim, finaliza seu último texto, com um escrito sobre suas recordações e momentos inesquecíveis.

A senhora Carmélia foi uma pessoa ilustre e que contribuiu com a educação de muitos jovens, mas, sobretudo, por sua doçura e dedicação à família, aos amigos, à

memória afetiva com o seu lar e o seu entorno. Seu legado foi belo e insubstituível, sua partida desse plano deixou saudades, mas as lembranças, a memória dos muitos momentos compartilhados pelos familiares e das pessoas que tiveram a honra de conhecê-la permanecerá sempre viva.

### **3.1.2 Casarios – as memórias de Augusto Mendonça**

O proprietário Augusto Vicente Stanislau de Mendonça narra que a residência inicialmente pertencia a seu avô materno, o Desembargador Emiliano Stanislau e sua avó Cléia Rita de Miranda Stanislau Afonso. Antes de pertencer à família do Sr. Augusto, a edificação era propriedade de um médico alemão, que por motivos pessoais retornou ao seu país. O então proprietário rifou a casa, e nesse sorteio o avô do Sr. Augusto foi contemplado, efetuando seu avô o pagamento dessa rifa, mas Augusto não tem conhecimento da quantia.

Descreve que a edificação possui características de uma arquitetura portuguesa, visto que seus avós e pais sempre mencionavam que as telhas, que compunham o telhado da casa, eram de origem portuguesa. Explica, que devido ao sinistro ocorrido no ano de 2000 no segundo pavimento, houve grandes danos de ordem material e afetiva. A estrutura interna da edificação ainda permanece com as mesmas características, exceto o segundo pavimento, que após o sinistro não pode recuperar ou realizar restauro com os materiais similares. O piso da sala era semelhante ao do palácio Rio Negro, piso em macaúba, e a varanda da casa era em macaúba preta. Após o incêndio, foram feitas as modificações com materiais mais contemporâneos.

Com certo pesar, relata a perda de móveis, de registros fotográficos e documentos de sua família em função do incêndio ocorrido. Preservara as cristaleiras que pertenceram a sua avó, peças essas do casamento da Sra. Cléia Stanislau. O incêndio iniciou no telhado e, logo em seguida, começou a chover muito forte, não havendo possibilidade de recuperar nenhum móvel ou objeto.

Nesse mesmo pavimento onde atualmente utiliza como seu escritório, seus avós utilizavam-no como biblioteca, e depois serviu de escritório para seu pai que atuou como advogado e procurador. Lamenta com profundidade a perda desses bens, não somente pela carga histórica, mas pelos valores simbólico e afetivo.

Seus avós maternos tiveram 5 filhos, seus tios Edson (médico), Gerônimo (advogado), Maria Amélia, Maria Tereza, carinhosamente chamada de Teca ou Tequinha, e a senhora Maria Auxiliadora, sua mãe. Sua tia “Teca” era considerada como uma segunda mãe, e reconhecida como alta funcionária na Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB. A tia, Maria Amélia era chamada carinhosamente como tia “Amelinha”, mas faleceu precocemente. A mãe é lembrada com muita saudade e gratidão, como uma pessoa querida, amada, amiga e companheira.

Narra que seu tio Edson foi o primogênito e que a diferença entre ele e seu tio Gerônimo fora de 12 anos, e em seguida, nasceram os demais. Na época, sua avó adoeceu, acometida por cirrose, chamada vulgarmente de “barriga d’água”. Felizmente, se recuperou, e logo em seguida, engravidou.

O entrevistado reside na casa desde que nasceu e conta que ao nascer sua avó já era falecida. Já seu avô, Sr. Emiliano Stanislau, foi uma pessoa bastante influente e de posses na cidade. Durante o período de Barata Ribeiro, seu avô atuou como governador interventor por 90 dias, e isso ocorreu em função da saída de Barata, e que na época tinha o cargo de presidente do Tribunal.

Seus avós paternos eram paraibanos e os avós maternos cearenses, portanto sua família é de origem nordestina. Os avós maternos já moravam na cidade antes da compra do imóvel da família e acredita que quando seu avô efetuou a compra do imóvel através de rifa, ele ainda não era desembargador. Seu avô atuou como advogado e como juiz durante muitos anos no interior, e sua mãe nasceu no município de Humaitá quando seu avô atuava como juiz. Narra que sua mãe, bem como suas tias, estudaram em escolas tradicionais da cidade, como o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, enquanto seus tios estudaram no Colégio Dom Bosco, ambos colégios de rede privada.

Sua mãe e sua tia ainda permaneceram na residência, mesmo quando sua mãe casou. Seus pais, a Sra. Maria Auxiliadora Stanislau de Mendonça e Vicente Geraldo de Mendonça Lima Júnior<sup>11</sup>, tiveram quatro (4) filhos: Cléia Maria, Emiliano, Celso e Augusto (entrevistado). Pouco tempo depois do casamento, seu pai adoeceu, e na ocasião, foi necessário fazer uma viagem. Seu pai teve graves problemas de saúde, afetando o

---

<sup>11</sup> Advogado formado pela Faculdade de Direito do Amazonas. Atuou como deputado estadual constituinte. Procurador Geral do Estado do Amazonas, chefe do Ministério Público Estadual. Advogado eleitoral e do Tribunal do Júri. <https://abm-blogbiog-itac-am.webnode.page/dr-vicente-mendon%C3%A7a-jr-/>.



pulmão, e que, naquela época, dificilmente as pessoas escapavam. Mas permaneceu em tratamento durante dois anos no sanatório em Minas Gerais.

Enquanto isso, na casa ficaram, seu avô já viúvo, junto a sua tia “Teca” (Maria Teresa) sendo a caçula e a tia a quem considerada uma segunda mãe. Após o casamento de seus pais, seu avô realizou uma reforma na casa e, nesse período, temporariamente se hospedaram na casa de seu tio Edson, o tio mais velho, o que levou aproximadamente um mês.

O Dr. Almino Afonso também morou em sua residência e seu avô materno o criou como filho. Conta que ele foi Ministro do Trabalho e governador de São Paulo. À época, costumava fazer companhia para seu avô, sua mãe e tios. Dr. Almino era mais novo que sua mãe e que a Sra. Maria Auxiliadora era gentilmente percebida como uma conselheira, pois o ajudava e orientava em relação às candidatas à namorada.

Ele e Almino ainda mantém contato por telefone e que ambos sentem um imenso carinho, afeto e gratidão, um pelo outro e por sua família. No auto de seus 93 anos de vida se encontra muito lúcido, e que a fisionomia, o semblante de Dr. Almino lembra muito o ex-presidente Fernando Henrique. Por meio da última ligação se demonstrou muito lúcido e politizado, onde conversaram sobre o cenário político e seu apoio ao candidato Lula. Augusto também que assistiu recentemente uma entrevista do Dr. Almino à TV Educativa, tendo recebido previamente a ligação de Almino informando sobre a entrevista gravada.

Recorda ainda que Dr. Almino admirava seu avô e pai por considerá-los extremamente inteligentes. O senhor Almino era filho de um primo de seu avô materno, e seu avô o criou como filho. Na época, moraram Almino e seu irmão, ambos estudaram no colégio Dom Bosco, assim como Augusto e seus irmãos.

Logo, a casa era sempre cheia, e tinha uma mesa grande redonda. Seu avô se sentava à mesa e todos em volta, sendo esse um costume muito comum na sua casa. Ele tinha uma cadeira de madeira de “espaldar” muito confortável. Muito saudoso, o Sr. Augusto recorda que usufruíram de uma vida muito alegre e conta que se pudesse voltar no tempo seria uma oportunidade muito feliz.

Seu tio Edson foi cardiologista além de atuar na área política, sendo deputado estadual e pré-candidato candidato ao governo do Amazonas. Estava tudo acertado para sua candidatura, contando com o apoio de Plínio Coelho, contudo, à véspera da

convenção do partido, recebeu o pai do Carrel Benevide, o Aron Benevide, a notícia que o Plínio não mais o escolheria e que seria indicada outro candidato.

Diante desse fato, a família atribui a então morte de seu tio em decorrência dessa notícia. O seu pai como advogado militou muito também e seu avô deu toda força a ele, sendo considerado um dos melhores advogados da época, e tal reconhecimento se perpetua até os dias atuais, um ícone da justiça eleitoral.

Na época da Revolução, quando as pessoas estavam sendo “caçadas”, a sua casa vivia cheia. Essas pessoas tinham medo exército, da ditadura, eles vinham todos a sua casa. Em sua memória, ainda garoto, recorda que ficavam na varanda, na sala, enquanto seu pai realizava o trabalho de defesa dos “revolucionários”.

Seu pai defendeu ninguém menos que Gilberto Mestrinho, justamente por sua influência entre os amigos políticos, como Plínio Valério. A relação entre eles era curiosa, pois Augusto narra que Plínio e seu pai eram amigos, mas politicamente brigados, pois toda vez que Plínio assumia era uma briga com ele. Seu pai era filiado ao partido do político Paulo Nery e o Plínio era de outro.

Seu pai advogou contra Gilberto Mestrinho, mas que, posteriormente, se tornaram grandes amigos. Atuou como procurador de Gilberto três vezes, e nos três mandatos de Gilberto seu pai assumiu esse posto. Tem como recordação quando pequeno que muito frequentavam sua casa tanto Gilberto quanto Paulo Nery.

Seu avô era maçom, e, na época, ele seria o grão-mestre da maçonaria. Devido a esse fato, apareceram em sua casa vários bispos e padres, pedindo para seu avô não assumir, pois, religiosamente, na verdade, ele era católico. A sua família era de tradição católica, e relata de forma irreverente que tinham o costume de brincar com sua mãe a Sra. Maria Auxiliadora, que ele e seus irmãos “já tinham crédito com o papai do céu, porque o que nós rezamos de terço, não era brincadeira”, pois todos os dias rezavam o terço às 18h. Quem não estivesse em casa, tudo bem, mas quem estava em casa tinha que rezar. Conta que todos eram muito católicos, justamente, por respeito, e, por isso, seu avô não assumiu a posição na maçonaria.

Frequentavam assiduamente todos os domingos a missa. Conta que só era permitido realizar qualquer atividade de lazer, como jogar futebol, ir ao cinema, se fossem primeiramente a missa. Para isso, acordavam muito cedo, por volta das 5h da manhã, instrução essa feita por sua mãe. Relata que foi educado a respeitar os horários das

refeições, que era uma atividade bem tradicional, sempre feitas todos juntos, como café da manhã, almoço, jantar, e, no possível atraso de algum familiar, só iniciavam a refeição quando todos estivessem à mesa.

Seu avô não fazia diferença com outras pessoas ou mesmo com colegas e amigos de origem mais humilde. Um gesto muito elogiado pelo entrevistado, bem como acentua que todos foram educados em termos de humildade, mesmo que nunca lhe faltasse brinquedos, inclusive bicicleta, mas que, na tenra infância, preferia brincar com os brinquedos confeccionados por materiais reutilizáveis de seus vizinhos e amigos.

Augusto Narra que brincava com brinquedos feito de lata de leite, de arrames e de pneus. Sua mãe sempre lhe dizia que ele tinha os brinquedos disponíveis, mas que ele preferia brincar com esses brinquedos feitos à mão. Além de seu avô, sua mãe não fazia discriminação e permitia que seus amigos e vizinhos pudessem brincar livremente em sua casa. Recorda com pesar o precoce falecimento de seu querido irmão Celso. A diferença de idade entre eles era de apenas um ano. O entrevistado discorre que eles eram muito parecidos, inclusive muitos conhecidos diziam que pareciam ser irmãos gêmeos. O irmão mais velho, Emiliano, viajou à São Paulo onde se formou e por lá permaneceu. Narra que seu irmão Celso fora acometido por um terrível acidente de carro, causando uma imensa angústia na família, principalmente, sua mãe que, na época, havia realizado uma cirurgia cardiológica.

Celso sobreviveu ao acidente, mas, infelizmente, faleceu após 90 dias devido a uma infecção generalizada. Havia permanecido no hospital sobre os cuidados dos melhores profissionais da época e que a empresa em que ele trabalhara custeou todas as despesas da internação e tratamento, visto que, na ocasião do acidente, seu irmão estava prestando serviço à empresa.

Augusto estudou no Colégio Brasileiro Pedro Silvestre quando esse ainda era uma instituição particular, sendo então referência na educação e considerada uma das melhores escolas da cidade. Um colégio muito rigoroso e tradicional e que precisou realizar exame de admissão para ingressar no ginásio, concorrendo nesses aspectos com o colégio Dom Bosco.

Sobre sua vizinhança, descreve as famílias e os vizinhos que residiram e os que ainda residem na Avenida Joaquim Nabuco. Relata que ao lado direito de sua residência,

ainda mora a família do Dr. Valdir Medeiros, e que atualmente reside o seu filho Valdir, conhecido como “Valdizinho”, com seus respectivos familiares.

Do lado direto da avenida, tinha a família Carvalho Leal, pais de suas vizinhas de longa data, as irmãs Irna, Irlena, Irlana, Irleda, ao lado da casa do Sr. Valdir, casa hoje onde reside o escritor Tenório Teles. Ao lado da residência da família de José Norberto e Ecília Venâncio, pais de Rogério, Ângela, Carla e Ana Paula Venâncio, sendo atualmente a residência da filha Carla Venâncio.

Ainda ao lado direito, a família do Sr. Alfredo Ribeiro Soares e sua esposa Rosa Maria Soares, pais de Ana Maria, Lúcia e Ronaldo Soares. Atualmente, a residência está alugada para uma família de Bolivianos. Ao lado onde atualmente é um galpão, antes residia a família de Luís Gonzaga, que atuou como político, sendo eleito um deputado muito conhecido na época.

Na sequência, ainda ao lado direito da avenida, residiu a família da professora Martha Falcão. Augusto descreve as características dessa casa, no qual havia um portão com duas janelas na parte térrea e ao adentrar uma porta dava acesso a sala na parte térrea, e em seguida, uma escada que levava ao segundo andar. Pela parte interna da casa também havia uma outra escada que dava acesso ao segundo andar.

Na edificação ao lado residia a família de seu Américo e esposa, ambos de origem portuguesa. Enquanto na esquina da avenida também moravam seu Constantino, sua esposa Lucinda, outro casal de portugueses, e seu filho João, proprietários de uma “taberna” na esquina, onde atualmente funciona uma floricultura. Ao lado direito da avenida, também na esquina existia a “taberna” da família do seu Antônio Carrera, onde, atualmente, funciona um restaurante, também proprietário da Vila Elvira. Augusto comenta que existia certa “rixa”, mas, no bom sentido, entres eles que concorriam na época. Ao lado da “taberna” que residiu o Sr. Antônio Carrera, residiam em uma Vila Milu, a professora Diva e seu esposo Álvaro Lopes, também portugueses e seus filhos.

A professora e seu esposo eram proprietários da Vila Milu e residiam à frente, alugando as casas na vila para estudantes e casais que não tinham filhos. Em frente à casa do entrevistado, ao lado direito, residiam a família do advogado Dr. Mariano, onde, atualmente, residem a família do Sr. Maxwell e família. Depois do Dr. Mariano, residiu uma família que era do interior. Augusto lembra do filho chamado Armando e que

também frequentava sua casa na infância, sendo sua família proprietária de comércios na cidade flutuante.

Ao lado dessa propriedade, havia uma vila de casas que ainda permanece até hoje como vila. À frente da vila tinha uma seringueira linda, muito frondosa, e que na época do calor tinha muita cigarra, e ninguém quase dormia, pois as cigarras amanheciam cantando. Chegando até ser perigosa, porque caía aqueles ouriços nos carros, sendo os residentes pessoas bem humildes. Entre essas pessoas, se recorda de uma senhora chamada D. Irene que trabalhava como lavadeira. Além dela, residiam jogadores de futebol, sendo D. Irena, mãe de alguns desses jogadores, entre eles, Jaime Costa, Iamar, e “Dada” que jogavam nos times aqui de Manaus, como o “Fast” e o “Nacional”.

Na vila residiam também a família do seu Alberto e Oscarina Zogahib, cujo filhos eram Roberdan, Rosa Maria, Rommel, Rosangela, Rosilene e Rosernberg. Atualmente, onde localiza-se o Edifício Rui Lima havia uma outra vila onde Augusto recorda que chamavam de “beco dos gaviões” se referindo a uma novela que tinha na época “do rico e do pobre”. Residia, nessa vila, a família de Jofre Rodrigues Coelho e sua esposa Ester Coelho, cujo filhos eram Silvia, Solange, Maria Dulce, Jofre Rodrigues Filho conhecido como “Jofrinho” e Maria do Socorro.

Nessa vila ainda residiam a família de judeus Sr. Davi Leão e sua esposa Leia, cujo filhos eram Leão, Noemia, Augélia e Miriam. Ao lado, a família do tenente Alcides e sua esposa Luzia Goiano Deodato, cujos filhos eram José Deodato, Maria, Emanuel, Artemio Aquino, Océlio Aquino e Sebastião Aquino. Conta que Artemio vivia envolvido com a polícia, e que, posteriormente, se tornou policial. Ao lado da casa do tenente Alcides, residia a família do tenente Sombra, com sua esposa Maria, e filhos Zeneida, Raimundo e Socorro, e, na última casa, residiu a professora Herculina Deodato.

Ao lado esquerdo, residiram a família do seu José Cavalcanti e sua esposa Aurora, e os filhos Alda, Baby, César, Antônio Augusto e Flávio. Ainda ao lado esquerdo, onde atualmente funciona o estacionamento do Hospital Samel, residia a família do médico Dr. Valdemar Palmas Lima. Onde hoje se localiza a igreja dos Mórmons havia uma residência que funcionava como sede do antigo Conselho Regional de Engenharia do Exército, sendo o chefe do Conselho na época o governador João Valter de Andrade.

Ao lado direito da avenida onde funciona um estacionamento residiu a família do advogado e funcionário federal Dr. Ligiê Barroso. Augusto recorda que ele tinha muitos

filhos. Na edificação que hoje pertence à rede Samel ao lado direito, residiu a família de um amigo conhecido pelo apelido de “Dinho”, e ao lado dessa edificação funcionou uma fábrica de guaraná da marca “Tuchaua”.

Ao lado da fábrica residiu um português chamado José Cunha e sua esposa Maria, proprietários da Vila Dorinha. Atualmente na edificação onde funciona uma Clínica Oftalmológica residiu a família do advogado Dr. Manoel Barbuda. Já na esquina (prédio atualmente disponível para aluguel e que funcionou uma tradicional farmácia denominada “Tropical”), funcionava uma padaria famosíssima chamada de “A restauradora”, padaria essa que pertenceu a um português chamado João.

Por fim, ao lado esquerdo da sua casa, residiram a família de Humberto Bianco e sua esposa Joventina, junto de seus filhos Rodolfo, Beto e Rosalina. Ele era proprietário de uma lanchonete famosa na época de sua adolescência denominada de “Mocambo”, localizada no Centro da cidade, próximo à praça da polícia, e Augusto recorda de forma saudosa que, no tempo de estudante, a frequentava bastante. Essa residência atualmente também pertence ao grupo Samel.

Nesse momento, a minha história e a de Augusto se cruza, pois ele discorre que brincava com meus tios (isso, tios da autora que vos escreve). Frequentavam a sua residência, na infância, meus tios (tios da autora), Jorge Leite, José (conhecido como Zeca), Manoel (conhecido como Nelo), e minha tia Glória. Recorda com muito saudosismo cada fase aqui narrada e que foram bons tempos. Além disso, ainda nutre imenso carinho por meus tios, inclusive por minha mãe, embora não tivesse muito contato, pois ela era a caçula, e não chegou a participar desses eventos aqui narrados.

Quando garoto, junto a seu irmão e toda essa “garotada” que fez parte de sua infância, eles frequentavam sua casa e ficavam ouvindo músicas na sala, uma brincadeira sadia e sem más intenções. Frequentavam os jovens, meninos e meninas, como cita, as visitas de Irna, da Elisângela, e dos filhos de alguns destes vizinhos que narrou anteriormente. Conta também que eles tinham muita liberdade em trazer os amigos, em compartilhar bons momentos em sua infância e juventude.

Recorda ainda que sua mãe era muito amorosa e cuidadosa, e que não podiam, ele ou um dos seus irmãos, chegar em casa com algum objeto diferente, por exemplo, um lápis diferente que ela perguntava o motivo, de quem o recebeu. Instruiu a todos que não se deve mexer em hipótese alguma nas coisas alheias. Percebe-se assim todo cuidado

com ele e os outros irmãos, sendo também muito atenciosa com seus amigos e conhecidos.

Augusto finaliza relatando que na época do sinistro que ocorreu na sua residência, um funcionário da Prefeitura foi enviado para avaliar a situação, e que concedeu a isenção de imposto predial, entre o período do ano de 2000 até o ano de 2004. Contudo, posteriormente, a Prefeitura enviou notificação informando que ele não havia efetuado o pagamento no período citado. Ao procurar a agência para solucionar tal problema, fora informado que o funcionário que realizou tal procedimento não era habilitado para conceder o benefício. O entrevistado discorre que teve que efetuar o pagamento para regularizar, e que mesmo diante desse transtorno, não usufrui de nenhum benefício que a condição de sua edificação impõe, destacando com pesar que tal concessão não valeu de nada.

### **3.1.3 Casarios – as memórias de Roger Péres**

O entrevistado Roger Péres relata suas vivências e experiências na edificação de seus avós maternos, não como residente, mas como frequentador. Discorre que sua relação com a casa, de sua querida e saudosa avó Sra. Marina está conectada através das atividades e relações que estabeleceu no convívio durante sua infância e adolescência, pois frequentava a residência diurnamente. Bem como descreve no trecho a seguir:

“As minhas lembranças em relação a casa são muitas, como já lhe disse eu passei a infância ali, não morando, embora eu a frequentasse diurnamente, onde estudei no Nilo Peçanha na Joaquim Nabuco, meus pais trabalhavam e eu passava boa parte do dia na casa da minha avó, assim como meus irmãos”.

Narra que as lembranças são muitas, como os aniversários, as visitas que sua avó recebia das amigas, os parentes que vinham do interior de Itacoatiara, terra Natal de sua avó. Conta ainda das brincadeiras no porão, no quintal que era enorme. E com muito entusiasmo descreve que a casa de seus avós tinha muitos animais. Relata que seu avô Sr. Henrique de Souza, um homem de origem nordestina, natural de Natal, no Rio Grande do Norte, gostava muito de animais, como exemplo jabuti. E como bom nordestino sempre apreciou muitos pássaros, pois seu avô criava também passarinhos. Toda a lateral da casa, tinha uma gaiola atrás da outra e havia toda sorte de animais, como curió, graúna,

corrupião, uma ave muito bonita de plumagem preta e amarela, galo de campina, canários, periquito australiano, e até galo da serra teve.

Seu avô tinha o hábito de cuidar das gaiolas sempre aos sábados, visto que trabalhava durante a semana, e tirava o sábado para consertar as gaiolas, para limpar, fazia questão que isso fosse feito por ele mesmo. Discorre que seu avô tinha os “apetrechos” dele, ferramentas, como alicates e chaves de fenda, e fazia esse processo gaiola por gaiola, alimentando os pássaros. No caso dos canários, ele dava gema de ovo para que eles ficassem com a coloração amarela, “laranjanda”, já aos outros alimentava com maxixe, alface e alpiste. Na casa de seus avós tinha a presença de um tanque onde ficavam as tartarugas, mas relata que teve até garça e macaco. Havia também um galinheiro, com a espécie de galinha picota (galinha d’angola), pato, e até peru na época do Natal.

Entre as muitas recordações, descreve que passavam boa parte do tempo no porão da casa. Conta que, na verdade, o porão era um outro cômodo extremamente agradável, habitável e de tamanho imenso. Todo o percurso de cima era o mesmo de baixo, descreve que eram duas casas em uma só e bastante frequentada pela família. Durante o dia era mais fresco do que em relação ao andar de cima, onde a família ficava. Passavam ali praticamente o dia inteiro, e, geralmente, por volta das 19h ou 20h subiam para se recolher e dormir.

Recorda que era um cômodo muito agradável e de muito conforto térmico, mesmo no nosso calor manauara, as paredes se apresentavam sempre geladas. Descreve que as paredes do porão são de pedra e que era possível sentir nitidamente uma diferença de temperatura não só da rua para o porão, como do próprio pavimento superior para o porão e é exatamente no porão onde ficavam os animais, as gaiolas e os tanques de tartaruga.

“Era uma casa muito viva, era uma casa sonora. Havia muita gente, minhas tias, meus avós, as visitas, os residentes ocasionais, era uma casa muito viva, a gente sempre ouvia muitas vozes, o tempo inteiro, durante o dia inteiro além de piados, de grasnardes, de cachorros, de gatos. Então era uma casa muito alegre, muito viva”.

Relata que a lembrança que tem da casa, na sua infância, é exatamente essa de uma casa muito alegre. Quando cresceu, não foi diferente, ficou na mesma “vibe”, na mesma sintonia. Sempre muito animada, muito alegre, com muita gente, os aniversários sempre prestigiados e a mesa muita farta. Ora tartarugadas, ora bacalhau, porco assado e



descreve também que seu avô era um homem muito abastado, gostava de muita fartura, de ver a família reunida, os filhos, os netos e os agregados

As lembranças se estendem para além da casa, pois o entrevistado, Sr. Roger, descreve os nomes das famílias vizinhas que circundam a residência de sua avó. Discorre que as lembranças de alguns vizinhos não se concentram apenas na rua Lima Bacuri, mas também nas imediações das ruas Dr. Almino, José Paranaguá, Quintino Bocaiúva e rua Isabel, conhecida por ele e por outros moradores como sendo o “clássico bairro dos Remédios”.

Conta que mais precisamente na rua Lima Bacuri, residia o Dr. Otílio Tina, falecido já há alguns anos. Também a família de Dr. Guilherme Aluizio e sua esposa Selma, sendo ele dono do Jornal do Comércio; e em frente à família Hosannah, as irmãs Hosannah, Matilde, Dagmar e Eneldina, filhos esses do Dr. Antônio Hosannah, conceituado médico legista que atuou entre as décadas de 30 a 50. Em frente à casa da avó, ao outro lado da rua, Dona Aidê e Alfredo Campos, sendo ele médico.

Já na rua Dr. Almino, recorda do Dr. Manoel Trindade, odontologista, bem como havia a família Makarem. Ao outro lado da rua, havia a família Montenegro, a família do desembargador Marcílio Dias de Vasconcelos. Já bem no final da Dr. Almino, residia a família do Dr. Emídio Vaz de Oliveira, que era empresário na época e sua esposa D. Maria do Céu Bessa de Oliveira.

Na rua José Paranaguá residia a família do Dr. Anádio de Rezende, ilustre advogado da cidade, além da família Fontes de Rezende, família essa muito importante e muito bem-conceituada. Além da família Abnader, de origem síria, a família Cordeiro na rua Isabel e muitas outras famílias que moraram nesses trechos por décadas e décadas. Ainda recorda da família do Dr. Oyama Itaussu na rua José Paranaguá.

Na rua Isabel, residia a família do Dr. Jauary Guimarães de Souza Marinho e sua esposa Carmem Marinho, casal muito bem conceituado na sociedade, sendo ele reitor da Universidade do Amazonas, além de juiz; e a família Felismino Soares, também na rua Isabel. Recorda da D. Jória Bayma, professora primária, que educou gerações de todos aqueles meninos do bairro dos remédios, maranhense, uma mulher de pele negra e de possível origem barbadiana.

### 3.2 O lugar da memória: identidade e pertencimento

O conceito de memória tem sido amplamente discutido para além das Ciências Sociais e da Historiografia. Discutido também por intelectuais e pesquisadores, essa concepção mergulha de fato numa perspectiva interdisciplinar e tem proporcionado análises cada vez mais relevantes, inclusive nas Ciências Humanas. Diante disso, o que seria, portanto, a memória? Le Goff (1990, p. 423) conceitua como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Para Halbwachs (1990) existe uma gama de variabilidades e condicionantes tanto sociais quanto materiais e, sobretudo, temporais. Inicia-se na própria consciência humana e de suas interações com sua própria existência, com a vida em sua individualidade, mas também na vasta complexidade das relações que se estabelecem no coletivo.

Os objetos, as materialidades, a noção e emprego do tempo nas ações individuais e coletivas são também condicionantes essenciais nessas interpretações e na concepção de memória do qual aborda Halbwachs (1990). A assimilação do tempo perpassa a compreensão dos próprios fenômenos naturais, relacionados à duração do dia, às estações do ano, por exemplo, e, fundamentalmente, a percepção da vida, da natureza humana orgânica e biológica, seja associadas à infância, à juventude e à velhice. Seria então o tempo, o maior condicionante dentro dessa perspectiva?

“O tempo está dividido da mesma maneira para todos os grupos e membros da sociedade” (HALBWACHS, 1990, p.91). São as experiências e o modo de assimilação que condicionam as diferenças, e no caso o mesmo dia em diferentes partes do mundo serão experimentados simultaneamente de maneiras diferentes. E mesmo que o tempo, a divisão do tempo social, a imposição da divisão do trabalho determine a forma e o uso do tempo, mesmo ainda que haja uma uniformidade, a tendência também é em muitos casos, a contrariedade.

A partir desse momento, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora. Mas elas têm sua origem nos pensamentos individuais. Estas somente tomaram consciência de que certos momentos entram em contato, de que adotam às vezes uma atitude idêntica frente a um mesmo objeto exterior, e de que esta atitude se reproduz com a mesma regularidade periódica (HALBWACHS, 1990, p. 94).

É justamente essa relação do tempo e das relações sociais, partindo das ações individuais, da consciência temporal, que se estabelecem as conexões com os acontecimentos e fatos vividos, tornando experiências e lembranças memoriais, isso tratando-se da natureza primária dessas percepções. Ocorrendo no estreitamento e adensamento dessas interações, do particular ao coletivo, e na fragmentação, compartilhamento e perpetuação dessas lembranças. Bem como assevera Halbwachs:

A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Mesmo que as memórias sejam nutridas e desenvolvidas a partir da individualidade, são as condições e convenções sociais que condicionam também suas memórias. A tendência comportamental que essas convenções sociais estabelecem, ou seja, a forma de uso do tempo, do espaço, a influência nas ações no dever e agir, de fato determinam a natureza das memórias ao coletivo.

É o que acontece com as memórias dos proprietários aqui compartilhadas. Cada recordação experimentada na sua individualidade, ganha proporção memorial de fato, quando ela sai de sua individualidade e percorre a coletividade. Quando o Sr. Augusto narra que à frente de sua casa havia uma vila com uma frondosa seringueira e que brincava com seu amigo e vizinho que residia nessa vila, ele insere uma experiência memorial individual em uma perspectiva coletiva.

O que ocorre é que ao tomarmos conhecimento dessas informações, primeiramente armazenamos e codificamos, posteriormente, criamos na mente uma imagem que se assemelha ao fato narrado. E então a partir de nossas experiências, havendo ou não proximidade, é que compartilhamos a memória já com nossas impressões sobre ela.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma

combinação de influências que são, todas, de natureza social (HALBWACHS, 1990, p. 51).

De acordo com Moreira (2009), a memória coletiva está inteiramente relacionada às interações sociais e temporais, e que ocorre certa aproximação e identificação de determinado grupo ou comunidade. Essa dinâmica se intensifica, no que denomina de “lembrar junto”, ou seja, recordar uma lembrança está para além do compartilhar e é preciso ter uma identificação e aceitação dessas memórias.

Porém, entender esse compartilhamento exige que se reconheça que a forma subjetiva de memória – memória hábito – é também compartilhável, o que explica a reprodução dos hábitos, códigos e crenças dentro de um grupo. É possível dar diversos exemplos disso: as diferentes gerações reproduzem hábitos dentro de seus grupos familiares; os grupos religiosos transmitem seus hábitos de forma a perpetuar a mensagem de fé. Existem, de fato, tantas memórias quanto grupos para construí-las e abrigá-las e estes existem não só em função de categorias sociais definidas, mas também do contato com diferentes grupos (MOREIRA, 2009, p. 24).

“A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 1990, p.53), tampouco completamente enraizada ou estritamente fechada a memória individual. Embora possa parecer, em alguns casos, uma abordagem simplória ou em outros dotada de certa complexidade, a interação da memória deve ser compreendida como um conceito dinâmico. A exemplo dessa complexidade e interação da memória, temos o que discorre Halbwachs (1990) no qual o indivíduo para acessar suas lembranças, às vezes o faz acessando as lembranças de outros. O que não configura inverdades, mas o empréstimo de recordações, através dos quais todos já compartilharam, o mesmo sentimento ou a forma de pensar, que fazem parte do viver socialmente. Bem como também discorre Pollak, reforçando a potencialidade que a memória representa no contexto social:

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 2).

Partindo dessas considerações de Halbwachs, é que Pollak (1992) apresenta fatores que influenciam a constituição das memórias tanto individuais quanto coletivas. Em linhas gerais, se resume ao que já foi aqui exposto, seriam as experiências no campo individual, as vivências experimentadas no coletivo, no mesmo grupo ou comunidade. E a assimilação de indivíduos que não tenham participado direta ou indiretamente, mas que em dado momento ou circunstância ocorra alguma identificação com tal evento.

Em se tratando de acontecimentos, é evidente que essas memórias estão impregnadas no espaço, na materialidade e ocupam lugares. E o lugar como conceito e sua representação concreta se torna o elo condicionante nessa manifestação e perpetuação. Contudo, a proposta dessa identificação da memória ao qual me proponho, nesta pesquisa, é evidenciar esses lugares de memórias, o que de fato não desconsidera a memória como uma construção histórica, voltada a documentos e arquivos oficiais, as obras e bibliografias.

Mas ao evidenciar as narrativas, as recordações, as perpetuações de fatos e acontecimentos, e fundamentalmente a relação com a materialidade que constituem e reproduzem esses ditos lugares de memória, é possível refletir sobre a memória e a identidade dessas famílias, que contribuem essencialmente para a construção também de uma identidade e memória da cidade, em específico, a do Centro Histórico de Manaus. A memória é também percebida como uma construção identitária, assim como discorre Pollak:

Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.5, grifo nosso)

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 476, grifo nosso). Podemos afirmar, portanto, que a memória trata de evidenciar os aspectos identitários dos indivíduos sejam em suas singularidades ou em certa representatividade no coletivo.

Nessa construção identitária para além dos símbolos e significados, a concretude também tem sua importância. Não se trata apenas dos registros, dos documentos e arquivos, mas essa materialidade é bem representada também pelos lugares, pelos

espaços, pelas ruas e dentro das casas. O cotidiano, as atividades distintas que ocorrem em mesmo lugar e apresentem certa frequência e repetição, necessitam desse lócus para sua perpetuação. Tanto a memória quanto os lugares de memória estão em constante transformação e movimentação, conforme afirma Nora (1993):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias atas, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São os bastiões sobre os quais se escorra. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los (1993, p. 13).

“A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9). Essa relação com o concreto se fortalece cada vez que se estabelece uma conexão de reconhecimento, de pertencimento, partindo da individualidade e sua interação social (NORA, 1993). O próprio processo de repetição seja das atividades ali desenvolvidas, a repetição das memórias ali experimentadas, vivenciadas ou por tabela manifestam esses lugares de memória.

As recordações de Roger exemplificam muito o que são esses lugares de memória. As atividades corriqueiras que vivenciou na infância e juventude na casa de seus avós maternos, também se realizavam por meio de repetição, o que não anula a carga memorial. Recorda que, durante a semana, estudava no colégio Nilo Peçanha e que, depois da aula, ia à casa de seus avós e todas as suas demais atividades do dia eram feitas nessa casa, por isso, guarda tão fortes lembranças.

Conta Augusto também que sua família frequentava religiosamente a missa aos domingos, rito esse muito respeitado por ele e por seus irmãos. Condição essa necessária para que pudessem realizar outras atividades, como ir ao cinema ou jogar futebol. Além disso, recorda que, na sala de sua casa, tinham o costume de receber seus amigos e vizinhos, e com entusiasmo revela que esses momentos ficaram guardados em suas lembranças. Conversavam, ouviam músicas, dançavam, uma relação muito saudável. São

essas relações experimentadas dentro e fora das casas que concretizam efetivamente esses lugares de memória.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

Os lugares de memória estão diretamente relacionados a esses três aspectos fundamentais, segundo Norá (1993), ancorados na materialidade, na imaterialidade e na subjetividade. Na forma concreta, no objeto, na sua funcionalidade, sua representatividade e aquilo que empregamos a ela, e o valor simbólico, os laços afetivos e identitários que desenvolvemos.

A discussão conceitual tanto de “lugar” quanto de “memória” nos remetem a essa configuração do qual aponta Norá (1993). O lugar não somente é o espaço, o tangível, mas, sobretudo, a interação contínua e dialética tal qual a memória é potencializada pela interação de fatos e acontecimentos que ocorrem em determinado lugar e tempo.

“Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso” (CARLOS, 2007, p.18). Esses lugares de memória, são, na sua forma mais literal, a produção e reprodução de ações e acontecimentos, das múltiplas relações e interações, a materialidade dotada de imaterialidade.

Assim os lugares de memória vêm fortalecer a identidade local, despertar naqueles que presenciam a ruína do casario um sentimento de identificação, de inserção, de conexão e vínculo entre a coisa e o grupo por meio dos valores revitalizados e atados à cultura local. Tal é o caminho para uma educação patrimonial (BRAVO & LABORDE, 2009, p. 137).

O que nos faz crer que os lugares de memória são em suma a essência da vida cotidiana, o ir e vir, o corriqueiro, que justamente produzem, nutrem e fortalecem esses vínculos de identidade. Todos individualmente são protagonistas dessas memórias, sejam

elas na ação, na narrativa ou na interlocução (quem não vivencia com certa proximidade, mas que retrata e repassa as informações, como se, de fato, estivesse experimentado). Os lugares de memória são, simultaneamente, os espaços, as ruas, as casas e a vida que as anima. Tratando-se dos lugares de memória com a carga material, temos tanto as casas e todo seu entorno que compõem e configuram esses lugares.

Dentro dessa perspectiva, o Centro histórico de Manaus é o lugar da memória viva, na arquitetura rica das edificações, dos monumentos, das praças, da cultura, dos seus moradores. A memória contada através das edificações pretéritas em meio às formas modernas, mas, principalmente, o lugar das lembranças, dos momentos de apogeu e declínio. Para Tuan (2013, p. 114), “o espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana”. As formas espaciais são a expressão materializada da maneira que o homem se percebe no espaço, assim assevera:

Construir é uma atividade complexa. Torna as pessoas conscientes e as leva a prestar atenção em diferentes níveis: ao nível de tomar decisões pragmáticas; de visualizar espaços arquitetônicos na mente e no papel; de comprometer-se inteiramente, de corpo e alma, na criação de uma forma material que capture um ideal. Uma vez alcançada, a forma arquitetônica é um meio ambiente para o homem (TUAN, 2013, p. 119).

As relações de afetividade construídas com o espaço são resultado do sentimento e da subjetividade humana. Essa relação do homem com seu eu é universal e atemporal, bem como discorre Tuan (2013, p. 39) “o homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais”.

Portanto, as edificações construídas no espaço urbano são o reflexo bruto e tangível dessas relações. Através da vivência, com o cotidiano, o espaço torna-se afetivo, nasce então o lugar. Nesse sentido, expõe Tuan (2013, p. 37) que “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos. Cada peça dos móveis herdados, ou mesmo uma mancha na parede, conta uma história”, ou seja, os lugares são frutos dos laços afetivos, de representatividade, de pertencimento.

É pertinente ressaltar que o homem ao se reconhecer e se perceber através de suas potencialidades, físicas e intelectuais, observa e traduz seu meio a partir da apropriação



de bens materiais, em questão às edificações ou pelo compartilhamento das relações em seu entorno. Esse compartilhamento se dá ao movimento natural da sociedade, por exemplo, a ida ao supermercado, as relações corriqueiras e divergentes que ocorrem rotineiramente na ida ao trabalho, a praça como espaço de compartilhamento de momentos. Percebemos então que o homem produz seu espaço a partir das relações originadas em seu particular, assim assevera Carlos:

É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro (CARLOS, 2007, p.18).

As edificações tanto para uso residencial quanto comercial são consideradas não somente pela função a elas destinadas, mas, sobretudo significado, os símbolos que elas representam concebidas pela afetividade, pela identidade. Muitas vezes, o costume de ir à uma farmácia, por exemplo, se deve ao fato das experiências vivenciadas no trajeto até o estabelecimento e as relações construídas com os colaboradores, que passam a ser conhecidos pelo laço afetivo, e não pelo cargo exercido. Bem como discorre Carlos:

São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, *apropriados através do corpo* — espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc (CARLOS, 2007, p. 18).

O lugar é manifestado nas mínimas relações estabelecidas no espaço, afirma Carlos (2007, p. 18) que “são os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso”.

O Centro histórico de Manaus é constituído de edificações de tempos distintos e narram através das formas presentes às relações da sociedade. Essas formas, sejam elas agrupadas ou isoladas, compõem um cenário, uma paisagem, no qual denomina Santos (2006), de “rugosidades”, ou seja, a acumulação das formas espaciais produzidas socialmente, nos tipos de técnicas utilizadas pertencentes a uma dada época, e que resultam em uma paisagem composta de elementos de diferentes momentos da história.

Dessa forma, as edificações residenciais pertencentes às famílias de Maria Arminda Mendonça, Augusto Mendonça e de Roger Peres exprimem nesse cenário urbano atual, uma rugosidade, com sua forma e função que permanecem como residência, e pela carga memorial e histórica que ainda resistem ao dinamismo e crescimento da cidade, e a implacável sucessão do tempo.

### **3.2.1 Identidade Memorial – contribuição das narrativas**

Entre história e memória paira uma linha tênue de discussões e apontamentos por suas sincronidades e disparidades. Essa discussão analítica vem sendo realizada há muito tempo entre os historiadores, cientistas sociais, pesquisadores e intelectuais. Contudo, o que busco aqui é justamente “um elo” que estabeleça suas relevâncias e contribuições diante das narrativas compartilhadas. Além da extrema contribuição das memórias à história da cidade, podemos nela também encontrar o caminho para compreensão da identidade manauara.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Exatamente como discorre Nora (1993), “a memória é vida” e está em constante mutação, e necessita dessas interações mesmo diante da fragilidade que o esquecimento impõe. As narrativas compartilhadas relevam que as histórias das famílias se cruzam e se conectam. Não apenas como lembranças e memórias, mas como fatos reais que tecem a história desses trechos no Centro Antigo da cidade, bem como a presença nas narrativas de pessoas e famílias ilustres para a cidade.

Há muita similaridade nas narrativas sobre as memórias pessoais, das famílias, amigos e vizinhos, e da vida cotidiana nessas ruas do Centro Antigo. Primeiramente, vamos evidenciar as sociabilidades. Portanto, entendemos por sociabilidades como a maneira, a tendência que um grupo social manifesta ao viver em sociedade, apresentando padrões de moralidade e civilidade, e de boa convivência comuns ao grupo. Desse modo, as descrições realizadas por Maria Arminda, Roger Péres e Augusto Mendonça trazem à tona as interações familiares e sociais muito comuns entre essas famílias.

Nas descrições é possível observar que as pessoas eram conhecidas por suas famílias. Em sua maioria reconhecidas pelos sobrenomes, pela posição social e pela sua descendência. Em ambos os relatos descrevem famílias de origem estrangeira, como portugueses, libaneses, espanhóis. Muito embora a maioria dessas famílias representassem “status sociais”, prestígio na sociedade manauara, vemos também a presença significativa de famílias humildes, sem posses, mas muito valorizadas e respeitadas.

A Sra. Carmélia Castro, mãe de Maria Arminda, relata que existia um restaurante pertencente ao imigrante português, o senhor Jaime Fernandes e sua esposa Javiera Fernandes, que serviam comidas típicas portuguesas, bem como regionais e populares. Relata Augusto que na sua infância também recorda da família de seu Constantino e sua esposa Lucinda, ambos de descendência portuguesa, proprietários de uma “taberna” na esquina da Avenida Joaquim Nabuco. Da mesma maneira que aponta Roger ao relatar a presença de família Abnader de origem síria e que residiam na rua José Paranaguá.

Em três décadas foi considerável o crescimento da população local, sensivelmente ampliada pela entrada de novos habitantes originários de diferentes regiões do país, sobretudo por nordestinos. Além destes, deve-se apontar a entrada de uma parcela significativa de estrangeiros de diferentes nacionalidades, resultando em uma sensível e repentina ampliação da população branca (MESQUITA, 2020, p. 479).

Conforme aponta Mesquita (2020), a cidade recebeu na década final do século XIX um expressivo contingente de novos habitantes e estrangeiros. Fato esse confirmado também nas narrativas dos entrevistados. De acordo com Maria Arminda, seu avô Sr. Alfredo Alves Pereira de Castro, natural de Portugal efetuou a compra da residência da família entre os anos de 1912 e 1915, a edificação pertencia até então a irmãos portugueses judeus.

A residência pertencente à família de Roger Péres foi adquirida por seus avós maternos em 1966 pelo Sr. Henrique de Souza nordestino, natural de Natal-RN, e a Sra. Marina Pereira de Souza. Não sabe precisar quem foi o proprietário anterior, mas relata Augusto Mendonça que a residência de sua família foi adquirida pelo seu avô materno Sr. Desembargador Emiliano Stanislau e sua avó Cléia Rita de Miranda Stanislau Afonso. A edificação era de propriedade de um médico alemão. Seus avós maternos eram cearenses e seu avôs paternos eram paraibanos.

Quanto as sociabilidades, discorre Augusto que na sua juventude frequentava os cinemas da cidade e que era um hábito muito comum, fazendo parte do lazer oferecido na cidade. Relata ainda que seus pais e irmãos frequentavam religiosamente a missa na Paróquia de São Sebastião aos domingos pela manhã.

Conta Maria Arminda que, na juventude, a Avenida Sete de Setembro era ponto de encontro das matinês dos cinemas. E que os pais e as famílias ficavam aguardando ali no entorno, na famigerada praça da Polícia, Praça Heliodoro Balbi, apreciando a banda que tocava no coreto. A narrativa de Thiago de Mello, confirma essas intensas interações nesse trecho do Centro:

O centro da cidade ganhava, de tardezinha e pela noite – e também nas manhas domingueiras – o som das orquestras que tocavam no Bar Americano, que ficava ali na esquina da Avenida Eduardo Ribeiro com a Sete, e na Leitura Amazonas, parede e meia, pela avenida, as cadeiras de vime, ao redor das mesas redondas de mármore nas calçadas das duas casas, chegavam quase à metade do quarteirão (MELLO, 1984, p. 59).

Igualmente a narrativa da Sra. Carmélia no qual descreve que aos domingos, sua família costumava frequentar a igreja, na capela do Colégio Dom Bosco e, posteriormente, na Catedral N.S. da Conceição (igreja da Matriz), na missa das sete (7) horas, bem como aos domingos iam ao cinema, que na época era o “Cine Polyteama”, “Guarany” ou “Éden”.

Percebemos também similaridade nos hábitos familiares em relação aos horários e costumes nas refeições. Para ambos, as recordações e experiências quanto as refeições são de muita fartura e da mesa e casa sempre cheia. Discorre Roger que as refeições na

casa de seus avós eram sempre muito fartas e prestigiadas, com muitas tartarugadas e outras culinárias, sempre com a presença dos integrantes da família e de amigos próximos.

A mesma narrativa de Augusto, o qual relata que no horário das refeições havia o costume de todos estarem presentes à mesa, uma forma de respeito e socialização. Na casa de Arminda não era diferente, sua mãe Carmélia discorre que aos domingos se reuniam no “casario” para prestigiar o cozido da vovó Arminda” (no caso, a avó de Maria Arminda).

Em uma escala temporal, podemos estabelecer que essas sociabilidades ocorreram em sua maioria entre as décadas de 1960 e 1980. Muito embora as famílias dos proprietários tenham vivenciado em momentos distintos e dessa forma as narrativas se cruzam nessa temporalidade.

“A imagem de “vida social” é uma boa apreensão do que foi o convívio entre parentes, vizinhos e amigos e entre os estrangeiros na cidade de Manaus da primeira década do século XX” (DAOU, 2004, p. 40). É nítido diante dessas narrativas perceber que esses “costumes” e regras sociais foram resultado desse longo processo cultural que experimentou a cidade no início do século XX, bem como Daou (2004) evidencia:

Na Manaus modernizada, a intensidade das interações, dos encontros sociais, das oportunidades de exibição pública, intensificaram-se, permitindo que tecessem e consolidassem novas relações, promovendo uma base de experiências comuns a indivíduos e famílias que ali revitalizavam as redes de sociabilidade e reforçavam sua identidade social (DAOU, 2004, p. 40).

As interações sociais dentro e fora das casas são reflexos dessas sociabilidades impostas desde a introdução de diferentes culturas na cidade. Resultado dos esforços do poder público no planejamento urbano e arquitetônico da cidade, e que inclui um “código de posturas” estabelecendo normas e regras para o bem viver social. Além disso, a própria elite estrangeira impregnou costumes e hábitos europeus que ditavam civilidade, e a elite manauara em ascensão tratou de assimilar e impregnar urgentemente esses costumes no viver social da cidade.

De acordo com Mesquita (2019, p. 186), o Código de Posturas definia “[...] instrumentos que procuravam criar e manter um padrão de convivência social, regendo entre outras coisas a definição do traçado da cidade”. Mais do que um instrumento normativo com a finalidade de padronizar a estética das ruas e das construções, o código também determinava as condutas morais e sociais.

Entre as normativas incluem-se restrições aos banhos de rios, aos horários de circulação nas ruas, e com o intuito de uma estética visual e social, foram afastados das principais vias do Centro habitantes “indesejáveis”, e passaram a habitar os subúrbios da cidade. Contudo, o que proponho é evidenciar apenas as possíveis impregnações no comportamento social, que o período da *Belle Époque* influenciou e determinou tais padrões sociais. A representatividade que a igreja detinha também era uma maneira de socialização muito pertinente à época. Havia muita proximidade e participação da igreja na vida das famílias.

Essas sociabilidades são amplamente perceptíveis nas narrativas e muito se assemelham. As representações familiares, a importância e relevância da participação das famílias nas mais variadas atividades. O cotidiano era acrescido das variadas interações que mantinham com a vizinhança e com os espaços. A questão não é “romantizar”, mas evidenciar um aspecto social e comportamental que funcionava, que, na maioria das vezes, era sadio e garantia certo conforto emocional coletivo.

“O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p. 12). A identidade manauara foi construída, trazendo resquícios de costumes ancestrais dos povos originários, e a imposição e introdução de costumes europeus. Foi sendo fundida e aos poucos ganhando sua originalidade, não única, mas diversa.

“O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Algo que me parece próprio da época que ali ficou cristalizado. Mais do que romantizar, tem um aspecto “poético”. Digo “poético” no sentido de quem vivenciou, mas que nada pode significar aos demais moradores. Não podemos é claro, ignorar que a *Belle Époque* contribuiu para o crescimento e consolidação do capitalismo que despontava no

mundo, no consumo desenfreado. Mas de igual modo, fomentou as desigualdades sociais, a segregação social, a discriminação e o preconceito muito latente, diante disso não há que contestar.

Mas acredito que os bons costumes ficaram “impregnados”. O hábito de passear, de apreciar os espaços, a prática da boa convivência, do ato de cumprimentar, de socializar e a partir disso criar laços com as pessoas e com os espaços. Isso sim podemos dizer que foi perpetuado na “aura” do bom viver manauara. O período de declínio e estagnação na cidade provocou também urgentes mudanças sociais. Aos que ficaram, existia o anseio de refazer a cidade, mas aos seus modos, contudo, levando na “bagagem” os ritos, a esperança e a boa vontade pelo próximo.

É numerosa a bibliografia que trata da influência portuguesa no Amazonas, com a força de sua cultura colonizadora. (Aproveito para abrir um parêntesis e reconhecer que os meus bons anos vividos no Portugal que tanto amo, convivendo com a gente simples de suas cidades provincianas, me ensinaram tanto a bem descobrir a importância da presença portuguesa em nossa formação e quanto foi larga e funda, no natural processo de aculturação, a contribuição da índole generosa da alma lusitana e da inclinação do seu povo à convivência solidária, ao jeito de ser e de viver da nossa cidade, que se pode afirmar e florescer no período de tempo que esta crônica abrange) (MELLO, 1984, p. 175).

Podemos confirmar tais afirmações na narrativa de Augusto Mendonça, no qual relata que seu avô não fazia nenhuma discriminação quanto aos amigos ou vizinhos considerados sem posses, pessoas pobres ou humildes. Na verdade, em sua fala reforça o quanto isso foi significativo na sua vida, uma lembrança muito forte da postura, e que impregnou na formação de seu caráter e índole.

Nos relatos da Sra. Carmélia, ela narra que havia ao lado das casas geminadas (pertencentes à família de Maria Arminda), um terreno de grandes dimensões onde existia uma “estância” como era comumente denominado pelos portugueses e lá “abrigava uma família de baixa renda, mas que eram muito sociáveis e de uma educação ímpar”. Recorda Augusto que em frente à sua casa havia uma vila (estância) onde residiam famílias humildes. Tem na lembrança uma senhora chamada D. Irene, que trabalhava como “lavadeira”, mãe de alguns jogadores dos clubes de futebol da época, e que no qual tinha como amigos.

Isso não quer dizer que a vizinhança estivesse formada por pessoas excepcionais. Não. Eram pessoas comuns, com as triviais virtudes e imperfeições humanas, que é como deve ser. Só que sabiam valorizar a convivência. Todos triviais e comuns. Só que – cada qual a seu modo e com o jeito de ser de cada um - participavam, faziam questão de participar, por exigência íntima, da vida da rua, da vida compartilhada com os vizinhos (MELLO, 1984, p. 35).

Quem mais apropriado para tecer suas considerações sobre as *sociabilidades* da cidade do que nosso saudoso Thiago de Mello!? Ele é muito enfático ao dizer que as pessoas sabiam “valorizar a convivência” e dela faziam parte por sua própria vontade e pelo intuito de fazê-los aos outros.

A vizinhança, na verdade, reunia e como que dava sutil parentesco a todos os moradores de uma mesma rua, que se conheciam não apenas de vista e de cumprimento: todos se falavam, todos se frequentavam. Na festa ou na aflição, as famílias se acompanhavam (MELLO, 1984, p. 35).

Tanto quanto as sociabilidades podem demonstrar como a vida era produzida, as casas em toda as narrativas sejam elas dos entrevistados, dos escritores, dos pesquisadores, têm um aspecto solidário e afetivo. As casas são, como muito já foi dito aqui nesta pesquisa, uma materialidade dotada de significância e amabilidade.

As passagens das famílias não se limitam apenas as suas casas, as memórias vividas e compartilhadas interagem e dela fazem parte com as das outras famílias. Falar das famílias sem contar e descrever como eram suas casas, é tentar “matar a sede em um copo vazio”.

Os poucos estudiosos da nossa cidade, inclusive os que aprenderam com amor as suas virtudes antigas, geralmente se referem, sem disfarçar certo orgulho, aos estilos das construções aqui iniciadas nos últimos anos do século XIX e nos começos deste século (cabe chamar a atenção, de passagem, para o grande número de boas casas construídas em 1910, justamente o ano em que a produção da borracha atingiu o mais alto volume) (MELLO, 1984, p. 88).

As casas dos entrevistados todas são datadas do início do século XX e demonstram pelas características arquitetônicas as condições econômicas, sociais e culturais ao qual elas foram produzidas. Mais do que isso, fazem todas elas parte da história e da memória da cidade, a partir das vivências e recordações. Descrever as feições das casas e suas disposições, representa todas essas impressões do íntimo ao coletivo. As próprias descrições da “fisionomia” das casas são dotadas de sentimento.



Em todas as falas é possível observar as descrições sobre as casas e suas afeições. As descrições que Roger tece sobre a casa de seus avós traduz muito sua afetividade e as boas recordações que experimentou nela. Relata que passavam a maior parte do dia no porão, porque era um ambiente com as mesmas disposições do andar superior, além de ser muito agradável. E que as paredes do porão ao toque eram geladas, o que no verão permitia conforto térmico. Todas essas sensações e sentimentos foram intensificados nas relações com a casa, e na direta interação com a forma e os elementos que compõem a casa.

As casas dos vizinhos também são descritas nas suas lembranças, que ficaram marcados na memória. Nas narrativas de Augusto, descreve a residência que pertenceu a família da professora Martha Falcão (a casa já não existe, no seu lugar atualmente funciona um galpão). A descrição dessa residência muito se assemelha com as casas típicas da época. No qual a entrada era pela lateral, com um portão, e duas janelas na parte térrea, além da presença de uma escada pela lateral de casa.

Nos relatos da Sra. Carmélia Castro (mãe de Maria Arminda) descreve as características da residência que pertenceu ao Governador do Estado o Dr. Jonathas Pedrosa localizada na Av. Sete de Setembro. Conta que a casa foi construída na parte mais central do terreno, possuía dois pavimentos, relata ainda que a edificação era uma construção imponente com estilo arquitetônico colonial.

As casas e as famílias eram sempre identificadas, por suas presenças e pela cordialidade entre a vizinhança. Havia vida nas casas e fora delas, que era nutrida por essa mútua representação das famílias. A casa dizia muito sobre essas famílias, é como se fosse parte delas, como uma característica da família que a habitava, algo próprio e único.

E justamente as sociabilidades foram capazes de nutrir esses laços nas famílias, pela vizinhança e pelo entorno. As descrições que Thiago de Mello teceu sobre a casa que residiu Fábio Costa (e entre tantas outras casas) morador da rua Isabel, traduz igualmente as dimensões visuais e memoriais que muito exemplifico a partir das narrativas dos entrevistados.

Vinha depois uma casa muito bonita, de porão alto, porta imponente de cedro com almofadas, janelas com balcões arabescos de ferro, que até hoje lá ainda se ergue conquanto mal envelhecida: é das poucas que restam da rua de antigamente (MELLO, 1984, p. 217).

Assim, a casa constitui-se por diferentes espaços que adquirem o seu pleno valor quando se preenchem das pessoas e dos objetos que os habitam e completam (MOREIRA, 2017, p. 41). Além disso, o valor atribuído pelos que estão de fora, a rede coletiva de amigos e vizinhos que contribuem para fortalecer essa representatividade.

Contudo, essas sociabilidades, as memórias afetivas, a “beleza arquitetônica” das casas, muitas vezes permanecem restritas aos familiares, amigos e vizinhos. A valorização e vontade de perpetuação dessas memórias é sempre motivada pelo interesse dos proprietários, dos pesquisadores e dos residentes do Centro, que de alguma forma compreendem a importância de proteger esses espaços.

O processo de urbanização e crescimento da cidade se intensificou com a implantação da Zona Franca de Manaus. E a partir da década de 1970 houve a incorporação de várias lojas do segmento de eletrônicos no Centro Antigo, o que de fato foi modificando as edificações e construções sem nenhum tipo de fiscalização. As modificações estruturais foram descaracterizando a arquitetura original de várias edificações.

“Com a Zona Franca nos anos 1970, esse êxodo se intensificou. Na fase turística dos anos 2000, Manaus voltou a crescer em empreendimentos imobiliários o que têm atraído brasileiros de outras regiões do país” (NASCIMENTO, 2014, p.35). Essas modificações que a cidade caminhou a desenvolver, levantou muitas inquietações sobre a perda da identidade memorial e arquitetônica do Centro Antigo. Igualmente como apresenta Nascimento (2014) sobre a narrativa de Aldísio Filgueiras:

[...] fala com saudade do tempo anterior à implantação da Zona Franca e que implantou a nova arquitetura de arranha-céus e deixou prédios de borracha em ruínas e tirou a tranquilidade que se tinha nas ruas e nas esquinas do Centro da cidade (NASCIMENTO, 2014, p. 44).

“Com efeito, a cidade da urbanização, do desenvolvimento e da vida social cede lugar à cidade da industrialização, do crescimento e da produção econômica baseada no capital” (MAGALHÃES, 2013, p. 61). E devido ao adensamento populacional, a

expansão urbana era inevitável. Desse modo, ocorreu a migração de famílias para novos bairros da cidade. São aspectos muito comuns nos estudos das zonas urbanas, da inserção de industrialização e a utilização de tecnologias e serviços. O Centro Antigo da cidade, vai deixando de ter aquele “aspecto mais residencial”, e passa a atender a uma configuração comercial.

Esses fatores influenciaram diretamente nas dinâmicas sociais, ocasionando o “esquecimento e a invisibilidade” desses espaços e dessas famílias. Muitas famílias venderam suas casas, se mudaram ou alugaram, e aos poucos as famílias e os vizinhos foram se dissipando, e com eles parte dessas memórias. A maioria dessas residências tiveram suas funções alteradas, e com isso, a destruição parcial ou total da configuração arquitetônica original. As finalidades eram muitas, consultórios, clínicas, lojas de produtos e serviços, escritórios entre outros.

Diante de todos esses processos de transformação que a cidade experimentou, especificamente o Centro, podemos refletir que a “identidade manauara” é flutuante. A analogia ao termo flutuante se dá pelas constantes variações e ondulações ao qual está exposta. Embora possa parecer “estática”, em proporções quase imperceptíveis, as ações do tempo-espaço em escala global, são implacáveis.

Estamos suscetíveis a todo instante, com o *boom* da internet, a uma tempestade de informações, sendo absorvidas e impregnadas nas mais variadas formas. Estamos incorporando novas formas de convívio e uso dos espaços. Muito embora algumas construções e edificações estejam negligenciadas e marginalizadas, o Centro ainda é ponto de encontro nas praças, no passeio pelo Largo de São Sebastião e dos encontros dos eventos culturais oferecidos pela Secretaria de Cultura – SEC/AM.

Essa “aura” do bom viver manauara ainda resiste e está presente nessas socializações que vemos no Centro. Não podemos ser coniventes com o descaso das demais construções que compreendem a área de tombamento. Essas devem ter atenção devida do poder público, bem como dos agentes de proteção, tanto quanto responsabilizar a população por contribuir na deterioração desses espaços.

A contribuição das narrativas dos proprietários das residências aqui compartilhadas não se limitam apenas na historiografia da cidade. A postura de defesa desses casarios, para além de sua carga simbólica e afetiva através das experiências e das memórias, se dá ao fato de colaborarem com a preservação, manutenção e perpetuação

da memória de suas vidas e famílias atreladas a memória da cidade. As famílias, as casas e toda sua representatividade são ícones da memória e identidade da cidade, e permanecem no espaço, como rugosidades da memória, sempre a título de resistência.

### **3.2.2 Protagonismo memorial – presenças marcantes**

De fato, a imponência desses casarios, revelam igualmente as marcantes presenças de pessoas ilustres para suas famílias e para sociedade. As histórias dessas famílias, dos amigos e vizinhos, suas memórias e vivências não passaram despercebidos. Essa marcante presença de pessoas queridas permanece nos seus atos, nos gestos e na forma calorosa e amável de como se expressam e vivem. Aos que já não estão mais nesse plano material e que também não só deixaram saudades, mas importantes contribuições no íntimo da vida de suas famílias e no viver coletivo.

Nas narrativas de Roger Péres, ele relata a presença marcante do advogado Dr. Emídio Vaz d'Oliveira, sua esposa D. Maria do Céu Bessa de Oliveira e família e das sociabilidades nas ruas circunvizinhas. Sua família residiu em um imponente casario localizado no final da rua Dr. Almino, entre os anos de 1930 e 1960. De acordo com Duarte (2009), Dr. Emídio Vaz d'Oliveira, natural de Portugal, chegou a Manaus em 1932, e, posteriormente, bacharelou-se em Direito em 1936 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus.

Foi presidente da então Real e Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas e do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira no Amazonas, além de ter sido diretor, vice-presidente e membro efetivo do então Conselho Superior da Associação Comercial do Amazonas, da qual recebeu, em 1988, a Medalha do Mérito Empresarial J. G. Araújo. Também recebeu a condecoração da Câmara Municipal com o título de Cidadão de Manaus (DUARTE, 2009, p. 214).

A edificação funciona atualmente como uma biblioteca e como um centro de Artes Infantil na gestão administrativa pelo Governo do Estado. As dependências e disposições do casario estão sendo utilizadas para a instalação da unidade de Artes. O espaço oferece um acervo com livros destinados à educação e alfabetização de crianças na faixa etária entre cinco e dez anos, além de revistas em quadrinhos e de oferecer atividades lúdicas e recreativas (DUARTE, 2009).

Relata Roger a presença e a importância da professora primária D. Jória Bayma, sobre suas contribuições na educação de gerações de meninos e meninas residentes do “bairro dos Remédios”. Recorda que D. Jória era uma mulher de pele negra e possivelmente de origem barbadiana. Na obra de Thiago de Mello, “Manaus: Amor e Memória” (1984), também encontramos relatos sobre as boas recordações a respeito da professora D. Jória Bayma:

A Jória Bayma, com aquela sua beleza de negra de olhar amendoado e altivo (beleza que com a ajuda dos anjos ela conserva até hoje, professora aposentada), era doida por uma discussão valente, mas também amava uma conversa que abrisse caminho à canção inesquecível de sua risada (MELLO, 1984, p. 37).

A família Bayma chegou do Maranhão antes de ocorrer a Primeira Guerra Mundial. Seu Félix Bayma, pai de Jória, residiu até o fim da vida na rua Isabel, como zelador da Usina de Esgotos, e que nem chegou a funcionar. A professora Bayma nasceu em Manaus, casou-se com o Sr. Godofredo e viveram por muitos anos na “famosa” rua Isabel (MELLO, 1984).

Nas memórias e na vida de Roger Péres, a saudade impera na figura de duas pessoas muito queridas e ilustres para família e amigos, e muito significativa à sociedade. Uma singela homenagem para seus queridos pais, a Sr. Marlídice e o Senador Jefferson Péres.

A juíza Marlídice Péres formou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Além disso, foi titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de Manaus. No cenário político, assim como seu esposo, sua passagem na política foi expressiva. No ano de 2008, chegou a ser convidada pelo político Serafim Corrêa a concorrer como vice à Prefeitura de Manaus. Retornou a atuar na vida política em 2017, recebendo homenagem pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ela foi uma pessoa de muita fibra, mas de um coração extremamente afetuoso, deixando imensas saudades e ótimas recordações aos quais tiveram a oportunidade de conhecê-la e desfrutar de sua companhia e amizade.

A passagem do Senador Jefferson Péres foi muito significativa para a história política e social do nosso Estado. Entre tantas atribuições, podemos destacar sua carreira

na política amazonense e como exímio representante no Senado Federal. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas e em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Durante sua carreira política, atuou no Tribunal de Justiça do estado e na Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas. Atuou em dois mandatos como vereador, e pela primeira vez eleito senador entre 1995 e 2003. A postura ética e conduta política foram suas marcas registradas, reflexo de seus princípios, da moralidade e caráter na vida pessoal e profissional. Sua atuação parlamentar também revelou seus posicionamentos e seus comportamentos extremamente éticos. Chegou a renunciar ao cargo de integrante do Conselho de ética e Decoro Parlamentar do Senado, pela discordância das questões e ações ali levantadas.

Seu afastamento da vida pública se deu justamente pelo seu descontentamento sobre direcionamento que a política local e nacional se apresentava. Assim como a juíza Marlídice, o Senador Jefferson Péres promoveu importantes contribuições nas decisões políticas de nosso estado, e serão eternizados como protagonistas na vida de seus filhos, familiares e amigos.

Nas narrativas de Augusto Mendonça, apontamos a atuação de seu pai, o advogado Vicente Mendonça Júnior, bem como a presença de Dr. Almino Afonso que residiu em sua casa, por muitos anos, estabelecendo um forte vínculo afetivo. O advogado Vicente Mendonça formou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atuou como servidor público como escrevente do Tribunal de Justiça. Foi deputado estadual constituinte à Assembleia Legislativa do Amazonas, pelo PNT. Exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado, além de Subprocurador Jurídico da Procuradoria Jurídica e da Fazenda do Estado. Atuou como chefe do Ministério Público do Estado do Amazonas. Foi nomeado Membro do Comitê Diretor da Fundação Universidade do Amazonas.

Recebeu várias homenagens, entre elas a medalha do Mérito Legislativo Ruy Araújo, conferido pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em 2003, e em 2004, o Prefeito de Itacoatiara Mamoud Amed Filho prestou-lhe homenagem em erguer escola com seu nome. O Dr. Vicente Mendonça Filho foi muito atuante em sua profissão, sendo considerado um dos grandes representantes da advocacia amazonense. Sua conduta pessoal também era muito admirada, motivo de orgulho para seus familiares e amigos.

Na família de Augusto residiu Almino Monteiro Álvares Affonso, importante político em âmbito local e nacional. Como relatado por Augusto Mendonça, Almino Affonso residiu em sua residência na juventude, acolhido por seu avô Desembargador Emiliano Stanislau Affonso. A relação afetiva se estendeu aos familiares como sua mãe e tios, visto que Almino é filho de um primo do Desembargador Emiliano (avô de Augusto Mendonça). Atualmente, reside em São Paulo, com plenos 93 anos de vida.

Almino Monteiro Álvares Affonso formou-se em Direito na Universidade de São Paulo – USP. Natural de Humaitá no Amazonas, atuou como secretário de Cultura da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Entre os anos de 1958 e 1959, exerceu várias funções e cargos políticos, em destaque foi eleito deputado federal do estado do Amazonas pelo Partido Social Trabalhista (PST). Ainda em 1959 migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no qual defendiam a reforma agrária e a estatização de alguns setores da economia. Foi nomeado em 1963 como Ministro do Trabalho e Previdência Social por João Goulart, mas sua atitude em recusar a greve geral dos trabalhadores ocasionou o seu afastamento do cargo, retornando ao seu cargo de deputado.

No final da década de 1990 atuou como secretário municipal das Relações Políticas na gestão do prefeito de São Paulo Régis de Oliveira. Atuou como assessor no governo de Alberto Goldman, e nomeado entre os anos de 2010 a 2011 em São Paulo, como secretário das Relações Institucionais. A carreira na política está no berço, visto que Dr. Almino Monteiro Álvares Affonso, foi neto do tribuno e abolicionista Almino Affonso, e em homenagem a figura de seu avô carrega o mesmo nome.

É importante salientar mais uma vez que as narrativas das famílias em muito se cruzam, se relacionam e se conectam. A rua Dr. Almino recebeu essa nomenclatura em homenagem à pessoa ilustre que foi Almino Affonso. E na Avenida Joaquim Nabuco residiu por um tempo seu neto, na residência de Augusto Mendonça. As memórias e lembranças de Roger Péres se deram nas imediações das ruas Lima Bacuri, Dr. Almino, e rua Isabel, mais conhecido como o “bairro dos remédios”. Em tempos distintos ou na mesma escala temporal, temos as vivências e experiências interrelacionadas.

Por fim, trago a protagonista das memórias da casa da sua família, a querida Arminda Mendonça. Em 1979, graduou-se em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto

de Ensino Superior Celso Lisboa. Entre os anos de 1984 e 1985, especializou-se em Antropologia Amazônica pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e em Arqueologia pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta – SUAM.

No ano de 1991, tornou-se mestra em Administração de Centros Culturais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Em 1999, iniciou doutoramento (interrompido) no Curso de Docência del Tercer Ciclo/Economia e Empresa - Qualification Global de Notable pela Universitat de Illes Balears/Universidade Luterana do Brasil - ULBRA - Spanha/Brasil.

A sua carreira profissional é resultado de seu processo íntimo, simbólico e afetivo, através das vivências nutridas na casa e no entorno, bem como já se discorreu, que sua “relação afetiva com a casa se deu, pois, ao nascer ela já era histórica”. A casa possui um significado diferenciado na sua família, principalmente por sua avó e sua mãe. As próprias experiências vividas e compartilhadas com sua família, influenciaram diretamente na sua vida profissional. Atuou como professora no Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, bem como professora de Pós-Graduação em Ecoturismo na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Atuou como arqueóloga responsável do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza pela Secretária de Estado da Cultura – SEC/AM. Seu trabalho como arqueóloga também é muito refletido nos cuidados de preservação da estrutura física e arquitetônica da casa, bem como todos os seus elementos e fragmentos. As memórias estão presentes em cada disposição da casa, nos cômodos, nas portas e janelas, na pintura decorativa, nas fotografias, nos quadros, nos objetos e móveis. Cada objeto apresenta seu valor único e extremamente significativo.

### **3.3 O lugar e suas permanências: revalorização e novas perspectivas.**

A discussão que circunda a defesa e acautelamento dos patrimônios no país, e em específico ao Centro Histórico da cidade, enfrenta dinâmicas e contextos que denotam instabilidades e fragilidades, no que tange ao tombamento e proteção aos bens materiais. Bem como foi exposto nesta pesquisa, o tombamento como instrumento jurídico têm sofrido oscilações, não somente pelos agentes e instituições oficiais de defesa, mas



sobretudo, da influência e interferência dos grupos sociais e da comunidade, além das ações políticas e econômicas.

No caso das edificações residenciais, objeto de estudo dessa pesquisa, observou-se certa fragilidade na defesa desses patrimônios, queixa essa relatada pelos entrevistados, proprietários dessas edificações. Enquanto, de um lado, as legislações e normativas impõem uma série de exigências e restrições quanto ao uso e manutenção, por outro lado, os entrevistados relatam obstáculos na obtenção de benefícios, sendo um deles a isenção ou redução do imposto do imóvel.

Vale salientar que essas articulações são essenciais nas interpretações das edificações residenciais, visto que estão inseridas no enquadramento instituído pela legislação vigente e pelas instituições de proteção ao patrimônio. Deve-se ressaltar também a relevância arquitetônica, cultural e identitária, aspectos esses utilizados no processo de tombamento e de preservação desses espaços e principalmente dessas edificações.

A análise aqui sugerida busca justamente elencar os instrumentos jurídicos e de acautelamento sobre o patrimônio, em especial, o edificado, e identificar o que de fato se aplica, quais as possíveis negligências, e as perspectivas futuras quanto à proteção, valorização e preservação desses imóveis.

No caso do patrimônio material, em específico o arquitetônico, locais que contaram como palco para a vivência de ancestrais perde seu valor enquanto representante do grupo; casas que transpiram histórias e serviram de cenário para o drama humano são esquecidas e abandonadas. Se perde a riqueza da experiência que dá um pouco de significado ao local, importância à terra natal (BRAVO E LABORDI, 2009, p. 131).

Ao se tratar de edificações particulares e dos vínculos estabelecidos nessas casas, temos o condicionante “memória”, justamente pela carga subjetiva e afetiva experimentada nelas. O elo em comum dessas edificações e desta pesquisa, é que essas edificações foram produzidas com essa finalidade, ou seja, de moradia, e por estarem vinculadas por gerações na mesma família, tornam-se uma construção memorial particular, mas que se insere em um contexto mais amplo e coletivo, se tornando parte da memória da cidade.

As três edificações residenciais ainda apresentam as mesmas características arquitetônicas e estéticas de seu período de construção, todas do início do século XX. As

fachadas dessas edificações permanecem com o mesmo estilo arquitetônico, havendo somente ao longo do tempo alteração da pintura. O que configura um processo de preservação e proteção realizado pelos proprietários, mais do que o interesse e gestão dos agentes responsáveis. As intervenções e restauro foram realizadas conforme a necessidade de cada proprietário. Logo, é importante evidenciar que “a casa” exerce uma função muito representativa e afetiva para as famílias.

Os bens culturais materiais pertencem, em geral, ao passado de uma comunidade. São valores que correm grandes riscos, na medida em que dependem da preservação de suportes materiais móveis ou imóveis únicos e insubstituíveis. Sua destruição importa no desaparecimento de item que integra o patrimônio cultural comunitário (FIGUEIREDO JÚNIOR, 2013, p. 32).

Infelizmente, essa não é uma realidade aplicada as demais edificações, em específico às residenciais. Basta caminhar um pouco pelo Centro Histórico da cidade que podemos observar o abandono e o descaso com essas construções. Muitas delas estão em ruínas, servindo de abrigo para pessoas em condição de rua, animais e esperando pela sua aniquilação.

O que demonstra certa ineficácia na preservação e proteção de bens edificados, dentro do perímetro de tombamento. Mais do que isso, a meu ver, é intencional a negligência. O abandono configura uma forma de justificar sua deterioração, para que nada mais possa ser feito, a não ser demolir por causar algum perigo a comunidade. Um apontamento deveras crítico, mas que revela minha indignação e angústia pelo tratamento omissivo quanto a essas edificações.

As edificações particulares, podemos dizer que são “afortunadas”, isso porque é possível notar o esforço em mantê-las com sua configuração arquitetônica, e, principalmente, pelo valor simbólico que carrega. Com isso, fica evidente que boa parte dessas edificações permanecem no espaço, pela insistência, manutenção e preservação dos proprietários, e não pelas instituições e pela legislação.

### **3.3.1 A gestão do patrimônio tombado edificado**

A discussão sobre a defesa do patrimônio edificado, em especial, as edificações residenciais, e sua funcionalidade evoca insatisfações dos moradores, curiosos e dos pesquisadores que de fato vivenciam e enfrentam as negligências. A invisibilidade, o descaso e o esquecimento são nutridos não somente pelos agentes preservacionistas, mas

pelos próprios indivíduos, pela comunidade e pela sociedade que juntos contribuem e reforçam para a destruição ou esquecimento desses espaços.

A busca por uma construção de identidade local, que reforce a memória e a história desse trecho da cidade, configura também a busca pela preservação e proteção dessas edificações. Portanto, existe urgência no fortalecimento, dessa tríade – Comunidade - Agentes de Proteção - Políticas públicas. Se faz necessário criar vínculos identitários, e oportunizar experiências que possam gerar e nutrir esses valores.

Tal perda de vínculos associada à onerosa medida de preservação, que impediria a descaracterização do casario, transforma aquilo que deveria ser um marco social da vida coletiva em um fardo pesado para o sujeito proprietário carregar, e ele luta com todas as forças para fazer valer seu direito a propriedade, superpondo-o aos direitos culturais coletivos, que pregam a oportunidade dos jovens sujeitos conhecerem um pouco de sua história (BRAVO E LABORDI, 2009, p. 131-132).

Diante do exposto, se faz necessário explicitar quais são as diretrizes direcionadas as edificações e suas aplicações, partindo é claro, da delimitação e definição de área de proteção e tombamento. As edificações residenciais estão inseridas de acordo com a legislação local e com os agentes de proteção em área de tombamento:

O instituto do tombamento encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É um instrumento jurídico de proteção do patrimônio cultural que incide sobre o direito de propriedade, seja ela do domínio público ou privado, estabelecendo uma série de limitações que afetam o uso, o gozo e a disposição que devem ser suportadas pelo proprietário (MAGALHÃES, 2013, p.89).

Discorre Magalhães (2013) que o bairro Centro contempla um conjunto arquitetônico e urbanístico considerado duplamente como patrimônio cultural por meio de tombamento promovido pela União através do IPHAN e pelo município da cidade através da Lei Orgânica.

O tombamento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN através de um processo administrativo instaurado em 2010 é denominado de centro histórico de Manaus e o seu espaço inicia-se na orla do rio Negro, passando pelo entorno do Teatro Amazonas, Avenida Eduardo Ribeiro e Rua Leonardo Malcher (MAGALHÃES, 2013, p.89).

Ambos os agentes conferem tombamentos especificando o perímetro de área dentro da definição municipal do bairro Centro, pois “a área tombada pela LOMAN denominada de centro antigo de Manaus coincide em boa medida com aquela tombada pelo IPHAN e denominada de centro histórico de Manaus” (MAGALHÃES, 2013, p. 92).

O espaço tombado pela Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN desde a sua promulgação em 5 de abril de 1990 é denominado de centro antigo de Manaus e está situado entre a rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant (Art. 342 da LOMAN) (MAGALHÃES, 2013, p. 89).

“Assim, os bens de valor cultural que não tenham sido tombados integram igualmente o patrimônio cultural, sendo merecedores de proteção jurídica por outros instrumentos de acautelamento” (MAGALHÃES, 2013, p. 92). Ou seja, mesmo que os imóveis não tenham sido efetivamente tombados, por estarem dentro da área delimitada, estão sob respaldo de proteção.

O tombamento promovido pela LOMAN decorre da preocupação em proteger o aspecto material dos bens culturais pela preservação e conservação do patrimônio cultural construído. O tombamento promovido pelo IPHAN apresenta esta preocupação, mas com o olhar focado no período histórico da borracha para conferir à Manaus um sentido de cidade como espaço de memória e trocas sociais, o que será abordado no tópico seguinte (MAGALHÃES, 2013, p.93).

É importante salientar que essas normativas impõem aos bens tombados uma série de efeitos jurídicos que vão determinar quanto ao uso dessas construções bem como das possíveis modificações ou alterações nas fachadas ou disposições do imóvel, o que legalmente pode incluir sérias penalidades. Contudo, ao indicar normas passíveis de pena, não diminui ou anula qualquer proteção que deva ser realizada diretamente pelo poder público e dos agentes responsáveis.

O poder público que efetuou o tombamento passa a dispor de meios para assegurar que o bem tombado não seja alterado, conspurcado, deteriorado, destruído, bem como que toda e qualquer alteração ou modificação (reparo, pintura e restauro) que se pretenda impingir ao bem seja necessariamente precedida de autorização do órgão que promoveu o tombamento. O entorno do bem cultural tombado

igualmente sofre os efeitos do tombamento com a imposição de limitações ao direito de propriedade em relação aos bens vizinhos aquele tombado em que não se pode impedir ou reduzir a sua visibilidade (MAGALHÃES, 2013, p. 91).

Notadamente se vê que os imóveis que se enquadram dentro da delimitação de tombamento no Centro Histórico de Manaus, que prevê proteção, não usufruem desses benefícios. As edificações dos entrevistados desta pesquisa, são casos à parte. A preservação destes imóveis consiste unicamente de interesses pessoais, a fim de manter suas configurações originais. As edificações que se encontram em situação total de abandono, não recebem do poder público qualquer cuidado, reparo ou proteção.

Os efeitos do tombamento pelas limitações que impõe ao direito de propriedade é um fator potencialmente promotor de tensão entre o viés individual representado pelo uso, gozo e disposição da propriedade e o seu viés coletivo relativamente a sua função socioambiental, o que não raras vezes provoca disputas jurídicas e judiciais em torno do valor cultural do bem tombado (MAGALHÃES, 2013, p. 91).

De acordo com o Decreto nº 7176 de 10 de novembro de 2004, fica estabelecido O Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus. Fica definido em seu art. 1º o Setor Especial das Unidades de Interesses de Preservação (SEUIP) dentro da delimitação de área tombada, visando proteção, acautelamento e programação especial. Conforme dispõe incisos:

§ 1º - O Setor Especial está localizado na Unidade de Estruturação Urbana Centro Antigo, abrangendo o segmento Setor Sítio Histórico, conforme art. 253. §2º da Lei Orgânica do Município, de usos e atividades condicionados à presença de bens tombados e de ocupação horizontal de alta densidade.

§ 2º - O SEUIP, com base na estratégia de uso e ocupação do solo, disposto no Art. 42 da Lei nº 672/02, está enquadrado no conjunto de Unidades de Preservação do Ambiente Cultural, com diversidade de usos e atividades, condicionados à preservação do patrimônio histórico-cultural, admitindo-se a presença do uso residencial.

Dispõe ainda que este Setor de Unidades de Interesse constitui-se de bens imóveis considerados significativos para as tradições e para a memória da cidade. Conforme disposto no art. 2º - Parágrafo Único – incluem nesse Setor como valor significativo: IV – as edificações de interesse cultural. Essas Unidades de Interesse conforme discorre o decreto em seu art. 4º estão classificadas em Graus, sendo classificação em 1º Grau e 2º

Grau, além da Orla Portuária e Praças Históricas. Estando descritas as especificações contidas nas definições de Graus 1º e 2º:

**Art. 5º** - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 1º Grau deverão conservar suas características originais, no respeito às suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa.

**Art. 6º** - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 2º Grau deverão conservar as características mais marcantes da ambiência local, no que diz respeito às suas fachadas, volumetria atual da edificação e do conjunto onde está inserida.

Em ambas as definições há um consenso sobre a necessidade de preservação das fachadas tanto com suas características originais quanto a sua volumetria. O que configura diante da legislação um padrão normativo que impõe restrições quanto às modificações e às intervenções que podem ser realizadas, sejam de uso particular ou público. Tanto a LOMAM quanto o IPHAN fizeram um levantamento de identificação de edificações que se enquadrem na concepção de bens culturais que necessitam de proteção, acautelamento e possíveis intervenções (MAGALHÃES, 2013).

A proteção destes bens foi efetivada através da Portaria SEMPLURB nº 26/85, na qual foram relacionadas 284 edificações como Unidades de Interesse de 1º Grau e 585 edificações classificadas como Unidades de Interesse de 2º Grau, além de 11 edificações/conjuntos construídos considerados como Unidades de Interesse de Preservação da Orla Portuária e 11 logradouros públicos classificados como Praças Antigas (MAGALHÃES, 2013, p. 92 apud IPHAN, 2010, p. 169).

Contudo, é importante frisar que o Decreto nº 1468, de 15 de fevereiro de 2012 em seu art. 1º - Fica excluído da Listagem das Unidades de Preservação do 2º Grau, constantes do Anexo II do Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004, o item nº 1.570 – Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 512.

Diante desses apontamentos legislativos, ambos os tombamentos conferem proteção a área de Centro Antigo e Histórico, o que inclui todos os elementos que compõem o entorno de valor cultural e memorial de relevância para a história da cidade. E mesmo que haja identificação de edificações como Unidades de Interesse de Preservação, isto não configura o tombamento efetivo da edificação.

O que ocorre é que essas normativas impõem regras para evitar a descaracterização ou destruição desses bens. Muito embora, se apresente contraditório em função dos parâmetros aqui expostos, na defesa do patrimônio edificado. Enfatizo também, que a sociedade tem sua parcela de culpa, ao contribuir para deterioração dessas edificações.

Outro efeito constitutivo que se pode atribuir ao tombamento de um imóvel que, por integrar o patrimônio cultural brasileiro não pode originariamente ser destruído ou descaracterizado independentemente de qualquer ato do Poder Público, é a obrigação de se efetuar a conservação e reforma do bem de acordo com as orientações dos órgãos oficiais de proteção do patrimônio cultural, na forma do artigo 19 do Decreto-Lei n 25/1937, embora se entenda que este efeito, com a respectiva obrigação de fazer, possa também ser atingido por intermédio de outros instrumentos (FIGUEIREDO JÚNIOR, 2013, p.54).

No caso dessas edificações, objeto de estudo desta pesquisa, por mais que estejam inseridas no perímetro de tombamento, como muito fora esclarecido, não configura o tombamento da edificação. Conforme dispõe a Lei nº 2276 de 14 de dezembro de 2017, sobre os procedimentos necessários ao tombamento de bens públicos ou particulares na cidade. Em seu art. 2º fica instituído o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Manaus (COMPPAC) órgão de assessoramento integrante da estrutura do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (IMPLURB).

**Art. 13** - O processo de tombamento será iniciado a pedido de qualquer interessado, proprietário ou não do bem, pessoa física ou jurídica, público ou privado, ou de ofício por qualquer membro do COMPPAC. Parágrafo único. O pedido deve estar instruído com dados para localização do bem, acompanhado de justificativa e outros documentos a serem identificados por ato próprio do Conselho.

Em relação às edificações dos entrevistados, no caso do proprietário Augusto Mendonça, ele nunca procurou a prefeitura ou outro órgão para solicitar o tombamento de sua residência. O mesmo ocorre com a edificação da família de Roger Péres, no qual manifestou que não tem interesse de solicitar o tombamento por nenhum agente. No caso da edificação da família de Maria Arminda Mendonça, foi realizado um dossiê para abrir o processo de tombamento em 2019. Contudo em 2020, em função da pandemia de COVID, o processo encontra-se tramitando no IMPLURB.

Tanto Augusto Mendonça quanto Roger Péres relatam não terem interesse em na questão do tombamento, justamente pelas inconsistências da legislação e normativas que prevê proteção e acautelamento. O que implicaria nas possíveis restaurações ou manutenção predial, que, no caso, ambos têm ciência do valor significativo para a história e memória da cidade, e acima de tudo, pela simbologia afetiva que representa para suas famílias.

Uma dessas questões é o fato de não usufruírem da isenção parcial ou total de imposto do imóvel. Nos anos 2000, a edificação de Augusto Mendonça sofreu com um sinistro no segundo pavimento da residência, devido a problemas elétricos. Na ocasião, um funcionário da Prefeitura Municipal entrou em contato com o proprietário, informando que haveria isenção do imposto entre os anos 2000 e 2004. Relata Augusto que, posteriormente, ao prazo estabelecido, recebeu notificação para pagamento do imposto relativo ao período que havia sido concedido tal isenção. Quando procurou a Prefeitura alegaram que o funcionário não era habilitado para realizar tal procedimento. E que para não haver demais complicações, regularizou o pagamento das pendências.

O Decreto nº 1939 de 29 de dezembro de 1993 regulamenta o artigo 7º da Lei nº 181, de 30 de abril de 1993, que isenta o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana os imóveis de interesse histórico ou cultural. Conforme dispõe os seguintes artigos:

**Art. 1º** - Estão isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, pelo prazo de cinco anos, os imóveis de interesse histórico ou cultural, assim reconhecidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer - SEMCLA, mediante expedição de Certificado, por iniciativa própria ou a requerimento do interessado.

**Art. 2º** - O requerimento de isenção será apresentado à Secretaria de Economia e Finanças do Município, acompanhado do Certificado a que se refere o artigo 1º deste Decreto e de Laudo Técnico expedido pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer - SEMCLA, reconhecendo que o imóvel possui suas fachadas e coberturas com as características originais.

A isenção do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU ocorrerá conforme disposições legais, e se o proprietário estiver atendendo aos critérios estabelecidos, além disso deve realizar protocolo ao órgão tributário municipal. Contudo, a isenção não é permanente, assim como descrito:



**Art. 7º** Ficam isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os imóveis de interesse histórico ou cultural, assim reconhecidos pelo órgão municipal competente, que tenham suas fachadas e coberturas restauradas em suas características arquitetônicas originais.

Portanto, a garantia de isenção predial dispõe de todas essas normativas legais e não assegura que os imóveis de interesse de preservação inseridos na área de tombamento usufruam desse benefício. Como já foi dito, a solicitação de isenção impõe condições e documentos necessitando ainda de avaliação para concessão.

Com relação à questão do tombamento é possível observar por parte da gestão municipal uma participação insuficiente quanto a identificação e monitoramento dos bens culturais, tendo em vista que não há tombamento realizado de forma individual ou isolada (somente no caso de o proprietário realizar o tombamento do imóvel), mas somente a delimitação de Centro Antigo. É claro que existem projetos e iniciativas políticas para realização da manutenção e restauro dos bens culturais (SILVA, 2013).

O Governo Estadual, por meio da SEC, tem mantido desde a sua criação uma política em prol da conservação-restauração dos bens culturais do CHM, como o Programa Manaus Belle Époque, através da capacitação de seus técnicos e trabalhadores; da conservação-restauração e musealização do patrimônio cultural, por ele elencado e por uma política de espetacularização do Patrimônio Cultural. (SILVA, 2013, p. 49)

A fragilidade desses programas e iniciativas, bem como da legislação, é que não atendem à todas as edificações de interesse de preservação. São muitos os casos omissos, de descaracterização e violação de edificações e construções com valor arquitetônico. Os projetos apenas visam lugares e espaços de interesse econômico e turístico, quando na verdade deveria contemplar todas elas. Contudo, só recebem atenção exclusiva algumas edificações, monumentos, ou espaços públicos específicos que trazem algum retorno econômico e visibilidade.

Compreende-se então, que o planejamento na gestão da conservação requer um programa sistêmico de governo de médio e longo prazo de realização, sendo um instrumento a ser utilizado pelas administrações no decorrer das gestões, pois é atinente não somente a um mandato político, mas sim aos programas de governo que serão implementados na cidade. Para isto, é necessária a organização do sistema de gestão por meio de mecanismo de incentivo e supressão das ações danosas; contratação de corpo técnico permanente; planejamento conjunto

englobando as instâncias públicas e a sociedade civil organizada; redução de impostos; isenções e incentivo fiscal para imóveis preservados; educação patrimonial; financiamento para recuperação de imóveis em áreas protegidas e reinvestimentos dos recursos nas mesmas áreas; orientação técnica, no que tange aos usos e tipologias de intervenções, aos proprietários dos imóveis; punição progressiva a proprietários que não conservem os imóveis; intercâmbio cultural (SILVA, 2013, p. 37).

Os apontamentos realizados por Elisabete Chaves Silva (2013), demonstram que as ações das políticas públicas envolvendo a gestão do patrimônio, implica em diferentes agentes internos e externos, como colaboradores e a própria perpetuação e consistência administrativa nas sucessões de gestão. O que ocorre muitas vezes na mudança de gestão é a instabilidade do segmento de projetos e das diretrizes em cada planejamento.

“Observa-se, em Manaus, a pouca interação entre as diversas esferas de governo e que geralmente há mais funcionários exercendo cargos comissionados e terceirizados, do que funcionários concursados” (SILVA, 2013, p. 38). Muito embora haja instabilidades legislativas, no qual percebemos a inexistência de proteção em certos trechos e construções no Centro Antigo, a gestão tende a ser o diferencial nessas articulações. Portanto, se faz necessário alinhamento no planejamento, na gestão e na execução dessas ações.

Disso decorre a falta de acompanhamento e de aplicabilidade dos planos e, conseqüentemente, a perda de informação e o não alcance dos objetivos previstos. Ainda que não garantam a aplicabilidade, programas de capacitação devem ser incentivados pelo Estado, que também deve realizar o monitoramento do estado de conservação das edificações, os usos e as atividades nelas desenvolvidas. A gestão, dessa forma, estaria inserida nas ações rotineiras em função do orçamento existente, das propostas dos governos e como estes se relacionam. Com isso, compreende-se que o planejamento forneceria subsídios para a gestão futura da conservação (SILVA, 2013, p.38)

Discorre Silva (2013) que embora tenham sido realizados projetos de revitalização do Largo de São Sebastião e a restauração da Igreja da Matriz Nossa Senhora da Conceição houve um “esvaziamento” desse trecho do Centro. Isso, segundo Silva (2013), decorre da saída, como exemplo, da Câmara dos Vereadores, da Assembleia Legislativa, atribuindo tal fato a degradação e negligência destinada ao Centro, causando perdas econômicas e culturais.

Discordo no sentido de atribuir o esvaziamento do Centro a saída desses órgãos públicos e na implicação dessa saída na perspectiva cultural. Essa saída pode ter influenciado nesse esvaziamento do Centro, todavia o que ocorreu em todo esse processo histórico envolvendo o Centro Antigo, e muito evidenciado nas narrativas dos entrevistados, foram as mudanças das famílias residentes do Centro. Aos poucos o Centro também foi tomado por um aspecto mais comercial, fato esse evidenciado nesta pesquisa.

A ideia de uma representação identitária ganha mais sentido nas sociabilidades que essas famílias fomentavam ao longo da sua vida e presença no Centro Antigo. A saída dessas famílias e a ausência da perpetuação dessas histórias e memórias contribuíram efetivamente na desvalorização do Centro Antigo. É claro que os projetos de revitalização foram essenciais nessa tentativa de atrair público para essa parte da cidade, como uma forma de oportunizar a criação de laços e de representatividade com a história do Centro e da cidade.

Contudo, o que não podemos é negligenciar e “empurrar a sujeira para debaixo do tapete”, ou seja, evidenciar apenas certos espaços e invisibilizar outros. O Centro Antigo não compreende apenas o Largo de São Sebastião, é preciso repensar essas estratégias voltadas a gestão do patrimônio como um todo. Podemos estabelecer uma analogia utilizando “a casa” como exemplo. Se uma pessoa decide realizar uma reforma em uma casa antiga e deteriorada, o projeto na maioria das vezes engloba todas as disposições da casa. Imagine que, por algum motivo a pessoa não dê prioridade para a sala, sendo essa no geral a entrada principal que dá acesso aos demais cômodos.

Imaginou? Bem, o que me vem à mente simbolicamente é um espaço escuro, sujo, sem pintura ou acabamento, com infiltrações, um verdadeiro caos, mas ao passar desse cômodo, é possível visualizar cores vibrantes ou claras, um espaço limpo e aconchegante, com ótima iluminação. Moral da história? Em uma casa para haver harmonia não há espaço para negligências. Para que “a casa” exerça sua função utilitária necessita de ambientação agradável em todos os aspectos e de modo igualitário. Isso se aplica muito bem a gestão do patrimônio no Centro Antigo, em que não podemos nos conformar que as medidas protetivas estejam apenas favorecendo trechos e desprezando outros.

A delimitação de Centro Antigo e Histórico, consiste em sua totalidade, e que prevê a proteção de forma que compreenda toda a área de tombamento. De acordo com

Silva (2013), a Secretaria de Estado da Cultura apresentou e lançou projetos e programas que tinham a finalidade de recuperar imóveis privados, bem como descreve a seguir:

Observa-se que a Secretaria de Estado da Cultura concentrou a maioria dos seus setores na área, inclusive os administrativos, o que permite uma maior compreensão e aferimento dos problemas ocorridos no cotidiano. Não há para o CHM políticas públicas que incentivem a população local a permanecer ou mudar para o Centro Histórico. Inclusive, o Programa Monumenta lançou edital para financiamento de recuperação de imóveis privados a custos mínimos, de acordo com Brasil (2006), mas foram poucos os proprietários que participaram do edital (SILVA, 2013, p. 41)

“O planejamento integrado entre as esferas públicas possibilita maior alcance dos objetivos, previstos e imediatos, bem como a implantação de estratégias para gestão eficaz” (SILVA, 2013, p. 43). Reforça Silva (2013) que a gestão conjunta e integrada nas esferas estadual e municipal deve ser compreendido como um planejamento e um processo de ação contínua e atuante, fincados em conhecimentos múltiplos e estratégicos. Discorre ainda que no caso da restauração da Catedral de Manaus, o governo restaurou a igreja e um parte do entorno, e a Prefeitura Municipal fez o restante do restauro na Praça, exemplo esse de gestão integrada, e que, apesar de ter tido bom resultado, esses projetos dificilmente são planejados de forma sistêmica.

A gestão de preservação do patrimônio apesar de apresentar normas e diretrizes, e da atuação direta e indireta do poder público e dos órgãos de proteção, não se configuram suficientes. Não podemos ignorar a parcela significativa da comunidade, dos moradores e da sociedade como agentes essenciais nessas articulações. A responsabilidade de proteção e preservação, do bom uso e apropriação desses espaços, e de uma educação e conscientização patrimonial, são fatores indispensáveis na luta em defesa do patrimônio histórico, em especial ao nosso “famigerado” Centro Antigo. É uma via de mão dupla, na exigência de direitos e no cumprimento de deveres.

Diante de todos esses apontamentos é sempre válido evidenciar a generosidade dos entrevistados na partilha de suas experiências, vivências, memórias e histórias que nas suas individualidades compõem o coletivo na interpretação e representação da identidade manauara. Espero que essas narrativas sejam reverberadas para que outros tenham conhecimento da vida cotidiana nesse trecho da cidade, com todas as suas fragilidades e potencialidades.

Como moradora do Centro Antigo me sinto responsável com esta pesquisa de levantar a bandeira em defesa do patrimônio, em defesa da memória das famílias que por aqui passaram, e as que ainda permanecem. Porque como há muito tempo, nessas minhas “andanças” e na pesquisa acadêmica tenho o costume de dizer - “Que somos todos, há tempos, com todos os contratempos, frutos dessas interações que se sucederam”.

A memória e identidade manauara é cíclica, dialética, mas única na sua forma do bem viver. Aos que até aqui me acompanharam, o meu muitíssimo obrigada! Vamos juntos continuar caminhando nessa pauta de luta e resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens sejam conceituais, teóricas e/ou epistemológicas sobre as temáticas que envolvem as edificações residenciais, os casarios, as casas (não importa a nomenclatura) dentro da perspectiva patrimonial vem de longa data. Incluindo a discussão conceitual e definição de amparo legal que os Centros Históricos denotam, em específico, a área que corresponde ao Centro Histórico ou Antigo de Manaus.

São muitas as pesquisas que discutem e analisam essa temática do patrimônio cultural dentro da definição de área de tombamento, contudo são incipientes ou quase nulas as pesquisas que se referem às questões das edificações com a finalidade residencial. Se tratando primeiramente de pesquisas, a maioria delas aponta as construções ou monumentos públicos que recebem atenção e resguardo pelos valores correspondentes ao patrimônio cultural, em outras palavras, pelo valor arquitetônico e pelo valor histórico e memorial.

Muito embora essas edificações públicas tenham tido a finalidade em algum momento de residência. O que as difere das demais é justamente o que muito foi apontado e esclarecido nesta pesquisa, se trata da proteção e resguardo conferidas pelo tombamento. A maioria das edificações, monumentos ou conjuntos arquitetônicos receberam proteção legal conferida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com inscrição no Livro de Tombo Histórico. A delimitação de Centro Histórico/Antigo está sob amparo pela Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN e pelo IPHAN.

Todavia, as edificações residenciais que estão inseridas dentro dessa área de tombamento não recebem nenhum tipo de acautelamento a não ser que seja do proprietário. Legalmente, as construções que estão inseridas no perímetro de área de tombamento deveriam, no mínimo, receber algum tipo de resguardo. É claro, que se tratando de edificações que representem através de sua arquitetura, sejam consideradas elementos construtivos importantes para a história cultural da cidade.

As edificações residenciais desta pesquisa, segundo seus proprietários, não recebem de nenhuma esfera qualquer tipo de proteção, e inclusive não usufruem de qualquer benefício por se tratar de construções com valor cultural e arquitetônico. Na ocasião, para que essas edificações sejam tombadas, se faz necessário entrar com pedido na Prefeitura ou Iphan. Diante de todas as problemáticas que os proprietários já informaram em

entrevista, apenas um proprietário realizou o pedido de tombamento e os demais não demonstram interesse nenhum. E afirmam que não sentem que esse instrumento de fato possa contribuir para a proteção de suas edificações, o que resultaria em mais exigências e cobranças, do que benefícios.

As três edificações, objeto de estudo desta pesquisa, são consideradas exemplares arquitetônicos de relevância para a história cultural, devido ao período de sua construção, datada do início do século XX. Um outro fator muito importante nessas discussões, apontamentos e análises é a carga afetiva que os proprietários mantêm com essas construções. As relações afetivas e subjetivas experimentadas e vivenciadas pelas famílias e seus proprietários apresentam essa carga imaterial através da memória.

A abordagem memorial e suas contribuições exercem um valor inestimável e de suma importância para a história e identidade manauara. A perpetuação dessas narrativas podem colaborar na interpretação de lacunas da historiografia manauara, oportunizando a compreensão de muitos fatos da nossa cidade pela perspectiva de quem vivenciou. Contudo, a importância dessas memórias e dessas edificações se limitam e se restringem apenas aos proprietários, as famílias, aos pesquisadores e curiosos.

É claro que o pesquisador terá algum vínculo com seu tema, e isso é inevitável. O que desejo dizer com tudo isso, é que minha relação com esta pesquisa é íntima, como bem aponte na introdução. Foram as experiências da minha vida pessoal e acadêmica que me conduziram a realizar pesquisas com essas temáticas. Contudo, o desejo que me move enquanto pesquisadora, é proporcionar acesso e promover a compreensão que essas residências com suas características, suas histórias e memórias fazem parte da nossa história coletiva manauara.

Compartilhar essas narrativas memoriais dessas famílias é por si, uma forma de manifestação e perpetuação das memórias experimentadas nesse trecho da cidade. Bem como a importância da preservação dessas edificações com sua arquitetura, fazendo parte desse coletivo que compreende a dinâmica espacial do Centro Antigo. São também as narrativas que fortalecem a dimensão das casas, dos casarios como sendo parte dessa construção memorial. As casas, são moradia das memórias, e delas fazem parte, num ciclo dialético.

Como fazer com que os moradores desse trecho do Centro (residentes, visitantes, turistas e quem mais manifestar interesse), os frequentadores ocasionais, os estudantes, a juventude, e outras gerações possam compreender o sentido de preservar essas construções e espaços, se não através das histórias, das memórias de quem vivenciou e experimentou a vida nesse trecho da cidade? Reitero a necessidade e relevância da pesquisa como instrumento de serviço social, que surge de apontamentos e questionamentos do íntimo do pesquisador, mas que apresentam essa funcionalidade pensada ao coletivo.

As pesquisas científicas, portanto, cumprem esse papel de oportunizar apontamentos e “olhares” diferenciados, e permitem ancorar e colaborar com possíveis soluções ou estratégias que possam reduzir as problemáticas a respeito do patrimônio cultural que são comuns e de dever da sociedade tão quanto do poder público.

Podemos perceber com essas afirmações, as fragilidades que existem diante da defesa do patrimônio cultural edificado, mesmo diante de leis e normativas que visam e efetivam sua proteção. Para além do poder público, a sociedade tem sua parcela de culpa, no próprio descaso e negligência com muitas edificações presentes no Centro Antigo de Manaus. A proteção ao patrimônio edificado por todo seu valor cultural material e imaterial, não deve ficar restrito apenas monumentos ou construções edificados públicas, todas as edificações sejam particulares ou públicas devem receber os mesmos instrumentos, mecanismos e gestão para sua salvaguarda.

Desse modo, buscou-se, nesta pesquisa, enfatizar a relevância e necessidade de discutir a salvaguarda do patrimônio histórico cultural. Em específico, as diretrizes sobre o patrimônio edificado, exemplificado na configuração residencial, em todas as esferas do poder público associado as comunidades e a sociedade. Enaltecer as narrativas memoriais dos proprietários e de suas famílias e tamanha generosidade de compartilhar momentos íntimos para que possamos contribuir na perpetuação da memória e identidade manauara. A pesquisa propõe essa troca, que realmente seja uma discussão acadêmica e científica pertinente, e que ganhe a visibilidade necessária para que outros tenham ciência da importância de conservar e preservar essas edificações.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. **Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais**. Conhecimento & Diversidade, Niterói, n. 13, p. 79-89, jan./jun.2015.
- ALVES, Maria do Carmo. HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. ALVES, Wellington Galvão. **Patrimônio, preservação e memória: concepções de rugosidade nos processos de patrimonialização**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.5, p. 35899-35919, may., 2022.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Obra completa)
- BARROS, José D' Assunção. **História e memória** – uma relação na confluência entre tempo e espaço. Mouseion, vol. 3, Jan. Jul./ 2009.
- BARROS, José D' Assunção. **Memória e história: uma discussão conceitual**. Tempos históricos. V. 15. 1 Semestre de 2011. P.317 – 343.
- BAZE, Abraham. **Ferreira de Castro** – um imigrante português na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2005.
- BÔAS, Lúcia Villas. **História, Memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar**. Cadernos de Pesquisa: v.45. n.156. p. 244 – 258. Abr./ Jun. 2015.
- BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana**. R. cient. /FAP, Curitiba, v.1, p., jan. /dez. 2006. ISSN 1980-5071. Disponível em: Acesso em: 15 Jul. 2021. (Artigo em Periódico Digital)
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.
- BRAVO, M. D., & LABORDE, A. L. P. (2010). **Os lugares de memória na cidade esquecida**. *Revista Didática Sistêmica*, 9, 129–141. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/1169>
- CAMARGO, Érica Negreiros de. **Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado**. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007.
- CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Palacete Nery: História e Arquitetura**. Projeto contemplado pelo Programa Cultura Criativa – 2020/ Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal – Ministério do Turismo – Secretária Especial da Cultura, Fundo Nacional de Cultura. Categoria: Patrimônio cultural material. Manaus. 2021/2.
- CEZAR, Luís Adriano de Souza. **Modernidade manca: a Paris dos Trópicos**. Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 3, n. 2, p. 57-73, jul.- dez.2014. (Artigo em Periódico Físico)
- COMAPI, Kedman Redman. SILVA, Wanessa Lima. FARIAS, Taise Costa de. **PALÁCIOS E PALACETES: A moradia burguesa na Manaus da Belle Époque**. Congresso Internacional Beaux-Arts – arquitetura em América Latina 1870-1930. 2019.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. **Do Material ao Imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CORDEIRO, Nilson da Rocha. **A Casa em Verso e Prosa: Canções, poesias e subjetividade do conceito de casa**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano. Recife, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

D'AGOSTINI S., BACILIERI S., VITIELLO N., HOJO H., BILYNSKYJ M.C.V., BATISTA Filho A., REBOUÇAS M.M.. **Ciclo Econômico Da Borracha** – Seringueira Hevea Brasiliensis (Hbk) M. Arg O Biológico. v.70, n.2, p.6- 14. (Artigo em Periódico Digital)

DAMATTA, Robert. **A CASA & A RUA: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5ª Edição. Rio de Janeiro.1997.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Obra completa)

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. 1.ª ed. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. In: **Anais do SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS: teoria e práxis**, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, Flávia de Oliveira. **Políticas Públicas e Patrimônio nos Casarões da Sete**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas, 2021.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Hélio Rodrigues. **Bens culturais, Função Social da Propriedade e Instrumentos Jurídicos para a sua Preservação**. Revista de Direito da Cidade, vol.05, nº02. ISSN 2317-7721 p. 28-76. Editora: UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva. 9ª Edição, 2000. (Obra completa)

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo, Companhia das Letras. 2000.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 462-476.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. O Ecletismo em São Paulo. In FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. (p. 69-102). São Paulo: Nobel, EDUSP, 1987.

LEMOS, Carlos, Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. São Paulo, 2000.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2. ed. — Manaus: Editora Valer, 2008.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. **O patrimônio Cultural e a cidade**: Uma análise dos conflitos relacionados ao tombamento do Centro Antigo e do Centro Histórico de Manaus. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental - da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Manaus, 2013.

MELLO, Thiago de. **Manaus, amor e memória**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MENEGUELLO, Cristina. **O coração da cidade**: observações sobre a percepção dos centros históricos. Revista Eletrônica do Iphan. 2005.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1669-1915)**. 4ª ed. Revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019. (Obra completa)

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Mercado Adolpho Lisboa: história e arquitetura**. 1. ed. — Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2019.

MOREIRA, Daniel Lopes. **Memória e lugar**: reflexões sobre o patrimônio cultural em áreas periféricas de Olinda/ Daniel Lopes Moreira. — Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

MOREIRA, Ana Rita. **O QUE FAZ DA CASA UMA CASA**: a adaptação do espaço da casa às formas de habitar contemporâneas. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, Junho de 2017.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 5ª ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

NASCIMENTO, Maria Evany do. **Do discurso à cidade**: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no Centro Histórico de Manaus. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2014. (Tese)

NETO, Thiago Oliveira. NOGUEIRA, Ricardo Jose Batista. **A cidade de Manaus e a crise da borracha**: uma breve análise histórica. Estação Científica (UNIFAP). Macapá, v. 6, n. 3, p. 09-27, set./dez. 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Projeto História, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Revista Cadernos do Ceom, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

OITICICA, Cesar. **Impressões sobre o Urbanismo de Manaus**. Revista de Arquitetura Brasileira – 1 ABA Amazonas – ABA – CAB, Rio de Janeiro, 1968.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.) Ecletismo na Arquitetura Brasileira. (p. 09-27). São Paulo: Nobel, EDUSP. 1987.

PEDROSA SANTOS, Tatiana de Lima. MEDEIROS, Samuel Lucena de. **Do invisível engarrafado: história, memória, cultura material e as Águas de Melgaço na Manaus da borracha MÉTIS: história & cultura – v. 16, n. 31, p. 227-244, jan./jun. 2017**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4930>. Acesso em 10 Jul. 2021. (Artigo em Periódico Digital)

PEDROSA SANTOS, T. de lima; RAMOS, T. R. **Voulez vous un café: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX**. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 12, n. 2[21], p. 51–70, 2018. DOI: 10.20396/rap.v12i2.8652468. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8652468>. Acesso em: 13 jul. 2021. (Artigo em Periódico Digital)

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SALCEDO, Rosio Fernandez Baca. et.al. Arquitetura Dialógica no Contexto do Centro Histórico: o método. In: SALCEDO, Rosio Fernandez Baca; PASCHOARELLI, Luis0 Carlos (org.). **Interação: panorama das pesquisas em Design, Arquitetura e Urbanismo**. 1. ed. Editora: Canal6. São Paulo, 2015. p.1-11. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/299595444\\_Arquitetura\\_Dialogica\\_no\\_Contexto\\_do\\_Centro\\_Historico\\_o\\_Metodo](https://www.researchgate.net/publication/299595444_Arquitetura_Dialogica_no_Contexto_do_Centro_Historico_o_Metodo) Acesso em: 25 de Abril de 2022.

SANTOS, Camila Rodrigues dos *et al.* Patrimônio e Memória: as tipologias residenciais na produção eclética de Aracaju/PE. Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 6 | n.1 | p. 31-50 | 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiros dos. **Manaus da Belle Époque: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais**. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/PN. 2013. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27?start=740>. Acesso em: 13 jul. 2021 (Trabalho em Anais de Simpósio)

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. **Centros históricos: evolução de paradigmas e desafios futuros**. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>. Acesso: 25/04/2022.

SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da. **Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus: 1997-2005**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Giuslane Francisca da. Aedos – Revista do corpo discente do PPG-História - UFRGS, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

TOCANTINS, Leandro. **Aspectos da Arquitetura Tradicional de Manaus**. Revista de Arquitetura Brasileira – 1 ABA Amazonas – ABA – CAB, Rio de Janeiro, 1968.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. Edue. 2013.

### **Legislações, Convenções, Recomendações e Cartas e Cartas Patrimoniais**

MANAUS. **Lei nº 2276 de 14 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2017/228/2276/lei-ordinaria-n-2276-2017-dispoe-sobre-os-procedimentos-necessarios-ao-tombamento-de-bens-publicos-ou-particulares-no-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias#:~:text=DISP%C3%95E%20sobre%20os%20procedimentos%20necess%C3%A1rios,Manaus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,%C3%A2mbito%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Manaus>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

MANAUS, **Decreto nº 1468, de 15 de fevereiro de 2012**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2012/146/1468/decreto-n-1468-2012-exclui-do-anexo-ii-do-decreto-n-7176-de-10-de-fevereiro-de-2004-que-estabelece-o-setor-especial-das-unidades-de-interesse-de-preservacao-localizado-na-ues-centro-antigo-do-municipio-de-manaus-o-item-que-especifica>. Acesso em: 04 de out. de 2022.

MANAUS. **Decreto nº 7176 de 10 de novembro de 2004**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/2012/146/1468/decreto-n-1468-2012-exclui-do-anexo-ii-do-decreto-n-7176-de-10-de-fevereiro-de-2004-que-estabelece-o-setor-especial-das-unidades-de-interesse-de-preservacao-localizado-na-ues-centro-antigo-do-municipio-de-manaus-o-item-que-especifica>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

MANAUS. **Decreto nº 1939 de 29 de dezembro de 1993**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/decreto/1993/193/1939/decreto-n-1939-1993-regulamenta-o-artigo-7-da-lei-n-181-de-30-04-93-que-isenta-do-imposto-sobre-a-propriedade-predial-e-territorial-urbana-os-imoveis-de-interesse-historico-ou-cultural>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

MANAUS. **Plano Diretor Urbano e Ambiental. Lei Complementar nº 2, de 16 de Janeiro de 2014.** Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do município de Manaus e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-manaus-am>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

LOMAN. **Lei Orgânica do Município de Manaus.** Manaus: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>. Acessado em: 05 de fev. de 2022.

UNESCO. **Convenção Constitutiva da Unesco.** Londres, 1945. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

UNESCO. **Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado – Convenção de Haia 1954.** Haia, 14 de Maio de 1954. Disponível: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-%C3%A0-Cultura-e-a-Liberdade-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Informa%C3%A7%C3%A3o/convencao-para-a-protecao-dos-bens-culturais-em-caso-de-conflito-armado-convencao-de-haia.html>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.

**ANEXOS**

## **ANEXO I – Família de Augusto Mendonça**

**Da esquerda para direita – O advogado Augusto Mendonça, sua esposa Lenira Mendonça, seu filho Eduardo e sua nora Elis Jeane Santos**



**Fonte:** Acervo pessoal de Augusto Mendonça, 2022.



## **ANEXO II - Família e residência de Roger Péres**

**Da esquerda para a direita – Rômulo, Ronald, ao lado de sua mãe a juíza Marlídice e o político Jefferson Péres, e Roger Péres.**



**Fonte:** Acervo pessoal da família de Roger Péres, 2022.

**Pinturas parietais, reproduzidas através de resauro na edificação da família de Roger Péres**



**Fonte:** Acervo pessoal de Humberto Barata, 2006.

**ANEXO III – Foto pessoal e pinturas parietais da edificação de Maria Arminda Mendonça**

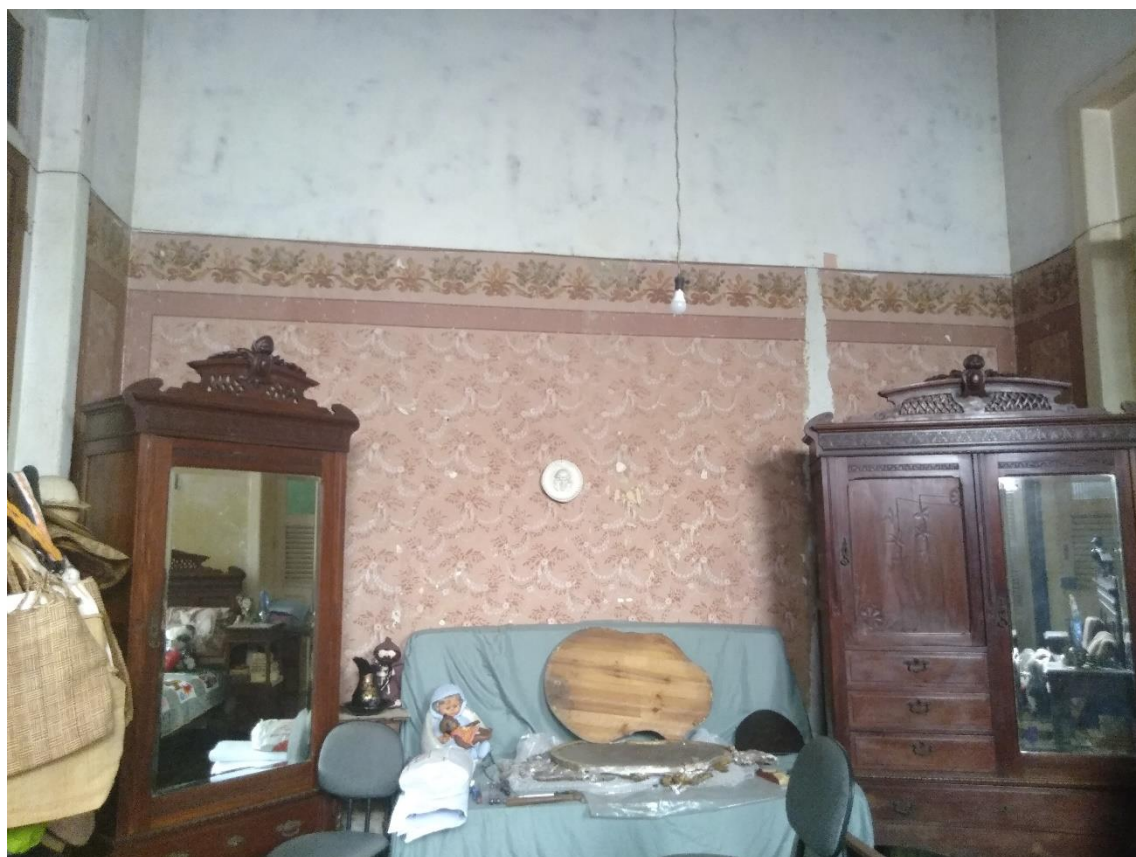
**Arqueóloga Maria Arminda Mendonça**



**Fonte:** Acervo pessoal de Maria Arminda, 2015.

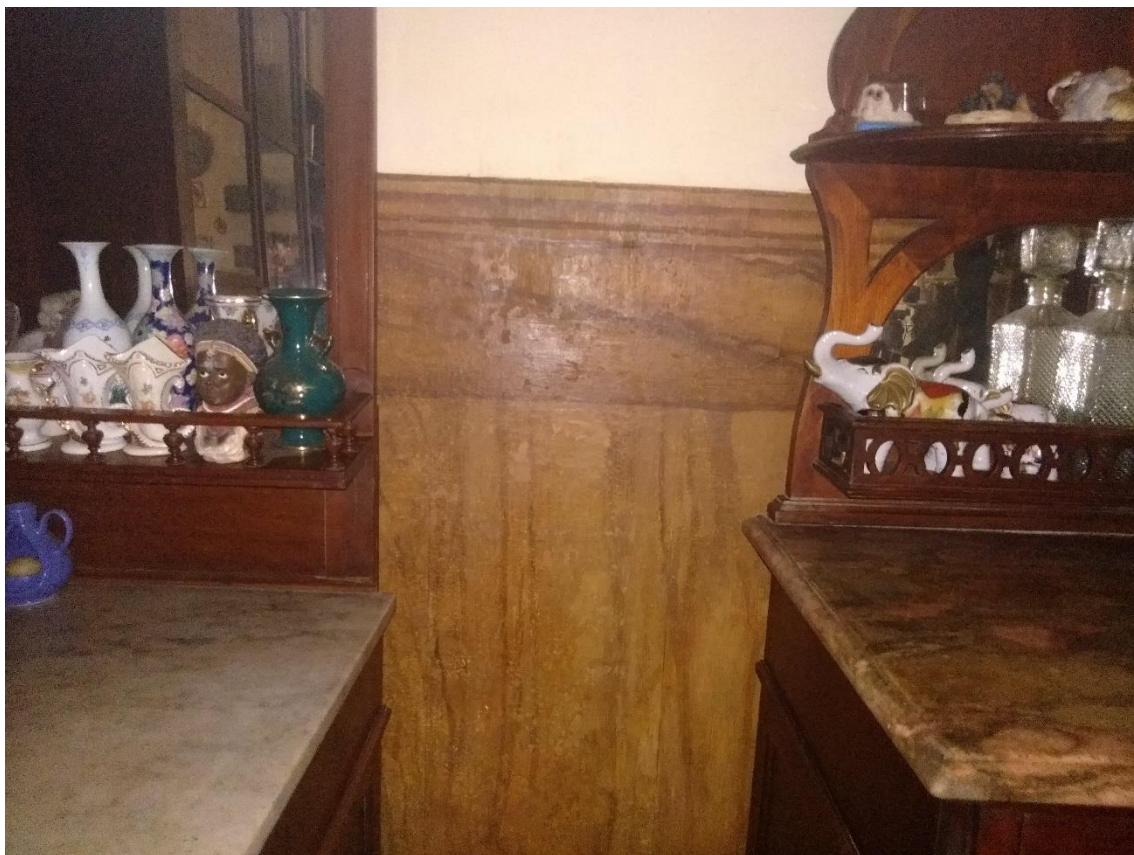


**Pinturas parietais na edificação de Maria Arminda (alcova)**



**Fonte:** Acervo da Autora, 2019.

**Pinturas parietais na edificação de Maria Arminda (sala de visita)**



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Edificações Residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória

**Pesquisador:** LAURIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 56746022.0.0000.5016

**Instituição Proponente:** Escola Superior de Artes e Turismo

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.586.171

#### **Apresentação do Projeto:**

**Título da Pesquisa:** Edificações Residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória

**Pesquisador Responsável:** LAURIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**CAAE:** 56746022.0.0000.5016

**Instituição Proponente:** Escola Superior de Artes e Turismo

**Localização atual da Versão do Projeto:** Universidade do Estado do Amazonas - UEA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### **Resumo:**

O Centro Histórico de Manaus é considerado o marco da fundação da cidade. O final do século XIX e início do século XX representou um marco econômico importante na produção urbana. Esse desenvolvimento se deu em função da extração do látex, retirado das seringueiras para a produção da borracha. Esse processo produtivo e sua exportação foram responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento econômico, social e sobretudo cultural, bem como no desenvolvimento arquitetônico e urbanístico. Foram projetados ruas largas, edificações e monumentos com elevado padrão arquitetônicos, atendendo as tendências do consumo europeu. As edificações residenciais foram construídas para atenderem aos interesses de uma elite estrangeira que idealizava a cidade na floresta como a nova Paris dos Trópicos. Algumas dessas edificações residenciais ainda resistem ao processo de sucessão do tempo, e permanecem como

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** chapada

**CEP:** 69.050-030

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.586.171

um símbolo de resistência. Portanto busca-se compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos, históricos e culturais destas edificações no Centro Histórico de Manaus.

Relacionar esses contextos no período de sua construção e na atualidade, bem como analisar os materiais e técnicas construtivas e arquitetônicas.

Além da identificar a relação de identidade e pertencimento através das memórias.

### Introdução

O centro histórico de Manaus é de fato a origem da fundação da cidade. Isso se deve ao período de colonização e exploração dos portugueses. Em função da grande exploração do látex (fim do século XIX e início do século XX), na produção de borracha, Manaus se tornou uma das cidades mais modernas do Brasil. Nesse período a cidade foi idealizada e construída no modelo europeu, que contava com ruas largas, construção de prédios, casarões e monumentos com elevado padrão arquitetônicos. Na atualidade, o centro histórico abriga muitas dessas construções, onde foram tombadas como patrimônio histórico, e que simbolizam não só a memória da cidade, mas que representam as particularidades da produção da sociedade em seu momento. Os imponentes casarões podem ter perdido sua identidade, em meio ao constante dinamismo e complexidade em que a cidade está inserida. Desse modo busca-se compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos, históricos e culturais dessas edificações residenciais no Centro histórico de Manaus. Identificar e relacionar através das memórias, a relação de afetividade e identidade. Bem como apreender e relacionar especificamente cada fator acima citados no período de sua construção e no momento atual. Além disso, busca-se analisar os aspectos arquitetônicos, que modelaram essas edificações, e que contribuíram e contribuem para as transformações e suas permanências.

### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos e históricos destas edificações no Centro histórico de Manaus.

Objetivo Secundário:

Apreender o contexto histórico da construção das edificações.

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** chapada

**CEP:** 69.050-030

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.586.171

Relacionar o contexto socioeconômico e cultural das edificações no período de sua construção e na atualidade.

Analisar os materiais e técnicas construtivas destas edificações.

Identificar e relacionar os elementos identitários e de pertencimento através da memória.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Os possíveis riscos envolvidos nesta pesquisa, podem ser identificados pelo constrangimento ou algum incômodo, que o entrevistado possa evidenciar em relação a alguma pergunta, e que o faça se sentir desconfortável, podendo assim como sugestão, pular para uma próxima pergunta ou não responder, e que não acarretará nenhum prejuízo ao entrevistado.

Benefícios:

Os benefícios aos participantes da entrevista são primeiramente, o resultado final da pesquisa, e que serão compartilhados com os mesmos, se assim desejarem. Bem como a importante contribuição na produção científica, e extremamente necessária para a sociedade, mas sobretudo por estarem contribuindo para a proteção dessas edificações, e para que mais pessoas tenham ciência da necessidade de preservar e zelar por esses espaços.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Metodologia Proposta:

A metodologia proposta é a pesquisa qualitativa. A pesquisa contará também com a utilização dos procedimentos metodológicos, como levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e a pesquisa de campo. Busca-se com o levantamento bibliográfico e documental fundamentar teoricamente a abordagem sobre o referido tema da pesquisa. Foram selecionadas 3 edificações e as entrevistas serão realizadas com perguntas semiestruturadas e com perguntas abertas, na qual serão feitas aos possíveis proprietários das edificações, objeto de estudo desta pesquisa. Essas entrevistas consistirão no levantamento da memória oral acerca do contexto em que as edificações foram construídas, dos usos dos dados numa linha do tempo, do momento da sua construção até a atualidade, bem como a relação afetiva, ou as relações e experiências desenvolvidas no lugar.

Na oportunidade da realização das entrevistas, será realizado conjuntamente a pesquisa de

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** chapada

**CEP:** 69.050-030

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.586.171

campo, que consistirá na visitação, na coleta de informações, no registro fotográfico e a observação do pesquisador.

**Critério de Inclusão:**

Os participantes inclusos para a realização de entrevista devem ser maiores de 18 anos, preferencialmente o(s) proprietário(s) dessas edificações residenciais, que se incluem o familiar responsável pela residência ou um herdeiro que seja definido como responsável e morador da edificação.

**Critério de Exclusão:**

Excluem-se dessas entrevistas familiares que não residem ou nunca residiram nessas residências, bem como pessoas consideradas próximas dos familiares, como amigos próximos e/ou vizinhos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide conclusões e ou pendências

**Recomendações:**

Atualizar o cronograma da pesquisa

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, o mesmo atende os preceitos da Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO. Salvo o melhor juízo é o parecer

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                               | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|-------------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1898494.pdf | 11/04/2022<br>20:24:24 |                                     | Aceito   |
| Outros                                                    | ProtocoloMedidasSanitarias2022.pdf            | 11/04/2022<br>20:18:23 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE             | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE2022.pdf                                  | 11/04/2022<br>20:17:34 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE<br>OLIVEIRA | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura                              | ProjetoPesquisa2022.pdf                       | 11/04/2022<br>20:17:07 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE             | Aceito   |

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** chapada

**CEP:** 69.050-030

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.586.171

|                |                              |                        |                         |        |
|----------------|------------------------------|------------------------|-------------------------|--------|
| Investigador   | ProjetoPesquisa2022.pdf      | 11/04/2022<br>20:17:07 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE | Aceito |
| Outros         | RoteirodeEntrevistas2022.pdf | 14/03/2022<br>17:02:45 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhadeRosto2022.pdf         | 07/03/2022<br>16:17:57 | LAURIANE<br>TEIXEIRA DE | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 16 de Agosto de 2022

---

**Assinado por:**  
**ELIELZA GUERREIRO MENEZES**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** chapada

**CEP:** 69.050-030

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

PPGI

CH

20 ANOS

UEA

Universidade do Estado do Amazonas

AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **Edificações residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória** e está sendo desenvolvida por Lauriane Teixeira de Oliveira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana de Lima Pedrosa Santos.

Os objetivos do estudo se baseiam em compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos, culturais e históricos destas edificações no Centro Histórico de Manaus. Além disso busca apreender o contexto histórico da construção das edificações, bem como relacionar o contexto social e econômico das edificações no período de sua construção e na atualidade.

Ainda se incluem analisar os materiais e técnicas construtivas destas edificações, e identificar e relacionar a afetividade e o pertencimento através da memória. A finalidade deste trabalho é contribuir para a perpetuação da memória, importantes na construção da identidade e pertencimento manauara, bem como a preservação e revalorização dessas residências com sua imponente arquitetura e sobretudo como relevantes elementos que integram as políticas de tombamento e proteção como patrimônio.

Desse modo se torna necessário salientar e esclarecer os benefícios, a relevância, importância e urgência em pesquisas que abordem a temática sobre patrimônio, e suas definições legais, bem como na contribuição da construção e preenchimento de possíveis lacunas na historiografia manauara. Além do compartilhamento das vivências e experiências, através das memórias e das recordações, consideradas essenciais na interpretação da identidade e do pertencimento, e da perpetuação da memória da cidade. Além disso, os resultados e produto final da pesquisa, serão compartilhados com os mesmos, se assim desejarem.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista com duração média que varia entre uma ou duas horas de duração como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Humanas e publicar em revista científica nacional e/ou Internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. A entrevista consistirá em perguntas semiestruturadas e perguntas abertas, que podem surgir ao passo do surgimento de informações e/ou dados que não tinham sido observados.





Informamos que essa pesquisa, diante do cenário mundial de enfrentamento da COVID-19, a entrevista será realizada de modo presencial, seguindo todos os protocolos e medidas de proteção no qual determina medidas como o uso de máscara, além de manter o distanciamento social, definidos pela OMS e todas as entidades das esferas federais e locais. Qualquer desconforto sinalizado sobre a entrevista presencial, a mesma será formalizada de forma online.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso).

Garantimos o ressarcimento das possíveis despesas referentes ao deslocamento e/ou eventualidades durante a entrevista. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Evidenciamos o direito a requerer indenização e/ou cobertura material para reparação de dano causado pela pesquisa, atendendo as especificações contidas (itens IV.3.h, IV.4.c e V.7) na Resolução CNS nº 466 de 2012. Bem como, assegura o direito de solicitar a assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos de maneira imediata ou tardia, pelo tempo que for necessário, de acordo com as diretrizes (itens II 3.1 e II 3.2) da Resolução CNS nº 466 de 2012. Amparado pelo Código Civil, Lei nº 10.406, de 2002, no qual determina a obrigatoriedade de indenização.

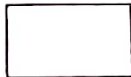
Atentamos quanto aos possíveis riscos envolvidos nesta pesquisa, que podem ser identificados pelo constrangimento ou algum incômodo, que o entrevistado possa evidenciar em relação a alguma pergunta, e que o faça se sentir desconfortável, podendo assim como sugestão, pular para uma próxima pergunta ou não responder, e que não acarretará nenhum prejuízo ao entrevistado.

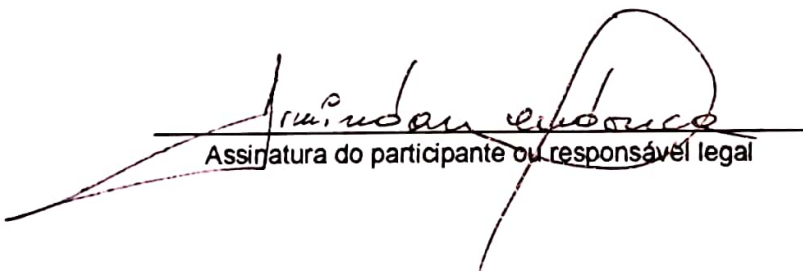
*Lauriane Teixeira de Oliveira*  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados, bem como autorizo a exposição de meu nome para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, 02 de fevereiro de 2022

  
Impressão dactiloscópica

  
Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

Lauriane Teixeira de Oliveira. Telefone: (092) 984461282 E-mail: [ltido.mic21@uea.edu.br](mailto:ltido.mic21@uea.edu.br)  
End.: Av. Joaquim Nabuco nº 1556 bairro Centro, CEP: 69020031 – Manaus - Amazonas

Comitê de Ética em Pesquisa da UEA - CEP/UEA

End.: Av. Carvalho Leal nº 1777, bairro Cachoeirinha, CEP 69065-001, Manaus – Amazonas  
Horário de funcionamento e atendimento: De 8 h às 12 h e de 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **Edificações residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória** e está sendo desenvolvida por Lauriane Teixeira de Oliveira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana de Lima Pedrosa Santos.

Os objetivos do estudo se baseiam em compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos, culturais e históricos destas edificações no Centro Histórico de Manaus. Além disso busca apreender o contexto histórico da construção das edificações, bem como relacionar o contexto social e econômico das edificações no período de sua construção e na atualidade.

Ainda se incluem analisar os materiais e técnicas construtivas destas edificações, e identificar e relacionar a afetividade e o pertencimento através da memória. A finalidade deste trabalho é contribuir para a perpetuação da memória, importantes na construção da identidade e pertencimento manauara, bem como a preservação e revalorização dessas residências com sua imponente arquitetura e sobretudo como relevantes elementos que integram as políticas de tombamento e proteção como patrimônio.

Desse modo se torna necessário salientar e esclarecer os benefícios, a relevância, importância e urgência em pesquisas que abordem a temática sobre patrimônio, e suas definições legais, bem como na contribuição da construção e preenchimento de possíveis lacunas na historiografia manauara. Além do compartilhamento das vivências e experiências, através das memórias e das recordações, consideradas essenciais na interpretação da identidade e do pertencimento, e da perpetuação da memória da cidade. Além disso, os resultados e produto final da pesquisa, serão compartilhados com os mesmos, se assim desejarem.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista com duração média que varia entre uma ou duas horas de duração como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Humanas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. A entrevista consistirá em perguntas semiestruturadas e perguntas abertas, que podem surgir ao passo do surgimento de informações e/ou dados que não tinham sido observados.



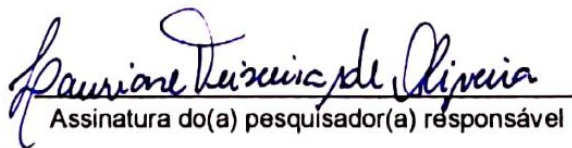
Informamos que essa pesquisa, diante do cenário mundial de enfrentamento da COVID-19, a entrevista será realizada de modo presencial, seguindo todos os protocolos e medidas de proteção no qual determina medidas como o uso de máscara, além de manter o distanciamento social, definidos pela OMS e todas as entidades das esferas federais e locais. Qualquer desconforto sinalizado sobre a entrevista presencial, a mesma será formalizada de forma online.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso).

Garantimos o ressarcimento das possíveis despesas referentes ao deslocamento e/ou eventualidades durante a entrevista. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Evidenciamos o direito a requerer indenização e/ou cobertura material para reparação de dano causado pela pesquisa, atendendo as especificações contidas (itens IV.3.h, IV.4.c e V.7) na Resolução CNS nº 466 de 2012. Bem como, assegura o direito de solicitar a assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos de maneira imediata ou tardia, pelo tempo que for necessário, de acordo com as diretrizes (itens II 3.1 e II 3.2) da Resolução CNS nº 466 de 2012. Amparado pelo Código Civil, Lei nº 10.406, de 2002, no qual determina a obrigatoriedade de indenização.

Atentamos quanto aos possíveis riscos envolvidos nesta pesquisa, que podem ser identificados pelo constrangimento ou algum incômodo, que o entrevistado possa evidenciar em relação a alguma pergunta, e que o faça se sentir desconfortável, podendo assim como sugestão, pular para uma próxima pergunta ou não responder, e que não acarretará nenhum prejuízo ao entrevistado.

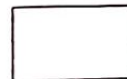
  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável



Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados, bem como autorizo a exposição de meu nome para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, 02 de fevereiro de 2022



Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador

(a)

Lauriane Teixeira de Oliveira. Telefone: (092) 984461282 E-mail: [ltido.mic21@uea.edu.br](mailto:ltido.mic21@uea.edu.br)

End.: Av. Joaquim Nabuco nº 1556 bairro Centro, CEP: 69020031 – Manaus - Amazonas

Comitê de Ética em Pesquisa da UEA - CEP/UEA

End.: Av. Carvalho Leal nº 1777, bairro Cachoeirinha, CEP 69065-001, Manaus – Amazonas

Horário de funcionamento e atendimento: De 8 h às 12 h e de 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **Edificações residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória** e está sendo desenvolvida por Lauriane Teixeira de Oliveira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana de Lima Pedrosa Santos.

Os objetivos do estudo se baseiam em compreender as dinâmicas pretéritas e contemporâneas inseridas nos contextos socioeconômicos, culturais e históricos destas edificações no Centro Histórico de Manaus. Além disso busca apreender o contexto histórico da construção das edificações, bem como relacionar o contexto social e econômico das edificações no período de sua construção e na atualidade.

Ainda se incluem analisar os materiais e técnicas construtivas destas edificações, e identificar e relacionar a afetividade e o pertencimento através da memória. A finalidade deste trabalho é contribuir para a perpetuação da memória, importantes na construção da identidade e pertencimento manauara, bem como a preservação e revalorização dessas residências com sua imponente arquitetura e sobretudo como relevantes elementos que integram as políticas de tombamento e proteção como patrimônio.

Desse modo se torna necessário salientar e esclarecer os benefícios, a relevância, importância e urgência em pesquisas que abordem a temática sobre patrimônio, e suas definições legais, bem como na contribuição da construção e preenchimento de possíveis lacunas na historiografia manauara. Além do compartilhamento das vivências e experiências, através das memórias e das recordações, consideradas essenciais na interpretação da identidade e do pertencimento, e da perpetuação da memória da cidade. Além disso, os resultados e produto final da pesquisa, serão compartilhados com os mesmos, se assim desejarem.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista com duração média que varia entre uma ou duas horas de duração como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Humanas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. A entrevista consistirá em perguntas semiestruturadas e perguntas abertas, que podem surgir ao passo do surgimento de informações e/ou dados que não tinham sido observados.



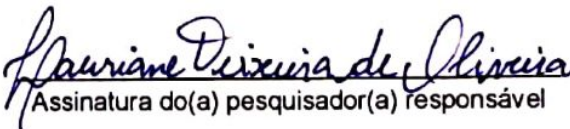
Informamos que essa pesquisa, diante do cenário mundial de enfrentamento da COVID-19, a entrevista será realizada de modo presencial, seguindo todos os protocolos e medidas de proteção no qual determina medidas como o uso de máscara, além de manter o distanciamento social, definidos pela OMS e todas as entidades das esferas federais e locais. Qualquer desconforto sinalizado sobre a entrevista presencial, a mesma será formalizada de forma online.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso).

Garantimos o ressarcimento das possíveis despesas referentes ao deslocamento e/ou eventualidades durante a entrevista. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Evidenciamos o direito a requerer indenização e/ou cobertura material para reparação de dano causado pela pesquisa, atendendo as especificações contidas (itens IV.3.h, IV.4.c e V.7) na Resolução CNS nº 466 de 2012. Bem como, assegura o direito de solicitar a assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos de maneira imediata ou tardia, pelo tempo que for necessário, de acordo com as diretrizes (itens II 3.1 e II 3.2) da Resolução CNS nº 466 de 2012. Amparado pelo Código Civil, Lei nº 10.406, de 2002, no qual determina a obrigatoriedade de indenização.

Atentamos quanto aos possíveis riscos envolvidos nesta pesquisa, que podem ser identificados pelo constrangimento ou algum incômodo, que o entrevistado possa evidenciar em relação a alguma pergunta, e que o faça se sentir desconfortável, podendo assim como sugestão, pular para uma próxima pergunta ou não responder, e que não acarretará nenhum prejuízo ao entrevistado.

  
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável



Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados, bem como autorizo a exposição de meu nome para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Li e concordo em participar da pesquisa

Manaus, 02 de fevereiro de 2022



Impressão dactiloscópica

*Rogério Capistrano Pereira*

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

Lauriane Teixeira de Oliveira. Telefone: (092) 984461282 E-mail: [ldo.mic21@uea.edu.br](mailto:ldo.mic21@uea.edu.br)  
End.: Av. Joaquim Nabuco nº 1556 bairro Centro, CEP: 69020031 – Manaus - Amazonas

Comitê de Ética em Pesquisa da UEA - CEP/UEA

End.: Av. Carvalho Leal nº 1777, bairro Cachoeirinha, CEP 69065-001, Manaus – Amazonas  
Horário de funcionamento e atendimento: De 8 h às 12 h e de 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira.

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS

### Edificações Residenciais no Centro Histórico de Manaus: o resgate da memória

As entrevistas serão realizadas com os proprietários de 3 edificações residenciais localizadas no Centro Histórico de Manaus. Essas entrevistas consistirão em perguntas formuladas e padronizadas, além também de perguntas abertas. As perguntas abertas estarão fincadas no uso do método da história oral.

1. A residência é do proprietário (entrevistado) ou de algum familiar? A quanto tempo o imóvel é de propriedade da família?
2. A edificação sempre teve a função de residência? Se tem conhecimento de alguma finalidade diferente para a edificação. (Casos específicos - se o imóvel foi construído com essa finalidade de moradia)
3. Se já teve outro(s) proprietários, qual o ano da compra do imóvel?
4. Existe documento como planta da edificação? Qual o ano da fundação?
5. A edificação está tombada como patrimônio? Se não, existe interesse? Quais os obstáculos?
6. A edificação já sofreu alterações estruturais? Identificar se o imóvel já teve alterações significativas (Caso a residência já tenha sido, antes de estar com o proprietário atual, se houve nas anteriores)
7. Houve processo de restauro ou intervenção?
8. Qual a relação do proprietário e de seus familiares com a residência? Que lembranças e memórias experimentaram na residência?
9. Relatos, histórias, experiências positivas ou negativas (fica a critério do entrevistado, e se o mesmo se sentir confortável em compartilhar).
10. Se foram boas recordações, quais as mais marcantes? Como ele percebe essa relação com a casa? Ela pode ser entendida como agente potencializador de recordações, de vivências?
11. Qual o seu entendimento, percepção sobre a valorização desse imóvel como patrimônio? Se percebe a importância e relevância dessas edificações na construção urbana, visando a preservação do patrimônio.
12. Se percebe sua relação de afetividade com a residência. Se compreende a importância da perpetuação da memória, tanto para a família, quanto para a sociedade, e o quanto são relevantes para a conscientização de preservação e na educação patrimonial. Tanto nos aspectos materiais e arquitetônicos, quanto nos aspectos socioculturais.